

VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

**Apadrinhamentos que se fazem em Rodas:
Enjeitados, Capoeira e Academia**

**ASSIS
2020**

VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

**Apadrinhamentos que se fazem em Rodas:
Enjeitados, Capoeira e Academia**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutora em Psicologia e Sociedade

Orientador(a): Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo
Co-Orientador(a): Dra. Tatiana Alves Cordaro Bichara/ Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN-EC)

ASSIS
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

S586a Silva, Vivian de Jesus Correia e
Apadrinhamentos que se fazem em rodas: enfeitados,
capoeira e academia / Vivian de Jesus Correia e Silva.
Assis. , 2020.
236 f :. il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo
Coorientadora Dra. Tatiana Alves Cordaro Bichara:

1. Afeto (Psicologia). 2. Pessoas com deficiência. 3.
Capoeira. I. Título.

CDD 152.4

FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Apadrinhando afetos que se fazem em rodas: enfeitados, capoeira e academia

AUTORA: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

ORIENTADORA: DOLORES CRISTINA GOMES GALINDO

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. DOLORES CRISTINA GOMES GALINDO
PPG/Psicologia / UNESP/Assis

Profa. Dra. MARISTELA DE MELO MORAES
UFCG-Campina Grande/PB

Profa. Dra. MORGANA MOREIRA MOURA
LabTecc / UFMT/Cuiabá

Prof. Dr. RICARDO PIMENTEL MELLO
UFC-Fortaleza/CE

Profa. Dra. FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS
UFPA/Belém

Assis, 25 de março de 2020


MARCOS FRANCISCO D'ANDREA
Supervisor Técnico de Seção
Seção Técnica de Pós-graduação

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao cheiro inebriante dos meus filhos, Verena e Álvaro.

Às luzes inspiradas das almas benditas.

Aos padrinhos, madrinhas e afilhados da capoeira Nação Cultural.

À minha mãe, ao meu pai, pela vida.

Às preces inequívocas e irrefutáveis da tia Cema.

À voz querida e afetuosa de João Elias Cury Júnior.

Ao médico João Carlos Lopes, resgate das crises.

Ao médico Walter Hamilton de Castro Targa, pela perna nova, *mais bonita que a perna normal*, segundo ele mesmo.

Ao abraço magnífico e apoio corporal de João Danilo Burlim.

Ao apoio psicológico imprescindível da psicóloga Rita Clara Atanes dos Santos.

Ao amor venezuelano-equatorial, Marcos Paredes Sarache e aos amigos Carlos Guevara, Jean Claude Constant, luzes del Equador.

A todas as amigas e aos amigos, irmãos de vida, Cinthia Arcos, Mônica Feitosa, Joana Desiderato, Nazeli Draghi, Felipe Estevez, Vanuza Freires, Sabrina Sciencia.

Toda minha admiração, gratidão e reconhecimento a pessoa mais poli-valente que já tive contato, Adriano “Pirulito” Pereira dos Santos, muita potência, resistência e alegria reunidas em um só ser.

Aos queridos Rafael de Oliveira, Alessandra e Adriano Rozendo, João Elias Cury Júnior, que ajudaram a mim e aos meus filhos financeiramente.

Às orientadoras de caminhada, Dolores e Tatiana, eterna gratidão pelo carinho.

À orientadora de alma, Gloria Anzaldúa.

À prefeitura municipal de Miracatu, pelo pão de cada dia.

Aos colegas de trabalho no Centro de Reabilitação, Departamento de Saúde.

Aos pacientes do Vale do Ribeira, via SUS, por alimentarem minha alma.

Aos meus aparentados pela vida, eterna gratidão por me mostrarem um mundo afetivo repleto das mais infinitas possibilidades.

VJCS

SILVA, Vivian de Jesus Correia e. **Apadrinhamentos que se fazem em Rodas: Enjeitados, Capoeira e Academia.** 2020. 236f. Tese (Doutorado Acadêmico em Psicologia). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo relacionar o Apadrinhamento Afetivo com a Roda de Capoeira Nação Cultural, localizada no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. O Apadrinhamento Afetivo do tipo informal compôs com as múltiplas deficiências experienciadas tanto pela pesquisadora como pelos demais participantes da Roda de Capoeira. Com inspiração na obra *Borderlands: the new mestiza*, de Gloria Anzaldúa, deu-se um processo de escrita marcado por estados fronteiros de existência, originando a mestiçagem desta produção. A partir daí, percebeu-se a formação de três Rodas: a Roda dos Enjeitados, a Roda de Capoeira e a Roda da Academia, e tais rodas contribuíram, com suas curvas e entrelaçamentos, na composição da espiral dos mestiços. Este processo de Apadrinhamento Afetivo Informal se mostrou consistente enquanto estratégia de afirmação da vida, e tal abordagem, composta por muitas mãos, braços, próteses, pernas, cadeiras de rodas e vozes, pôde contribuir para a construção de um olhar inovador sobre o Apadrinhamento Afetivo e a deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Apadrinhamento Afetivo. Afetos. Roda de Capoeira. Deficiência.

SILVA, Vivian de Jesus Correia e. **Apadrinamientos que se hacen en Ruedas: Los Rechazados, La Capoeira y La Universidad.** 2020. 236h. Tese (Doctorado en Psicología). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

RESUMEN

Esta investigación tiene por objetivo relacionar el Apadrinamiento Afectivo y la Rueda de Capoeira “Nación Cultural” que ocurrió en un pueblo del Valle del Ribeira, estado de São Paulo, Brasil. Con inspiración en la obra *Borderlands: the new mestiza*, de Gloria Anzaldúa, se dio la mezcla narrativa a partir de la relación de apadrinamiento entre los miembros de la Rueda de Capoeira y las escritas distintivas de la investigadora y también a la vivencia comunitaria sobre la discapacidad. La experiencia de la Rueda se ha ampliado para tres ruedas diferenciadas, la Rueda de Los Rechazados, La Rueda de Capoeira, la Rueda de la Universidad. En el proceso de escrita de las limitaciones impuestas por estados fronterizos de existencia, se percibe que el Apadrinamiento Afectivo Informal y las escritas se abren como metodologías de afirmación de la vida, haciendo, con la participación de las tres ruedas, la espiral de los mestizos. Tales metodologías, hechas con muchas manos, brazos, prótesis, piernas, sillas de ruedas y voces, construyeron tecnologías circulares de la diversidad, con el afecto conectando e invitando a la nueva visión de la Discapacidad y el Apadrinamiento.

PALABRAS CLAVE: Apadrinamiento Afectivo. Afectos. Rueda de Capoeira. Discapacidad.

SILVA, Vivian de Jesus Correia e. **Godfathering by wheel: Refuseds, Capoeira and Universities**. 2020. 236p. Thesis (Doctoral in Psychology). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2020.

ABSTRACT

This research aims to relate Godmothers/Godfathers and the Wheel of Capoeira “Cultural Nation” in a municipality of the Ribeira Valley, state of São Paulo, Brazil. With inspiration in the work "Borderlands: the new mestiza", by Gloria Anzaldúa, narrative from the sponsorship relations between the members inside the Wheel of Capoeira and the researcher inside the disability's world. The experience of Wheel has been solved in three kinds of wheel – Refused's Wheel, Capoeira's Wheel, University's Wheel- and extended to the community experience of disability. In the process of writing the limitations imposed by border states of existence, it is perceived that Affective Sponsorship and odd narratives as life affirmation methodologies, spiraling the mestizo's loop and building the concept about Informal Godfathering. Such methodologies, composed of between many hands, arms, prosthetics, legs, wheelchairs and voices, have an affect on view about Disability and Godfathering.

KEYWORDS: Godmothers/Godfathers. Affection. Wheel of Capoeira. Disability.

SUMÁRIO

ENTRANDO NA RODA.....	p.24
1. RODA 1 - A RODA DOS ENJEITADOS.....	p.32
1.1 A RODA DOS EXPOSTOS EM SÃO PAULO.....	p.34
1.2 APADRINHAMENTO.....	p.41
1.3 APADRINHAMENTO AFETIVO INSTITUCIONAL.....	p.46
1.4 DESLIGAMENTOS.....	p.50
1.5 COMPOSIÇÃO POR ADOÇÃO NO BRASIL.....	p.65
2. RODA 2 – A RODA DE CAPOEIRA.....	p.89
2.1 NAÇÃO CULTURAL.....	p.90
2.2 APADRINHAMENTO AFETIVO INFORMAL.....	p.125
2.3 AFETO POR ESPINOZA, DELEUZE E GUATTARI.....	p.129
2.4 CIBORGUES EM CONEXÃO E TEORIA CRIP.....	p.137
2.5 LICENÇA, PADRINHO!.....	p.142
3. RODA 3 – A RODA DA ACADEMIA.....	p.145
3.1 A PESQUISA E A PESQUISADORA: ENCONTROS FEMINISTAS.....	p.146
3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	p.162
3.3 VIVER NAS FRONTEIRAS.....	p.178
3.4 GENOCÍDIO ACADÊMICO.....	p.183
3.5 O BPC: DEFICIÊNCIA, ADOÇÃO E EXTERMÍNIO.....	p.184
4. SAINDO DA RODA.....	p.197
4.1 APADRINHAMENTO DE UM CORPO MESTIÇO.....	p.199
4.2 RODAS DA VIDA E DA MORTE (<i>In memoriam</i>).....	p.204
REFERÊNCIAS.....	p.208
ANEXOS.....	p.216

APRESENTAÇÃO

As rodas são mecanismos fantásticos para possibilitar e acelerar movimentos. Rodas das bicicletas, dos carros, das cadeiras de rodas... Elas nos inspiram para dar formato às brincadeiras de roda, aos sambas de roda, ao bolo de roda, às rodas de música, às rodas de amigos para uma conversa e às rodas de capoeira. As rodas das cadeiras que me guiaram por uns tempos e tantas outras rodas aqui não contempladas são elementos que chamam a atenção e fazem a vida se movimentar.

Na Iniciação Científica, finalizada em 2007, e no Mestrado, finalizado em 2012, fiquei bastante impressionada com as Rodas dos Enjeitados. Mecanismo que girava lentamente levando crianças de uma realidade a outra e voltavam redondas, vazias, secretas, ao mesmo ponto de partida. Desde aquele ano, comecei a guardar meus escritos sobre o trânsito nas mais diversas rodas da vida, de onde eu entrava e saía, para às vezes retornar. Secreta e vazia? Acredito que não.

Eu me vi girar de trabalhadora adolescente explorada pelo mercado financeiro para deficiente segurada em prolongada licença médica pela Previdência Social. Rodando entre deficiências e eficiências, vi circular mais lentamente a roda do tempo, e com ele, a possibilidade de pensar, estudar e decidir uma carreira, já que o dinheiro para comer estava garantido por anos. Pude respirar, jogar tempo fora e nisso perceber, paradoxalmente, melhores formas de aproveitar o tempo. Deparei-me com o quanto de mim estava sendo jogado fora ao passar os dias servindo a uma lógica que não combinava com meus anseios de vida. Pude me preparar e cogitar a entrada na universidade pública. O pensamento circulou em torno de novas esferas, apresentando-me a contextos nos quais gozaria de maior sentido e autonomia. Isso me afetou com tantas outras nuances da existência com as quais eu não havia sequer sonhado.

Essa liberdade conquistada pelo uso do meu tempo e do meu espaço, complementada pela universidade pública, ampliou-se para minha vivência familiar e comunitária. Desisti do mercado financeiro e da análise de sistemas operacionais. Fui atuar na carreira pública e, encantada pelas pesquisas, direcionei-me à Iniciação Científica, ao Mestrado e ao Doutorado, partindo para outros tipos de sistemas cuja análise me surpreendem por sua operacionalidade. Surpresa também fiquei com o apoio universitário capenga aos que mais precisavam dele, as regras visíveis e as invisíveis de segregação. Eram notáveis sentenças giratórias de morte, de onde se saía do nada indo para lugar algum. Final de precipício disfarçado por movimentos de acessibilidade,

adaptados na justa medida dos ditames de uma sociedade desigual, preconceituosa e demasiado violenta.

Tudo isso me parecia um pesadelo, uma estranha maldição que me fazia experimentar novos territórios para, novamente, rodar e cair quase sem vida em torno de uma trajetória de operacionalização da exploração, tão minha velha conhecida. Então, tais angústias saíram de mim e circularam na minúscula esfera das canetas, derramando e correndo sobre o papel com algumas escrituras. Histórias da minha vida, de outras vidas, de rodas de capoeira e de rodas inteiras de tragédias narradas à psicóloga e mulher que sou; elas giravam ao ponto de me tontear.

Eram histórias tantas, tamanhas e tão vibratórias, subindo num serpenteio, oscilando e circulando, encolhendo e esticando, alcançando uma altura afetiva ímpar ao ponto de ser percebido o potencial de alcance dessas produções, junto de um trabalho complexo de acolhimento e de orientação, proporcionado pelas queridas orientadoras, Dolores e Tatiana. Elas cuidaram de mim e de meu material e me fizeram reconhecer e permanecer em territórios de inventividade e pertencimento, apoiando-me a lidar com a difícil reconstrução dessa espiral.

Alguns relatos iniciaram antes de 2016, ano do ingresso no programa de pós graduação, porém foram recrutados, reorganizados e inseridos na forma de Diários de Campo somente no período no qual cursei o Doutorado. As observações sobre a vida e a escrita literária iniciaram em 1990, quando eu tinha 8 anos. Possuo muitos cadernos escritos, alguns eu destruí por serem autobiográficos de modo insuportável. Não trouxe nada destas escrituras na tese além do “tom”. Porém, em "A Bruxa e os Piolhos Mágicos" (p. 85) ressoam algumas narrativas anteriores.

Na época da roda de capoeira, de 2016 a 2020, iniciei a convivência para conhecer a capoeira e me afetou a presença das pessoas deficientes, me sentindo passível de caber ali: eu, também, deficiente. Tomava notas, sobre a convivência na roda de capoeira, em caderninhos pequenos que costumo sempre ter comigo na bolsa; também costumo pedir folhas de papéis avulsos para alguém quando acabam os espaços dos cadernos, agendas velhas... Vou colando, recolando, remendando. Assim foi durante a convivência na roda de capoeira: às vezes anotava em folha de papel toalha, papel de boca, algumas palavras chaves para terminar de desenvolver o assunto em casa. Com a compra de um notebook (trocado pela geladeira, decisão amarga, porém necessária), esse processo ficou mais célere e passei a levar o próprio aparelho para as rodas.

As pessoas chegavam perto para ver o que eu estava escrevendo, eu mostrava. Mas em geral não queriam ler, queriam apenas se aproximar e me tirar dali para participar da roda, pois sentiam a escrita também como uma dificuldade minha de me envolver nos exercícios, o que não deixa de ser uma verdade. Alguns queriam saber se escrevia algo específico sobre a pessoa deles, daí eu mostrava a produção, olhavam, não viam nada de mais, e voltavam para a atividade. Algumas pessoas se alegravam ao ter contato com as narrativas.

O Clayton, cadeirante, não fala uma palavra, só resmungos. Nos momentos de leitura, ele batia pés e mãos e guinchava de um jeito engraçado, foi muito especial. As pessoas diziam “Clayton gostou!”, “Clayton gostou!” e todo mundo ficou feliz de uma forma incrível. O fato dele querer interagir deixava a todos muito contentes. Numa das leituras o professor sorriu para mim, os olhos brilharam, mas não trocamos uma palavra. No corpo da tese, "A Roda no texto e o texto na roda" (p. 144) mostra um pouco do processo de compartilhamento das narrativas. Naquele dia eu li algo sobre a roda de capoeira e a lua, também branca e redonda. As pessoas gostaram bastante desse material. Esse texto não entrou na tese, mas o efeito, sim.

Tati, casada com o professor de capoeira, gostava de se sentar perto de mim e acompanhar enquanto eu escrevia. Mas não lia porque a gente acabava chorando muito. Mostrava alguns trechos e ela fazia fotos ou filmagens. Outras vezes, ela vinha com filmagens dizendo “eu acho que isso vai ficar legal no seu trabalho” ou “esse é para você mostrar”.

Passando ao abrigo, tais notas foram escritas durante e após minha atuação como psicóloga do local. Em 2011, prestei concurso e fui nomeada como psicóloga do Abrigo Municipal de Adolescentes no Vale do Ribeira. Iniciei um Diário de Campo na época, por recomendação do professor Silvio José Benelli. Fazia as notas depois do trabalho, posteriormente, passei a fazer durante o expediente, em forma de relatório. Estas notas originaram os escritos em realismo fantástico, presentes na tese.

De certo modo, sempre escrevi ao estilo do realismo fantástico, mesmo antes de saber o que isso significava exatamente. Passei a nomear deste modo alguns dos escritos que compõem a tese, a partir da indicação da Professora Dolores Galindo. Este sempre foi meu "jeito de escrever". E de viver. A partir da orientação, o trabalho de escrita passou

a se nutrir mais fortemente da literatura, operando em interface com a Psicologia. Deste modo, o Diário de Campo possui registros heterogêneos (relatórios, notas, fotos, narrativas literárias), ou seja, não está concentrado em um suporte único. Os escritos e imagens foram armazenados e as narrativas eram compostas, vindo a fazer parte do texto *a posteriori*, sendo as escrituras um modo de manejar a multiplicidade de fontes do cotidiano da pesquisa (GALINDO, RODRIGUES e MARTINS, 2014).

Por circunstâncias da vida – que às vezes não corre nada redonda, mas pontiaguda, quadrada, com arestas e quinas –, apoiei-me toda torta, alonguei-me e fiz a curva, nesta composição. A escrita artística e acadêmica estavam acopladas, com cuidado para não desmanchar e manter a observação sensível na criação de universos de tortura e de tontura. Por esse trabalho, quase “rodei”; me perdi e cheguei aos limites físicos e mentais, pequei impulso no coletivo, e, num pulo desta mola, que também gira e roda, sobrevivi.

Assim, o trabalho a seguir funciona como uma espiral arriscada, apresentando movimentos fortes e repentinos, até engraçados, mas por inúmeras vezes bruscos e assustadores, com violentas retrações. Deixo o aviso de usarem jogo de cintura, alertados da possibilidade de transformações irreversíveis, inversões de sentido, pulos e vertigens intensas ao adentrar nessa longa viagem, tão sujeita à oscilações.

À guisa de “Guia de Rodagem”, apresento a **Roda 1** como um apanhado histórico da Roda dos Enjeitados, atualizando-a. Aqui entendemos por enjeitados as vidas desprezadas, desacolhidas socialmente, colocadas para viverem desincorporadas da maioria. Será descrito o mecanismo da Roda e a cultura que permitia o depósito dos bebês em instituições.

Isso contribuiu para nos trazer seguros à **Roda 2**, que gira em torno do grupo de Capoeira Nação Cultural. Este grupo de capoeira produziu situações de Apadrinhamento Afetivo Informal, destacando-se na acolhida ao deficiente¹ e na participação deste coletivo dentro do espaço público. Num agrupamento de resistência afetiva, o grupo se consolida ao longo dos anos, fortalecido na adversidade e não esmorecendo diante dos obstáculos impostos.

¹ O termo deficiente será empregado ao longo do material de acordo com as discussões promovidas por Diniz (2007). Reconhecemos a importância de outras nomenclaturas, tais como “portador de deficiência”, “pessoa com necessidades especiais”, “especiais”, PCD (pessoa com deficiência), PNE (pessoa com necessidades especiais), contudo, estas não serão adotadas aqui. Acreditamos que tais termos atenuam e restringem a questão cuja carga se mantém no cotidiano de quem sofre tal marcação. O uso da palavra deficiente e os múltiplos sentidos à ela atribuída está em consonância com as reflexões apresentadas na tese.

Com as intersecções possíveis entre as duas primeiras rodas, chegaremos, então, à **Roda 3**, apresentando vivências acerca da vida acadêmica. A existência no ambiente universitário pode tornar-se bastante penosa para pessoas provenientes de classes sociais empobrecidas. E se adicionarmos marcadores como pobreza, deficiência e maternidade formamos uma combinação cujo perfil esbarra nas permissões de acesso à produção científica; tais fronteiras precisam ser revisadas.

Durante o percurso do trabalho, a parte teórica fundiu-se às escrituras destacadas em itálico. Alguns paralelos são traçados com o texto teórico, outros não. A obra não está amarrada de ponta a ponta, dela não se sai e não se entra com suavidade.

REALISMO FANTÁSICO: UM MODO DE CONTAR HISTÓRIAS

Parte das *escrituras* da tese compõem com as teorias de um modo não convencional e se harmonizam com a denominação de Realismo Fantástico. O Realismo Fantástico é uma prática de escrita que extrapola os limites da realidade, como se quisesse “corrigir” a dureza do real. Essa ampliação permite produzir obras que ampliam a imaginação usando de bastante criatividade; também, proporciona um modo diferente de fazer crítica social. Em tempos sombrios de censura, violência e ditaduras, o Realismo Fantástico foi um recurso amplamente usado para suscitar reflexões nos leitores, sem que os autores abrissem mão de sua própria segurança.

Trata-se de um gênero literário no qual elementos mágicos convivem com cenas do cotidiano, inseridos sem grande estranhamento, como se fizessem parte da realidade. Dentro deste enfoque, aceita-se “a magia como parte integrante da vida”, ampliando as possibilidades perceptivas e vivenciais (MARCELLO, 2014, p. 4). Mas não só na escrita se faz o realismo fantástico funcionar: pinturas, esculturas e demais expressões estéticas podem entrar neste tipo de composição.

Como exemplos, as pinturas de Frida Kahlo nos remetem à estética deste cenário de realidade mágica e autores de relevância, como Gabriel García Márquez (MÁRQUEZ, 2010), Franz Kafka (KAFKA, 1976), Conceição Evaristo (EVARISTO, 2017), Murilo Rubião (RUBIÃO, 2016), Dias Gomes (GOMES, 1962; 1975; 1976), Érico Veríssimo (VERÍSSIMO, 1995), Octavia Estelle Butler (BUTLER, 2017), Úrsula Le Guin (LE GUIN, 2008), Isabel Allende (ALLENDE, 1982), Julio Cortázar (CORTÁZAR, 2019) e a própria Gloria Anzaldúa (ANZALDÚA, 1987; 2000; 2013),

marco e referência da presente tese, deixam sua marca no imaginário mundial, renovando os processos literários e abrindo novos olhares sobre a vida.

Escrever relatos em Realismo Fantástico segue uma das diretrizes de Gloria Anzaldúa (2000) em sua carta para as mulheres do terceiro mundo, estimulando-nos a expressar nossa singularidade, sem nos adequarmos aos padrões de opressão:

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetizas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel. Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas. Encontrem a musa dentro de vocês. Desenterrem a voz que está soterrada em vocês. Não a falsifiquem, não tentem vendê-la por alguns aplausos ou para terem seus nomes impressos (ANZALDÚA, 2000, p. 235).

Além de não escrever com foco numa audiência específica, mas sim na própria capacidade de produzir liberdade, conhecimento e interlocução, Anzaldúa (2000) incita as mulheres a colocar sua singularidade a serviço de uma escrita híbrida, mestiça. Sendo assim, percebemos, tanto como a autora, que as aproximações e as misturas enriquecem o processo. Especificamente, persistimos em acreditar na conexão entre Psicologia e Literatura. Em nossas escrituras, também apontamos “o quão frutíferos são os campos de estudo que realizam a interface da literatura com as ciências sociais” (PALMEIRAS, 2018, p. 203).

Octavia Estelle Butler, afroamericana, originou em meados dos anos setenta, um estilo de Realismo Fantástico. Suas obras revolucionárias misturam ficção científica com feminismo, racismo, violência de gênero e religiosidade. Numa de suas histórias, *Kindred* – Laços de Sangue (BUTLER, 2017), a heroína é uma mulher negra que nasce, morre e renasce por diversas vezes. Em todas as suas encarnações está submetida de alguma maneira ao homem branco, seu almoz, e precisa assistir às condições de vida aviltantes de seus antepassados. A personagem se questiona sobre o porquê de sua missão e, de forma repetitiva revive, em tantas vidas diferentes, as mesmas restrições do racismo. Em diversas épocas, no entorno desse homem branco e privilegiado, a personagem está preocupada em garantir o desenrolar das histórias de opressão para conseguir renascer e, por essa razão, sente-se oprimida. As vidas diferentes reencenando tragédias similares mostram, de maneira agonística, que a heroína está longe de alcançar justiça.

O Realismo Fantástico também é conhecido por Realismo Mágico, possuindo diferenças notáveis nos contextos localizados. Na abordagem latina, as histórias se passam sob um viés bastante dramático e sentimental, característicos da própria latinidade. Temas como a procura de riquezas e tesouros, ressurreição de mortos, construção de novas cidades, histórias indígenas, crimes passionais, violências, aparecem com bastante frequência em textos de Realismo Fantástico latino, fazendo sentir intensamente as marcas opressoras da colonização e, posteriormente, das ditaduras.

Já no Realismo Fantástico brasileiro, notamos uma mudança de rumo do drama extremo para o humor. A latinidade dramática e a colonização também deixam rastros, porém há a presença de reflexões aprofundadas provocadas por meio do riso, demonstrando a singularidade da cultura nacional. Os temas envolvem uma série de situações expressas por equívocos, invasões, festas, estrangeiros, construções que fracassam, animais assumindo o poder, etc. Os líderes carismáticos em franco enlouquecimento e a vida de comunidades completamente alheias à norma também aparecem constituindo a riqueza expressiva desse gênero no Brasil, com histórias facilmente atualizáveis pela qualidade das reflexões suscitadas.

Autores como o baiano Alfredo de Freitas Dias Gomes e o gaúcho Érico Veríssimo trouxeram obras em Realismo fantástico que foram representadas e televisionadas, gozando de ampla aceitação popular. Dias Gomes escreveu: “Roque Santeiro” (GOMES, 1975), “Saramandaia” (GOMES, 1976) e o “Pagador de Promessas” (GOMES, 1962), dentre outros. E Érico Veríssimo destacou-se em “Incidente em Antares” (VERÍSSIMO, 1995). Os personagens aparecem em novelas e séries com falas estereotipadas, maneirismos e bordões, surpreendendo com suas convicções estranhas e formas bizarras de se colocar acerca da existência.

Veríssimo escreve em 1971 a obra “Incidente em Antares” (VERÍSSIMO, 1995), suscitando o pensamento crítico sobre a vida em sociedade. Nessa história, alguns mortos não são enterrados por greve dos coveiros e os defuntos decidem então vagar pela comunidade exigindo seus direitos de sepultamento. Despreocupados com as regras sociais, posto que já estavam mortos, as figuras caricatas dos cadáveres passam a incomodar os vivos exibindo um comportamento questionador, libertário e curioso.

Já o goiano José Jacinto Veiga escreveu em 1966 “A Hora dos Ruminantes” (VEIGA, 2015), brindando a sociedade com uma reflexão envolvente. Ele nos afeta sobre como catástrofes de grandes proporções se dão quando ignoramos sinais

aparentemente inofensivos dos movimentos de opressão. Na história, inicialmente os cães de origem misteriosa invadem as localidades, urinando e defecando nas habitações, além de morderem os cachorros de estimação dos donos das casas. Os habitantes, assistem passivamente sua proliferação. Por medo do desconhecido, se esforçam para aprenderem a conviver com esses animais, apesar dos constantes aborrecimentos que se agravam com o tempo. Depois do sumiço inesperado dos cães, surgem os bois, animais ruminantes de tamanho muito maior. Esses vão se multiplicando e tomando lugares inusitados na sociedade enquanto as pessoas perdem seus lugares e seus direitos mais básicos.

Por meio de alegorias criativas, mesmo em momentos difíceis para se falar abertamente devido às possibilidades de represálias, as obras do Realismo Fantástico funcionaram como catalizadores de olhares múltiplos sobre o ordinário e o extraordinário. Esse estilo produz estranhamentos, suscita análises aprofundadas dos hábitos, dos comportamentos, da política, da ética das relações e da estética das estruturas sociais.

Talvez como reação ou efeito colateral de processos inomináveis vividos durante esse período de quatro anos do doutoramento, jorraram relatos em Realismo Fantástico, exibidos a seguir. Esse material pessoal foi legitimado e gentilmente convidado pela orientadora a participar da tese, compondo com a parte teórica. Eles servem ao mesmo tempo como Diário de Campo e como processo de análise dos dados.

Estão enumerados os relatos e apresentadas breves sínteses do que tratam, bem como modos como se articulam à tese em si. Entretanto, para preservar o impacto das narrativas ou seu efeito “surpresa”, pode ser interessante partir para o trabalho propriamente dito e retornar às sínteses e suas explicações num momento posterior. A outra parte das escrituras que não obedecem marcadamente à classificação de Realismo Fantástico foram enumeradas e classificadas numa série distinta.

RELATOS EM REALISMO FANTÁSTICO

(ordem alfabética)

1. A BRUXA E OS PIOLHOS MÁGICOS.....p.85

Aparece o desenho de alguns territórios de opressão nos quais as mulheres podem se reconhecer. Inicialmente, se dá a escritura de acordo com a vivência psicopatológica da depressão, com desdobramentos em infecções. Depois se problematizam resistências possíveis diante do papel feminino, masculino e infantil diante de um funcionamento familiar e social sufocador do desenvolvimento criativo.
2. CARTA SUSPIRADA PARA CLARICE.....p.63

Diante da partida abrupta de uma criança do abrigo, imagina-se a carta de despedida. Nesta carta são colocados elementos problemáticos acerca da institucionalização de crianças, das regras do Apadrinhamento Afetivo Formal e do cerceamento afetivo como um todo, proporcionado pelo poder judiciário.
3. CHOVENDO FOTOS.....p.109

Há uma transmutação de gente em chuva e, gotejando, se unem em uma documentação da própria imagem, com transparência e fluidez. A convocação para a foto é vivida num movimento de alegria e aglutinação, tornando cada participante em gota-parte de um todo cuja decisão coletiva é não deixar ninguém para trás.
4. CUIDADOS AO PESQUISADOR.....p.155

O papel do pesquisador em seu contexto de pesquisa, produção e orientação é trabalhado de forma a precaver os novatos sobre as atrocidades provenientes do ambiente acadêmico. São disponibilizados alertas acerca desse massacre cujo objetivo é a reiteração de práticas excludentes e não a promoção da criatividade.
5. JUMENTOS EM IGUAPE.....p.104

São relatadas a animalização dos integrantes do grupo diante do descaso do poder público em uma viagem tradicional na qual se pretende apresentar a Roda de Capoeira ao ar livre. Adicionando o devir-animal, o grupo se fortalece e mostra a resistência dos participantes, com apelos à força, à capacidade de se movimentar e de se unir agindo em modos diferentes do cotidiano.
6. MACACOS.....p.133

Sentir o treinamento e a circulação da energia afetiva se mostra algo mais válido que seguir racionalmente as instruções para os exercícios. As ordens não são entendidas, levando os participantes a não realizarem os movimentos. Percebendo a paralisia do grupo, o professor faz sentir a proposta numa percepção mais afetiva e simples, irrompendo habilidades mágicas em todos.

7. RACKLAINE.....p.54

Com nome inusitado, a criança do abrigo vivencia, até na nomeação, o descaso acerca de sua existência. Abandonada junto do seu grupo numeroso de irmãos, a criança se destaca no abrigo por ser especialmente rejeitada. A nova monitora insiste em retirá-la desse posicionamento e, num apadrinhamento informal, prepara a criança e a si mesma para ocuparem novos lugares.

8. TIA MADRINHA E O GUARDA-ROUPAS MÁGICO.....p.44

A acolhida carinhosa da tia contrasta com o *habitat* de origem da criança e a faz sentir-se bastante ameaçada diante do novo. A simples possibilidade de guardar seus pertences no guarda-roupas se torna assustadora mostrando como é grande a fragilidade que acompanha a saída de um território para a ocupação de outro lugar, mesmo este último sendo melhor que o anterior.

RELATOS DA SÉRIE PRÓPRIA

(em ordem alfabética)

1. ABALOU SIM (CRÔNICA).....p.110
 É trabalhada a questão da afirmação e aceitação do abalo emocional produzido por uma série de silenciamentos e a vontade de romper com eles a partir do acolhimento coletivo à própria história. Notar o abalo e sentir energia para pensar em modos de expressão da dor: algo que aconteceu diante do pertencimento acarretado pela aceitação da singularidade pela Roda de Capoeira.
2. ALEIJADINHA (CRÔNICA).....p.188
 Descreve-se o apelido com o qual a pesquisadora era conhecida na adolescência e o solo de criação de uma nova identidade. Este chamamento para vestir a carapaça social era contraditório com os afetos criativos e de resistência atravessando um corpo em reconstrução. Há impasse entre se expressar e se adequar ao território no qual era jogada. O isolamento diante da rejeição dos pares da idade mostrava as dificuldades que se iniciariam neste processo de ser tratada como aleijada.
3. A RODA NO TEXTO E O TEXTO NA RODA (PROSA POÉTICA).....p.144
 O impacto da leitura do texto dentro da Roda de Capoeira mostra que tornar as pessoas assunto de uma produção escrita pode ser algo vivenciado como uma alegre homenagem pelos participantes. Porém, tal feito causou bastante desconforto na pesquisadora, uma vez que problematizou os preconceitos envolvendo o seu papel diante da pesquisa, da academia e da comunidade.
4. CAPOEIRA – CENA 1 (CRÔNICA).....p.62
 O coletivo se desembaraça de suas atividades ordinárias para uma experiência extraordinária de vivência do tempo e do espaço. Em união, o tempo é vivido de forma a ultrapassar as marcações binárias e usuais de divisão padronizada entre atividades e intervalos, os espaços são ocupados de forma dilatada, mostrando que o hibridismo destas duas instâncias traz a autonomia aos participantes.
5. CARACOL NA CAPOEIRA (CRÔNICA).....p.96
 A vivência da superação de barreiras é retratada na atuação de um deficiente cadeirante interagindo ativamente com os participantes da Roda de Capoeira. Dentro e fora da sua cadeira, ele se apresenta ao grupo com alegria e é acolhido proporcionando a todos a construção de novos territórios de existência.
6. CLARICE QUER FALAR (CRÔNICA).....p.49
 A dicção problemática de uma criança do abrigo se mostra como singularidade em sua fala e em sua postura de vida. Disposta a interações afetivas mais diversificadas, a criança age com suas infrações à língua oficial, indo na contramão de várias outras regras. Independentemente de suas questões fonoaudiológicas, a criança é extrovertida, verbaliza seus interesses aproximando-se da comunidade alegremente e ocupando as brechas momentâneas em sua circulação no coletivo.

7. CORDA UMBILICAL (CRÔNICA).....p.101
- A troca de cordas, ritual de evolução da capoeira, é um momento vivido com bastante intensidade ao ponto de se parecer com um novo parto, num desejável renascimento. De corda a cordão umbilical, o ritual de roupas brancas ganha novos sentidos que vão muito além da pretensa uniformização.
8. DEIXANDO PAPAI MORRER (POEMA).....p.205
- A descoberta de um tumor irreversível muda a expectativa de interação com o próprio pai e com a vida. Certa dose de sordidez é permitida diante da morte que se anuncia, mostrando sua face surpreendente e penosa, aleatória e cruel.
9. DENTRO DA LEI NÃO TEM COMO ERRAR (CRÔNICA).....p.74
- Trata-se de um relato que mostra como seguir todos os trâmites legais pode significar envolver-se em tragédias afetivas de largo espectro. A legislação, construída de forma elitizada e aplicada friamente, revela que o cuidado com a vida psicológica e os afetos dos envolvidos deveria hibridizar-se ao processo de garantia de direitos.
10. DICAS DE SEGURANÇA (CRÔNICA).....p.113
- Na análise dos perigos do ambiente, a defesa dos mais frágeis, a manutenção da vigilância para não retroceder e o acolhimento ao diferente aparecem numa fala simples do professor sobre o corpo coletivo. Dando orientações pontuais sobre como os participantes da Roda de Capoeira devem se colocar em apresentações ao ar livre, acaba fazendo, sem perceber, uma metáfora sensível sobre a vida.
11. ESTRANGEIROS (CRÔNICA).....p.179
- Jovens japoneses com autismo dentro da mesma família recusam os atendimentos oferecidos, causando desespero. Em interações despreziosas com a Roda de Capoeira, mostram potencial de contato afetivo e o passeio de um deles dá uma pausa na rotina de padrões e de escravidão vivida por todos da família, especialmente, pelas mulheres.
12. MEU LUGAR, MINHA VEZ (CRÔNICA).....p.97
- Com as expectativas de uma presença que já adquiriu o costume de ser rechaçada, a ansiedade toma conta diante da chance de experimentar um novo lugar dentro de um grupo. Isso faz vivenciar o medo de ser novamente preterida, porém, a surpresa aparece na postura do coletivo inovando num ritual de batismo afetivo e acolhedor.
13. MOLEZA (CRÔNICA).....p.126
- Jovem desassistido demonstra seu potencial de vida ao ser incorporado temporariamente pela família do professor e desafiado pelo grupo a trabalhar. Com o apelido, após ser nomeado, o rapaz encontra novos sentidos, saindo de posturas estereotipadas de seu lugar social para tornar-se alguém mais acreditado diante de si mesmo e do grupo.

14. NA RODA COM O MOÇO BONITO (CRÔNICA).....p.121

Novos amores surgem permitidos e experienciados entre deficientes e não deficientes. A potência da mudança de olhar forma afetos inesperados. O foco pousa no fato de o deficiente poder ir além de despertar a postura de comiseração, culpa ou repulsa. Ser digno de amor e ser capaz de retribuir também são possibilidades dentro da deficiência.

15. O FORMIGÃO (CRÔNICA).....p.140

O formato surpreendente do corpo de um dos participantes é problematizado pelo apelido. Sua participação persistente e dedicação ao grupo funcionou, tornando-o membro homenageado pelo professor, que reconheceu sua força de vida. O grupo compactua com o professor acolhendo a premiação e o premiado, indo na contramão da competitividade e da busca frenética por desempenho.

16. PAI NO HOSPITAL (POEMA).....p.206

É uma homenagem à partida do pai cuja situação dramática de doença agressiva e velhice fez irromper sentidos acerca da presença dele e dessa ausência pressentida. Lidar com a iminência da morte fortalece a pesquisadora diante da rejeição no ambiente familiar biológico, possibilitando novas conexões e aceitação diante dos processos de vida.

17. PEQUEÑO MANUAL AFETIVO PARA A ASSISTENTE SOCIAL MARMORIZADA (CRÔNICA).....p.60

O objetivo da escritura é contatar o tipo de assistente social que apenas aplica as leis, sendo incapaz de sentir e de questionar as regras vividas institucionalmente. A problematização do funcionamento arcaico do poder judiciário acontece para revisar procedimentos e criar brechas onde possam circular sentimentos como alegria, aceitação e confiança.

18. QUANTAS AVÓS VOCÊ TEM? (CRÔNICA).....p.68

Com uma pergunta atípica, o casal homoafetivo problematiza os preconceitos da assistente social que os atende. Numa postura de superioridade moral, a profissional questiona a adoção de sucesso em seus trâmites finais. A homoafetividade aparece enquanto possibilidade para reconstrução familiar, e a assistente social é questionada sobre sua atuação.

19. QUEBRANDO A CARA (CRÔNICA).....p.176

As tentativas de silenciamento da vida universitária invadem os pensamentos e influenciam na qualidade da participação nos exercícios da Roda de Capoeira. O medo de se machucar impede a ousadia dos movimentos, mas com orientação e cuidado aparecem estratégias para se manter ativa e se proteger.

20. RODA DE SANTA CATARINA (POEMA).....p.39

O método de tortura também conhecido como Roda de Despedaçamento ou de Santa Catarina é usado para moer os corpos de pessoas dissidentes da norma. A figura da Roda dos Enjeitados aparece como outro método de moer gente, por desacolher e expor à tortura os bebês que vieram ao mundo desafiando as restrições sociais sobre sexualidade e reprodução.

21. ROUBANDO FARELOS (POEMA).....p.150

A vida subserviente, menosprezada e inferiorizada teima em sobreviver, assim como os ratos. Com sua resistência e esperteza, aparece a possibilidade de viver no desafio de circular e atravessar fronteiras, aproveitando todas as chances disponíveis para se nutrir.

22. VEREADOR TEM SENTIMENTOS (CRÔNICA).....p.177/178

CENA 1

Vereadores usam a companhia das crianças do abrigo para promover-se diante da comunidade. No entanto, após levar um garoto para passar o Natal em sua mansão com piscina, o vereador decide não devolver. Sente o impacto desse tempo de convivência afetiva, mas depois cede às forças retrógradadas, não deixando nenhuma brecha para o ponto de vista do menino.

CENA 2

Diante do apadrinhamento natalino, o candidato a prefeito e sua esposa recebem crianças do abrigo em sua casa. O choro noturno das crianças é interpretado pelo casal como sinal para cultivarem a prole biológica, não vendo nada em comum entre o próprio sofrimento e a dor dessas crianças. Sem problematizar, os políticos se fecham em guetos acreditando-se melhores do que a população que os cerca, num mundo de fantasia onde merecem os privilégios dos quais usufruem.

ENTRANDO NA RODA

Iniciaremos este trabalho com um *loop* que, esperamos, não seja a corrida atrás do próprio rabo, mas a rotatividade da junção de várias rodas conectadas. Num mecanismo vivo e de entrelaçamento dessas rodas, pretendemos girar com movimentos de potência capazes da derivação em espirais prolongadas e conectivas. Torcemos para que essa espiral chegue até aí e, assim, nos justificamos por termos nos alongado tanto na capoeira quanto no texto. Realmente nos esticamos muito com os afetos e as palavras, com vontade de tocá-lo e, juntos, alcançarmos mais pessoas. Afinal, não sabemos o quanto estamos distantes.

Para Guattari (2019), os afetos se ligam às durações e temporalidades heterogêneas. Essas durações equivalem a uma instância intensiva, diversa, não discursiva, qualificada e digna de apreciação. Marcados pela heterogeneidade, nos jogam e nos afundam em abismos irremediáveis. Neste movimento em que temos arrastados o nosso organismo e a nossa atividade semântica ao mesmo tempo, o afeto não pode ser considerado meramente um estado passivamente sofrido, como mostra sua representação convencional dada nas disciplinas da Psicologia.

Sendo assim, na **Roda 1**, ou primeiro capítulo, a figura da Roda dos Enjeitados interage ao longo da história heterogeneamente, revelando como os afetos transgressores circularam e foram tratados desde o século XVIII. Fizemos um recorte histórico sobre o Apadrinhamento Afetivo e sobre a questão de como o início da vida humana foi e é tratada em sua vulnerabilidade. Isso nos mostrou como a Roda dos Enjeitados apresentava múltiplas faces, movimentando-se, inclusive, até o presente. Os afetos moveram a Roda e a fizeram girar além da órbita prevista, nos apontando novos vetores e nos apresentando outras possibilidades de giros, como na Roda de Capoeira.

Circulando no tempo e no espaço até a **Roda 2**, chegamos ao grupo de Capoeira Nação Cultural. O segundo capítulo possui um subitem específico para falar do grupo, mas todo ele se dedica a cercarmos este coletivo em torno das construções peculiares realizadas. O funcionamento da capoeira na história do Brasil dá o peso e a força do saber localizado num trabalho de resistência e de acolhimento coletivo bastante singular. Acompanhar como os afetos atravessam conectando os membros do grupo traz a leveza necessária para tornar dialogáveis e acessíveis mesmo assuntos de grandes sofrimentos, considerados tabus. Aparece a violência que atinge em cheio a vida dos deficientes, mas que permeia a vivência comunitária como um todo. Notamos que

punindo as singularidades, transformamo-nos a todos em seres deficientes. As ações de homogeneização se delineiam redirecionando os afetos aos fluxos do capital e nos desconectando afetivamente de nós mesmos e uns dos outros. O grupo nos mostra alternativas para escaparmos do percurso de apatia ou de autodestruição (física e psicológica) e do planeta, mostrando a profundidade do isolamento ao qual estamos submersos, mas também do qual podemos sair.

Chegamos, então, à **Roda 3**, a Roda da Academia, na qual estes dois eixos, Roda dos Enjeitados e Roda de Capoeira, encontram-se entrelaçados, possibilitando a escrita desta tese. A Roda da Academia atravessa nosso caminho pela vontade de fazer esse conhecimento todo girar e se espalhar. Todavia, ela não apenas se move, ela também foi travada em seus movimentos, bloqueada, excluída, quebrada. Às vezes, a vontade de compartilhar é capturada e inserida em giros perversos, esmagando os saberes localizados das gentes que constroem e limpam, mas não se sentam nunca nos bancos das universidades.

Sendo a pesquisadora proveniente da classe explorada e sob o estigma de menos valia da deficiência, da pobreza e do feminino, transitou por entre os bancos e corredores limpando e escondendo traços da própria história, numa edição constante para ser aceita neste meio tão seletivo. Mas nessa “saia justa”, sentando-se toda incomodada diante das sensações não passíveis de anotação no histórico escolar e tampouco numa tese formal, jorraram escrituras e anedotas bizarras, acolhidas por um modo participativo de orientação e co-orientação. O terceiro elo tem o intuito de problematizar a trajetória biográfico-acadêmica enquanto possibilidade de construção científica a ser preservada.

Nessa circulação entre Rodas, o mecanismo giratório será, então, acionado com a ajuda de muitas mãos, braços, pernas, próteses, muletas e cadeiras de rodas; girando, puxando, esticando e, a partir daí, fazendo alianças, elos e espirais. Dessa espiralização, dos movimentos em *loop*, objetivamos estar consonantes às perspectivas teóricas suscitadas por *Borderlands: the new mestiza*, de Gloria Anzaldúa (1987). Buscamos explicitar, com o apoio na metodologia desta autora, alguns caminhos acessíveis ao trânsito da Psicologia como área de conhecimento imprescindível para a alteração de trajetórias e, por isso mesmo, dos destinos.

Temos como **objetivo**, então, pesquisar os movimentos de pertencimento que se entrelaçam nas Roda de Capoeira, dos Enjeitados e da Academia em forma de apadrinhamentos. Tentaremos conectar fragmentos, tais como: a questão afetiva dentro

do Apadrinhamento, o efeito psicológico das fronteiras estabelecidas socialmente entre contingentes humanos e as formas de construir o Apadrinhamento Afetivo. Esta pesquisa objetiva, então, relacionar o Apadrinhamento Afetivo nestas três rodas, com inspiração nas obras de Gloria Anzaldúa (1987), especificamente no livro *Borderlands*.

Nosso intuito emergiu, inicialmente, do Apadrinhamento Afetivo envolvendo o contexto de acolhimento institucional e de adoção e se derivou ao interesse em fatores de promoção da acessibilidade capaz de transformar terrenos sitiados, baldios, armados, desocupados em territórios de sintonização e circulação de energia de vida coletiva. As relações e as políticas tanto sociais e subjetivas, quanto formais e informais, configuradas como Apadrinhamentos Afetivos, se dão no contexto da Roda dos Enjeitados, culminam no Cadastro Nacional de Adoção e chegam, reformuladas, à vivência da Roda de Capoeira. Esta última pratica um modo específico de atuar diante da deficiência, que descreveremos ao longo do trabalho e chamaremos de Apadrinhamento Afetivo.

Entendemos, aqui, por Apadrinhamento Afetivo o território onde o afeto pode circular atravessando fronteiras e provocando variações da potência de vida em atos de profunda transformação, ressignificando tempo, espaço e capacidade de transitar. O território é um conceito dinâmico, pois “o território só vale em relação a um movimento através do qual dele se sai [...] não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída [...] sem esforço para se reterritorializar em outra parte” (DELEUZE, 1989, p. 76). Percebe-se que além da questão geográfica, existem os afetos que provocam o movimento e se esforçam para entrar, sair, compor com o território, supondo que o conceito “transitaria do político para o cultural, das fronteiras entre povos aos limites do corpo e ao afeto entre as pessoas” (LIMA; YASSUI, 2014, p. 597).

Sendo assim, o Apadrinhamento Afetivo acontece pela promoção de encontros e circunstâncias capazes de serem cartografadas por meio de coordenadas coletivas em que se definam bolsões de força, canais protegidos para suportar a passagem de alegria, com ativação de movimentos, marcando a potência de agir. Nesses territórios podemos, com segurança, tornar visíveis as feridas existenciais objetivando cuidar delas, trabalhar em seus reparos e acompanhar suas possibilidades de cicatrização dentro do contexto coletivo.

E, desejando profundamente que a pesquisa se mostre em seu colorido hibridismo, cuida-se para que seja tecida em um idioma não homogêneo, mas mestiço,

como propõe a autora de nossa referência metodológica: “Eu quero escrever no estilo *mestiza*, em meu próprio vocabulário” (ANZALDÚA, 1987, p. 189, tradução nossa). Salientamos o fato de esse vernáculo singular não requerer considerar-se exclusivo à equipe do trabalho. Pode-se dialogar com quem se propuser a participar dessa roda de ideias, deixando-se hibridizar e movimentar por ela, arriscando rodopios inéditos para o surgimento de novos pontos de impulsão. Trata-se de um idioma crítico, um portal de diálogo buscando em todo momento ser mais do que entendido, ser captado e mesclado com a percepção de quem por ele se permitir afetar.

Transversalizando os afetos que nos atravessaram no grupo de Capoeira com os achados iniciais de pesquisa sobre o Apadrinhamento Afetivo, nos demos a oportunidade de olhar para o fenômeno que se colocava à nossa frente e de acompanhá-lo até certo ponto. Mesmo com esta mudança de rota, mantivemos o compromisso de nos posicionar diante da escassez de pesquisas na área do Apadrinhamento, oferecendo mais uma opção com este trabalho. Também entendemos a necessidade de apontar a incipiência de ações visando à desinstitucionalização de crianças e adolescentes com situação jurídica indefinida, nosso foco inicial anterior. Apercebemo-nos dentro de um cenário no qual a implantação da legislação de proteção à criança, ao adolescente e ao deficiente encontra mais entraves do que facilitadores.

No grupo de capoeira presente na tese, foi percebida a transversalidade dos afetos, pois a conexão aconteceu em diferentes níveis e diversos sentidos. Isso nos confirmou que a “transversalidade é uma dimensão que pretende superar dois impasses, o de pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade”, considerando que as instâncias verticais e horizontais são subdivisões que apartam e suprimem a comunicabilidade entre os níveis diversos (GUATTARI, 1985, p. 96).

Acompanhamos os afetos provenientes do encontro dos corpos na Roda de Capoeira, derivando em múltiplas capacidades, fabricando novos contornos ao desafiar as ideologias e promover encontros improváveis, aproximando corpos usualmente enjeitados do espaço social. Despertando olhares por meio dos encontros ativadores de Apadrinhamento Afetivo, com a vida em movimentação, se promoveu o desenvolvimento de vínculos afetivos diversificados, com rodas comunicando-se entre si. Isso funcionou como resposta desejável a uma trajetória de violência social onde as crianças, os adolescentes, os deficientes, as mulheres, são reiterados a locais de cristalização dos perfis de principais vítimas da família e do Estado. Entretanto, o

encontro dos corpos ocultados pela institucionalização e pela desincorporação – cujo resultado era a invisibilidade – pôde produzir movimentos inéditos, nem sempre favoráveis à vida, trazendo ao diálogo até o homem-branco-adulto-não deficiente.

Por isso, mesmo alterando o objetivo, ainda nos mobilizamos a questionar sob o ímpeto inicial: Quais são as atuais Rodas dos Enjeitados? O que realmente acontece após a entrada no Cadastro Nacional de Adoção e durante o acolhimento institucional? Por que o Apadrinhamento Afetivo recebe pouco apoio para concretizar-se? Como funcionam os bastidores da vida do institucionalizado e no que ela é similar à vida do deficiente? Qual o efeito do encontro desses corpos ocultados pela sociedade? Quais intersecções envolvem a produção de deficiências e a opressão do deficiente?

Mesmo diante de tantos questionamentos, da institucionalização de pessoas, da padronização dos afetos, da precarização da convivência afetiva social, também se dão formas de resistência a tudo isso. Submersos num caldo colorido em que as políticas e práticas de precarização da vida avançam e direitos civis retrocedem historicamente, a Roda de Capoeira aqui estudada se reveste e se tingem como um viés mais acolhedor, configurando, como diz seu nome, uma *nação cultural*. O pertencimento social transversaliza as relações em tal espaço afetivo, onde se permitem a expressão singular e a criação coletiva, sendo um território envolvente que politiza a vida pela ética e pela estética da heterogeneidade.

No grupo há abertura *ética* à diferença fomentando o Apadrinhamento Afetivo e o surgimento de afetos com trajetórias singulares. Na esfera *estética*, o grupo marca a cidade com múltiplas biografias que se observam quando os corpos ocupam o espaço público expondo suas cores e desenhos. Estas biografias, desenhadas pelos afetos expandidos e entrelaçados nas praças, promovem a abertura de locais públicos trancados a chave, e possibilita adentrarmos numa intervenção *política* produtora de elos e ressonâncias, de apoio e de alegria, de afastamento e de destruição.

Contudo, a Roda que recolhe e acolhe pode também ser a Roda que mói, ao modo do funcionamento social contemporâneo. Com histórias de vidas enjeitadas entrando em transversalização, alguns impasses da convivência também se apresentaram. Sendo assim, não há como perder de vista a existência de vários nomes atualizados para a mesma Roda 1, A Roda dos Enjeitados. Oficialmente desativada, mas funcionando como mecanismo fantasma em práticas atualizadas de segregação, existem projetos circulares de finalização da vida cuja operacionalização merece destaque.

A Roda 2 com sua Capoeira, por construir pertencimento, produz encontros e movimentos num lugar de resistência e produção de potência de vida. Haja vista a permissão ao conflito, ao estranho, ao estrangeiro e ao *monstro*, permitindo a dança dessas dores, o surgimento de amores, intervindo na cidade e forçando, com seu peso, alguns setores a se abrirem. Monstro é entendido aqui como uma forma fantástica de manifestação corporal atípica, descomunal, de apresentação potencialmente assustadora por causar choques nos paradigmas de homogeneização. Haraway (2009) traz para seus estudos científicos figuras monstruosas, como o ciborgue – a mistura de homem com máquina – na intenção de materializar novos sentidos para natureza, os corpos e as relações de diferença. Em conexão com esses monstros, reconfigurados em suas escrituras, Haraway defende uma relação de conexão, e não de divisão, entre sujeito e objeto do saber, mostrando uma nova política na construção de cultura e conhecimento.

Esgarçando e rasgando ética, estética e politicamente os vários tecidos impostos, o grupo consegue tecer um território mais leve e confortável de se habitar. Dessa forma, produz um lugar para envolver, aquecer e caber, um coletivo vivo e criativo, que só existe porque há uma rede na qual se constroem e se desconstroem juntos. O pertencimento também se dá, além do espaço da Roda de Capoeira, no acolhimento e no cuidado à infância, aos seres humanos múltiplos e heterogêneos, para as quais a família forma tradicionalmente um lugar de pertencimento, acolhimento. Mas sentimos na pele que a família também é dispositivo de violações de direitos e pode ser um local de afeto destrutivo.

A questão histórica que ainda não conseguimos superar, “o que fazer com as crianças”, “o que fazer com os deficientes”, “quem cuida de quem” são questões que se colocam por meio da existência de algumas práticas de cuidado que, culturalmente, oprimem os corpos das mulheres, interpretadas como cuidadoras em potencial. Construiu-se um território de feminização do cuidado por meio de complexo equipamento ideológico, científico e cultural cuja operacionalidade foi garantida pela violência (BADINTER, 1985; FEDERICI, 2004; ITRIAGO, 2017; MOTTA, 2001; RIZZINI, 1995; SILVA, 2012).

Reiteramos a nossa intenção de transformar a tese em um estudo miscigenado e até monstruoso em suas deformidades e em seus recortes, construídos e coloridos numa forma peculiar e orgânica de estudar o desenvolvimento afetivo, suas permissões e obstruções, suas peculiaridades de acesso. Acoplados ao Apadrinhamento Afetivo que a Roda de Capoeira nos proporcionou, nos alimentamos, saltamos e giramos em conexões

afetivas, rolando dentro do sistema capitalista. Esse sistema nos fez conhecer a Roda dos Enjeitados e a Roda da Academia, e tentamos fazer girar alguma vida nelas.

Tais metodologias de acolhimento construíram modos de circular com a diferença, tendo os afetos como conectores principais entre pesquisadora e demais participantes da pesquisa. Apenas com a mudança de lugar através da participação teremos meios para compreender os fenômenos. Isso possui um efeito axial na produção de conhecimento, pois, "Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assumo o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer", dando passagem para a criação de algo novo em seu lugar (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

O termo *capitalístico* aparecerá ao longo do trabalho e foi designado para determinar a organização social de modelos em prol do funcionamento do capital, no qual há uma imposição de modos de vida. Isso ocorre para que as pessoas “vivam unicamente num sistema de troca” no qual há uma tradução geral de todos os valores para a monetarização, “de modo que o menor de seus desejos seja sentido como associal, perigoso, culpado”; ou seja, a subjetividade capitalística forja o mundo da infância, da loucura, da produtividade, da mídia, das raças com subdivisões e repetições infinitas dando a sensação de “pseudo-eternidade” (GUATTARI, 1990, p. 33). Essa classificação e repetição têm a aparência de infinitas e imutáveis, atrapalhando a interação e transversalização das experiências coletivas quando se subdivide as pessoas por categorias de acordo com marcadores sociais e as induz a relacionamentos à base de trocas. Indo na contramão da subjetividade capitalística, construímos uma mestiçagem² escrita a partir da relação de apadrinhamento entre os membros da Roda de Capoeira e a pesquisadora em diversos contextos sociais.

O convite para a experiência da Roda 3 se amplia para a vivência universitária e comunitária acerca da deficiência, provocando a problematização de marcadores sociais em diferentes escalas. No processo de escrita das limitações impostas por estados fronteiriços de existência, percebe-se que o Apadrinhamento Afetivo e a perspectiva de Gloria Anzaldúa (1987) se tornaram metodologias de afirmação da vida. Tais metodologias, assim como a Roda da Academia, funcionam compostas entre muitas partes capazes de formar um corpo sensível e passível de se movimentar. Isso se amplia

²² neste trabalho ao conceito de *mestiçagem* nos remeteremos às singulares misturas conceituais, nos fazeres com multiplicidade propostos nas obras de Anzaldúa (1987). Ressaltamos que o termo *mestiçagem* aqui não remete, em hipótese alguma, à política racista de branqueamento da população brasileira promovido pela facilitação das imigrações de povos europeus e asiáticos promovidas após o sequestro de negros africanos escravizados no Brasil.

para mecanismos de encaixe afetivo na diversidade atuando em diferenciadas produções de conhecimento e reconstruções psíquicas.

Gostaríamos que a obra fosse aceita em suas peculiaridades; que suas esquisitices atuassem na construção de pontes flexíveis e resistentes. Tais pontes seriam suficientemente transitáveis para permitir se adicionarem à discussão de forma ímpar, transportando as conexões da pesquisa de modo até bizarro. Para Anzaldúa (1987), os leitores estranhos, os leitores *queer*, querem mais do que interagir comedidamente à produção, querem ser parte dela lançando-se ativamente ao processo: “Leitores estranhos querem interagir [...] fazem até mais [...] adicionam-se ao diálogo” (ANZALDÚA, 1987, p. 181, tradução nossa).

Retomando o fato de este trabalho ser heterogêneo no cruzamento entre Psicologia e Literatura, acreditamos nos bons encontros produzidos por escrituras fantásticas, nossos arco-íris realistas e mágicos, considerando, sim, que “O arco-íris é uma ponte” (ANZALDÚA, 1987, p. 174, tradução nossa). O arco-íris como território luminoso, fenômeno que se exhibe em forma semicircular, uma meia roda, em que não se identifica seu começo ou seu final, em que as cores se distorcem e se afirmam nessa mistura. Mistura colorida, feixes de luz permeados por escritas míticas sinalizando a existência dos mais improváveis tesouros, encontrados nas fugidias pontas do arco-íris.

A construção de territórios existenciais possibilita vários tipos de movimentos, além das idas e vindas. Quando o território é desprestigiado de acessos, pode tornar-se remoto, esquecido, ignorado. Em uma leitura conectiva não se reforça a necessidade de banir territórios e esquecer vidas; podemos considerar os arredores. É preciso entrar em contato com as afetações sem negá-las, pois, “Esses sentimentos [aceitação, respeito e valorização] são centrais na interação entre escritor, leitor e o texto” (ANZALDÚA, 1987, p. 180, tradução nossa). E desejamos visibilidade, interação e respeito por meio deste trabalho, que é coletivo.

Nosso intuito também é colocar em combinações inéditas os limites impostos convidando contingentes de seres humanos atingidos por eles a se fortalecerem em sua fraqueza para se tornarem visíveis como seres narrativos e resistentes. Seres capazes de entrar na Roda, jogar capoeira e causar transformação entre as mais diversas fronteiras. Sendo assim, a leitura e a produção escrita, bem como sua disseminação na comunidade e no campo de produção científica oferecem território para a construção de novos corpos de resistência. O território para esse corpo de resistência transitar precisa permitir novas possibilidades conectivas e regenerativas, ou seja, produzir uma nação

paradoxal na qual se prescindia de muros, identidades, bandeiras e hinos, pois se suportam as diferenças por meio das reterritorializações.

Sendo assim, de acordo com os argumentos apresentados, a Roda de Capoeira e o Apadrinhamento Afetivo podem ser considerados como corpos de resistência porque o corpo de resistência é ético (conectivo), estético (mestiço) e político (coletivo).

Dentro desta proposta de escrita, passemos à Roda 1, dando início ao nosso primeiro giro.

1. RODA 1 – A RODA DOS ENJEITADOS

A Roda era um mecanismo circular, com uma pequena porta cilíndrica, utilizado para o recolhimento de crianças abandonadas. Usado mundialmente e durante séculos ficou conhecido como *A Roda*, *A Roda dos Expostos*, *Roda dos Enjeitados* ou *Roda dos Excluídos*. Tradicionalmente, a Roda era um aparato mecânico simples que funcionava embutido em um muro institucional. A pessoa que deixava a criança colocava-a na Roda e acionava o equipamento, girando-o; em seguida a criança passava para a parte interna do local. As identidades eram preservadas, pois quem entregava a criança não era visto por quem a recebia e vice-versa. Podia ser acionado um sino ou campainha para alertar o responsável pelo recolhimento que havia chegado uma nova criança. O abandono de recém-nascidos não era exclusividade; na Roda também eram inseridas crianças que já ficavam em pé.

Nesse mecanismo circular de desacolhimento e acolhimento, entregador e recebedor não se olhavam. A criança transitava entre dois mundos, atravessava a fronteira entre a vida comunitária e a reclusão institucional, escapando de um contexto de ilegitimidade e de morte a céu aberto, passava para um contexto de vida legitimada pelo recolhimento na instituição. Viver na fronteira, atravessar, ser expulso, voltar, assistir pessoas morrerem na travessia fazem parte da vivência da escritora Gloria Anzaldúa. Norte-americana filha de mexicanos imigrantes, Gloria viveu o impasse de nascer em um país que não a aceitava e, simultaneamente, não poder retornar ao país de origem dos seus antepassados. Dentro de sua própria família, também foi alvo de represálias por não se reconhecer nos ideais de submissão e heterossexualidade.

Então, o futuro de atravessar fronteiras não era assim tão promissor. Do desacolhimento social essas vidas passavam para ações que decidiam pelo seu desprestígio, uma vez que eram inseridas num território com fronteiras invisíveis, de onde não saíam facilmente para o círculo comunitário maior. Não estavam mais

expostas às intempéries, à fome e à morte por doenças tratáveis, entretanto, as crianças recolhidas pela Roda, assim como cidadãos mexicanos ilegais em solo norte-americano, encontravam-se expostas a um esquema que as integrava, paradoxalmente, ao sistema social de abandono. Eram privadas de sua liberdade e sua ocultação contribuía para a exploração posterior, o que não deixa de caracterizar uma forma de agregação complexa ao mesmo sistema que as expulsara anteriormente.

No contexto mais específico da Roda, as crianças acolhidas pelo reconhecimento de suas origens sociais desfavoráveis e desacolhidas da consciência social sobre os motivos para o seu abandono, o apagamento de sua história pregressa pelo ambiente institucional era parte integrante de um processo de anulação afetiva que não facilitava a construção psíquica com autonomia, tampouco sua participação social.

O território também não apreendia as necessidades de modificação dos valores e costumes que culminavam no abandono em massa, e a criança recolhida poderia tornar-se moradora perpétua da instituição. Sua saída estava condenada à entrada perversa na comunidade, em postos de trabalho caracterizados pela subserviência total. Tais postos, com chances de ascensão social praticamente nulas, poderiam significar a exploração de forma vitalícia. As violências sexuais, físicas e psicológicas eram recorrentes, pois esse contingente populacional não era enxergado como digno de preservação.

Morar dentro da instituição não significava estar protegido dos problemas do mundo, tampouco acessar meios protegidos para o desenvolvimento biográfico. Muitas vivências institucionais foram tão perniciosas ao ponto de incapacitar para outro tipo em contexto mais livre, condenando contingentes humanos ao isolamento pela alienação proveniente da vida institucionalizada. Este tipo de vida incluída para a exploração e excluída de autonomia levou muitas pessoas a apresentarem deformidades e, precocemente, à pena de morte tanto física, em consequência dos maus tratos, quanto social, por invisibilidade no contexto comunitário.

Observa-se que a Roda dos Enjeitados, na verdade, foi uma estratégia de fazer pessoas pertencerem a uma sociedade estruturada de forma preconceituosa. Crianças postas em rotação no mecanismo circular não estavam expulsas do mundo que girava em torno delas; as crianças na Roda eram crianças com vida, integradas a uma sociedade que se negava a reconhecê-las enquanto vida legítima. Com o passar do tempo e com a impossibilidade de ultrapassar as fronteiras físicas e afetivas do abismo institucional, a vida era, certamente, vida ilegítima, por ter sido negada, esmagada, limitada, subtraída da circulação e da convivência exterior.

Herança da era institucional, a Roda dos Enjeitados deixou suas marcas na sociedade. Percebe-se o ecoar das percepções de Rizzini (1995; 1997) quando a autora revela que a prática dos asilos/ instituições de acolhimento não teriam, necessariamente, servido à população a que se destinavam. As atrocidades cometidas pelas instituições demonstravam que as políticas não funcionavam para beneficiar o público-alvo de suas propagandas, mas sim para manter os privilégios de uma minoria beneficiada pelo funcionamento baseado em preconceitos.

Precisamos lembrar que a Roda dos Enjeitados não parou de funcionar, apesar de não mais haver o acionamento direto do mecanismo cilíndrico. Posto que desativado, as práticas giratórias que se mantêm rodando sob o próprio eixo de dominação são tão viciosas no viés da segregação como as portas giratórias daquele equipamento. Ao se ratificar e reiterar a questão do segredo institucional, do idioma institucional e das regras institucionais, constrói-se uma máquina social complexa, com peças encaixadas sem tantas brechas, pouco flexíveis à singularidade dos seres humanos ali envolvidos. Não há como perder de vista a existência de vários nomes atualizados para a mesma Roda dos Enjeitados. A Roda que recolhe e acolhe pode também ser a Roda que mói.

Diante disso, discutiremos como o estado brasileiro no qual estamos localizadas funcionou na reprodução dessas misérias.

1.1 A RODA DOS EXPOSTOS EM SÃO PAULO

Girando junto do desenvolvimento paulistano, também esteve acoplada a este equipamento citadino a ferramenta de controle social da Roda dos Enjeitados. As instituições asilares de recolhimento de seres humanos, norteadas pelos princípios cristãos, logicamente associadas às igrejas católicas, juntaram-se ao complexo de controle da vida e da morte, do corpo e da alma, unindo os salões das igrejas aos hospitais.

Em São Paulo, juntamente às Santas Casas de Misericórdia, girava a Roda dos Expostos desde 1826:

A roda da Irmandade de São Paulo tem idade de uso a partir de 16 de novembro de 1876, quando Ariana da Silva Albuquerque foi deixada no meio da noite. Documentos, porém, atestam sua existência desde 02 de julho de 1825 (santacasasp.org.br, 2018).

A estrutura rotatória de acolhimento funcionou por mais de cem anos. No caso da Santa Casa em São Paulo, as crianças eram recolhidas inicialmente na instituição e posteriormente conduzidas ao “Asylo dos Expostos Sampaio Vianna”, que iniciou suas atividades em 1896. Durante os anos de funcionamento, várias contradições circularam em torno da Roda, que de máquina rotativa e caritativa se mostrava como peça operante na fábrica de desigualdades.

Primeiramente, as crianças recolhidas pela Roda morriam em grande número e por vários motivos. Havia a contaminação pelas doenças das Santas Casas, caracterizados como ambientes hospitalares e de acolhimento aos desvalidos. Com o advento posterior das amas de leite, as crianças saíam do ambiente insalubre do hospital para serem amamentadas por mulheres remuneradas para esse fim. Entretanto, continuavam a morrer em larga escala nas mãos dessas mulheres contratadas, conhecidas como *amas mercenárias*, pois essas visavam ao lucro antes de enxergar a criança. Ganhavam certa quantia para amamentar, não para manter as crianças vivas. Quando estas sobreviviam, eram devolvidas pelas amas à instituição, em geral antes dos sete anos de idade, não havendo circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento de vínculo afetivo ou familiar como conhecemos hoje.

Aconteceram até “programas de motivação” às amas mercenárias, na tentativa de estimular, pela via da competitividade, que tais amas se dedicassem mais às crianças confiadas aos seus cuidados, valorizando a aparência de saúde. Fazendo concursos de “robustez”, havia a exposição dos corpos das crianças que, seminuas, eram examinadas por uma equipe para avaliar quais corpos apresentavam maior acúmulo de gordura. À ama correspondente aos cuidados da criança vencedora cabia uma premiação em dinheiro. Indo novamente pela via da remuneração e com motivações superficiais, não se construiu um contexto propício para o apoio comunitário e para construções correspondentes à manutenção da vida. As crianças continuavam morrendo em larga escala e as amas não se comprometiam com o cuidado.

Portanto, as crianças ingressantes pela Roda não estavam mais expostas às ruas, mas estavam expostas a uma generalizada falta de apoio, nas contaminações das Santas Casas, no vazio afetivo das amas mercenárias, na indiferença social. Tal negligência ia desde a alimentação interrompida ou inadequada, cuidados precários de higiene, estímulos afetivos insuficientes até as ações propriamente reconhecidas como violentas, resultando em traumas, deficiências, invalidez ou morte.

Além do resultado desastroso da manutenção da vida dos bebês entregues à Roda e às amas, ainda eram necessários vultosos investimentos para manter tais equipamentos funcionando. A Roda saía cara para seus patrocinadores e muitas crianças pagavam com a vida por tal funcionamento. Provavelmente a partir dessa constatação, mas sob a ideologia de melhorias às crianças, o equipamento do judiciário entrou em ação segundo os interesses do capitalismo industrial incipiente, para a extinção da Roda.

Acompanhando algumas mudanças da cultura, desvinculam-se gradativamente dos hospitais e das amas de leite as crianças entregues na Roda, passando sua guarda aos equipamentos corretivos da Casa do Menor. O recolhimento e a guarda das crianças com situação social indefinida agora possuía uma instituição específica para esse fim. O conjunto da mudança dos tempos, das mortes em larga escala, dos gastos necessários para manter os salões de recolhimento, da responsabilidade de cuidar de um número elevado de crianças por vários anos seguidos, além da dificuldade de comando do cuidado mercenário das amas de leite fundamentou novas estratégias para que a Roda se tornasse equipamento obsoleto.

A Casa do Menor foi organizada após a Roda para recolher crianças e adolescentes pobres do espaço público. A circulação deste contingente populacional agia enunciando que o novo sistema social não funcionava bem para todos. Sendo assim, a vivência de pobreza e de errância foi criminalizada por um aparato ideológico no qual a Casa do Menor era sua construção-símbolo. A visibilidade das crianças e adolescentes tentando sobreviver das mais variadas formas infringia a ordem social. Ao invés de arcar com sua responsabilidade no trato a essas crianças, o Estado focalizava o aspecto da criminalidade em potencial. À figura do menor foi atrelado o conceito de “projeto de bandido”, justificando sua inserção num aparelho correcional marcado pela opressão e pela violência (RIZZINI, 1995; 1997).

A igreja católica, bastante implicada no funcionamento da Roda, também se enfraqueceu; seu monopólio de controle da vida e da morte foi seriamente abalado com os avanços científicos e da medicina, do saneamento básico, da industrialização, das novas rotinas de trabalho, assim como a marcante chegada dos métodos contraceptivos iniciando a popularização do controle de natalidade.

Dessa forma, o equipamento giratório já não acompanhou o ritmo, sendo, finalmente, desativado nos anos sessenta: “O término do uso da Roda da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo se dá em 20 de dezembro de 1950, quando Maria Assunta foi [...] registrada [...] com o número de 4.580” (santacaasasp.org.br, 2018). A Roda foi

desativada, mas o contexto para o abandono de bebês, não. A Santa Casa continuou recebendo crianças e conduzindo-as às instituições competentes. Em colaboração com a Santa Casa, outros locais de recolhimento e asilo de crianças operaram por muitos anos e foram se transformando, aos poucos, no que conhecemos como Abrigo.

A Roda existiu no estado de São Paulo e funcionava de forma que incluía e excluía crianças simultaneamente. Incluía numa instituição o ser humano banido do funcionamento social e, ao mesmo tempo, ocultava desse complexo social o que os olhos da multidão não deveriam enxergar sobre o que o próprio sistema social produzia. Aconteceu também esse processo na vida de Gloria Anzaldúa e de milhares de mexicanos, em convivência com a violenta fronteira entre México e Estados Unidos. Este último invadiu o território das populações originárias, apropriou-se de riquezas expulsando-as da própria terra e relegando-as à extrema pobreza. Quando essas mesmas pessoas provenientes de territórios devastados tentam romper com as fronteiras impostas e participar de condições de vida mais favoráveis dentro de um território que era seu, são recebidas à bala, devolvidas à força para o outro lado.

Assim como os imigrantes circulando em desespero no território nacional mobilizam ações, as crianças expostas nas ruas também suscitavam olhares, reações e discussões, demonstrando que o efeito do progresso conquistado do modo de viver capitalístico definitivamente não atingiria a todos. A perversidade do sistema diante dos mais fracos estava ocultada no funcionamento armado das fronteiras e nas regras secretas da institucionalização.

Rizzini (1997) concluiu sua obra com bastante pessimismo dizendo se tratar de um *século perdido*, no qual a mensagem trazida pela infância exposta nas ruas deixou de atingir o cidadão comum e mobilizar a sociedade na busca por mudanças mais profundas. Essa chance foi perdida conforme as estratégias de invisibilização das crianças abandonadas ganharam êxito. A institucionalização, mesmo que sob o viés caritativo mais bem-intencionado, tirou de cena a discussão. E ao afastar dos olhos o tamanho do sofrimento, esse assunto deixou de atingir o âmago afetivo. A ferida não foi curada, foi escondida. A superfície foi encoberta, assepsiando-se apenas o que escapava pela borda. Tal oportunidade de questionamento poderia, segundo Rizzini (1997), acarretar numa modificação séria e profunda de todo o funcionamento social, reorganizando-o.

A institucionalização agiu no sentido de deixar passar um momento propício no qual o país possuía o solo fértil, com os ânimos acirrados no sentido de discussões e

ações diante da crueldade imposta à infância. Por conseguinte, se estendia a reflexão à toda população, pela igualdade de direitos. A morte das criancinhas chorando em praça pública perdeu seu impacto após ser transferida para o ambiente institucional; a fatalidade ainda estava presente, porém mais organizada e, principalmente, sigilosa. Até hoje, tanto no estado de São Paulo como em todo o Brasil, existem instituições de acolhimento que não possuem mais o mecanismo da Roda, contudo, funcionam sob as mesmas práticas de ocultação de pessoas do contexto social.

A legislação evoluiu em muitos quesitos, porém, não há como negar que dentro desses ambientes se ocultam uma série de misérias fortemente ligadas às dificuldades de acesso da comunidade a esses locais. Proporcional às dificuldades de circulação de pessoas e de informações, quanto mais fechada, rígida e organizada se mantém a instituição, mais delitos se cometem em relação aos direitos de seus atendidos. Dessa maneira, quando se ocultam as rotinas das instituições, quando se criam idiomas próprios, rompe-se com políticas de segregação que controlam a circulação de pessoas e afetos. Tais territórios fronteiriços, apesar de potencializar a vida, se tornam, inevitavelmente, um campo minado. Para Anzaldúa (2000), apesar de dolorosas, as fronteiras são habitáveis e habitadas.

É preciso problematizar, conforme Irene Rizzini (1995) diz das instituições e asilos de acolhimento não servirem à população à qual se destinavam. Isso é um alerta sobre a ideologia que agia punindo as crianças por sua situação desfavorável e desresponsabilizando o Estado pela produção das condições de pobreza. Tais locais eram feitos para proteger as crianças recolhidas, em teoria, mas na prática, as reais preocupações do governo não residiam nas crianças, mas em calcular – e diminuir – o risco que o aumento delas circulando pelas ruas representava para a ordem social.

Rizzini destaca a retirada das crianças das ruas para sua reclusão durante anos tornada uma política de recolhimento como alternativa na qual: “o Asilo representa um modelo [...] que será mantido na República, quando o Estado adotará uma política de atendimento baseada na internação” (RIZZINI, 1995, p. 245). O serviço público não estava interessado em solucionar o problema, mas em disfarçá-lo reforçando o viés da criminalidade para justificar a existênciadessas instituições. As crianças não precisariam ser escondidas, ocultadas e restritas em afetos para sua proteção. Isso não protege as crianças, isso as maltrata e dificulta o entorno a ligar-se a elas, a se responsabilizar por elas e, junto delas, questionar o contexto que as levou à negligência.

Clarice (escritura completa na p. 49), participante das escrituras, gostava da madrinha do programa oficial de apadrinhamento afetivo, mas queria escolher e ser escolhida por mais madrinhas, ampliando seus afetos. Contudo, ela foi embora para um lugar longe, antes de dançar na festa para a qual ensaiou por meses e desejava participar. O texto da lei foi seguido. Clarice participou do programa de apadrinhamento afetivo institucional que, enrijecido, não tinha o foco no desejo da criança institucionalizada, e sim nos seus eixos de dominação. Despotencializando a expressão singular e a circulação afetiva ampliada se protege o Estado, que, aliado indispensável do capitalismo, recolhe das ruas as crianças pobres para torná-las os futuros trabalhadores pobres, sobressalentes ao sistema.

Assim, se torna mais fácil manter o esquema de precarização da força de trabalho, contribuindo para montar uma massa homogênea dominável de pessoas vivendo na miséria, mais predispostas à subserviência. Na condição de mão-de-obra sobressalente do capitalismo, pessoas toleram situações humilhantes e injustas para conseguir qualquer tipo de remuneração. O ganho precário predispõe à submissão, fazendo o oprimido se adequar aos ditames do opressor como forma de obter benefícios indispensáveis para sobreviver.

Segundo Rizzini (1995), desde o governo imperial existia a preocupação de recolher as crianças pobres que vagavam nas ruas em situação miserável. Surgiram, assim, asilos mantidos pelas províncias por todo o território do Império, afastando as crianças *sobressalentes* do convívio social e educando-as para o trabalho operário. Constata-se que o foco de sua formação era produzir de mão-de-obra, pois “deveriam receber instrução primária e o ensino de ofícios mecânicos” e as ações aconteciam no mesmo local funcionando como “um internato destinado a recolher e educar meninos de 6 a 12 anos”, sendo criado, em 1875, “o Asilo de Meninos Desvalidos”, com regulamento interno rígido descrevendo seu eixo de dominação (RIZZINI, 1995, p. 244). Sendo locais de adestramento, não se promovia a autonomia no pensar e no agir, assim como as manifestações de diferenças eram sumariamente punidas.

Relato da Série Própria 20 – *Roda de Santa Catarina*

São tantas as rodas!

Rodas dos expostos,

Dos excluídos,

*dos enfeitados,
dos moídos e despedaçados.
A Roda de despedaçamento
tão feia que é que até
ganhou sobrenome de menina:
virou a tal Roda de Santa Catarina!*

*Agora, nesse giro, que tonteio
um outro tipo de roda também veio...*

[Diário de campo, casa da pesquisadora, Vale do Ribeira/SP, junho de 2018]

A Roda dos Expostos pode funcionar na trajetória do ser humano ali deixado transmutando-se no medieval instrumento de tortura chamado A Roda de Santa Catarina? A Roda dos Expostos pode ser mesmo um tipo de martírio, uma punição exemplar para um tipo de vida considerada enfeitada, mas que insiste em sobreviver? O que acontece após o acolhimento institucional? E após o desacolhimento? Como são tratadas as diferenças?

É necessário criar saberes na Psicologia que sigam apoiando alternativas contrárias à *solução final* por institucionalização precoce, prolongada e/ou a anulação por expulsão da roda social. Uma proposta feita por Guattari (1985) foi o *grupelho*. O termo é uma forma pejorativa de se referir a pequenos grupos dissidentes, desprezados tanto pela política esquerdista quanto pelos políticos de direita. Marcados pela estigmatização, esses bandos de pessoas formavam uma unidade subversiva aos valores principais do capitalismo. Seu funcionamento revolucionário consistia em negar que o progresso material chegaria a todos, em elucidar os objetivos das fronteiras da vida privada, do individualismo, da família conjugal tradicional.

Essas formações de seres humanos que procuravam a força coletiva para se organizar e cuidar de seus membros possibilitando “a sobrevivência material e moral de cada um [...] e de todos os fodidos que os rodeiam” (GUATTARI, 1985, p. 17) foram chamadas de grupelhos. O autor abre o livro com a afirmação “Somos todos grupelhos”, nos convocando à extrapolação dos modelos impostos.

No quinto capítulo “Como Domar uma Língua Selvagem”, de seu livro *Borderlands*, a escritora Gloria Anzaldúa convida ao esgarçamento das fronteiras, inclusive na linguagem (ANZALDÚA, 1987, p. 306). Ela narra sua dificuldade no

dentista convocando a uma reflexão mais aprofundada sobre as línguas e as linguagens. Numa analogia sobre como sua língua se movimenta, é perseguida e induzida à imobilidade sem sucesso, ela conclui que decepar essa parte do seu corpo seria a única forma do dentista impedi-la de se manifestar. Ela simplesmente não consegue parar de mexer sua língua, mostrando que nosso modo de expressão singular não é facilmente domesticável.

Fazer pesquisas, praticar tais pesquisas, senti-las, circular afetos, compartilhar saberes, permeabilizar lugares, apoiar grupelhos, inventar escrituras, misturar idiomas, provocar tramas que aproximem apadrinhamentos e capoeira, ser capaz de sair de um único eixo, repetitivo e mortal. Afinal, também podemos usar equipamentos com rodas para circular. E sobre as Rodas de Capoeira – antiga resistência africana no Brasil – mostra que as rodas podem servir de acoplamentos coletivos e afetivos³.

No próximo capítulo, tomaremos contato com um panorama histórico sobre o Apadrinhamento. Em seguida, para melhor entendimento, foram computadas algumas subdivisões. Iniciaremos com a definição de Apadrinhamento Institucional (Formal) no intuito de acompanhar os detalhes, as modificações e as construções históricas dessa ponte de conexão social e de resistência afetiva para, posteriormente, reconhecermos outros modos de funcionamento, como os tipos de desligamentos, nos reencontrando nessa circulação pela Roda contemporânea dos enjeitados.

1.2 APADRINHAMENTO

A madrinha e o padrinho aparecem como um tipo de referência familiar, afetiva e polimorfa. Eles alertam para a complexidade da vida, para lugares inusitados de acolhimento e de opressão, fazendo oscilar marcadores de subordinação que precisam ser olhados, tocados, acariciados, aceitos e trabalhados na trama. As figuras da madrinha e do padrinho afetivos formaram alternativas a mais diante dos acolhimentos de pessoas institucionalizadas. Assim como as figuras afetivas das madrinhas e padrinhos contemporâneos circulam revelando a incapacidade de acolher e redirecionar afetos somente pelo Cadastro Nacional de Adoção, eles colaboram também para

³ Cabe lembrar que os afetos e as Rodas não remetem exclusivamente aos afetos positivos, aos “bons sentimentos” e à solidariedade. Acoplamentos coletivos em Roda também podem expressar-se de modo letal, como rodas de linxamento, rodas para rinhas de galo, etc. Historicamente, no caso romano do “Pão e Circo”, há 140 a.C., o povo recebia alimento precário e era organizado em roda para assistir assassinatos como espetáculo, distraídos da corrupção de seus líderes.

desnudar a realidade de que há muita deficiência e rejeição no meio social e dentro de nós, inviabilizando a construção de territórios de maior Apadrinhamento.

Historicamente, há registros da situação de apadrinhamento desde o século II. Na intenção de quitar uma dívida com alguém, a pessoa tornava-se responsável vitalício pelo apoio ao filho do outro (LYNCH, 1980). Também existia a possibilidade de substituição dos pais biológicos pelos padrinhos, caso aqueles falecessem. Desde então, mudanças aconteceram transferindo a importância da questão das esferas financeira e assistencialista para uma questão prioritariamente afetiva. Porém, essa transição não exclui do apoio pelo Apadrinhamento Afetivo a possibilidade de englobar diversos aspectos concomitantemente.

Sabendo-se que os portugueses colonizaram o Brasil e estes professavam a fé cristã, de acordo com tal religião, após o ritual do batismo, uma criança torna-se afilhada de um padrinho e/ou madrinha escolhido pela parentalidade biológica. Tais pessoas deveriam colaborar na formação da criança, em princípio religiosamente, ensinando-a a prática dos preceitos cristãos (TANNER, 1990). Entretanto, tal colaboração abre amplas possibilidades de apoio, sendo um vínculo de caráter irrevogável.

Devido ao sequestro de africanos pelos portugueses para trabalharem como escravos no Brasil, a cultura africana também possui profunda influência na formação cultural brasileira. De modo subversivo e alijado, contra-hegemônico por excelência, a africanidade participou da construção subjetiva singular dos brasileiros. Na Umbanda, religião de raiz africana, é importante destacar que também há padrinho e madrinha como figuras de impacto afetivo. São referências às figuras de liderança no suporte espiritual do centro umbandista. Além de serem os proprietários do local, têm a responsabilidade constante de apoiar o desenvolvimento ético dos seus frequentadores com orientação religiosa e desenvolvimento de habilidades de comunicação espiritual (BARBOSA, 2014).

Diante das diferenças nas religiões citadas, percebe-se que se tornar um padrinho ou madrinha de alguém remete a sentimentos elevados de interação humana. Com o desenvolvimento psíquico singular aliado ao apoio grupal que reconhece tal prática como legítima, na comunidade que apadrinha se fazem marcantes as práticas de apoio, confiança, sustentando ações conectivas e vínculos afetivos ao longo do tempo. Com isso, padrinhos e afilhados podem pertencer a qualquer faixa etária. Porém, observando

o contexto proveniente das influências cristãs, as madrinhas e os padrinhos são figuras de adultos de referência positiva para a criança no contexto familiar. Os pais são tradicionalmente incumbidos de escolherem madrinhas e/ou padrinhos para seus filhos, mesmo que não sejam participativos na religião católica, por exemplo. Os critérios de escolha têm menos conexão com os ditames religiosos e mais com a vivência comunitária e estão de acordo com alto grau de confiança, vínculo e admiração entre as pessoas envolvidas.

Com a intenção de, posteriormente, todos tornarem-se parte de um mesmo grupo afetivo ou de legitimar o vínculo quando essa vivência já acontece, investe-se numa relação na qual o vínculo genético é prescindível e os envolvidos não precisam professar a mesma religião. Há a priorização do desenvolvimento de um vínculo afetivo diferenciado entre as pessoas em questão. Dessa maneira, amplia-se o conceito de família para além da consanguinidade, o que por si só já caracteriza uma ação contra-hegemônica e passível de estudo.

Os padrinhos e as madrinhas são aqueles que buscam se fazer presentes em momentos especiais na vida do(a) afilhado(a) (tais como aniversários, formaturas, casamentos, velórios, dentre outros), também são aqueles que costumam dar presentes como forma de expressão material de apreço pelo afilhado. São construções de afeto reconhecidas no contexto social brasileiro, podendo ou não haver uma cerimônia religiosa para formalizar a vivência do Apadrinhamento.

Há urgência na modificação definitiva do paradigma de que apenas por meio da família consanguínea é que se pode receber carinho e apoio para desenvolver vínculos estáveis e duradouros dentro de uma comunidade. A ampliação das possibilidades de se constituir famílias trazidas por casos exitosos de adoção e de apadrinhamento informam a sociedade sobre múltiplas formas de se delinear linhas de afeto, amparando a legislação para acompanhar o contexto coletivo. O Apadrinhamento Afetivo funciona como alternativa para que crianças e adolescentes estigmatizados obtenham a vivência de vínculos afetivos duradouros e conquistem o *status* de visibilidade social. No caso específico de pessoas submetidas à situação de acolhimento institucional, o apadrinhamento funciona como passe livre para a área externa ao ambiente da instituição, incluindo-se a pessoa em círculos afetivos diferenciados, diversificando-se a rotina com atividades novas, apoiando-se toda uma existência ao trazer possibilidades de pertencimento a um ou mais grupelhos.

Para Baptista (2019), o Apadrinhamento Afetivo foi a diferença entre a criança cair no chão ou ser capaz de ficar em pé. A autora relata as dificuldades de desenvolvimento psicomotor enfrentadas pelo manejo técnico dessas crianças no contexto institucional; dificuldades estas *magicamente* solucionadas quando a criança encontrava uma família afetiva. Será, então, que o Apadrinhamento Afetivo funcionaria como uma via de mobilidade e de acessibilidade criando uma rota alternativa para a vida psíquica, comunitária e posterior permeabilização dessas fronteiras sociais? Além das vantagens, quais são as dificuldades nessa vivência temporária de afeto? Na escritura a seguir, conforme descrito na síntese inicial dos relatos, a acolhida carinhosa da tia contrastou com o *habitat* de origem da criança e a fez sentir-se ameaçada. A simples possibilidade de guardar seus poucos pertences num armário se torna assustadora, mostrando como pode ser grande o desafio de saída de um território. Diante do novo, mesmo em se tratando de situações em que se constata óbvia melhoria, há também profundo sofrimento a ser acolhido.

Relato em Realismo Fantástico 8 – Tia Madrinha e o Guarda-Roupas Mágico

Era um guarda-roupas rococó nada inofensivo. Mas ninguém suspeitava sobre o comportamento dele. Não conseguia revelar para a tia as coisas que aquele guarda-roupas me dizia depois que se apagavam as luzes. Eu só tinha oito anos e ele muitas décadas.

A tia Madrinha, também conhecida como tia Cema, insistia para que eu ocupasse o guarda-roupas. “Mas vou ficar pouco tempo, tia Cema”, me justificava. Não queria encrencas com um objeto falante. E ela insistia: “Mesmo assim, pode colocar suas coisas dentro”. “Obrigada, tia.” Eu nunca colocava nada dentro. E ela não entendia.

Não éramos inimigos. Eu até tocava o arabesco das portas com as pontas dos meus dedos. Olhava as diferenças de tons da madeira que um dia foi árvore viva. Aspirava o cheiro amadeirado de dentro dele, o melhor perfume. Quando ficava sozinha no quarto, até abria a porta do guarda-roupas... Tinha espelho dentro! Ficava ali, estática, observando aquela figura refletida que só podia ser eu.

Um dia, a tia Cema me surpreendeu estudando essa porta espelhada com minúcia. “Meu Deus, o espelho está tão sujo!” E correu limpar. Fiquei com vergonha dela ver na minha atitude algo de olhar repreensivo sobre a sujeira. Tudo ali estava tão limpo, era admirável demais, irrepreensível demais, ao ponto de me paralisar.

Não era isso que eu tinha reparado, claro. Sujeira, aquilo seria sujeira?

Então, ao lembrar do meu lugar, eu aprendia o significado da palavra imundície. Só estava surpresa por nunca ter me visto assim, tão de perto, tão inteira, iluminada. Com sua varinha de condão ela transformou um espelho lindo em espetáculo de luzes. Segundos de transformação. Era beleza demais para me conter. Muito brilho. Não estava sujo, mas a passagem da tia Cema pelo espelho tornava tudo mais nítido.

Tudo aquilo ali não me pertencia. Mas eu estava ali, e se não me pertencia, eu ao menos podia experimentar. Sempre me dei o direito do faz de conta. Fazer de conta que aquela vida podia ser minha era meu brinquedo preferido. Pensava em outro nome, outra data de nascimento, outros pais, sem irmãos. Outros acontecimentos, desprovidos de imundície.

Tia Cema, que quase tudo antecipava, adivinhava esse desejo e, delicadamente, ia deixando as brechas soltas para eu entrar. Brechas caridosas, mágicas, mapeadas e sinalizadas. Eu, acostumada a cavar com picaretas alguns torpes buracos para tornar possível respirar, cabia muito frouxa nessas brechas, muito solta e incomodada com a minha pequenez.

Desconfortável com o que sobrava de vazio, depois de um período banhada em luz e repleta de ar, voltava correndo para caber na minha tumba originária. Realidade apertada, estreita, mas que me continha tão incomodamente bem. Era o que eu reconhecia. O resto, eu pouco sabia, daí, tudo temia.

Um dia tentei colocar algumas coisas dentro do guarda-roupas. Ele, de supetão, me disse que era sacrilégio. Me dei conta de que não tinha a mínima ideia de como ocupar um guarda-roupas, vai ver que era esse o significado de sacrilégio... Ele fez muita questão de escancarar isso para mim, portas abertas para a minha realidade. Distante dele, presente em mim.

A parte que tia Cema tinha organizado com cobertas e roupas de cama, tudo à vontade, outro luxo recente, lá estava arquitetada na perfeita pirâmide guarda-roupal. A parte que sobrava, a quase minha, era grande, como o desconforto de não saber nem o que fazer com boas sobras. Nas tentativas trêmulas dava para ver como era ridículo ter tantas poucas coisas. Como uma pessoa podia ser tão ridícula, a porta pequena e espelhada, ao ponto de não caber ali, sobrando assim, cheia do meu montão de vazios.

Nada daquelas roupas tinha algo de mim, algo de meu. Eram como uniformes de presídio, estampando minha condição. Feias, sobretudo. Nenhuma seria escolhida por mim, se eu as tivesse podido escolher. Humilhavam-me ao me cobrir com minha condição de aproveitadora-reaproveitadora, quarta filha de seis irmãos, aproveitando a roupa restante de uma quarta posição, totalmente fora do pódio. As que eu menos desgostava eram aquelas de doação, examinadas como ruínas pelo antigo dono, estavam boas para mim, posto que eram inéditas, sem uso de anos pelos meus outros muitos irmãos. E assim ele me deu o recado. Não combinava alguém como eu, ali. As roupas voltaram, correndo, de uma mãozada só, para a sacola plástica ordinária, também emprestada, também quase minha, só que não. “Aprendiz de gente!”, disse ele, em tom amadeirado e secreto. “Aprenda um pouco a ser algo, algo a mais, que valha a abertura da minha porta espelhada.”

Minha tia não entendia o porquê de eu ir embora se tudo estava tão bem, ambas gostando tanto da presença uma da outra. Me angustiava saber que voltaria até a minha vala estreita, masmorra de gente, com gentes muitas em brigas constantes, que nem se dariam conta da minha chegada diante da indiferença com a minha saída. Algo na tia não consentia em me devolver naquela baderna. Ela sentia que eu não gostava. Daí eu ia e voltava pelas minhas próprias pernas, poupando nós duas daquele enorme constrangimento.

Ah, se eu contasse para ela tudo o que o guarda-roupas me dizia! Talvez ela chorasse. E isso eu não admitia. Nem o guarda-roupas... Éramos encantados pela tia Cema, tia Madrinha, isso tínhamos em comum. Por isso ele me conscientizava que ali não era lugar de viver, era um local de ensaio; fronteira mágica de sobrevivências.

[Diário de Campo, Tatuí, 1996, reescrito na casa da pesquisadora em agosto de 2016].

1.3 APADRINHAMENTO AFETIVO INSTITUCIONAL

Outro aspecto do Apadrinhamento Afetivo é quando ele ocorre por via formal, judicial ou institucional. Recente na rotina jurídica de vários estados brasileiros e inédito em muitos outros, o Apadrinhamento Afetivo oficializado pelo poder judiciário faz parte de uma reação da sociedade ao tempo prolongado de institucionalização de crianças em medidas protetivas de acolhimento. Além disso, é importante salientar que faz parte da cultura brasileira essa disponibilidade diante do diferente, o que facilita o processo de acolher, integrar e educar *o filho do outro*.

O(a) afilhado(a) ou apadrinhado(a) é uma pessoa que expressa necessidade de acolhimento, acompanhamento e orientação por parte de outrem. Dentro dos pilares básicos denotados pelas palavras *apoio* e *confiança*, surge o movimento do Apadrinhamento Afetivo para ampliar o conceito de vivência familiar e comunitária. Extrapolando a reprodução biológica, vêm à tona discussões sobre outros modos de constituição familiar, de criação de laços afetivos que envolvam o sentimento de pertença. Atravessando a procriação e a reprodução cultural, o privilégio hegemônico gozado anteriormente pelo fenômeno da família constituída exclusivamente via reprodução biológica passa a ser questionado diante de outras vivências possíveis.

Submersos no caldo social, peneirados e permeados constantemente pela sua conjuntura, novas modalidades de parentesco não só pedem passagem – visto que barradas e redirecionadas por diversas instâncias –, mas reivindicam o *status* de legitimidade formal por meio das instituições. Obviamente que dentro das novas conquistas surgem, em contrapartida, outras formas de opressão. Todavia, o reconhecimento social traz esse ônus, aliado ao bônus do sentimento de pertença a um contexto maior, ponto importante na questão do parentesco afetivo.

Mesmo um pertencimento paradoxal a uma sociedade que exclui e desterritorializa constantemente, conquistar um lugar de visibilidade e legitimidade eleva novas parentalidades à categoria de parte integrante de um todo. Fazendo composição com a regra e a norma, transfiguram-se relações. As rejeições a essas novas modalidades passam a ser encaradas como atitudes reacionárias de exceção, abrindo caminho para mudanças de preconceitos culturais seculares. A luta pelos direitos reprodutivos (BORLOT; TRINDADE, 2004; VENTURA, 2002) amplia a discussão sobre parentalidade e sexualidade, dando passagem a diversas formas de criação de vínculos de amor e de constituição familiar.

Na intenção de promover um vínculo duradouro e oficial na vida de todos os envolvidos e pensando sobre a multiplicidade trazida pelo contato com o outro e as formas assimétricas de construir parentesco, vemos que o Apadrinhamento Afetivo Formal pode ser considerado uma ponte a conectar territórios longínquos. Essa ponte funciona ligando, por exemplo, classes sociais antes incomunicáveis. Torna viável o acesso às vivências afetivas entre crianças e adultos provenientes de contextos diversos e sem vínculos genéticos, corroendo, assim, a hegemonia da reprodução biológica (TEIXEIRA-FILHO, 2010).

Tal ponte também fornece espaço para contemplação de paisagens intrigantes como o lugar ocupado pela infância e adolescência na contemporaneidade, em contraste com a construção ideológica de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos. As manifestações da pobreza promovida pelas flutuações econômicas também se tornam visíveis deste ponto, assim como se realça o funcionamento da máquina pública municipal, do poder judiciário, da ação de tecnologias sociais na produção da subjetividade.

O Apadrinhamento Afetivo pode estar presente enquanto prática na maioria dos estados brasileiros, entretanto, os dados disponíveis no *site* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que o Apadrinhamento Afetivo acontece *oficialmente* nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás, Pará, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com destaque para este último, premiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) por conseguir implantar o Apadrinhamento em vinte de suas setenta e nove comarcas (www.cnj.jus.br, 2016).

O CNJ define o Apadrinhamento Afetivo como:

um programa voltado para crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento ou em famílias acolhedoras, no sentido de promover vínculos afetivos seguros e duradouros entre eles e pessoas da comunidade que se dispõem a ser padrinhos e madrinhas (...) O padrinho ou a madrinha se torna uma referência na vida da criança, mas não recebe a guarda, pois o guardião continua sendo a instituição de acolhimento. Os padrinhos podem visitar a criança e, mediante autorização e supervisão, realizar passeios e até mesmo viagens com as crianças (www.cnj.jus.br, acesso em 26/03/2016).

Percebe-se a existência de um potencial revolucionário no Apadrinhamento Afetivo, tendo em vista que se pode transformar de maneira radical uma vida ao transferi-la, mesmo que provisoriamente, de *habitat* social. E, no caso, ao tornar viável o vínculo afetivo entre adultos e crianças sem vínculos biológicos, desafia-se a

prescrição familiar pautada na matriz bioparental (TEIXEIRA-FILHO, 2010), na heterossexualidade compulsória (RICH, 1980), alterando a produção de subjetividade delas provenientes.

Segundo o conceito de matriz bioparental, o dispositivo de sexualidade legitima a organização familiar a partir dos laços biológicos. Complementar a este, o conceito de heterossexualidade compulsória mostra as estratégias sociais dando caráter de obrigatoriedade às vivências afetivas pautadas na heterossexualidade, limitando e punindo dissidências. Nota-se que a normalização de práticas afetivas e o fomento à restrição de vínculos aparecem como pilares regulatórios do sistema social (TEIXEIRA-FILHO, 2010). Fica claro que a reprodução biológica pautada na heterossexualidade é uma construção humana e não precisa constituir a única via para a construção de laços afetivos e perpetuação de aspectos culturais.

A procura por recém-nascidos como tentativa de suprir o apelo social pela reprodução biológica (ZAMBRANO, 2006; DINIZ, 2007), o medo de adotar crianças maiores de três anos, pela possibilidade das lembranças de seu passado (COSTA; ROSETTI-FERREIRA, 2011), o tabu envolvendo a adoção inter-racial e a rejeição dos meninos com a preferência por adotar meninas (TEIXEIRA-FILHO, 2010), além da caridade como motivador principal para se aproximar de crianças socialmente desfavorecidas (BENELLI, 2014) configuram situações complexas de seleção ainda existentes na adoção e que perpassam o Apadrinhamento Afetivo.

As abordagens cujo objetivo é acabar com a chance da criança se lembrar de sua história anterior à adoção nos remete à revolta de Gloria Anzaldúa diante da apropriação cultural constatada quando a mesma visita museus. Ela se dá conta, de forma dramática, do processo de apropriação cultural, onde aspectos *sui generis* de inúmeras culturas foram moídos, engolidos e regurgitados. A assepsia da imagem provocante de *Coatlicue*, deusa feminina, fértil, poderosa, rebelde, enraizada nas forças da natureza, transformou-a na inocente *Virgen de Guadalupe*, doce, passiva, discreta, assexual. Essa mudança drástica do ícone mitológico foi sinalizada por Gloria como a marca da colonização na subjetividade, analisando ao longo da obra, os resultados desastrosos desse vômito azedando a vida de tantas mulheres (ANZALDÚA, 1987).

Paradoxalmente, *dentro* do Apadrinhamento encontra-se uma brecha onde cabem as histórias e as crianças que se encontram *fora* da família consanguínea, *fora* da vivência comunitária, *fora* do cadastro de adoção. Apesar de ser “apadrinhado” e “apadrinhar” despertar o pertencimento, e este, ajudar na resistência diante da

adversidade do funcionamento social, veremos um relato sobre como essas questões são complexas. Disposta a interações afetivas mais heterogêneas, a criança age desafiando as regras institucionais e promove reflexões sobre o modo como se dá a sua circulação no coletivo. A dicção problemática desta criança que vive em abrigo se mostra enquanto singularidade.

Relato da Série Própria 6 – *Clarice Quer Falar*

“Eu quero ir pra sula casa, fala pra sula mãe”.

E ela correndinho, falou pra sula mãe, que no caso, era eu. Da amiguinha de escola que a miséria aproximou. A mãe, com certos arrepios abjetos sobre a proximidade da filha tão bem cuidadinha recém saída da escola particular para a escola municipal, melhor amiga daquela menininha sem cuidado nenhum desde sempre.

Bem mais velha que a minha filha, mesmo assim mais franzina, na mesma quarta série, completamente analfabeta, com gagueira, troca de letras, palavras tortas, jeitos estranhos de se expressar. O planeta dela era tão próprio, tão incrível, aquele planetinha. E todo mundo assim, no susto, girava na órbita dela, magnetizados por aquele jeito de ser, daquela menininha sem dono, miséria delicada deixada no Abrigo com mais oito irmãos.

Pela idade, pelos “defeitos”, pelos muitos irmãos que a lei cismava em juntar para sempre nas misérias, lá ia a Clarice, campeã na construção do edifício da falta de perspectiva de adoção... Agora com 11 anos. A mãe da amiga junta documento, se ajeita, ajeita a filha e vai pro Abrigo com pressa de se aproximar. Como se precisasse se ajeitar numa situação tão sem jeito. Como se precisasse ter pressa numa situação que era tão parecida há séculos.

Chegada, reconhece as instalações. Parece uma fábrica de crianças, com muita comida, com muita criança. Crianças carentes, pegajosas, briguentas, crianças carne-moída. Crianças carne-seca.

A capitã-donatária do local, também conhecida por assistente social, cuja pele branca, de tão branca chegava a doer no nosso olho e gelar os nossos ossos, disse, toda técnica:

“Ah, mas essa já tem madrinha. Clarice vai de vez em quando com a professora de português, que fica com ela e dá toda a atenção necessária. Ela já entregou no fórum toda a documentação necessária.”

Entendi a brancura necessária da mulher, a capitã era toda de mármore, pedra reluzente e fria, tão tradicionalmente necessárias às lápides.

Percebendo a nossa frustração, quis disponibilizar uma alternativa enlatada de contornar escândalos sobre a qualidade da carne enlatada, produzida e reproduzida ali. Fábricas precisam de uma boa imagem. Crianças de carne, muito moídas, muita comida para arredondar essas almôndegas infantis, fabricadas na solidão coletiva.

“Você pode apadrinhar a Karina, a Gabriela, a Joana, a Kauane, a Ana Vitória. Essa aí já está apadrinhada e documentada pelo fórum.”

Minha filha entendeu e eu me desentendi comigo mesma. Demos as costas, sem palavras. Essas coisas de sentimento não dá assim para escolher por nome salteado e de supetão. Precisava da língua da Clarice, toda torta, para traduzir esse nó. Aquela coisinha interplanetária entrou de arrasto no nosso coração e nos magnetizou pra órbita dela.

Mas Clarice já tinha madrinha protocolada-oficial-carimbada. Ninguém perguntou nada para a Clarice. Ninguém avisou a Clarice sobre o porquê da nossa visita. Porque a Clarice já tinha madrinha oficial. Clarice já tinha a atenção necessária.

Sempre que via minha filha, Clarice perguntava quando que ela ia passar uns dias lá em casa. E minha filha: “Mãe, ela perguntou de novo quando a gente vai lá no Abrigo. Ela queria ficar comigo. Ela queria ficar com você. Ela queria ficar um pouco com a gente.”

Olho pra minha filha e repito que Clarice já faz parte do programa oficial de apadrinhamento afetivo, que já tem uma madrinha oficial. Nós não fomos oficializadas - a tempo - para orbitar no planeta da Clarice.

“E se ela quiser? Ela falou que também quer ir com a gente.” Nossos silêncios se encontraram novamente, eu e minha filha, desentendidas.

A Clarice faltou sete dias na escola, preocupando a gente, a escola e a toda a gente que simpatizava com ela. Voltou silenciosa. O pessoal do Abrigo falou que ela não podia contar porque faltou. Segredo de (in-)justiça? A escola não quis mexer no assunto. Nós não pudemos mexer no assunto. Só numa coisa podemos mexer, e decidimos, então, bem teimosas e não documentadas, continuar a gostar da Clarice, extra-oficialmente. Ela também não desiste de gostar da gente. Sempre mexe com a gente na rua. “Quero tocar o mesmo instrumento que sula fila toca”. Eu retruco: “Não precisa, Clarice, toca o instrumento que você quiser”. “Não quero nenhum.” – demos risada. É, dispensamos a permissão necessária para gostar daquela voz esganiçada naquele corpinho miúdo.

[Diário de Campo, Auditório da Diretoria de Ensino, Vale do Ribeira/SP, junho de 2018]

1.4 DESLIGAMENTOS

Desligar-se do Apadrinhamento Afetivo, seja ele Formal ou Informal, independente do motivo, inclui o sofrimento. Segundo nosso ponto de vista, a presença do sofrimento não precisa transformar-se em um tabu ao ponto de inviabilizar toda a experiência, contudo, é necessário problematizá-lo, haja vista a complexidade da questão.

A vivência de estar em um lugar social de inferioridade envolve procedimentos de invalidação e mortificação de efeitos incalculáveis. Podemos vislumbrar parte de suas consequências em características recorrentes à população atendida pela Assistência Social e mais detalhadamente nas crianças alvos de projetos sociais e acolhidas nos abrigos. Em contrapartida à miséria sentida por sua condição, essa população é alvo de estratégias estatais onde se percebe:

a partir da documentação [...] e da realidade observada [...] que formar para a cidadania é produzir indivíduos trabalhadores, sabedores dos seus direitos formais garantidos pela lei, mas que são inoperantes e ausentes no cotidiano de suas vidas (BENELLI, 2014, p. 87, *acréscimo nosso*).

No deslocamento de sentidos, onde “o pobre é culpado pela própria pobreza”⁴, partindo do pressuposto de que sua vivência prejudicial é encarada como resultado exclusivo de suas ações, há a invisibilização das estruturas sociais responsáveis por colocá-los(nos) neste lugar.

Entendemos que há uma distribuição de “potencial revolucionário do Apadrinhamento Afetivo, tendo em vista que se pode transformar de maneira radical uma vida ao transferi-la, mesmo que provisoriamente, de habitat social” (SILVA, 2016, p. 5). Acreditamos que oferecer um vínculo afetivo transitório na vida de uma criança é algo potente; *não* é apenas somar mais um sofrimento – inútil e desnecessário – na trajetória de alguém já vitimizado. Por isso, vai muito além de fazer a criança transitar entre realidades diferentes numa estratégia perversa de “*dar para depois tomar*”. Essa desagregação de encarar o desconhecido envolve múltiplas possibilidades de existência.

A revitimização perspassa muitos fóruns, impotentes diante da demanda de circulação das crianças na comunidade por meio do apadrinhamento, não trabalhando as dificuldades da questão. Optando por barrar todo o processo, este ponto de vista é contra a revitimização, mas, paradoxalmente, revitimiza de forma constante. Assim, protegem a criança da frustração de mais ligações emocionais que podem ser interrompidas, por meio da *interrupção* constante dessa possibilidade. Ao crer no distanciamento físico entre os funcionários de abrigo e as crianças acolhidas, ao prever o afastamento de funcionários que se vinculem à alguma criança, ao ignorar as demandas emocionais de proximidade física, tão exacerbadas na infância. Agem barrando a necessidade humana das crianças se relacionarem com o coletivo,

⁴ Fala de Silvio José Benelli, na Unesp de Assis, em 2017.

contrariando o previsto na própria lei (ECA, BRASIL, 1990). E ratifica o argumento da citação de Benelli (2014, p. 87), onde se reconhecem os direitos para, depois, negá-los.

Há, também, a relativização da ruptura já ocasionada pela própria institucionalização, bem como a promoção das estratégias constantes de interrupção dos vínculos provenientes do cuidado estatal; a história de Racklaine (p. 54) serve como analisador dos apontamentos. Todavia, nessa soma de negativos, não se incluiu o acompanhamento técnico conveniente durante todo o processo prevendo o manejo sensível das rupturas, inclusive definindo momentos nos quais ela pode ser flexibilizada.

Afinal, acreditamos não ser só a desagregação que gira nesse processo, também há poder de resistência pelo afeto acrescentado, mesmo que transitório e momentâneo. Esse *flash* afetivo pode ser capaz de redirecionar positivamente a vida dos envolvidos. Ao mesmo tempo, salientamos que a indiferença na vida institucional pode ser uma condenação duradoura demais e questionamos: O corpo técnico está preparado para trabalhar as questões afetivas envolvendo as crianças institucionalizadas? Para quem o corpo técnico trabalha? Pode um coletivo decidir mudar as rotas que não atendem às suas necessidades? Seriam as vicissitudes acerca da transitoriedade do Apadrinhamento Afetivo parte do reconhecimento de que não há controle dos afetos?

Objetivamente, o desligamento oficial do programa de Apadrinhamento Afetivo Institucional pode acontecer de vários modos: a pedido da família de padrinhos e madrinhas, por desinteresse ou recusa da criança em manter a relação de apadrinhamento, bem como diante de avaliação técnica desfavorável da instituição acerca do vínculo. A equipe técnica pode impedir o contato ao perceber a impossibilidade do vínculo demonstrado de alcançar os parâmetros mínimos pretendidos pelo *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária* (PNCFC, 2006). Tais parâmetros incidem sobre a capacidade dos padrinhos de estarem presentes na vida da criança, de acordo com o pactuado com a própria criança e com a instituição.

O fim do Apadrinhamento também acontece com a mudança domiciliar da família que apadrinha ou da criança apadrinhada. Isso age dificultando as visitas e a manutenção de uma rotina de aproximação e, dependendo da distância, o vínculo torna-se inviável. A criança pode se mudar por saída da instituição, pela adoção ou pela

reintegração familiar; após tais medidas, em geral, se rompe imediatamente o contato com os padrinhos. O contato da criança com os padrinhos após a saída da instituição é desestimulado mesmo quando a distância não o tornaria inviável, fato este bastante passível de discussão.

Existem casos nos quais a saída da instituição é para lugares próximos dessas referências afetivas anteriores. E há casos em que, mesmo diante da mudança para locais bastante distanciados, há interesse e disposição dos padrinhos e da criança para manterem o contato afetivo. Porém, a família que adota, em geral, não é informada sobre os aspectos positivos da vida pregressa da criança. Cotidianamente, a equipe técnica noticia as principais desgraças que marcaram o abrigo da criança e não se mobiliza a chamar a nova família para opinar se deseja ou não manter o contato com os padrinhos dessa criança, se desejam trazê-la noutros momentos para rever seus amigos de abrigo ou os coleguinhas da escola por onde passou. Enfim, a abordagem funciona restringindo-se a prestar informações sobre as tragédias pelas quais a criança passou até ser institucionalizada. Há um rompimento radical da criança com todos os vínculos desenvolvidos, como se eles não existissem, sejam os familiares de origem, os amiguinhos da instituição, cuidadores, colegas da escola, professores, padrinhos, dentre outros.

Na reintegração familiar, quando a criança não é recolocada em uma nova família mas volta para sua situação de origem, a viabilidade do vínculo com os padrinhos vai depender novamente da instituição, se esta informou a família sobre essa possibilidade, se há condição afetiva e financeira para investirem no contato, se a família de origem foi apresentada para os padrinhos e vice-versa. Os padrinhos podem ser vistos como ameaça de perda afetiva pelos pais da criança ou como aliados no cuidado desta, dependendo de como esse vínculo foi (ou não foi) apresentado e trabalhado pela equipe técnica da instituição e pelos participantes do grupo familiar e afetivo. A ambivalência afetiva da criança entre estes dois núcleos (padrinhos e pais) não é vista com bons olhos, como se o desejável fosse estabilizar o psicológico da criança cerceando suas opções.

Aliás, omitir informações sobre as vivências afetivas positivas da criança se trata de uma estratégia muito arraigada nas instituições de acolhimento e endossada pelos fóruns. É como se a *preparação da criança* fosse um ritual macabro para a nova vida, implicando, necessariamente, na amputação do seu passado. Tal corte simbólico se

expressa de modo documental quando se muda, por exemplo, o nome e/ou sobrenome da criança. Entretanto, pode tomar proporções mais concretas e desestruturantes quando traz uma ruptura drástica das situações de vínculo. Essa efração funciona como se, para o surgimento de uma *nova* criança, fosse necessário *destruir* a anterior.

A fratura por impedimento das vivências afetivas não prejudiciais à criança, vivências essas nas quais ela se esforçou e investiu para construir, pode significar maiores dificuldades com os novos vínculos. Como confiar na consistência do vínculo proposto após tantas cisões abruptas? O desaparecimento das figuras de apoio afetivo da criança para o surgimento de novas figuras em sua vida pode acarretar em rejeição da situação presente por comportamentos de intenso cinismo, de crueldade, de rejeição, vivenciados com a cisão inesperada. Externalizando esse sentimento em atos destrutivos, bizarros, desconcertantes, a expressão de toda violência sofrida diante do processo pode inviabilizar os novos contatos e comprometer melhorias no futuro da criança. Porém, com investimentos afetivos ao longo do tempo, a criança pode ser incluída numa nova rota de interação comunitária, como destacaremos na escritura a seguir.

Relato em Realismo Fantástico 7 – *Racklaine*

Rack é um móvel de madeira compensada usado para suportar a pesada TV de tubo, comum antes da era da TV digital fininha. A TV sobre o rack era uma coisa que dificilmente faltava na casa do pobre, mesmo que faltasse todo o resto. Com a mistura de RACK + LAINE não dava para esperar um nome de gente; então, também não dava para apostar muito no destino desta criança que já trazia na certidão de nascimento o deboche acerca de sua própria pobreza.

“Ninguém gosta dela, tia!” – disse uma garotinha para a tia nova, recém chegada ao abrigo de Diadema. Ao contrário das instituições totais de adultos, onde o idioma secreto é revelado muito aos poucos aos novatos e ocultado veementemente dos estranhos ao local, Maria percebeu que sua simples chegada foi o suficiente para que os pequenos disparassem em seus ouvidos todos os seus desconfortos, dissabores, frustrações, traumas e acontecimentos fantásticos. Como pequenas metralhadoras falantes, atiravam uma saraivada de palavras e mapeavam numa velocidade incrível todos os perigos do lugar.

A frase sobre ninguém gostar de uma criança de quatro anos deixou Maria vexada. Os funcionários do abrigo confirmavam a visão dos pequenos. O nome era mesmo um bagulho e a tal da Racklaine talvez não fosse muito diferente do que falavam. Mas quis checar por ela mesma, porque Maria já sabia que pessoas da cor dela sofriam muito e não ser “gostada” por todos era algo que sabia bem como era, em seu distinto tom de pele azul anil.

Chegando até Racklaine, viu uma menina magrinha, negra como ela, mas com uns tons a menos porque Maria nasceu na pobreza, mas não economizou na própria tinta. Não sei o que deu nela e nem ela sabe também. Acontece que a tia nova, Maria, mesmo sem saber o que estava dando, resolveu se dar completamente para a tal da Racklaine. Era uma menina difícil de lidar de dia até a noite, e por isso, as outras tias acharam o máximo a tia retinta se ocupar tanto assim daquele ser.

Encontrei Maria no ônibus de São Paulo para o Vale. Nesse ônibus, cujo teto pingava na gente, ela me contava as lembranças desta menina de nome estranho, com os olhos pretos dela pingando também. Contou como era estar com Racklaine, dar banho nela e deixar ela toda bonitinha. Dar freio nas birras, contar historinhas, cantar musiquinhas e cochilar ao lado daquela caminha, tão cheia de solidão. Ela explicou muito dessa coisa tão linda que era a Racklaine e por um momento ela não me pareceu uma menina tão abominável assim.

Como ninguém gostava mesmo da Racklaine, Maria podia estar com ela o tempo todo. Podia fazer naninha e colocar ela para dormir, cheia de dengo. Podia levar ela para casa nos feriados e fins de semana. Podia incluir ela na rotina da sua casa e na rotina das outras crianças do abrigo, que choravam de tanto rir com as gravações do cachorro da Maria, o tal do Alemão. Ele uivava de um jeito tão bizarro que as crianças logo falavam para a tia Maria colocar o Alemão para cantar. Duma hora para outra os problemas se dissolviam ao som ridículo do cão, que nem se sabia tão famoso, que nem sabia que seu primeiro nome era Pastor. E tudo foi melhorando para essa menina com nome de móvel barato de casa de pobre. E até o Alemão, bravo que só, se derretia todo para a Racklaine. Era Pastor, mas do tipo Capa “Preta”.

O marido de Maria já entrou prevenindo, também. Gostava da menina, mas onde não se tinha muito, uma criança transformaria em menos ainda. Maria chorou, entendeu, chorou de novo, concordou, mas continuou trazendo a Racklaine para a sua casa, numa eterna discordância mutuamente aceita e compreendida, pacífica e sem conflitos. Os filhos grandes curtiam a menininha nervosa que falava tudo errado e botava o Alemão para cantar.

No abrigo, as outras tias começaram a ver diferença em Racklaine, cada dia mais “gostável”. Contudo, ao invés de ver a Racklaine e lhe dar os parabéns, e de tentar aprender um tanto com a Maria, todas tiveram medo desse vírus. Vai que chega a contaminar todos e envolver todos uns com os outros de um modo que a gente também quisesse amar, se amarrar e se desamarrar. Ia ser doído ficar. Ia ser perigoso mudar.

Ela já estava cansada das prevenções. Maria me conta que não tinha medo de amar o que não era dela, pois nunca teve nada mesmo e por isso estava bem disposta a amar tudo e todos. Ia vivendo assim, de risco em risco, sem medo do perigo, e acabava com algo mais no final das contas. Em sua riqueza de amor, Maria falava com os promotores, acompanhava audiências e se envolvia. Não sabia o porquê das suas coisas sentidas, mas preparava a Racklaine para ser algo além daquela menina de quem ninguém gostava.

E gostando muito uma da outra, de modo a não poder mais, eis que chega a adoção da Rack. Ninguém conseguia acreditar que justo a adoção da Racklaine ia ser internacional e vinda da terra do seu cachorro preferido. Sim, os alemães iam ficar com ela e todos os seus, eram três ou quatro famílias alemãs parentes, e cada núcleo ficaria com uns pares de crianças dessa prole imensa. Assim, os irmãozinhos muitos cresceriam próximos de alguma forma. Era a loteria da adoção que tinha bingado com violência, logo em Diadema.

Antes da coisa desenrolar, todo mundo teve um nó-dó ao falar da Maria, tão enrolada com a Racklaine. Aquele traste de menina já era alguma coisa de gente, então, até para quem não queria amar criança de abrigo, ia ser dor demais ver a Maria pelos cantos sem a menina para o chamego. Foram falar do caso com o promotor, que chamou a Maria para conversar. Totalmente ilegal, o promotor disse que daria um jeito e ofereceu a Racklaine definitivamente para a Maria e que se danasse a adoção gringa. Que fossem os outros, tinham tantos. Não ia ferir o sentimento da preta Maria, tão querida até por ele que estava aprendendo uma lei nova.

Chorando mais que o ar condicionado do ônibus vagabundo que levava a gente para o Vale do Ribeira, Maria deu adeus para a Racklaine e agradeceu ao promotor, de quem é amiga até hoje. Essa foi a hora de eu chorar um monte também. Mas porque, Maria, se até o raio do promotor ia te dar a menina que já era tão sua? Caramba, Maria... Eu achei que haveria um final feliz pra essa história! Mas o desfecho da história não seria como eu queria, entretanto, teve um certo toque mágico, melhor que o hollywoodiano.

"Só que quando a gente se dá inteira não fica faltando nada pra ninguém, filha" - aí entendi e senti. Maria me disse que a Racklaine já estava pronta para viver bem em qualquer lugar. E o promotor, cheio de amor, não se irritou com a negativa da Maria, e depois até mostrou as fotos do processo da Racklaine para ela: uma casa de novela, com o povo alemão que nem seu cão. "Pensa, filha, numa casa de n-o-v-e-l-a... Ele não podia mostrar, mas, sabe... a gente já era amigo. Se precisar eu te apresento, ele é gente boa." Aceitaram as contrariedades e Maria viu que o melhor mesmo era ela não tirar a chance da menina de viver com os irmãozinhos, de crescer e ter vida decente. "O que ia ser dessa pretinha em Diadema, na minha casa onde a coisa está assim..." e olhamos para o ônibus em condição indecente que nos carregava, e rimos, entre gotas, sem segurança nenhuma, nos transportando para outros lugares novos, duvidosos e arriscados.

Maria me conta que reconstruiu seus dentes. Estava feliz porque agora além de chorar também podia sorrir. Ficou bem caro, mas ela estava pagando aos poucos. "Larguei esse negócio de trabalhar em abrigo. Depois da Racklaine não dava mais, eu já tinha dado tudo e estava satisfeita. Sabe, eu acredito que ela nem vai lembrar de mim, era muito novinha. Mas eu sei que estou um pouco nela e ela com certeza está em mim." Alguma coisa aconteceu dentro dela que melhorou tudo e fez ela lutar para sorrir, que também ajudou a Racklaine a ser mais amável e, disso tudo, ambas se tornaram prontas para saírem do abrigo e seguir em frente.

Maria ainda ia longe, mas eu já tinha que descer. Vontade de ficar ali com ela!! Mas eu tinha chegado ao meu destino e precisava descer, e ela, prosseguir. Abracei e

chorei junto com a Maria aquela miséria de viagem, em que a gente aprende a amar para depois ter que descer. E percebi, encharcada, que eu, ela e a Racklaine não éramos tão miseráveis assim, que a viagem foi dura e boa. Passei uns dias esquisita depois disso. Andando suave, meio flutuando, com medo de quebrar sem querer alguns dos cristais admiráveis da minha recente casa de novela.

[Diário de Campo, itinerário Barra Funda-Cajati, dentro do ônibus com goteiras, Vale do Ribeira/SP, setembro de 2017]

Com um nome peculiar, a menina Racklaine expressa em sua nomeação uma certa falta de cuidados acerca de seu futuro e de sua existência. Como fora abandonada desde a primeira infância, com um grupo grande de irmãos, a criança se esforça para se destacar por meio de atos destrutivos que a fazem ser ainda mais abominada. Diante de um novo olhar, a criança desenvolve condições para sair desse lugar social, lidando melhor com a questão dos múltiplos desligamentos afetivos vivenciados ao longo de sua trajetória.

Entendemos a força do Apadrinhamento Afetivo Informal entre Maria e Racklaine, que, mesmo num contexto institucional adverso, não deixou de acontecer. O apadrinhamento entre cuidadora e criança ocorreu permeado pelo Apadrinhamento Formal, contudo funcionou, em vários momentos, segundo regras próprias.

Infelizmente, para não ter que lidar com esses potentes pormenores (micropolítica), as dores do desligamento do programa de Apadrinhamento Afetivo são enfatizadas fazendo com que na maioria das comarcas ele nem chegue a acontecer. Talvez para omitir-se diante da cobrança de notícias por parte dos padrinhos após a saída da criança da instituição, para invisibilizar as dificuldades da nova família adotiva no esvaziamento dos laços anteriores, enfim, por não se investir adequadamente no acompanhamento afetivo e *efetivo* da criança após sua desinstitucionalização, o programa de Apadrinhamento Afetivo Formal não é algo que se diga, portanto, popular. Inclusive, diante do desligamento, é salientada usualmente a sua face mais cruel, desencorajando todo o processo que poderia ter um impacto social bastante significativo.

Muitos abrigos investem na negação de experiências e vínculos afetivos para a criança em acolhimento, sob a justificativa de não causar sofrimento posterior com o afastamento após a adoção ou reintegração familiar. Assim, agravam a situação presente de vazio, desestimulando os funcionários a dar carinho, punindo cenas de apego, premiando atitudes de distanciamento e desinteresse tidos como *autêntico*

profissionalismo. Tal abordagem caracteriza uma forma constante de sofrimento proporcionado pela via institucional.

O cuidado nessa transição, maior delicadeza nessa remalhagem, seriam suficientes para proporcionar novos rumos conectivos. Infelizmente ainda hoje muitas instituições agem como se o resultado de uma audiência fosse o suficiente para a desconexão automática da criança do “equipamento Abrigo”. Como se uma sentença resolvesse tudo, como se um documento fosse capaz, por si só, de preparar a criança para a nova vida. Aqui, não acreditamos que esvaziando-a de seu passado afetivo, invisibilizando sua história pregressa, deixando a criança como uma página em branco para o preenchimento da família adotiva se possam construir famílias potentes e territórios com vibrações de alegria e de acolhimento.

Tal estratégia de dilaceramento, de impedimento ou ruptura de experiências afetivas ou vínculos comunitários anteriores, repleta de abordagens secretas e repentinas de desligamento, envolve uma série de ações questionáveis, mais similares às adoções criminosas da época da ditadura militar argentina⁵, do que à preservação dos direitos da criança brasileira. No entanto, apesar de recorrermos à força desse exemplo, sabemos tratar-se de assunto complexo, que requer um estudo específico, capaz de problematizar a cortina de fumaça jogada em tantas questões de violência sob a insígnia do sigilo.

Diante de tudo isso, é preciso ampliar o olhar acerca do sofrimento e das rupturas. Há uma interdependência existente entre os habitantes da sociedade, com seus ciclos e suas movimentações, que não se mantêm em territórios constantes de alegria e de estabilidade. Essa percepção de pertencimento e de rupturas – com acompanhamento – traz uma nova ética de relação que não exclui a dor, posto que há o afastamento de pessoas que mantinham linhas de afeto ativadas por uma rotina. Com a alteração dessa rotina, há de se avaliar se foi possível “ampliar a rede de apoio afetivo, social e comunitário para além do abrigo”, posto que a institucionalização favorece o isolamento (BRASIL, PNCFC, 2006, p. 126). Além disso, o apadrinhamento afetivo “Não se trata,

⁵ No período da ditadura militar na Argentina (1966-1973), mulheres grávidas que pariam em momentos de prisão e tortura possuíam seus bebês subtraídos e “adotados” por familiares e pessoas de confiança dos torturadores. Muitas crianças filhas de presos políticos também foram sequestradas e integradas não aos seus familiares afetivos e/ou consanguíneos, mas às famílias de seus algozes. Com isso, apagava-se todo o passado de luta e sofrimento de seus pais, negando à criança o direito de saber de sua história pregressa e de convivência com sua comunidade de origem. E num processo perverso de colonização, modelava-se o fruto do amor entre os revolucionários ao gosto do opressor.

portanto, de modalidade de acolhimento” sendo um tipo de apoio afetivo caracterizado pela transitoriedade e totalmente dependente das circunstâncias (idem).

A transitoriedade do vínculo não exclui sua validade, haja vista que todos os vínculos são transitórios, pois a própria vida, em si, também o é. Os afetos são flutuantes e variáveis, podendo se extinguir, diminuir ou se potencializar, sem aviso prévio. Todavia, os afetos não são positivos ou negativos, são múltiplos e imprevisíveis. A anulação das explicações racionais diante da questão afetiva causa insegurança, certamente. Mas, ao invés de lidar com essa fluidez, acompanhá-la e dar-lhe sentido, contingentes de profissionais das instituições de acolhimento, do Direito e da Psicologia simplesmente se negam a olhar para a insegurança e se omitem acerca da seara afetiva em suas pesquisas, abordagens e ações. Isso acontece até em pesquisas de nossa área cujo foco reside na questão humana e social, complexa e diversificada por excelência. Isso empobrece invariavelmente a pesquisa com seres humanos, os pesquisadores, o conhecimento, mostrando uma visão superficial de que se extirpando os afetos da discussão eles deixarão de existir e de influenciar os caminhos e as tomadas de decisões.

Ou seja, os afetos podem ser negligenciados pelas pesquisas (FAVRET-SAADA, 2005) e até apartados do sistema judiciário pela forma como se expressam suas ações. A inexistência de psicólogos em muitos fóruns evidencia a ponta do *iceberg*. Percebe-se que o poder judiciário trata de questões humanas rotineiramente, mas nega-se a priorizar a esfera afetiva legislando de forma descontextualizada, preconceituosa e burocrática. Sua efetividade é baixa, sua velocidade é lenta. Mesmo assim, não há como negar que as conexões afetivas não param de existir e de se romper, sem as racionalizações previsíveis, num tempo e espaço próprios.

Clarice e sua amiga, na escritura “Clarice Quer Falar” (p. 49), questionam com ações e falas o fato de ser permitida apenas uma madrinha por criança, independentemente dos apelos da própria criança e do interesse de outras madrinhas. Nos conectamos, assim, com o vazio da padronização, da repetição, da reiteração mortífera. Percebendo o preenchimento indispensável dos pontos de vistas singulares quando se trata, principalmente, das questões afetivas, torna-se claro que estes são flexíveis e imprevisíveis, contrariando a hegemonia imposta.

Questões como a idade, o gênero, a cor da pele, dos olhos e dos cabelos, condições de saúde e comportamento são heterogêneas e causam discrepância nos

interesses para apadrinhamento e para a adoção. Algumas crianças encontram muitos interessados rapidamente enquanto há o esquecimento de tantas outras, dilatando o tempo desses últimos em ambiente institucional. Então, a lei determina, principalmente para os casos das crianças com poucas chances de adoção, que o apadrinhamento afetivo precisa ser facilitado. Em geral, os meninos, negros, maiores de cinco anos e portadores de doenças crônicas/ deficiências sofrem mais com a demora para adoção.

Porém, como a definição de perfis passa pelo crivo da comarca, em cada município essa lei opera diferentemente, haja vista que a cultura local influencia na rejeição ou adoção de certos marcadores de diferença. O que está generalizado é o fato de que isso varia dependendo da cultura, e que esta funciona atrelada às leis. Sabe-se também que quanto mais velha a criança, mais visíveis são as memórias de seu passado difícil na família de origem e, quanto mais tempo em vivência institucional, mais marcada ela estará pelo funcionamento deste também. Integrar tantos fatores caracteriza grande desafio, mesmo diante de uma nova família disposta a acolher e oferecendo contexto favorável ao desenvolvimento infantil.

A próxima escritura desafia os profissionais a não utilizar um saber técnico a serviço de novos modos de segregação. Trata-se de um relato com objetivo de resposta diante de um protocolo de abordagens em que os vínculos não são envolvidos, podendo minguar e morrer. A forma como a lei é aplicada conta muito, assim como alguns detalhes sobre a ambientação dos espaços jurídicos, capazes de denunciar o tipo de postura profissional que incitam, marcando a importância da discussão sobre a ética, a estética e a política dos territórios.

Relato da Série Própria 17 – *Pequeno Manual Afetivo para a Assistente Social Marmorizada*

Boa tarde, minha colega,

Parabéns, você usou sua formação, sua técnica e sua obediência às regras – sejam elas quais forem – para consolidar os baluartes dessa instituição de abrigamento. O que você faz, realmente se escreve na pedra. E com essa firmeza, essa dureza, angariou a simpatia do fórum, dos juízes e de todos os que têm espíritos inspirados pela solução final. Congratulações por consolidar um abrigo para os juízes e profissionais que lá NÃO residem. Eles estão contentes com o abrigo criado para eles, mesmo que dentre eles pouco saibam o que é sorrir.

A Psicologia gostaria muito de lhe dar um recado: sua formalidade e falta de sorrisos assustam muito mais que a história pregressa dessas crianças. A gente luta por mais

Casas de Acolhimento e menos abrigos. Por mais gente disposta. Por gente menos indisposta que o seu pessoal. Você talvez nunca tenha experimentado o anoitecer num abrigo e volte sempre para sua casa com a luz do dia. Entende algo sobre a cor amarela da fome, o cheiro acre da exclusão e o gosto amargo da menos valia? Pessoa ou estátua? Só a sua filha pode sorrir?

Esse juiz vai, outro juiz vem. O judiciário passa, assim como os gestores municipais. E se torna assim, digamos, um tanto ridículo, seguir extrimamente os comandos dos mandantes, sem adaptá-los, assim, um tantinho, à nossa realidade. Algumas coisas podem e devem ser personalizadas. Por isso existe a equipe humana, imprescindível, de ação necessária.

Dependendo do juiz pode apadrinhar, dependendo do juiz a papelada fica na gaveta.

Dependendo do juiz pode a comunidade visitar o abrigo, dependendo do juiz as autorizações ficam na gaveta. No cemitério encontramos alguns ossários, que são espécies de gavetas, a guardar as informações. Ninguém abre muito essas gavetas. Brincar de “Siga o Mestre” diante do destino de crianças dificulta a entrada de ar nos pulmões e posterior desoxigenação cerebral. Nos faz secas, pouco criativas, desanimadas, pessoas marmóreas e formais. Tenho medo de lugar com criança que não tem brinquedos espalhados pelo chão.

A Psicologia gostaria de te avisar que deixar as crianças lindas e bem cuidadas no dia da audiência é algo bastante asqueroso. A vida, colega, é justamente aquilo que acontece entre uma audiência e outra. Nesse meio tempo as crianças podem, devem e merecem se vestir adequadamente à temperatura, com algum apuro estético para se sentirem bem. Esses mesmos trapinhos de todo dia escandalizam diante do quarto secreto cheio de roupas novas, lindas e inúteis. Lembre-se: estátuas de mármore adornam fóruns e túmulos.

[Diário de Campo, Fórum, Vale do Ribeira/SP, junho de 2018]

Cientes de que o texto da lei é único, porém suas formas de operar são múltiplas, também é sabido que o acompanhamento técnico nos casos de adoção é fundamental, mas pode se tornar um grande dificultador. Considerado precário nos casos de adoção, diante do Apadrinhamento Afetivo o apoio técnico é quase inexistente. Existem fóruns brasileiros que ainda não contam com nenhum profissional da Psicologia em seu quadro de funcionários. Não raro encontramos comarcas responsáveis por diversos municípios contando com apenas um profissional técnico da área da Assistência Social. Isso simboliza como as questões humanas e afetivas não são priorizadas dentro dos procedimentos legais envolvendo crianças, o que chega a ser absurdo.

Defendemos que as questões humanas e afetivas não são exclusividade da Psicologia, são fundamentais para a concretização dos direitos. E são determinantes para a existência e funcionamento do programa de Apadrinhamento Afetivo legal. A

falha na valorização da equipe técnica dos fóruns, em geral em número e em formação muito aquém da importância do trabalho prestado, reforça ciclos viciosos de desacolhimento pela sociedade, onde a vítima se torna culpada das suas misérias, esvaziando a discussão mais aprofundada acerca dos problemas sociais (BENELLI, 2014). Será que o texto da lei precisa de técnicos preparados para operar de forma mais efetiva e afetiva?

Dentro da especificidade das leis, por mais detalhadas que sejam suas definições, existem importantes discrepâncias no tocante à sua execução. Isso também ocorre na seara civil; toda função civil é uma obrigação e uma possibilidade, existindo brechas que podem ser ocupadas para facilitar ou inibir seu exercício. No caso tocante ao Apadrinhamento Afetivo, mesmo com a obrigação constitucional de zelar pelas crianças, ficou claro que o programa pode ou não acontecer na vida das crianças institucionalizadas. Lê-se tal possibilidade em: “A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar *poderão* participar de programa de apadrinhamento” (BRASIL, Lei 13.509 de 2017, grifo nosso). Mesmo diante da obrigação civil de cuidar do desenvolvimento das crianças em geral, o Apadrinhamento Afetivo aparece como uma questão de opção; independente dos prejuízos já estudados como inerentes à vivência institucional, o Apadrinhamento não entra, na esfera legal, enquanto obrigação das comarcas e dos cidadãos.

Um outro aspecto da lei, menos homogeneizante, opera no reconhecimento das ações de desacolhimento social por marcadores sociais de diferença, como a deficiência e a cor da pele. Nesse contexto, faz sentido privilegiar como participantes dos programas de Apadrinhamento Afetivo as crianças e adolescentes com poucas chances de adoção: “O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças [...] com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família substituta” (BRASIL, Lei 13.509/2017, parágrafo 40).

Isso significa dar visibilidade para quem mais precisa de apoio, por já ter sido vítima de um esquema de desvalorização diante da sociedade, devido às suas características físicas. Isso é também admitir a existência de marcos sociais de desincorporação que apartam estas pessoas e as confinam em locais de grosseiro prejuízo. Neste limbo, transformam-se em alternativa remota de convivência, criando à revelia o grupo dos *que mais precisam*. Todos podemos sair dos lugares nos quais

fomos colocados enquanto tivermos algum tipo de movimento vivo. Numa resposta à retirada abrupta de uma criança de sua convivência comunitária, segue a escritura adiante como problematizadora dessa situação de esvaziamento repentino de territórios e da construção de fronteiras que poderiam ser evitadas.

Relato em Realismo Fantástico 2 – *Carta Suspirada para Clarice*

Lindinha, adoro o jeito que você corre para nos abraçar nos eventos da cidade e faz questão de fugir da “Turma do Abrigo” e sentar ao nosso lado... Sem cerimônias, você se aproxima e conversa e aproveita – espertinha – que pelo menos em público eles precisam tomar muito cuidado para não ralhar com você. Daí a gente aproveita e sorri, satisfeitas, dando acenos alongados para a equipe técnica quando te chamam ao longe. Você permanece.

Espero eu também permanecer no seu coração, não sei se em sua memória, isso tudo bem, mas no coração eu queria estar. Do jeito que você nos procura e nos acha, acho eu que não sou mais uma tia igual que atendeu você e seus muitos irmãozinhos.

Em breve você não estará mais aqui, fiquei sabendo. Você não fez alarde. Não contou vantagem. Não me contou. Mas contou para minha filha, que também não me contou. E todo esse sigilo, de vocês, entre vocês, me deixou de certo modo contente, ao ver tanto sentimento novinho, assim, ligado e com vida própria.

Ah, eu me esqueci... você não sabe ler... Então, aí vai esta cartinha suspirada, em pensamento. Atrás está meu nome completo, o da minha filha, nossa localização e com isso você nos acha sempre que quiser. Você é boa em achar pessoas.

Considerações: Tiraram Clarice da gente duas horas antes da festa junina do último dia de aula. Todos fantasiados, alegres, dançando quadrilha, acenando um adeus ao primeiro semestre e um oi para as férias de julho. Não deram pra ela, nem pra gente, a chance de um adeus festejado e agradecido. Quem sabe bem alimentada com esse adeus ela pudesse estar mais permeável para dar um oi à nova vida?

Minha filha dançou tanto, correu tanto, abraçou tantos que não perguntou mais da Clarice. Roubaram até o direito da Clarice se tornar inesquecível para a amiguinha dela, numa despedida alongada. Roubaram nosso direito de chorar por ela e de chorar com ela porque afetos molhados não estão previstos na lei. Nos roubaram a última dança com a Clarice. O processo jurídico de anos finalizou e eles não tinham porquê gastar tempinho besta em despedida dessa gente que nasceu para ser esquecida.

[Diário de Campo, Escola Municipal Diogo Ribeiro, Vale do Ribeira/SP, 10:00, sexta-feira, 29 de junho de 2018]

Sendo assim, considerando a dor proveniente de decisões verticalizadas e, por isso, alienadas das relações afetivas estabelecidas dentro de um tempo e de um espaço, é necessário questionar os eixos de dominação com pontos de vista mais arejados, pois:

Precisamos também buscar a perspectiva daqueles pontos de vista, que nunca podem ser conhecidos de antemão, que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação (GALINDO, 2015, p. 24).

Algumas características são bastante flexíveis dependendo das comarcas. Porém, outras funcionam fixadas na lei. Referente à guarda da criança na questão documental, as madrinhas e padrinhos afetivos brasileiros, independente da comarca, não possuem a guarda da criança em nenhum momento. O termo de guarda continua pertencendo à instituição de acolhimento. O interessado, após entregar a documentação exigida e passar por um estudo psicossocial assina um termo com as regras determinadas pela instituição em parceria com os desígnios da comarca. Nesse termo se estabelece a natureza do Apadrinhamento (que pode ser Afetivo, Econômico e/ou de Prestação de Serviços), a periodicidade das visitas e das saídas externas à instituição, com dados pessoais da criança escolhida e dos padrinhos regulamentados.

Pessoas jurídicas podem apadrinhar, assim como organizações da sociedade civil podem se envolver com os serviços de apadrinhamento, além dos órgãos públicos (BRASIL, 2017, parágrafo 30). O apoio pode ser apenas financeiro, sem vínculo afetivo com a criança. Aos padrinhos e madrinhas dispostos a entrar em contato com a criança, não se exige nenhum apoio financeiro, ele pode ou não existir. As funções de vínculo social e de referência afetiva para a criança são prioritárias, não incidindo sobre os padrinhos nenhuma incumbência legal além de zelar pelo bem-estar da criança em sua presença, devolvendo-a à instituição dentro do prazo estabelecido. No artigo 19-B, vemos:

O Apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro (BRASIL, Lei 13.509 de 2017).

Aprofundando a observação do próprio texto das leis brasileiras referentes à infância, entende-se o cuidado e zelo às crianças como uma obrigação civil estendida a todos os brasileiros maiores de dezoito anos (BRASIL; 1916; 1988; 1990; 2004; 2006a; 2006b, 2009; 2017). Promover o bem-estar de crianças e adolescentes, não é, dentro da legislação vigente, obrigação exclusiva de pretendentes à adoção ou dos participantes de programas de apadrinhamento afetivo. Na lei federal, em todos seus parágrafos, incisos e *caputs*, não há nenhuma referência de que se trata de obrigação exclusiva dos genitores ou parentes consanguíneos da criança facilitar o seu desenvolvimento e

integração social. O cuidado pelo desenvolvimento da infância é uma incumbência civil de todo cidadão e cidadã.

Adentramos num paradoxo resumido na questão “O que fazer com as crianças?” A lei as protege, obrigando os adultos a exercerem os cuidados necessários, mas oferece subterfúgios para não efetivar essas ações. Estende a todos os brasileiros a obrigação de zelar pelas crianças, porém incita a família biológica a exercer exclusivamente os cuidados mais complexos e prolongados, independentemente se tem condições materiais e/ou o desejo para isso. Não apoia devidamente as alternativas públicas para desencargo da família de tantas responsabilidades, sobrecarregando-a, punindo-a, vinculando-a a um apoio tutelar. Esse apoio poderia ser dissolvido e melhor executado por mais atores da esfera social? Neste intuito, chegamos à **Roda 2**; sua peculiaridade será descrita enquanto alternativa original e localizada de resistência aos padrões seculares de opressão.

1.5 COMPOSIÇÃO POR ADOÇÃO NO BRASIL

As instituições de acolhimento são responsáveis pela produção de problemas físicos e psicológicos nas crianças; tais desvantagens são atestadas por diversos estudos, há mais de meio século (DENNIS; NAJARINAN, 1957 apud ZERBINATTI; KEMMELMEIER, 2014; GOFFMAN, 1961; COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007; WEBER, 1996; 2007).

O não desenvolvimento de laços afetivos impede o crescimento psíquico e biológico saudável das crianças. Problemas como baixo peso, enfraquecimento, dificuldades graves de comunicação, adoecimentos constantes e até a morte são descritos pelas bibliografias de referência. As crianças que obtiveram cuidados de alimentação e abrigo não necessariamente conquistaram sobrevivência, tampouco reintegração social, pois o dano causado pela ausência de laços afetivos no início da existência se mostrou irreversível.

Como já é sabido sobre os agravos da vida em instituições, podemos supor o tamanho do estrago na vida das crianças que necessitam de cuidados mais refinados e de equipe especializada para lutar por alguma qualidade de vida. Sendo assim, o Apadrinhamento Afetivo constitui uma alternativa de vivência fora do ambiente institucional, sendo reconhecida a prioridade do programa no caso das crianças com chances remotas de adoção:

Nos Programas de Apadrinhamento Afetivo devem ser incluídos, prioritariamente, crianças e adolescentes com previsão de longa permanência no serviço de acolhimento, com remotas perspectivas de retorno ao convívio familiar ou adoção, para os quais vínculos significativos com pessoas da comunidade serão essenciais, sobretudo, no desligamento do serviço de acolhimento. Para estes casos, a construção de vínculos afetivos significativos na comunidade pode ser particularmente favorecedora, devendo ser estimulada, observando os critérios anteriormente citados (Brasil, 2009, p. 52-53).

A lei 12.955/2014 estabeleceu um acréscimo importante ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, BRASIL, 1990) priorizando a tramitação dos processos envolvendo as adoções de crianças portadoras de deficiência. Entretanto, em uma busca eletrônica no Cadastro Nacional de Adoção realizada por Tatiana Takeda, advogada, após dois anos dessa alteração na lei, ficou constatado que apenas 4% dos pretendentes à adoção aceitariam crianças com deficiência física e 2% aceitariam crianças com deficiência mental (TAKEDA, 2016).

Certamente, a realidade não acompanhou a lei. Contudo, é preciso problematizar as explicações para as dificuldades de recolocação familiar das crianças com deficiência porque as razões vão muito além do preconceito. Os deficientes podem necessitar de *cuidados* prolongados e isso pressupõe uma rede social de apoio efetivo. Essa rede é inexistente ou bastante ineficiente no Brasil, sobrecarregando a família e dificultando a integração social dos deficientes, em todos os setores. Acessar direitos à Justiça, à Assistência Social, à Saúde, à Educação, ao Lazer e à Cultura compõe uma odisséia que vai muito além do previsto na legislação de referência.

A concretização dessas leis não está prevista no cerne delas. Não há destaque orçamentário para a movimentação de campanhas de esclarecimento em relação ao assunto da adoção e da deficiência. Não existem apoios financeiros compatíveis com as deficiências, visando amparar as famílias predispostas ao enfrentamento deste desafio. No setor público, o acesso à educação e à saúde especializados é uma falácia. O direito ao lazer e a integração social esbarra, diariamente, na cultura capitalista; a mesma se expressa nas leis descumpridas em prol do lucro, com atitudes de desprezo na estrutura arquitetônica - até de prédios públicos - onde ainda não está contemplado o acesso físico do deficiente aos serviços. Isso se dá após a promulgação da lei de acessibilidade, que versa sobre a obrigação de promover todas as adaptações necessárias para o acesso dos deficientes (BRASIL, lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000).

Essa precariedade política segue mostrando a face mais cruel no caso das crianças deficientes habilitadas para adoção, aniquiladas diante da *rede de apoio* e institucionalizadas aguardando pela chance remota de ter o cuidado que passa a ser atribuído a uma família, seja ela consanguínea ou não. Reconhecendo a chance ínfima de adoção dessas crianças institucionalizadas, a integração comunitária por meio do Apadrinhamento Afetivo se mostra como elemento promissor.

Garantidas à essas crianças a prioridade absoluta no programa de Apadrinhamento Formal, ser acolhida temporariamente pode ser a única chance de contato social afetivo e externo aos muros da instituição. A não responsabilização irrestrita da família interessada é um fator de encorajamento no contato com as crianças especiais. Não dispor da guarda da criança, poder recorrer à instituição a qualquer momento e possuir um acompanhamento mínimo do poder judiciário proporciona um suporte inicial, abrindo possibilidades.

No caso do Apadrinhamento Informal, a indefinição das regras caracteriza o protagonismo dos envolvidos afetivamente na criação delas. A rede de apoio é acessada de acordo com as circunstâncias e a precariedade material não impede a vivência do potencial afetivo. Ou seja, a ausência de apoio e acompanhamento especializado abre brechas de acesso afetivos, disponibilizando possibilidades de contato que não seriam realizadas noutras circunstâncias. Isso não é uma defesa à precariedade a que estão expostas milhares de crianças. Trata-se apenas da constatação de que, dentro do funcionamento atual da rede de apoio, novamente o Apadrinhamento Afetivo é uma via de escape ao abandono e se dispõe a acolher, preservar e valorizar construções afetivas entre as pessoas.

O sistema social, as leis, a aplicabilidade dos direitos, o funcionamento do judiciário, o preconceito, tudo isso se secundariza quando o assunto é a disponibilidade afetiva. Em relação aos problemas apresentados, o Apadrinhamento Afetivo é uma subversão afetiva potente por combater o desespero e o desalento em interações de carinho e esperança, indo além das condições físicas e financeiras:

A verdade é que a deficiência é mais do que um enigma: é um desconhecido erroneamente descrito como anormal, monstruoso ou trágico, mas que fará parte da trajetória de vida de todas as pessoas que experimentarem os benefícios da civilização (DINIZ, 2007, p. 78).

Dentre as inúmeras dificuldades para se conquistar direitos e para lidar com o serviço público brasileiro e suas burocracias, destacaremos agora a questão do adotar. A narrativa “Quantas avós você tem?” ilustra algumas dificuldades comuns ao processo de adoção, com destaque à violência sobre os vínculos, a falta de cuidados básicos para desmanchar, reconstruir e preservar as malhas dos tecidos sociais. A dificuldade para a adoção, ao longo da história brasileira, vai muito além da burocracia.

Vejam os comportamentos de uma Assistente Social diante de colocações óbvias de um casal homoafetivo cuja adoção foi travada ainda que o processo afetivo entre eles e a criança fosse um sucesso.

Relato da Série Própria 18 – *Quantas avós você tem?*

Com todos os trâmites correndo favoravelmente, eis que chega a notícia do filho tão esperado. Depois de um tempo gigante no cadastro de adoção, o casal homoafetivo Well e Will foram contatados pelo fórum de Campinas. Superando quaisquer expectativas para casais gays, a lógica do preconceito deu uma pausa em seu contador sistemático, deixando chegar a vez deles. Veio para eles um bebê com menos de um ano, saudável. Todo lindo! Era Ele, um bebê extremamente alegre. Era “o meu bebê”, “o nosso bebê”.

Antes de saber como Ele era, o casal já tinha aceitado, já tinha adotado antes de ver, já era deles, já era “o meu filho”, “o nosso filho”.

Para completar esse caso, o tal bebê, por ter saído tão precocemente de sua família violenta de origem, por ser assim tão pequeno e tão poupado, nem passou pelo Abrigo. Entrou logo em uma família acolhedora. E essa família foi incrível em seu papel, dando ao bebê o sentimento do quanto Ele era importante ali. E se Ele nasceu, de cara, assim, num lugar ruim, não precisava continuar aborrecido no ambiente de instituição.

Entendidos sobre como os homossexuais são tratados, o que as famílias típicas brasileiras, cozinhas, poderiam pensar deles, os futuros papais pediram ao fórum algo que o fórum mesmo deveria ter pensado, para que eles nem precisassem pedir: “Poderiam, por favor, não revelar ao pessoal da família acolhedora sobre o bebê ser entregue para um casal homoafetivo?” Os motivos, vários. Para não gerar angústia na família acolhedora - e nem na deles. Para evitar serem xingados pela 1.700.125.741ª vez. Para não assustarem o “nosso bebê”, tudo seria melhor sem escândalos. E o pedido foi aceito, seria mantido, como prima a lei, o sigilo em melhor interesse da criança.

O pedido foi acatado na hora, porém a efetividade correu do jeitinho brasileiro...

No dia mais feliz da vida deles, loucos para receber esse bebê, para conhecer esse bebê, para cheirar e apertar esse bebê, para carregar no colo, mostrar o novo quarto e a nova vida, eles foram colocados sentados exatamente de frente para a única família que estava ali... Mesma sala de espera, mesmo corredor, mesmo horário, único bebê.

Estava na cara que era Ele, estava na cara quem eram eles e o que aconteceria logo ali. Naquela hora tudo estava tão na cara que a cara de todo mundo caiu.

Nada foi falado, mas todos entenderam tudo. Nada foi falado, foi é gritado mesmo.

Dizem que bicha é escandalosa. Quem falou isso não conheceu ainda a tal da família acolhedora... Foi o maior quiprocó; “não iam entregar o bebê para aqueles dois”; “eles fariam mal para a criança tão bem cuidadinha”, “ficariam com Ele até acharem uma família de verdade”... E por aí, vai.

Well e Will, apesar dos nomes, não eram uma dupla sertaneja, eram uma família de verdade faz tempo. Calejados de tanta ofensa, e latejando agora mais uma, não estavam prontos para desistir, acostumaram a resistir. Deu raiva, mas eles não iam voltar atrás. Aliás, deu mais é dó daquela família que acolhia bebês por alguns trocados a mais no orçamento e se sentiam donos deles depois, não entendendo nada da própria função de facilitar as coisas para a vida futura da criança. Transtornados assim, preconceituosos assim, a família acolhedora fez um bom trabalho até o momento no qual passaram a se considerar mais família de verdade que a outra família. Olharam para a família dos nossos amigos com a certeza de que ali estava uma família de mentira. O preconceito também dói em quem sente. Deu para sentir trincando a dor deles ao entregar o bebê. E de dor, nosso casal também entendia. Essa sombra cobriria a felicidade de todos e o pano todo furado e torcido parecia não ter mais remendo.

Mas Ele, o bebê, era a exceção da exceção.

Ele já tinha sorrido para o casal. Ele foi com a cara dos novos pais. Ele não chorou ao ser entregue, mesmo nessa confusão. E Ele era fisicamente muito parecido com um dos novos papais; para a surpresa de todos, era a cara do Will!

Os novos pais, também, eram exceção. Com todos os motivos para não entender a família acolhedora, vendo o sigilo escorrer pelo ralo, agora ao sentir tudo triturado, moído, socado, e misturado com farofa de família acolhedora, decidiram se dispor a passar o ódio para o fórum e não para aquele pessoal que sofria de dar dó. Mais leves, decidiram encontrar futuramente com a família acolhedora e trazer o menino, para ficarem sossegados vendo que tudo correria bem para Ele.

Contato mantido, pacto cumprido, a família acolhedora foi acolhida pela família nova.

Farofa é um bom acompanhamento brasileiro.

Os novos pontos foram costurados.

E o fórum? O fórum nem ligou para o ódio deles, para o pessoal da família acolhedora, para o bebê fofinho. Mas o Well e o Will ligaram, religaram e costuraram a dor deles fazendo uma manta bem forte para o segurar o bebê deles, o “nosso bebê”.

Formaram uma equipe técnica para fórum nenhum botar defeito, esse casal. Aliás, o fórum não se retratou pela falta de ética. Não fez nenhum esforço para preservar nada nem ninguém, tampouco acompanhar os destroços que provocaram. Não fizeram nenhuma ação para reparar o grave erro, o enorme desrespeito com a situação peculiar de Well e de Will, nem com os sentimentos conturbados da família acolhedora, que também estava bem sozinha na função, faz tempo.

Mas se o fórum não pediu desculpas, a família acolhedora, após um tempo, até pediu. Era só ver como o bebê estava bem cuidadinho, continuando alegre como sempre, para saber que fizeram escândalo de bobeira. Preconceito é marcar bobeira. Tudo ficou bem e as coisas se reconfortaram. O menino crescia ligeiro e alegrinho, famílias em paz. Contudo, a história não acaba por aqui.

Um dia, do nada, Well e Will receberam uma intimação. Do fórum da nova cidade que eles estavam agora. Nesse fórum, a assistente social queria conhecer o casal de anormais que adotara um menino normal, e ainda por cima, bebê. Queria saber tudo de horrível acontecendo e reverter logo esse processo iniciado em Campinas, a terra depravada dos gays. A assistente social tinha muita certeza, só de pegar o cadastro.

A entrevista foi assustadora. Will não se sentiu humilhado porque a raiva ultrapassou todos os limites da humilhação, cobrindo com sua malha rubra qualquer tom acinzentado.

Como explicar uma mulher dessas ali, se autorizando a ser juíza da vida deles, que ia tão bem sem o fórum? Qual o objetivo de se perder tanto tempo com isso?

Os documentos já estavam ok.

A guarda provisória já era deles há mais de um ano.

O menino já andava, falava e tinha dentes para completar seu sorriso constante.

Em todas as questões, Will respondia da melhor forma possível à assistente social. Visivelmente irritada, a assistente social, após enumerar todas as dificuldades que o menino teria nessa situação de filho de homossexuais, das chacotas na escola e de como se formaria um bom homem vendo essa família diferente, com pais que eram homens amando outros homens - uma aberração na concepção dela – que pensando assim continuaria a não ser amada por ninguém...

Finalmente desembuchou, a assistente social:

- E quando ele crescer, começar a entender as coisas, ele vai ter dois pais? Isso não é esquisito? Vocês não pensam no trauma para o menino?

Will, ligeiro, devolveu a pergunta:

- E por acaso, quantas avós você tem?

A coisa toda ficou realmente muito esquisita, mas para o lado dela. Foram dispensados, Well e Will; ficariam com o bebê e a assistente social com a lição.

Satisfeito, Will saiu triunfante. Assustado, Well saiu com pressa.

Resolveram pagar um bom dinheiro a mais para o advogado acelerar o processo, mexendo todos os pauzinhos, para que a família nova deles não fosse mais cutucada por fórum nenhum. A manta foi esticada, com alguns remendinhos e nela coube bem toda a papelada final. Eles eram família de verdade, com documento de verdade, mas não de verdade como aquela gente, cheia de certezas, cheia de vazios, cheias de preconceitos, assustadas com dois pais, esquecendo que tinham duas avós...

Dia desses, vi o menino do Well e do Will. Estava grandinho, estava gordinho. O bebê risonho se transformou num garotinho mais sério. Continuava muito lindo mesmo. Era cara do Will, que tinha levado o menino deles para cortar cabelo porque Well não poderia ir dessa vez.

Ninguém na cidadezinha minúscula estranhava o menino ter dois pais, ou, pelo menos, disfarçavam bem porque a mãe do Well foi nascida e criada ali. Vivia com o neto para lá e para cá, toda exibida. Mãe de gay também pode ser avó. Mãe de gay pode ser o que ela quiser.

Afinal de contas as pessoas têm avós, tias e primos, irmãos e uma série de parentes repetidos, desaparecidos, ramificados, próximos, distantes, participantes, mortos ou vivos. É uma bagunça geral. Colorido caos afetivo.

Estranho estranhar isso e não estranhar o abrigo lotado de crianças doidas por fazer bagunça, por viver nesse caos de carinhos e de problemas... O abrigo, organizado, cheio de meninos e meninas sem duas mães, nem dois pais, sem pais nenhum, com adultos cuidadores torcendo para sair dali logo, assim que arranjar outro emprego melhor. Dois pais, duas mães, ora vejam só, esse talvez não fosse o verdadeiro problema.

"Falta de pretendentes habilitados para adoção"... "Falta de crianças habilitadas para adoção"... "Falta de..."

Isso sim era mais esquisito, com tanto gay e não gay querendo montar uma família e se sentir importante para alguém... Com tanta criança necessitando de carinho para entender finalmente que não é um simples pedaço de lixo esquecido numa instituição, cuja infelicidade é ganha pão de gente mais infeliz ainda.

Era muito melhor ter dois pais, duas mães e um amontoado de parentes, numa acumulação afetiva. Muito mais interessante do que vivenciar a repetição de séculos e séculos de exclusão, fazendo parte da Roda dos Enjeitados, girando, girando e girando na vida enjoativa de quem não tinha ninguém com quem circular.

Até hoje a tal assistente social fica aflita com essa história de ter duas avós...

[Diário de Campo, Barbearia da Maria, salão de beleza exclusivo para homens de qualquer orientação sexual, crianças adotadas, filhos biológicos que choram, idosos, pessoas deficientes, gente que ganha pouco e paga depois, e todo mundo que gosta dessa cabeleireira que morre de dó de cortar cabelo. Ela adora cabelo. Ela mesma tem um cabelão, Vale do Ribeira/SP, 2018]

Após o contato com o casal homoafetivo numa conversa de ônibus, falei de algumas agruras sofridas dentro de um cadastro de adoção, de alguns problemas pessoais e os parabeneizei pelo filho, perguntando se era adotado e se eles gostariam de conversar um pouco comigo sobre o assunto. Conversamos durante horas. Trocamos contatos e nos aproximamos irremediavelmente. Adiante, surgiram mais algumas

escritas sobre adoção, possíveis de se escrever somente após o poder desse encontro afetivo. Elas foram desengasgadas ao perceber que, falar sobre questões mais íntimas e pessoais é perceber, por isso mesmo, o quanto nossos problemas são bastante coletivos e conectivos. E tratar desse assunto é ser humano e ser profissional, não havendo necessidade de dissociação.

Para a concretização da lei visualizamos a formação de categorias que prejudicam o entendimento sobre o que – ou quem - seria a verdadeira prioridade no processo. As categorias “família biológica” e “família não-biológica” são exemplos disso. Nas tentativas de facilitar o processo, delimitou-se a prática adotiva com o uso de posições binárias (biológico/não-biológico), demonstrando uma profunda impregnação de preconceitos e secundarizando a questão afetiva. São empecilhos ativos ao reconhecimento e legitimação dos vínculos, prioritários para o desenvolvimento humano.

Para Benghozi (2005), temos socialmente as construções de laços de filiação e de afiliação. A *filiação* seria a ligação genética, biológica, definindo pessoas como pertencentes a uma família, formando um tipo de amarra. Essa conexão é considerada como “o laço psíquico de filiação [...] nos liga a nível genealógico, aos nossos ascendentes e descendentes” (BENGHOZI, 2005, p. 102). Já a *afiliação* é independente de coincidências genéticas e “nos define horizontalmente enquanto sujeitos de nossos pertencimentos” (idem). Ou seja, alguém pode ser filiado e afiliado simultaneamente, por ter laços genéticos e de pertencimento afetivo a um determinado grupo. As variações se abrem, pois uma pessoa também pode pertencer geneticamente a uma família e não formar com estes membros nenhum tipo de laço afetivo ou de pertencimento. Também existem os casos de laços de pertencimento serem firmes, sustentando um grupo em união, não havendo entre eles quaisquer ascendência ou descendência.

Este autor discute a questão do emaranhado de laços psíquicos de filiação e afiliação formando uma malha, uma rede, um suporte, um continente psíquico. Esse território une ou afasta as pessoas, dependendo do seu estado de construção. Em momentos de violência essa malhagem se rompe, se dilacera, mas pode ser reconstruída de acordo com o apoio grupal. Sem a força do coletivo em ação, Benghozi (2005) conclui não haver possibilidades amplas de se recompor o tecido. Ele explica o dilaceramento como acontecimento de humilhação e nos incita a apostar nas remalhagens grupais. Os processos possíveis de reconstrução necessitam de tratamento

grupais, haja vista que o rompimento se deu pela via de um funcionamento em grupo. Como abordagem ética de tessitura do laço entre os seres humanos, a responsabilidade pela remalhagem afetiva precisa ser compartilhada.

Assim, laço psíquico de afiliação entre os humanos deve ser preservado e recomposto de maneira mais horizontal. Entretanto, ainda observamos o privilégio da família consanguínea, dos laços de filiação, em detrimento de outros tipos de constituição familiar de apoio. O privilégio dado aos laços verticais se mostra evidente no texto da lei que regulamenta as ações:

intervenção estatal [...] será prioritariamente voltada à orientação, apoio e *promoção social da família natural*, junto à qual a criança e o adolescente devem permanecer, ressalvada absoluta impossibilidade, demonstrada por decisão judicial fundamentada [...] A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência (BRASIL, LEI n. 12.010, 2009, grifo nosso).

A nova lei da Adoção (BRASIL, 2009) reforça hierarquias e trouxe o fortalecimento do tabu cultural de família natural, quais sejam pais, irmãos, tios, avós, primos, qualquer traço genético de coincidência. O texto da lei reforça a primazia do biológico como prioridade a ser mantida. Pelo conteúdo principal inferir sobre a supremacia da família natural em detrimento de quaisquer outros laços, legitima-se a busca de parentes da criança negligenciada, ainda que esses mesmos parentes estivessem indiferentes à violação de direitos sofrida pela criança até o momento do abandono e da institucionalização. A lei age em melhor interesse da criança?

Além desse critério questionável, ocorre o reforço da filiação a todo custo, com tentativas de reabilitação da família de origem biológica - entendida como família natural - para receber a criança novamente. Sob a intenção de trazer um olhar para esta família, tal abordagem pode agir canalizando problemas de todo um sistema para coletivos já atingidos fortemente pelas mazelas sociais. Tais métodos podem funcionar como patologização de pessoas atingidas por condições de miséria, por exemplo. Nos perguntamos: é possível sanear rapidamente os problemas na família biológica de origem da criança negligenciada? O apoio por meio de benefícios financeiros mensais, atendimentos médicos e psicossociais esporádicos são capazes de produzir afiliações onde só há filiação? Essa criança sofreu negligência apenas do grupo familiar? Esse tipo de abordagem é efetivo na solução de questões culturais seculares de desamparo à infância?

O texto a seguir busca ilustrar como seguir as leis caracteriza uma dificuldade aos leigos, mesmo aos cidadãos empenhados em agir da forma correta. O binarismo do certo/errado se desmonta ao evidenciar que as opções corretas de acordo com a lei podem significar violência extrema, o que também é errado. Também é necessário problematizar a genealogia do cinismo e da perversidade que algumas crianças eventualmente demonstram, contrariando as expectativas de acolhimento.

Relato da Série Própria 9 – Dentro da lei não tem como errar

E Ela foi até o fórum para fazer tudo da forma correta, pois assim fora criada e assim gostava das coisas. Preto no branco e dentro da lei. Não tinha como errar.

Chegando lá, Assistente Social, de caneta em riste, fez-lhe algumas perguntas às quais Ela respondeu com segurança. A profissional ficou desconsertada com a intenção correta, porém expressa errada, quando Ela começou a falar. “Se Ela era gente de bem, tinha a obrigação de saber a diferença, tão óbvia, entre Apadrinhamento Afetivo e Adoção, oras”.

A coitada não soube usar a palavra “Apadrinhamento”, que na época nem estava assim tão na moda, mas expressou muito bem a questão do “Afetivo”. Mas esse tal de afetivo só entra quando colado na palavra Apadrinhamento. Afetivo por afetivo, ainda mais afetivo por criança de abrigo, não podia ser coisa boa, era coisa difícil, perigosa, coisa a ser escondida e evitada.

Afetivo, para a Assistente Social de caneta em riste significava escolher uma criança de abrigo, e isso é contra a lei.

Para Ela, Afetivo até significava mesmo escolher uma criança de abrigo, mas sem maldade. No meio de tantas crianças, tratada como qualquer uma, como mais uma, era bonito de ver alguém que se sentisse destacado. Ela gostava de fazer alguém se sentir especial.

Mas escolher uma criança de abrigo para se sentir especial era sim, algo grave para a Assistente Social e para o mundo social. E as outras que ninguém quer?

*Por que mostrar para **todas** aquelas outras o quanto não eram especiais? – isso só podia ser maldade. Ou são todas especiais, ou são todas iguais.*

A Assistente Social constatou, sem drama, que Ela estava ali, declaradamente, querendo escolher uma criança para ficar com ela e assim burlar o cadastro de adoção. E isso está terminantemente proibido! Afinal, crianças não são cachorrinhos para se escolher assim, o tipo do que mais gosta, aquele que correr para você primeiro... São seres únicos e especiais que devem comer juntos no mesmo horário, com pratinhos iguais, que devem dormir na mesma casinha depois de tomar banho e escovar os dentes, disfarçar bem a coceira infinita dos piolhos e manifestar, juntas, apreço às visitas. Crianças de abrigo são especiais. Crianças de abrigo são muito bem tratadas.

Mas a Assistente Social não achava tão canina assim a matilha de crianças deixadas por contra própria em um grande salão, observadas por um único cuidador que fornecia água e alimentos nos horários combinados com o administrador e promovia ações de higiene para o ambiente. Também não achava nada canino e até agradável que, quando tocava a campainha, os pequeninos caíam em desespero correndo para o portão... (Abanando os rabinhos? Carência e solidão?).

E assim, muito justa e empoderada, a sra dona Assistente Social levou a fala de Ela à promotoria, ao ministério público, até chegar ao juiz. Todos ficaram estarecidos com a capacidade de Ela admitir abertamente gostar de uma criança antes mesmo de encaminhar a papelada ao fórum para ser formalizada no programa de Apadrinhamento Afetivo. Ela não estava autorizada a gostar de ninguém antes da papelada. Como Ela conheceu a criança?

Não tendo exatamente como ser condenada por declarar intenções afetivas, Ela foi chamada para outra entrevista social. Ela ficou contente, achando que seriam regulamentadas, dentro da lei, as saídas da criança que tocava seu coração para ficar uns dias poucos em sua casa e com sua família, família de bem. Ela estava tranquila, até tinha marido que não concordava com nada, mas acompanhava em tudo, casa própria, os dois trabalhando e uma filhinha com saúde. Até um carrinho de passear de vez em quando. Não tinha como errar.

Dessa vez, o questionário foi mais duro. Ela e o marido saíram de lá envergonhados e confundidos. “Parece que a gente está cometendo algum crime e que qualquer palavra e a gente ia sair de lá algemados, você viu a cara que a Assistente social olhava para a gente, falei que ia dar problema?” Ela teve que concordar, aquele negócio todo estava bem esquisito.

Continuou visitando a menina. As pessoas do abrigo não tinham coragem o suficiente para negar sua entrada, menos ainda coragem para reconhecer que Ela estava lá dentro. E assim, entre demoras infinitas para abrir o portão, dentre buchichos e olhadelas, e a criança preferida foi ficando distante e Ela decidiu, de supetão, ir Ela mesma até a Assistente fazer o interrogatório.

Chegando lá, pasma ficou quando descobriu que, de tão secreta que era a justiça, tinha-se tomado uma decisão sigilosa sobre a pessoa dela comunicando a todos, menos a Ela. Inclusive para a criança. Todos sabiam que Ela não deveria mais frequentar o abrigo. E que Ela não poderia mais ter contato com o abrigo. O por quê? Encorajar sonhos em uma criança sem chance de adoção. Afetivo não importava. Vale é a lei.

“E por que não me avisaram?” – se indignou Ela. Isso a Assistente Social não sabia, era lá com o setor de despachos. E se não era setor seu, não tinha o porquê se desculpar com Ela, que aliás, agora já estava avisada e se continuasse indo lá ia ser pior.

Ela não saiu batendo portas, posto que era realmente uma mulher correta. Ela foi para casa. Chorou e chorou na cama que era lugar quente. O marido até amparou. Ficaram assim uns dias abobados, com cara de velório. A vida seguiu. Filho já tinha, porque essa bobagem?

O cão precisa das pulgas – disse o pai para Ela. Falou para Ela parar de procurar problema, de caçar coceiras e cuidar da sua própria vida, porque Ela não era cachorro. E a filha de Ela não era filhote pulguento como os outrinhos lá do abrigo.

Eis que uma cidadã poderosa e rica da cidade, ouvindo o caso por várias bocas, resolveu interferir. Por maior que seja a justiça, o dinheiro é mais sólido. A madame se chateou, pois a mulher Ela era realmente muito correta. O que haveria de errado assim para não aceitarem que Ela levasse a criança para a casa por uns tempos? E a cidadã pensou alto “aliás, nada contra, mas que porcaria de criança que ela ia levar, que castigo, mas assim, gosto não se discute e o judiciário deveria dar graças a Deus e não sair chateando gente de bem como Ela”.

Aguardando a troca de juiz para o outro que melhor falava seu idioma consolidado na cidade. Uns seis meses de espera tranquila para a cidadã que não estava sofrendo da falta de nada. A troca de juiz se fez e no dia seguinte Ela se transformou de Ré à amiga de bem da justiça, ou seja, a uma quase cidadã.

*Ela foi intimada para ir até o fórum. E corretamente seguiu a intimação, como de costume, masmorta de medo. O juiz novo lhe concedia, sem nenhum estudo social, sem muito texto, contexto ou pretexto, a guarda provisória da criança. Podia levá-la para casa imediatamente pelo período de três meses! Era só assinar o termo. Nele dizia, com essas exatas palavras, **Ela não poderia encorajar sonhos na menina**. Ela ficou tão petrificada e contente que mesmo achando esquisito, assinou. A criança quando foi avisada, ficou mais contente ainda e, por sorte ou por lei, nem precisou assinar nada.*

Chegando na casa, lá estavam de frente uma para outra, duas estranhas. Um semestre inteiro de distâncias, de mistérios, de esquisitices. O afetivo é gasoso, o afetivo se desfaz, o afetivo é nuvem de algodão doce cor-de-rosa, que quando se cristaliza fica muito branca, algodão hidrófilo de limpar machucados. Algodão sem doce quando para de circular na máquina de açúcar.

Mesmo sem querer, tudo mudou.

Ela e a criança não se conheceram mais nas conversas, nem nas brincadeiras.

A criança saiu do abrigo, mas o abrigo não saiu da criança, ela já estava lá fazia um tantão de tempo. Era difícil parar de fazer o que ela precisava fazer o tempo todo. Não tinha mais com quem brigar, bater, insultar, não tinha mais para quem contar que brigaram com ela, bateram nela, insultaram ela e assim, nas suas misérias, encontrar um pouco de colo. Nada mais de tão ruim acontecia depois de alguns dias com Ela. E, para combater o tédio de uma vida correta com uma família de bem, a criança precisava fazer alguma coisa para deixar sua marca, para não desaparecer dissolvida naquele lugar onde o colo era disponível, tão disponível que não tinha nem coragem de mostrar do quanto desse colo ela queria, mas colo atrasado é esquisito de deitar. Começou a ser má, muito má mesmo, em secreto, com a filhinha de Ela, tão menorzinha e sem defesa. Alguém precisava fazer sofrer logo aquela filhinha, para ela não sofrer tudo aquilo de pior que era quando a gente fica sofrendo muito grande e depois fica sem sofrer nada. Tem cheiro de morte, cheiro de fim dos tempos, depois de um tempo sem sofrer nada para quem sofre muito. A criança precisava ensinar a filhinha de Ela as coisas da vida.

Ela percebeu rápido a vontade da criança de trazer o abrigo para a casa. Ela decidiu, em menos de sete dias, que não queria mais abrigo nenhum, fórum, a assistente social, nem crianças pervertidas, nem nenhuma dessas porcarias de misérias dentro da sua casa! Chega de pulgas! O pai estava certo.

Alguns comentários na cidade após a devolução da criança. Todos ansiavam por um final de novela. Queriam a criança com família e Ela com a criança. A realidade frustrou e precisavam achar um culpado. Seria a nova pulga de Ela?

Incitaram uma reação da cidadã madame contra a Ela, mulher de bem. A cidadã era idosa, muito mais inteligente do que se supunha, nada falou contra Ela. Fez questão de ir cumprimentá-la pessoalmente e a cidadã, comovida com a tristeza de Ela, lhe contou sobre seu caso com um menino pobrezinho.

“Muito carinho tinha - e com autorização da lei - para passar uns tempos em casa. Dei de tudo para ele. Ficava bastante tempo com ele. Minhas filhas adoravam ele. Meu marido gostou de um menino para brincar no meio de tantas meninas. Estava tudo bem.

Nunca bati, nem relei nele. Juro, o máximo foi umas broncas! Na hora que o menino viu na rua uma tia que nunca olhava nele, que nem lembrava dele, se desfez de nós. Correu atrás dela, com todas as forças e disse que eu não era da família dele, que as minhas filhas não eram da família dele, e olhou no olho da caçula tão grudada a brincar com ele dia e noite, que não suportava mais ficar perto daquela menina nojenta. A pequena ficou uns dias sem falar nada. Choramos todos de soluçar.

Ele cismou mesmo e foi embora e sabe que foi bom? Depois vi o que ele fez de ruim, cresceu, foi pra cadeia e tal. Até me mandou uma carta de lá, pedindo desculpas. Credo! Se estivesse dentro da minha casa imagina eu com um filho preso? Tentando ajudar, mesmo assim não deu, ele ia fazer tudo de ruim, igualzinho, onde quer que ele ficasse, o mal já estava dentro dele.”

O menino se afogou sendo foco de tanto afeto e atenção... desesperou atrás de um afeto ressecado... que nem mais existia ou nunca nasceu com ele? E ao sair, pisou forte no coração da madame, no broto viçoso de afeto das filhinhas dela, com tão grande força e velocidade ele pisou; deixou sua marca, que espantou a todos, até ele mesmo. Tão espantado estava que espantou mais ainda quando na hora de ir se agarrou numa coberta, não aceitou se desfazer do edredom novinho, cheio de carrinhos, dado pela cidadã-madame-quase-família. E lá foi a cidadã e o marido chorando, entregar o menino + edredom novo de menino, tão diferente, tão legal de comprar e ver a carinha dele.

“Odiava a gente, mas queria a coberta nova, era mesmo uma lástima de menino” – pensou a madame com o coração pisoteado dela.

Na casa da tia velha, na masmorra da tia velha, nem se fazia questão de menino nenhum, com ou sem edredom novo. Mas em casa sem porta, não se recusa nada. A velha recebeu o menino. A velha vendeu logo o edredom, já que vender o menino podia sair caro para ela depois. Mais tarde o menino ficou moço e, sem nem o edredom para aquecer a vida, ficou como tinha que ficar. E foi para a cadeia estreitar seus dezoito anos recém feitos.

“Está vendo, Ela, Deus não dá o fardo maior que a gente pode carregar! Esquece tudo isso e vai viver sossegada!”

E a cidadã compreendeu o quanto de sofrimento foi poupado pela própria ingratidão do menino, que quis sair em busca da família dele, que não era a família dela. Não queria entregar não, queria esperar o menino acalmar. O marido também não queria entregar. Mas no fórum orientaram a madame direitinho, que tinham que agir pelo melhor interesse da criança e que, se ele viu a tia dele e queria voltar para a tia dele, tinha que levar logo, se possível naquela hora. Nada de torturar a criança! Faça tudo como o texto da lei. Entregue ele, ele precisa ser ouvido. “Tudo correto e dentro da lei”, pensou alto o promotor, mas no secreto pensou baixinho, “como é que uma mulher dessas de olho verde queria insistir de ficar com uma tragédia daquela de menino que ainda faz pirraça?”

E assim, entendida melhor que estava da lei, Ela saiu com o marido, a filhinha e a menina do abrigo para a melhor loja da cidade. Sem pensar no preço comprou um tênis de marca, bem escolhido pela menina - que aliás desde a chegada só sabia se alegrar com coisas de comprar, e Ela já havia notado isso - e devolveu a criança + tênis + termo de guarda provisória, todos no abrigo. Ela expressou por escrito a sua vontade e a da menina e assinou. A alegria da menina de retornar ao abrigo, assustou Ela. Ver a menina mostrando sua superioridade com o prêmio que ganhou, congelou Ela. Perceber que a menina não olhava para trás, ensinou Ela. Protocolada e carimbada, Ela não encorajava mais sonhos em ninguém, nem em si mesma. Ela agora sabia arrancar pulgas.

Ela aprendeu, de uma vez por todas, que operando dentro da lei, não tem como errar.

[Diário de Campo, Chácara Nosso Lar, Vale do Ribeira/SP, janeiro de 2012]

Com a supervalorização dos laços de sangue, os laços afetivos saem da cena prioritária, levando consigo as necessidades afetivas da criança em situação de violência e, posteriormente, institucionalizada. De acordo com a dificuldade para destituição do poder familiar e a procura desgastante por membros da família extensa é nítido que os operadores de direito e juízes ainda são atravessados pela ideia do dever primordial da preservação dos laços de sangue em detrimento dos outros tipos de laços, inclusive os vínculos adotivos e de apadrinhamento. Não bastasse tal problemática, ainda “temos a triste realidade da exclusão de crianças negras, pardas, do sexo masculino, acima de dois anos, comprovando a ocorrência da discriminação dentro dos processos de adoção” (TEIXEIRA-FILHO, 2010, p. 256).

Outro preconceito possível é colocar na família de origem a causa de todos os males. Como bode expiatório para o funcionamento social adverso e perverso, se colam à figura do pobre várias características negativas, responsabilizando-o por todos os seus

infortúnios (BENELLI, 2014). Nesta perspectiva, as crianças adotadas mais velhas trariam consigo os *hábitos perniciosos* da convivência com a família anterior, rotulada como má, enquanto as crianças adotadas mais novas estariam mais aptas a se moldar aos hábitos da nova família, encarada como boa.

Esse pensamento com apenas dois caminhos por estar restrito à dicotomia, ao binarismo, torna problemático adotar crianças com hábitos já visíveis e lembranças claras de experiências anteriores. Isso pode provocar para alguns o choque sobre a realidade social, pois em muitas instâncias “cria-se uma modalidade de ilusão que visa a uma sociedade perfeita com suposta igualdade” (ROSA; VICENTIM, 2010, p. 120). A adoção tardia, assim como o Apadrinhamento Afetivo, escancara a existência de situações aviltantes experienciadas desde a mais tenra idade e sobre os privilégios marcados para camadas específicas da população. Os adotantes, os padrinhos, os operadores do direito são atores da camada privilegiada no acesso a direitos sociais, enquanto várias formas de violação desses direitos fazem parte da rotina na qual os futuros adotados/ apadrinhados serão inseridos.

Emaranhada neste contexto complexo, há a questão da caridade, que ainda perpassa a Adoção e o Apadrinhamento. Em nome da benevolência, se reforça uma relação hierárquica onde o outro em situação de desvantagem é digno de comiseração por quem está, historicamente, favorecido. Há um olhar superficial que desconsidera o funcionamento político da sociedade - bem como a especificidade de cada pessoa - colocando os mais atingidos numa posição de inferioridade. Em muitos casos, o sentimento que move a busca pela criança ou jovem a apoiar não é o desejo de se ligar afetivamente a alguém, com todos os riscos e responsabilidades inerentes às interações humanas.

A caridade e a benevolência descoladas de dispositivos críticos estabelecem ao outro a função de alvo, a posição de objeto. Dessa maneira, o vínculo quando se estabelece, é muito precário, dificultando a superação de fragilidades e a promoção de autonomia; afinal, a um objeto não se atribui voz.

Retomando a questão discriminatória dentro da adoção, focalizar a questão de gênero explica a preferência por meninas, consideradas mais sensíveis e aptas a receber “o carinho” da família disposta a acolher. Novamente se corrobora o estereótipo de passividade, subserviência e vocação para vivências restritas ao ambiente doméstico, historicamente atribuída às pessoas do sexo feminino (BADINTER, 1985; BUTLER, 2006). Os preconceitos, então, definiriam como os últimos da fila: os meninos, não

brancos e acima de três anos, quando os hábitos tendem a se tornar mais visíveis; categoria em desvantagem na luta por um lar e na luta por um lugar social.

Na postagem do CNJ na rede social Facebook (www.cnj.oficial, 2016), fala-se sobre a dificuldade que tais discriminações representam para a adoção legalizada. A propaganda responsabiliza os pretendentes à adoção pela longa espera por uma família, vivida pelas crianças nas instituições. Não há discussão sobre a postura e lentidão do poder judiciário acerca do assunto, tampouco sobre os preconceitos arraigados na estrutura social. Os critérios de seleção preconceituosos dos adotantes *seriam* os principais entraves para a adoção.

Contudo, ao lado da figura e de sua chamada, quase trezentos usuários postaram comentários fazendo contraponto a essa posição. Relatavam situações pessoais onde não haviam feito exigência alguma de raça, idade ou gênero da criança e que aguardavam na fila de espera por dois, quatro, oito anos... No aguardo *pelo papel que nunca chega na hora que precisa*, na expectativa de um cadastro feito, sem maiores explicações do sistema judiciário, pereciam alheios na longa espera. Muitas pessoas se colocavam revoltadas questionando a fonte de tais informações e cobrando explicações plausíveis pela demora. A reiteração desses preconceitos foi colocada pelos comentadores como teorias visíveis nas práticas que partem da legislação e do judiciário. Tais práticas, aliadas e protegidas pela burocracia imposta, seriam os fatores decisivos para extensão da espera por acolhimento familiar e comunitário.

Diante deste quadro de embates, obscuridades e violações, para Zerbinatti e Kimmelmeier (2014), o Apadrinhamento Afetivo constitui uma alternativa viável para proporcionar vivências afetivas diversificadas para as crianças que vivem em instituições, e, por se tratar de uma iniciativa recente, são imprescindíveis maiores pesquisas, reflexões, documentações. Estudos e acompanhamentos acerca de toda a problemática demonstram que a sociedade civil se mobilizou buscando alternativas à institucionalização, tanto no Brasil, como em diversas partes do mundo.

Nas experiências de Apadrinhamento Afetivo na França, por exemplo, percebe-se que a situação da institucionalização de crianças se modificou bastante desde a década de setenta. Atualmente, a França conta com a prática do *Parrainage* (Apadrinhamento) como política pública (www.parrainage.net, 2016). É sistematizada em suas metas e regras, possuindo um acompanhamento integrado. Dentro desse esquema, a criança e sua família de origem voltam à visibilidade, sendo atuantes no

Apadrinhamento. As estratégias de Apadrinhamento protegem da perversidade de uma vida institucional total e ampliam as possibilidades de construção de vínculos afetivos.

Em Portugal, na legislação, existe a possibilidade de Apadrinhamento Civil (www.seg-social.pt/apadrinhamento-civil; 2016). Seria a instauração de uma parentalidade documental onde os padrinhos assumem a posição de pais para todos os efeitos legais, trazendo o afilhado para morar junto deles. Diferentemente da Adoção, há a preservação do vínculo biológico, sendo a obrigatória a aproximação da criança com seus genitores de forma periódica. Acontece, ainda, a disponibilização aos genitores pelos padrinhos de dados sobre o desenvolvimento da criança, para os pais acompanharem todo o processo de vida do filho apadrinhado.

Nos Estados Unidos, o funcionamento dos estados difere bastante entre si quanto à legislação. Podemos destacar que para adotar no estado de Minnesota há a descrição de exigências em onze itens enquanto na Flórida aparecem apenas três; já em Illinois os itens são menos valorizados do que a presença dos interessados nas vinte e sete horas de curso preparatório (www.adoptuskids.org; 2016). Mesmo em se tratando aqui de uma diferenciação superficial, percebe-se que as peculiaridades de cada estado não trazem empecilhos consistentes à prática da adoção. A adoção no contexto norte-americano está altamente difundida por agências especializadas.

No caso nacional, as alterações da legislação trazidas pela Nova Lei da Adoção (BRASIL, 2009), no tocante aos prazos, visam facilitar o processo ao diminuir o tempo de institucionalização. Estabelece o teto máximo de permanência institucional por dois anos. Algumas mudanças positivas são vistas nesse sentido, muito aquém das necessidades das crianças, numa fase de acelerado crescimento, haja vista que as brechas para renovação deste período de dois anos provam que a lei, na prática, pode não ser respeitada. Isso mostra que “a ação da justiça [...] é [...] formal [...] normativa [...] desarticulada, fragmentada” (ALAPANIAN; NÓBILE apud CONSTANTINO, 2010, p. 110).

A mudança na lei surgiu por se tornar comprovado que viver dentro de uma instituição traz prejuízos. Além disso, com a institucionalização, o abandono de crianças e a situação de seus genitores, principalmente de suas genitoras, saíram da cena principal, acompanhado de suas causas (MOTTA, 2001). Simultaneamente à retirada da criança da situação explícita de violação de direitos, a práxis da medida protetiva de institucionalização a mantém afastada das convivências familiar e comunitária, seus direitos fundamentais. Faz-se necessário reforçar o questionamento sobre qual seria a

função social de uma medida protetiva que pode agir apartando as crianças da convivência social, dando invisibilidade para elas por muitos anos.

Apesar do apadrinhamento já acontecer previamente, de maneira informal, existe o marco oficial do Apadrinhamento Afetivo legal, definido pela Lei 13.509/2017. Esta lei altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1947 e o Código Civil. Tais alterações múltiplas são necessárias para a lei regulamentar a destituição do poder familiar, estendendo as garantias trabalhistas aos adotantes e mantendo os direitos civis das crianças e dos adolescentes enquanto estão institucionalizados, quando são posteriormente entregues à família de origem ou adotados, além de contemplar o acompanhamento psicossocial da família biológica.

Com a necessidade de integrar a abordagem em diversas esferas legais visando o melhor interesse da criança, cada comarca define em suas portarias *como* a lei irá funcionar. Essa flexibilidade na execução da lei pode fazer do Apadrinhamento uma prática aliada e facilitada em alguns locais, mas, na maior parte dos casos, faz com que o Apadrinhamento Afetivo simplesmente não aconteça em inúmeras comarcas brasileiras. Nesse entremeio de vida, nesse meio tempo de espera que pode significar toda a infância e/ou adolescência de alguém, o Apadrinhamento surge como alternativa de resistência na fronteira, de vida possível diante *do papel que nunca chega*. Apadrinhar é movimentar-se em busca de ar e de vida, é oxigenar-se afetivamente em brechas dentro do limbo social, da legislação, da institucionalização, da burocracia. É jogar o jogo do possível tentando se expandir para além das forças de opressão.

O Apadrinhamento Afetivo funciona para ocupar brechas e promover a circulação de vida. Esse território de fronteira afetiva compreende aspectos deteriorantes do contexto social. A paisagem segue desde a desigualdade econômica e social, promotora de ações monstruosas contra às crianças, passando pelos preconceitos definidores de lugares sociais e se conecta com o abandono afetivo intrínseco ao modo de funcionamento institucional e capitalista. Ao percorrer esse loteamento sitiado, é comum se perceber carregando mais peso após o percurso. Por aglutinação, forma-se uma massa social complexa que pode se tornar um obstáculo gigantesco, barrando a passagem de ar, impedindo o surgimento de brechas e dificultando a circulação.

Esse obstáculo de grandes dimensões pesa muito cedo na vida das crianças institucionalizadas. Tal questão se torna observável no choque diante de comportamentos considerados aberrantes em crianças provenientes desses contextos; são alertas sobre o barramento de energia, sobre a cristalização de grandes contingentes de pessoas sobrevivendo, apertadas, em territórios hostis. O que a sociedade considera aversivo, cotidianamente, pode ser uma defesa. A desincorporação pode funcionar como formas de negar não só a existência das aberrações, mas a participação da sociedade nessas construções assustadoras.

O choque pode acarretar novas combinações, pode funcionar desintegrando grandes quantidades de conceitos sólidos. Contudo, nem todas as relações sobrevivem a esse dilaceramento, principalmente os tecidos afetivos cuja tessitura está em estágio inicial. Por exemplo, uma criança já marcada por inúmeras rejeições, dotada de estratégias múltiplas e até bizarras para sua sobrevivência num clima de guerra, se colocada de supetão diante de uma família disposta à recebê-la, acolhê-la e priorizá-la afetivamente, pode investir em atuações violentas para o desfazimento dos laços, pois suas defesas se intensificam diante deste território diferente do que ela conhece.

O lugar conhecido, para essas crianças, podem ser as atrocidades, as realidades duras demais, não conectivas, com energias que agridem a visão e inviabilizam laços afetivos construtivos. Isso pode acarretar rejeição da criança no território amigável, em aversão dos adotantes à criança propriamente dita e não às condições de vida pregressa que provocaram seu comportamento agressivo. Isso age retroalimentando, assim, um ciclo de rejeição, fortalecendo as fronteiras entre as classes.

O Apadrinhamento Afetivo é uma luta micropolítica que permite o território se tornar um local onde o afeto pode circular atravessando fronteiras e provocando variações na potência de vida em atos de profunda conexão, ressignificando tempo, espaço e capacidade de transitar. Além disso, reflete que “a cultura brasileira de acolher, informalmente, *filhos dos outros*, vem se consolidando e influenciando a regulamentação deste tipo de ação em forma de atendimento mais especializado” (BAPTISTA e col., 2019, p. 1793).

Isso torna o Apadrinhamento Afetivo passível de registro e acompanhamento, pela promoção de encontros e circunstâncias capazes de serem cartografadas por meio de coordenadas coletivas onde se definam bolsões de força, canais protegidos para

suportar a passagem de alegria, com ativação de movimentos, marcando a potência de agir. Nestes locais podemos, com segurança, tornar visíveis as feridas existenciais objetivando cuidar delas, trabalhar em seus reparos e acompanhar suas possibilidades de cicatrização dentro do coletivo, tornando-o uma política pública popular no Brasil.

Quando as regras sociais se sobrepõem à criação proveniente do movimento afetivo dos envolvidos, a meta de Apadrinhamento Afetivo está comprometida. Daí surge o confronto com parâmetros rígidos e formais, no intuito de torná-los mais flexíveis. Este embate pode confundir as formalidades, flexibilizando-as e, por último, às vezes indo na contramão da versão institucionalizada e mostrando-se, então, com desenhos imprevisíveis, em hibridismo. Aparece a capacidade ampliada de acompanhar o desenrolar dos afetos entre os envolvidos, priorizando trabalhar a meta afetiva em detrimento de outras instâncias institucionais, fazendo várias demandas se tornarem mais acessíveis e menos controláveis.

Nós compreendemos o Apadrinhamento Afetivo como permissão de novos acoplamentos e esses se apresentam como mais possibilidades de fazer, dissolver, resistir. Acreditamos que ultrapassar estados ou marcas não tem nada a ver com apagá-las ou pior, negá-las, outorgando-lhes invisibilidade. Também suplantar as fronteiras não tem nada a ver com ignorá-las. O afeto em situação de *acessibilidade* e *conectividade* faz circular algo que transcende as classificações e delimitações, criando outros tipos de pontes trafegáveis. Mesmo consciente delas, o afeto insiste, resiste e consiste nas conexões. Conviver com a diversidade revisa fronteiras em quaisquer níveis. Todas essas acessibilidades combinadas nos resgatariam o direito à vida buscados no cotidiano das pessoas deficientes ou não. Isso nos remete que nessa “reapropriação do direito à vida [...] que essas ações acontecem, buscando transfigurar seus personagens e a dinâmica de relação entre eles” (ROLNIK, 2018, p. 24).

Dentro da problematização da acessibilidade e conectividade, é importante definir que, se existem acessibilidades plurais, também assim o são as nossas barreiras. Os dentes que impedem a roda de girar, atravancam o movimento, o torna mais difícil e interferem na conquista pelo acesso. Porém, antes de considerar a luta desgastante demais para começá-la, precisamos entender que o processo de criação de entraves na vida dos enfeitados e dos deficientes é algo com muito mais tempo de história, desenvolvimento e investimentos do que o movimento por novas acessibilidades.

Entendendo a luta em fase inicial, por mais que pareça árdua e prolongada, não podemos nos contentar só com as legislações e as rampas (apesar de as sabermos tão necessárias). Acrescentar rampas e elevadores nos prédios são mudanças físicas interessantes para nos deixar cientes de um rol de dificuldades de estruturação de uma sociedade disposta a exterminar os deficientes e que os pune de forma constante. Precisamos entender que a parte mais saliente do *iceberg* é apenas um aviso para que não afundemos nosso navio diante de uma trajetória inconsequente e mortal. E para isso: “o horizonte que se alcança com essa nova modalidade de combate expande a abrangência de nossa visão, nos permitindo vislumbrar mais nitidamente a esfera micropolítica” (ROLNIK, 2018, p. 103).

A invisibilidade ao qual os enjeitados e deficientes foram arrastados por séculos precisa ser estudada - e combatida – avidamente. O papel revolucionário da deficiência, por exemplo, pode ser capaz de realizar “uma ruptura no papel que se esperava que um indivíduo da espécie exercesse” (DINIZ, 2007, p. 44) confirmando a potência política levantada por essa peleja.

A seguir, encontra-se a escritura acerca das políticas exercidas por meio dos papéis sociais. No relato, especialmente as mulheres poderão se visualizar inseridas e reorientadas em posicionamentos de profunda opressão. Dissimulados no cotidiano, nas psicopatologias e nos papéis, se dão as problematizações acerca das resistências possíveis diante de um funcionamento familiar e social que pode sufocar o desenvolvimento criativo de todos.

Relato em realismo fantástico 1 – *A Bruxa e os Piolhos Mágicos*

Quero, de novo, sair de cena com a minha vassoura. Vida escravizada não é bem assim o que eu esperava da vida que sempre achei tão mágica. Não posso sair, assim, voando, a vassoura é só para varrer. “Bruxa incomum, filhos de cabelos brilhosos, só deve estar amaldiçoada essa infeliz que não veio trabalhar justo agora que o departamento passa por reformulações...” – vejo na minha bola de cristal as confabulações da minha bruxa chefe maior.

Depressão ou infecção? Só sei que volta a doer muito até a ponta do nariz, que nem verruga tem, pois sou realmente uma bruxa incomum. Médicos unânimes, todos os magos da região, cada um com um diagnóstico, mas todos com a mesma prescrição: você precisa se ajudar, você precisa descansar, não tem mágica sem descanso. Muitas receitas. Muitos rituais estranhos. Muitos atestados. Muita vergonha. Porque todas as poções tem que ser amargas? Mas ninguém escuta muito uma bruxa sem verruga.

Quero sair de cena voando com a minha vassoura... Mais antidepressivos, altas doses de antibióticos e antiinflamatórios. Sinusite? Obedeço à ajuda, aos médicos, aos farmacêuticos, curandeiros, e amigos virtuais, confesso que até as bruxas instalaram o tinder, porque os amigos reais não podem me abraçar, eles têm muita saúde e muitas contas para pagar. Todos estão muito ocupados, todos estão bem longe de alguma forma que não consigo explicar, mesmo os olhando pela bola de cristal.

Não aguento mais tanta dor de, ainda, estar viva e sozinha. As prescrições, os rituais, as poções e os atestados não acabaram nem com a minha doença, nem com a minha vida nem com minha vontade de acabar com minha vida que, por acaso, também é chamada de doença... Tudo ficou intacto. Desejo, fortemente, sair de cena de novo, só eu e a vassoura. Mas nem isso foi possível. Porque apareceu outra ajuda para mim. A bola de cristal estava certa. A bruxa chefe maior acionou a ajuda que julgou mais adequada para o meu caso, mas o que ela não sabia é que estava reativando uma antiga maldição para todas nós...

A ajuda veio e me assustou com sua presença benevolente. Estava disfarçado em outra forma, mas eu pude sentir a sua essência já conhecida. Dessa vez não guardou a minha vassoura e, de boa vontade, me levou prontamente ao hospital dos bruxos, aos médicos, às injeções e inalações. Dizem que é mais infecção do que depressão. Tudo explicado, as dores, o sono, o desespero e até a tristeza. A ajuda desaparece para almoçar na hora do almoço. Vou conseguir cozinhar ou não? Pia cheia... Vassoura parada. Bruxa encrencada.

Algumas picadas e inaladas depois sinto o mundo menos pesado, até penso em dar uma voltinha com a minha vassoura. Devia ser infecção mesmo. Volto para casa sozinha e bem agradecida de tanta ajuda; mesmo desconfiada, sou uma bruxa e por isso mesmo, apegada aos rituais, detesto ingratidão. Estou dopada ou enfeitiçada? Não sei, mas deu vontade de cantar e agradecer até quem não soube que passei dias em cima de uma cama, longe do meu caldeirão. Dou uma volta rápida com a vassoura, mas logo os olhares me acusam que eu não deveria fazer o que gosto nem um pouquinho. Quem melhora rápido no mínimo estava fingindo, dizem.

De noite a ajuda reaparece para ver se estou bem. Janta da minha janta feita, testemunha da comida boa e da cozinha cheirosa, fez a mágica de limpeza. Mas não lava da louça que agora, que de novo, reaparece multiplicada; devia ser alguma maldição doméstica de retorno, insistente mesmo depois da mágica da limpeza. Essa estranha maldição sempre piora na presença desse tipo de ajuda e começo a entender o porquê.

A ajuda demora duas horas para trazer dois ingredientes para a poção do jantar, mas se impacienta com meu vôo ligeiro de vassoura depois que a dor passou. O pernoite é por conta da casa, pensou o ajudante sombrio, já que me ajudou tanto ao longo do dia e até comprou alguns ingredientes; dorme sossegado, consciência limpa, ao contrário da pia, que dorme suja, sozinha e humilhada. Estou cansada demais para colocar alguém para fora e cansada demais para acolher um hóspede. Uso o resto da coragem para montar na minha vassoura e ir voando tomar um banho perfumado. Assim não vou dormir tão parecida com a pia.

Acordo com uma criança reclamando que não achou o uniforme da escola de bruxinhas. A criança dormiu comigo bem agarradinha me apertando porque tinha gente dormindo no quarto dela. Bruxa dormindo é bruxa viva, ela sabia que agarrada na bruxa mãe estava protegida pela mais forte magia. Mas não sabia o quanto isso diminuiria a qualidade do meu descanso e aumentaria minha falta de ar e minha dor. E a certeza de nunca ter um lugar só para mim.

Falando em lugar, o uniforme estava no lugar de sempre. Mas a bruxinha queria que eu repetisse o procedimento mágico de todos os dias para ter certeza que a bruxa mãe ainda permanecia com alguma magia, bruxa escrava, bruxa querida. Repetição é a pior maldição...

Preparo o café da manhã da criança. Penteio e visto a criança. Dou atenção para a criança. Confiro o material da criança. Varinhas, poções e alguns sapos vivos. Amo a criança, mas a criança me cansa, e sigo usando o restinho do ar e da minha mágica vital repetindo os rituais de mãe.

Peço que o ajudante acompanhe a criança até o ônibus escolar voador. Chamo muitas vezes a ajuda até a ajuda acordar porque não vou conseguir sair de vassoura hoje, minha magia está acabando e não posso deixar a criança perder aula de novo, por falta de ajuda. A falta de ar volta junto com a dor no nariz. Nesse momento percebo que a ajuda está se sentindo muito ajudante, dando ajuda demais... Por estar assim tão ajudante de acompanhar a criança até o ponto de ônibus, não se importa de deixar o celular mágico despertador despertando e despertando por muito mais tempo. Assim, mesmo com pouca magia não corro o risco de dormir de novo e posso lavar a louça toda. E logo. O disfarce começa a se tornar insuficiente... Meus olhos enxergam mais além.

Vou arrumar a outra criança, o bruxinho menor. Pegou piolho, de novo, e está muito irritado comigo e com o leite na caneca que não era a caneca certa. Bruxos bem pequenos são muito exigentes. Bruxos bem pequenos são muito estridentes... Têm um apito escondido na garganta que só pára depois dos dez anos. Meu ar não daria para soprar nem um apito.

Me sinto exausta demais. Para brigar, para matar piolhos, para procurar canecas. Deu vontade de tomar loção de piolhos junto com o comprimidinho infalível que, se não mata piolhos, pelo menos bruxa cansada de colocar leite na mesma caneca podia matar. Mas não sobrou uma gota de loção anti-piolhos para me ajudar em nada, confiro o pote. E não acho a caneca, que por ser também mágica, deve estar andando por aí.

E o ajudante já estava cansado de ajudar tanto, desconfiado do uso imoderado que devo fazer da loção anti-piolhos... Afinal, loção comprada com o dinheiro mágico dele, da boa vontade dele – o ajudante - que não sabe que para duas crianças cabeludas com piolhos e duas reaplicações de anti-piolhos são necessários quatro frascos de loção. Ele devia ter razão que eu nunca fui bruxa boa com contas, matemática não era meu forte e, sim, eu gastava magia demais, ar demais, dinheiro demais, por isso tudo estava faltando. No mais, eu era bruxa e devia fazer mágica sempre, oras. Eu que multiplicasse a loção anti-piolhos!

Eu devia mesmo era ter tomado o frasco ao invés de passar ele todo, dividindo, na cabecinha deles, sem direito à reaplicação, mas claro, com direitos à reinfestação. Deve ser alguma raça nova de piolhos mágicos... Ou a loção era mesmo insuficiente? “Deveria raspar as cabeças deles?” Algumas maldades bruxa precisa fazer, mas aqueles bruxinhos eram meus desde a mágica do nascimento... Eu gostava dos cabelos mágicos deles, tão brilhantes. Fiquei matutando... Minha cara deve ter denunciado algo e o ajudante disse: “Não, não precisa se levantar de novo, você está doente, eu te ajudo, fui chamado para isso. É só me dizer o que fazer com as crianças.”

Nessa hora a forma real se revela. Sim, a bruxa chefe tinha acionado “Ele”. Justo Ele!

Ligo meu conector de bruxas e ataco, num só golpe, a bruxa chefe maior. “Como ousa contatar essa criatura para ser meu ajudante num momento que estou com pouco pó mágico para me defender?”

Ela reage, num raio: “Mas ele é um ótimo ajudante porque paga pensão direitinho depois de três tribunais, leva para passear em alguns vãos e até veio te ajudar de bom coração, a mãe-bruxa-dos-filhos-dele, a um pedido meu voou até aí prontamente.”

As duas crianças bruxas, menina e menino, são filhos dele, eu sei, mas ele foi banido da minha esfera mágica faz tempo.

Descubro depois que a minha chefe maior, bruxa cansada também, já estava amaldiçoada faz tempo e não conseguia enxergar as formas direito, nem os nossos direitos. Levando o departamento de bruxas sozinha, nas suas costas corcundas, sentiu falta da minha magia. Não me visitou porque bruxa chefe maior não podia demonstrar muitos sentimentos, mas estava preocupada com meu sumiço. E como parente de bruxa são os piores tipos de criaturas para se acionar em momentos de fraqueza - pois sugam rapidamente toda a energia vital, - pensou mesmo que poderia me ajudar com esse tipo de estranho, de ajuda que jazia há tanto tempo adormecido em sua tumba, inofensivo.

Bruxinhos de cabelos brilhosos e esvoaçantes... Qual a solução para eles? Estão com piolhos de super poderes ou porque só ganharam um pote de loção contra piolhos comuns, não o sei, são os filhos do ajudante e isso basta para ele vir aqui se não participa de nada sem autoridades e convocações?

O preço de ter esse ajudante, as dores desse tipo de ajuda, eu nem queria lembrar... Quando minha cabeça começava a coçar e voltava a doer, percebo que serão seis frascos de loção além dos antibióticos e mais magia vital; tudo isso ia sair muito caro. E recebendo tanta ajuda, neste momento, tentei desaparecer para não ser atingida perpetuamente pelo desencanto.

Não consegui a total invisibilidade, apenas a parcial. Daí me perguntei, no auge da minha maldição, se alguém me ajudaria a por fim, de uma vez por todas, nos piolhos, nos ex-maridos que voltam da tumba, e na minha vida, pois tento me livrar deles o tempo todo e algo sempre me arrasta de volta.

Minha chefe maior diz que eu preciso superar isso, para eu iniciar matando as pragas menores. Percebo uma dica da velha bruxa anciã, que já não estava mais tão amaldiçoada assim. Percebeu que as vezes a gente muito desapóia quando tenta apoiar

de longe. E pode até jogar a bruxa amiga fraca bem na fogueira, ou na cova dos lobos, ou na tumba dos que não são nada bobos...

Vejo o bruxo dando voltas intermináveis e divertidas com minha vassoura mágica. Os bruxinhos se coçam. Percebo que certas pragas, que não acabam nunca, precisam ser combatidas o tempo todo. Começo a matar os piolhos, um a um, lentamente, usando a energia possível para mim no momento. Sem perceber, afasto o bruxo, que logo se desintegra, deixando cair, intacta, a minha tão querida vassoura. Ele não aguenta a repulsa de ver tantas pequenas pragas parasitas vivas sendo esmagadas por mim, todas assim, tão parecidas com ele.

[Diário de Campo, Pronto Socorro Municipal, Vale do Ribeira/ SP, abril de 2018]

2. RODA 2 – A RODA DE CAPOEIRA

Chegamos à Roda 2, após participar e sair do giro completo pela Roda 1, na qual conhecemos um pouco mais sobre a situação dos Enjeitados. Isso nos faz considerar a peculiaridade da existência de um outro tipo de Roda, a Roda 2, que ao invés de rejeitar, acolhe um público acostumado a afastar-se da maioria das experiências de cunho social. Nisso, tentaremos articular o Apadrinhamento Afetivo Informal à Roda de Capoeira, nos pontos em comum. Traçando um mapa transversalizado, indicaremos as rotas dos movimentos que funcionaram como sustentáculo de vínculos, em um tipo de vida coletiva e conectada com dignidade.

Contudo, os rituais e os cantos entoados na capoeira não ignoram o aviltamento da dignidade sofridas pelos negros provenientes da África, assim como as demais violências e as atrocidades praticadas contra os indígenas e demais oprimidos. No caso específico da capoeira, seus rituais e as letras das músicas são marcantes por dar sentido ao dilaceramento causado por experiências de extrema violência e humilhação, acolhendo o sofrimento alheio e não se mostrando jamais coniventes com a invisibilização deste sofrer, por mais monstruoso que ele se configure.

Na capoeira existem formas de materialização do sofrimento e de reconstruções psíquicas diante dele. As materializações formam reações importantes de cuidado, pois identificando o sofrimento como algo de fora, fica entendido que não é a pessoa quem possui a doença, mas a doença que possui a pessoa. Sendo assim, não existem investimentos no setor da culpabilização. Por exemplo, no ritual da tribo *hamba*, de origem africana, a doença pode ser despachada para um objeto. A pessoa, então, é considerada como um território onde a doença habitou. Destarte, o protagonista pode

interferir na transferência da doença para outro local, sendo possível transformar a doença em objeto fora de seu corpo. A pessoa na qual a doença habitou negocia com esse objeto uma nova relação entre eles, servindo-o, dedicando-se a ele, reconhecendo sua importância, homenageando-o; tudo isso com o apoio de alguém mais experimentado no ritual.

Dessa maneira, a pessoa em sofrimento possui uma espécie de “padrinho” ou “madrinha” que atua para, juntos, se desvencilharem da possessão doentia. Após o ritual, o *afilhado* atingido pelos males torna-se o possuidor de algo. E, a partir de então, está concretizada a alteração de um vínculo anteriormente imposto, localizado agora noutro lugar, não dentro de si. O ritual *hamba* exige que o personagem se torne ativo e trabalhador em seu processo de cura, por meio dessa movimentação assistida por outrem, no entorno da materialização visual e ritual do conflito. Esse fenômeno se articula muito bem com a escavação afetiva propiciada pelo grupo de capoeira, tão imbuído destes aspectos de negociações com o sofrimento sob a perspectiva da materialização e da africanidade.

Iniciaremos, a seguir, a descrição do grupo de capoeira estudado, conhecido como Nação Cultural.

2.1 NAÇÃO CULTURAL

Relato da Série Própria 4 – *Capoeira Cena 1*

“Tá na hora de jogar

Vamos lá vadiar

Tá na hora de jogar

Vamos lá vadiar”

Mas não tem hora certa para começar. E nunca vi que horas que acaba. Só sei que no final das quintas-feiras, depois do trabalho, vai dando um negócio estranho, uma vontade de vadiar. Não é uma vadiagem qualquer não, é uma vadiagem em grupo. Bem de noite. Um grupo que não tem gente de olho claro. Que canta alto, convocando todos para vadiarem.

As pessoas param e voltam. Sentam-se para conversar. Usam o banheiro, vão beber água, dando um tempo no seu tempo. Ninguém interfere, todo mundo respeita isso porque ninguém repara nisso. Não existe a hora do intervalo porque esse, o tal intervalo, está acessível e disponível a todos. Nem por isso alguém desiste, ninguém desiste nem larga para lá. Elásticos.

[Diário de Campo, Câmara Velha, Vale do Ribeira, abril de 2017]

O grupo de Capoeira Nação Cultural, localizado no Vale do Ribeira, estado de São Paulo, Brasil, faz parte dos cursos do Sistema de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), previsto como serviço obrigatório a ser oferecido gratuitamente para a população, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 2006). Ele acontece sob a coordenação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), para o qual uma das premissas básicas é o atendimento prioritário das pessoas deficientes.

A prefeitura abre a cada seis, doze ou vinte e quatro meses o edital para monitores de atividades SCFV à população. O grupo concorre e é contratado pela prefeitura, mas funciona de forma independente, participando de eventos, promovendo festas e fazendo viagens. Captam recursos públicos, privados, levantam recursos próprios por meio de bingos, festas, serviços e divulgações. O professor foi contratado temporariamente pela prefeitura há menos de cinco anos, mas o grupo já existe há dez. Ocorrem negociações constantes para que o grupo consiga coisas básicas, como utilizar os banheiros de um local de uso recorrente, o Centro da Juventude, que é público e coordenado pelo CRAS.

Este coletivo foi criado no Vale do Ribeira, em 2010, por mestre Farofa e mestre Linguíça. É mantido pela liderança do contramestre Couro, que não deixa de ser, assim como os outros mestres, um ingrediente típico da comida brasileira. O apelido Couro vem de courinho de porco, torresmo, algo extremamente saboroso, calórico e politicamente incorreto, na mesma proporção. O courinho é capaz de saciar a fome e combinar com tudo na mesa do pobre, que às vezes come no chão, quando nem mesa tem. Edilson foi batizado como Couro porque era o único alimento que ele podia comprar entre um treino e outro. Nos bares, o courinho é vendido por centavos e ajudava-o a manter-se bem durante as horas de treinamento e não enfraquecer na noite de trabalho que o esperava. Ele é ajudante de cozinha e corta carnes de madrugada num restaurante na beira da estrada. Esta é a Rodovia Federal Régis Bittencourt ou BR 116; o trecho que corta a região foi popularizado com os apelidos de *rodovia da morte* ou *vale da morte*, pela grande quantidade de acidentes fatais.

Couro, então, é o nosso Contramestre. A nomeação maior é a de Mestre, seguido por Contramestre. Os participantes graduados da capoeira não costumam aceitar ser chamados por seu nome de documento, aderindo ao nome de batismo da capoeira como um nome social. A graduação na capoeira se dá pelas trocas de cordas, havendo

diferenciação pelas cores. As cordas são símbolos do percurso do participante e são usadas para amarrar e enfeitar as calças de capoeira. Em 2018, o grupo era formado por aproximadamente 150 participantes provenientes dos municípios de Miracatu, Juquiá, Iguape, Cajati, Eldorado e Peruíbe. Nos encontros, o uso do uniforme branco é valorizado, porém não obrigatório. As pessoas que não podem comprar solicitam ao mestre e recebem a camiseta gratuitamente. O irmão do mestre faz as camisetas e as calças, o Contramestre Couro faz as cordas.

A troca de cordas acontece uma vez ao ano, para todos; a *presença* é o critério único e indispensável. Ou seja, estamos de acordo com uma avaliação na qual o quesito tempo de dedicação conta soberanamente sobre o desempenho ou habilidades adquiridas. Outro fato surpreendente é que o batizado de capoeira não segue o ritual tradicional, em que o mestre joga capoeira com o aprendiz até derrubá-lo na frente de toda a Roda. No caso deste grupo, o mestre ou um membro experiente joga com o aluno e ao primeiro sinal de cansaço o reergue e lhe dá um forte abraço. Todos gritam e batem palmas em grande algazarra. Está batizado! O batismo na Nação Cultural não se dá por meio de quedas, rasteiras ou empurrões. Couro frisa o tempo todo que capoeira não é golpe, é sentir a energia do outro. Não estamos filiados à Federação Nacional de Capoeira, tampouco submetidos às suas regras.

Além da capoeira, os integrantes estão envolvidos em apresentações artísticas tradicionais como a “puxada de rede”, o “maculelê”, o “teatro sobre a escravidão”, o “samba de roda” com cantos, danças, vestes e cenários construídos pela população do Vale do Ribeira, retratando suas lendas e seus costumes. As festas, viagens, alimentações, eventos, bingos acontecem segundo um calendário próprio. Nessas ocasiões se arrecada dinheiro de acordo com as contribuições da população, dos participantes, de empresários simpatizantes e, às vezes, a prefeitura participa. O pouco arrecadado acaba gasto na manutenção do próprio grupo, na compra de instrumentos musicais, materiais para roupas, combustível e apoio para alguma situação emergencial, como alimentos e cadeiras de rodas.

Figura 1 – Participantes do grupo Nação Cultural, aparecem cinco das *onze* irmãs Loiola (Juliana, Daniela, Luana, Bruna e Fabiana).



Fonte: Apresentação de rua, Vale do Ribeira, São Paulo, 2017.

Estar diante do olhar do outro e possibilitar em si mesmo um novo olhar para a própria trajetória condiz com o “efeito de outro olhar para esse lugar tão conhecido [...] consequências no modo pelo qual ela percebe o seu ambiente [...] sua história de vida [...] na história de uma comunidade [...] história de um povo [...]” (ROTTA, 2014, p. 19). O uso dos atabaques, do berimbau, dos cantos e das roupas brancas fazem parte da capoeira.

A flexibilidade do grupo aparenta ser sua força de resistência. Sua duração e seus desdobramentos perpassam pela via das emoções entendidas como uma experiência de liberdade (LAPOUJADE, 2013). A liberdade de agir, de existir, numa vida afetiva de resistências, com lutas, fugas e retornos, com novos passos, com construções e rupturas constantemente cantadas e encenadas no jogo. Na Roda de Capoeira aqui estudada, as pessoas se colocam em formato circular, uma ao lado da outra, batendo palmas, tocando instrumentos e entoando cantos até chegar sua vez de entrar na roda. Lá dentro, os movimentos, em parceria de dois, são encaixados com leveza, sem que um toque no corpo do outro, porém, acolhendo a coreografia do

jogador e dependendo completamente dele para os limites do jogo. E numa trajetória dançante, o movimento expressa vários tipos de linguagem, que aproximam e integram a comunidade dessa Roda.

Figura 2 – Grupo Nação Cultural celebrando medalhas, em um dos espaços cedidos pela prefeitura.



Fonte: Núcleo do bairro Oliveira Barros, Vale do Ribeira, São Paulo, 2017.

O funcionamento é descontínuo. Os pontos em comum são o espaço, o horário marcado, o dia da semana, a vontade de se encontrar. De resto, tudo o mais se diferencia entre essas pessoas com origens e histórias bastante diversificadas, até quando são membros consanguíneos da mesma família. Colocadas em circulação, as histórias participam umas das outras sem grandes quantidades de palavras, mas com ações efetivas de empatia, aprofundando o envolvimento dos participantes no acompanhamento de problemas considerados insolúveis. Há o distanciamento da apatia e da paralisia.

Em geral, verbalmente, os participantes relacionam o sentido da Roda de Capoeira à *vida*. Como no caso de dona Neusa e de Moisés (p. 187-188), a idosa e o jovem relacionam o grupo à potência de vida, à saúde, ao pertencimento, ao apoio para solucionar problemas pessoais e se manterem ativos na comunidade. Pela dimensão do Apadrinhamento na Roda de Capoeira, há uma dinâmica que une, apadrinha, acolhe

porque é coletiva, aberta, heterogênea, artística, cultural, ética e política. Ou seja, atua como um lugar de acesso que aninha, acolhe e dá chão, segurança afetiva, impulsionando o sujeito para a vida.

A Nação Cultural apadrinha pelos mecanismos da capoeira, mas também apadrinha pela abertura desse grupo à diferença e à monstruosidade. No caso do Formigão (p. 140), a aparência e modos de expressão singulares foram acolhidos e homenageados no grupo. Além dele, Moisés foi autor de algo tido como monstruoso ao queimar propositalmente o braço da própria mãe. Seus problemas não se complicaram ainda mais graças ao Apadrinhamento Afetivo proveniente do grupo. O apoio foi fundamental para retirá-lo de um contexto de agressões constantes e evitar que o jovem não fosse preso.

Esse fenômeno se traduz nos encontros múltiplos e singulares, na potência de vida, na força para voltar à vida, em sentidos novos. Dessa maneira, o sujeito pode enfrentar suas vulnerabilidades e sofrimentos junto com os demais, movendo-se na roda.

As questões do Apadrinhamento da Roda de Capoeira me reativaram no presente, mas também remeteram ao passado no qual o Apadrinhamento teve participação decisiva. Ser acolhida e validada enquanto possibilidade de existência tornou possível aspectos em mim que mantiveram minha sobrevivência psíquica por anos. Ações aleatórias e descontínuas de acolhimento trouxeram a resistência necessária para entrar na *guerra* lutando e validar os enfrentamentos necessários para seguir com minha vida singular. Mostraram, ainda, as possibilidades de contato com estados fronteirços de existência, formando pontes de transição, com brechas e aberturas para novas possibilidades conectivas.

Demonstramos que a vida em movimento possibilita o deslizamento temporal, num exercício de recontar o que já foi resgatado e relacioná-lo de forma inédita ao material proveniente da pesquisa.

Figura 3 – Batismo de Capoeira, em primeiro plano estão Clayton, Edson e Anderson (deficientes).



Fonte: Câmara Velha, Vale do Ribeira, São Paulo, junho de 2018.

A seguir, apresentamos a escritura feita sobre a data retratada pela figura 4. Neste dia, muitos sentimentos despertaram, problematizando os novos modos de se fazer um ritual de pertencimento, num batismo de capoeira nada convencional.

Relato da Série Própria 12 – *Meu Lugar, Minha Vez*

Minha vez não chegava nunca. Começo a suspeitar, novamente, de que não terei vez. O tempo passa, e nada. Pergunto. Me revolto ao pensar que, fora da categoria oficial dos deficientes, não criança e incapaz de participar ativamente do grupo de mulheres, ser circulante e onipresente não me fazia parte integrante de nada. Eu não era, na solenidade. Não ligava para a solenidade em si. Achava bobeira a roupa branca. Mas estava bem exausta de trabalhar no meu máximo nos outros lugares e ser sempre esquecida, menos que o mínimo. Ali era tão diferente sempre, porque naquele dia, dito especial, ia se tornar tão igual?

Dessa vez eu ia fazer questão de existir. Já tinha aprendido um pouco disso de se pertencer. Ia aguardar um pouco mais para sentir que alguém reconhecia que ali eu fazia parte de alguma coisa. Quem sabe assim eu parava de me sentir coisa alguma em tantos lugares...

Começa um batuque diferente. A minha amiguinha mirim preferida me avisa que chegou minha hora. Minha revolta por não ser chamada se transforma em horror por ter sido chamada... Então, eu seria parte daquilo tudo? Ah, não quero não! Penso bem, penso em fugir, penso em correr léguas, com ou sem joelho porque pensando bem eu vou tão longe. No pensamento, sou quem eu quiser, vou para onde quiser. Com as pernas não é bem assim.

Antecipando minhas ideias de tanto querer, ou de autoexclusão, sou conduzida em movimento giratório, apresentada à comunidade como um ser que circula na Roda. Girando sozinha, logo ganho companhia dando a mão para mim na fila de pessoas que giram. Todo mundo precisa de alguém para girar. Não dá para entrar na roda sozinho.

Loucura como aquilo que gira é bom e não dá tontura. Agora era a hora do meu batismo. Entrar para a Capoeira é diferente de assistir. Ganhar uma corda para amarrar era assumir um compromisso de ligação que eu não sabia se tinha com aquelas pessoas.

Batismo de Capoeira. Lembrei de alguns a que assisti. O mestre dá uma rasteira no aluno, que cai como uma jaca. Os mais resistentes, tombos mais renitentes. Os mais humildes já se entregam logo, caindo como Neymar Jr. na copa. Todos no jogo, seja futebol ou Capoeira, têm suas horas e manhas de cair.

Mas eu não assisti muito da Copa. Não tinha a mínima ideia de como seria a minha queda, o meu placar. Daí percebi que nem todas as quedas podem ser ensaiadas. Elas simplesmente acontecem. Assim seria a minha, com ou sem joelho. Torcia, secretamente, para sobreviver.

Olhei para o Mestre. Ele era legal. Não ia me moer. Ele não ia me matar.

Daí olhei para o corpo do Mestre. E o recado era outro.

Muita massa corporal. Uns cem quilos de músculos, no mínimo. Bem mais alto que eu. Forte, agil. Comecei a tremer de verdade. Morrer sempre era uma possibilidade.

Eis que na minha hora me colocam para jogar com outro mestre, não o meu. Um mestre de fora, um mestre estrangeiro. Quem se inicia é conduzido porque não sabe de nada, só sente as coisas e vai estreado. E lá estava eu, de cócoras, de mãos dadas, em frente a alguém que eu não tinha mínima ideia da onde vinha. Ou de como seria nosso jogo.

O outro mestre era esguio. O outro mestre era do meu tamanho. O outro mestre era muito bonito. Parecia ter a minha idade. Eu não conhecia o outro mestre, o que dava um certo sigilo para o meu vexame, um zero a zero para meu placar, para minha queda, para o meu medo e vontade de chorar. Morri de vergonha, avermelhei. Mas não amarelei, porque naquela hora era olho no olho do mestre bonito e do meu tamanho. E eu que não sentia tamanho ainda de encarar mestre algum, estava ali, sem fugir.

“É olhando no olho

que eu sinto o axé

é olhando no olho

que eu vou conhecendo

quem você é”

(Canto tradicional da Capoeira)

E não era a hora de conhecer ninguém. Eu, minha própria desconhecida. Queria ir embora logo, mesmo antes da sagrada foto. Mas ia ficando por ali. Percebi que o outro mestre segurou forte na minha mão. Apertou e me apertou para olhar para ele. Talvez se não fosse bonito seria mais fácil de olhar, tombar? Ou Mestre é Mestre? O mestre do meu tamanho era um homem mais que bonito.

Depois de uns movimentos torpes em calça vergonhosa, fiquei pensando em como ele me derrubaria. Até me agradei um pouco de ser tombada por um homem daqueles, também tenho meu jogo, minhas manhas, mas noutras circunstâncias.

Volto para a realidade e penso: Como primeira do grupo dos adultos, como seria cair? Quebraria algum osso do meu esqueleto precário? Mancharia de sangue o tablado? Seria alto o ecoar dos risos? Filhos órfãos? Sim, eu estava com medo ainda.

Quando, de repente, vejo no olho e nos braços a sinalização para parar o jogo. Não entendia. Ele vem e me abraça. Ele não ia me derrubar. Lamentei que a surpresa nem me preparou para o abraço. Continuo circulando na roda, até perceber. Mesmo os já iniciados se surpreendiam com o abraço, decidido pelo mestre em jogo. Cada roda faz seu jogo. Naquela roda não se batizava com queda. O abraço já era batismo suficiente. Daí entendi o porquê das roupas brancas e da solenidade. Comovia mesmo. Ver toda aquela gente de branco balançando as cordas coloridas. Era uma nova nação onde ninguém apanhava, mas todo mundo aprendia. Abraçar não dói.

A cada roda, se crescia mais um pouco.

A cada troca de cordas se aprendia alguma coisa.

Ninguém ficava sem aprender coisa nenhuma.

Ninguém era ninguém.

Lembrei que todo mundo sempre cabia na foto da Minha Nação Cultural.

[Diário de campo, Evento de Batismo de Capoeira, Prefeitura Municipal do Vale do Ribeira, SP, junho de 2018]

No grupo Nação Cultural há um cuidado extremo com a visibilidade e as memórias de cada encontro por meio das fotos feitas via telefone celular. Documentar a existência do presente contribui para a consolidação de um passado com história, de um passado com importância o suficiente para ser recontado por meio de imagens, filmagens e relatos, prospectos de futuro. Todo encontro acarreta numa foto dos participantes, não precisando ser um evento especial, algo fora da rotina. A rotina em si é digna de documentação e visibilidade, por isso, são produzidas cerca de cento e cinquenta fotos ao mês.

Figura 4 – Grupo Nação Cultural no bloco de carnaval.



Fonte: Carnaval de rua, Praça da Bandeira, Vale do Ribeira, São Paulo, fevereiro, 2018.

Assim, todo encontro afetivo é digno de entrar para o rol histórico do grupo, eternizando e captando nas imagens a vontade de ficar junto. Quem participou da Roda e do encontro, entra na foto. Nessa foto todos cabem e em grandes quantidades. Cada encontro é valorizado como único. A formação do grupo comprovada pela presença visível de todos os participantes na foto é usada, inclusive, na negociação de mais recursos públicos e privados para a própria circulação em eventos, como descrito na escritura “Jumentos em Iguape” (p. 104).

Ser considerado como parte dessa história não é, necessariamente, opcional. Estar nos encontros, assistir e/ ou jogar a capoeira significa estar na foto depois. Cada um com sua pose, com seu jeito, não importa, todos são chamados. Quem fotografa espera até que as pessoas se acomodem. Uns de pé, outros sentados, outros deitados. Tatiane, mulher do professor é quem geralmente faz a foto, mas só registra o momento depois de se certificar se o seu posicionamento garantirá que todos apareçam. A hora da foto é a caracterização de um território de existência, de aproximação afetiva por meio de singularização e, por isso mesmo, de grande intensidade psíquica. Há alegria e agitação na hora da foto.

Valorizar o corpo captando sua imagem nas fotos prolonga os encontros do grupo no tempo e no espaço, mostrando que os ideais afetivos possuem sua capacidade de expressão no mundo concreto. Não há como separar mente e corpo. Estamos diante

do “intelecto infinito em possibilidades que não pode ser separado do corpo” (BICHARA, 2014, p. 156). As vivências psíquicas, por mais deletérias que sejam, são vividas no corpo.

A luta que a Nação Cultural enfrenta para ocupar o espaço da sala, para levar as pessoas que não andam até o segundo andar, para contemplar a todos nos exercícios adaptados à especificidade de cada um, na valorização de todas as participações possíveis e nos ensinamentos para os participantes que se mostram em movimentos mais avançados, marca não só a rotina dos integrantes, mas extrapola para a comunidade. As pessoas da cidade sabem que a capoeira acontece ali e os participantes conseguem elementos materiais e imateriais para se conservar, para resistir ao longo dos anos, convivendo e sobrevivendo a várias gestões, mantendo a visibilidade, pela qual se luta em todos os encontros.

Consideramos que a troca de cordas na capoeira é o elemento simbólico que marca a passagem do tempo no corpo do participante (BARTH, 2000). Há uma espécie de nascimento ao se ganhar a primeira corda e amarrá-la na cintura; não é à toa que o acontecimento se chama *batizado*. Esse renascimento é marcado pelo evento do batismo, no qual os mais experientes oferecem a corda aos iniciantes. Ter uma corda é implicar-se, é estar na atividade comprometido com sua continuidade, com sua persistência ao longo do tempo. A corda nasce, muda em suas trocas muda de cor, cresce, e com o tempo desbota, envelhece. Todas as cordas fazem sentido, todas as cores formam um capoeirista.

Causam inclusive perplexidade, haja vista que um idoso pode ter acabado de nascer em batismo para a capoeira com sua corda de iniciante, assim como um jovem pode ser contemplado com uma corda avançada de acordo com seu tempo de experiência diante do jogo. A persistência do existir, tornar-se visível e avançar enquanto comunidade afetiva se expressa diante das trocas de cordas. O batizado é um evento aberto ao público, porém, somente a quem frequentou as atividades é permitido ganhar/trocar a corda, só a eles cabe posteriormente exibí-la nas vestimentas.

Como amarrar? Qual a cor da minha corda? Qual a cor da minha próxima corda? Por que a corda dele é diferente da minha? O que fazer com ela? Brincadeiras infantis com as cordinhas coloridas... Coloridos cordões umbilicais de conexão ao grupo aparecem na escritura a seguir.

Relato da Série Própria 7 – Corda Umbilical

E eis que chego no dia do evento especial de troca de cordas. Atrasada como sempre, mas nada havia começado ainda. “Ufa, eu sabia que a minha amiga vinha!” E fomos abraçadas fortemente. Não entendi o porquê de tanta comoção.

Entrando no ambiente, me surpreendo ao ver todos com calça branca. “A calça branca é obrigatória?” E a resposta foi: “Sim, juntamente com a camiseta branca.” Me revoltei e pensei que poderia ter sido mais avisada. “Nunca nada foi obrigatório nesse grupo, gente do céu!” Comecei a me irritar e ficar com vontade de ir embora quando fui recomendada, junto com as crianças, para trocar a nossa roupa pela tal da roupa branca.

A raiva foi grande, mas um tanto menor que a curiosidade de saber o que se passava ali de tão irritantemente branco, solene e comovente. Filhos com calça branca emprestada e larga, são tão pequenos. Ficam ainda mais engraçadinhos com a troca do tamanho da roupa.

Calça branca emprestada, apertada em mim. Incomoda algo externo competindo com tudo o que é interno e já me aperta um tanto. Sempre uso roupas confortáveis para disfarçar meus papéis desconfortáveis. A roda girava em meu favor?

Filhos chamados para pegar sua primeira corda. Inseridos na roda por anciães. O mais novinho, o meu, o mais velhinho, mestre de outro canto. Ele ajustou a barra da calça do pequeno para ele não cair, pois realmente era muito pequeno aquele ser de calça branca emprestada. Tão bonita a cena! Nem deu vontade de chorar, apenas fui atropelada por um colapso de lágrimas que beiravam uma tragédia além-mar. Das minhas águas uterinas para as águas do mundo... O sal das minhas lágrimas no nosso suor original. Sim, eles estavam iniciados. O cordão umbilical virou corda de amarrar calça larga. Segurando, ajustando e fazendo caber.

[Diário de Campo, Batizado da Capoeira, Prefeitura Municipal, Vale do Ribeira, SP, junho de 2018]

Na foto 5 a seguir, aparece meu filho Álvaro, “o fruto das minhas águas uterinas para o mundo”, antes dele passar pelo ritual das cordinhas de batismo. Como não havia calças de capoeira para o seu pequeno tamanho, o uso das cordas também se inviabilizava. Além disso, a corda, quando amarrada, arrastava-se no chão. Com o tempo, mandamos fazer uma calça menor e dávamos duas voltas da corda na cintura, para ficar curta o suficiente e não tocar o solo, atrapalhando os movimentos do pequeno. O professor também se disponibilizou a fazer cordas mais curtas e, após Álvaro, mais crianças menores de quatro anos passaram a integrar as atividades do grupo.

Figura 5 - Álvaro, em exercício de capoeira e maculelê, quatro anos de idade, filho da pesquisadora.



Fonte: Câmara Velha, Vale do Ribeira, São Paulo, 2017.

E assim vamos contribuindo para o desenvolvimento de todos ao respeitar as diferenças. Nos momentos de foto, por exemplo, a diversidade também se acentua: quem pode levantar participa de pé, quem não pode levantar ou apresenta dificuldades participa no chão, quem consegue equilíbrio e força o suficiente pode descer e ficar

junto de quem está no chão. O professor imprimiu em várias camisetas a frase: “não tenha vergonha de evoluir devagar, tenha vergonha de ficar parado” e entregou várias unidades dessa roupa aos alunos, como forma de estimular o desenvolvimento de cada um respeitando o próprio ritmo.

Há cerca de quatro anos o professor Couro contava com um contrato com a prefeitura, feito por meio de chamamento público em Edital para monitoria de cursos do SCFV do CRAS. Em 21/11/2019, o professor foi desligado da prefeitura, podendo continuar usando o espaço apenas até dezembro. Houve uma alteração inédita no Edital do chamamento anual e, por suas dificuldades de leitura e escrita, o professor concorreu com o mesmo projeto que apresentava todos os anos. Este projeto não fora escrito por ele. Delegou essa função a alguém há anos atrás, acreditando que poderia utilizar o mesmo projeto em todos os processos seletivos.

Como a dificuldade para leitura e escrita é um assunto bastante delicado para o Contramestre, também não pediu colaboração de outros membros – como eu mesma – para revisar o projeto antes de entregá-lo. Após o choque de não ser aprovado com um trabalho cuja prática contemplava todas as exigências, mas cujo detalhamento não aparecia no papel de acordo com as normas estabelecidas, ficamos em dúvida se a alteração foi intencional para tirá-lo do quadro da prefeitura ao perceberem que ele entregava o mesmo projeto todos os anos, na sua simplicidade. Com bastante cuidado, aliei-me à esposa do professor e documentamos o trabalho adaptando a escrita às novas normas, baseando-se nas fotografias e nas escrituras. Houve aprovação do novo projeto no processo seletivo seguinte, em janeiro de 2020. Apesar do susto e do desespero, o grupo continuaria vinculado e remunerado pela prefeitura por mais um ano.

Tentamos jogar no grupo os problemas e as complicações, mas nem sempre conseguimos nos comunicar e expressar o tamanho de nossas dificuldades. Esse corpo tecido e re-tecido pelas novas conexões nos mostra que corpo não é algo dado, mas algo a se construir nos ritmos próprios, respeitando as deficiências e a disponibilidade de cada um. A situação de ter o nosso professor *reprovado* realizando um trabalho excelente revelou as dificuldades de se adaptar as vivências, as práticas a uma representação escrita de acordo com parâmetros burocráticos e acadêmicos. Isso quase afastou o fomento mais substancial à atividade.

Com isso, nota-se o quanto são comuns os embates entre os nossos corpos e o poder público. As gestões querem carona almejando a visibilidade da Nação Cultural, porém não fornecem base consistente de direitos para o bom funcionamento do trabalho; cabe ao professor Couro e sua família, com apoio de simpatizantes, suprirem as brechas. Contestam-se imposições da prefeitura problematizando a frequente dificuldade em conseguir os recursos financeiros necessários para os passeios e divulgações, da incoerência no pagamento do professor diante do tempo dedicado às atividades, da demora em aquisição de materiais, da desorganização na oferta de locais adequados para a atividade desenvolvida, especialmente injusta para o público dos deficientes.

Outros aspectos problemáticos observados foram: a convivência diária com o excesso de sofrimento leva à banalização da dor física, pois o contramestre é bastante rigoroso com a exigência de entregar-se à atividade. A obrigatoriedade de participação conferida aos filhos e parentes do professor parece oprimi-los, e o laço afetivo entre os participantes pode virar uma espécie de controle, precisando sempre ser renegociado. Acrescentamos o desespero por visibilidade, que às vezes é usado como moeda de troca para conseguir apoio financeiro, ônibus, materiais, lanches, camisetas, ressoando com a subjetividade capitalística que, inegavelmente, nos atravessa. A exigência por presença em eventos, geralmente bastante cansativos, atropela as necessidades básicas de resistência no corpo dos participantes mais sensíveis.

Diante das peculiaridades apresentadas, segue a escritura acerca de uma das viagens da Nação Cultural para uma festa religiosa bastante tradicional no Vale do Ribeira. Seus embates, enfrentamentos e constatações aparecem antes de a viagem acontecer, durante e depois dela, problematizando nossos próprios silenciamentos.

Relato em Realismo Fantástico 5 – *Jumentos em Iguape*

O passeio para Iguape foi um sucesso.

O passeio para Iguape foi um passeio típico para aqueles que não passeiam.

A saída de ônibus já dava medo. Ônibus muito sujo, com problemas externos e internos evidentes, como os dos vidros soltos das janelas arriscando soltar e se quebrar nos solavancos. Numa viagem curta de uma hora eu esperava, sinceramente, que aquilo não se estourasse em nenhuma criança. Eu e a mulher do professor enchemos as frestas

das janelas com papel higiênico amassado e embalagem de salgadinhos dobrada. O barulho da vibração dos vidros diminuiu ao ponto de nos sentirmos quase seguras.

O motorista parou para abastecer. Não parecia uma simples parada, sobretudo pela demora. Pelo andar para lá e para cá do motorista.. Olhos no motor, discussões com o frentista... Cutuca aqui, cutuca ali. Acho que dá. Acho que não dá. Desço do ônibus e o motorista dá a certeza de que está tudo bem. Obviamente, não acredito.

Em poucos minutos andando o ônibus começa a soltar uma fumaça preta, intensa, imensa, asfixiando todos nós. O motorista para. Não tem como prosseguir.

A van com os deficientes para também. Os deficientes não podem ir sem os acompanhantes.

Esperando sem esperança, consumimos o lanche que seria dado ao chegarmos em Iguape. Todo mundo arrumadinho, de branco, contrastava com a mata verde. O professor pede que nos juntemos em fila, diz que a foto vai pagar a nossa viagem, brinca ele. Mas era uma brincadeira sem graça, ele mandou a foto para alguns vereadores olharem e providenciarem um ônibus. Não porque gostassem da Capoeira. Não porque respeitassem os deficientes. Não porque o passeio de Iguape era um passeio típico da região. Mas sim, porque queriam evitar escândalos.

O outro ônibus chegou, muito maior. Mas em piores condições de sujeira e de estrutura. Era um circular, uma dessas carcaças em que o povo já está acostumado a andar. E daí se será usado numa viagem? Ninguém estranhou.

Chegamos a Iguape.

Fomos barrados na entrada da cidade.

Andaríamos mais de seis quilômetros a pé até a praça porque ônibus grande pagava R\$400,00 para entrar na cidade. O professor negocia, explica, fala dos idosos, das crianças e dos deficientes, que não aguentariam tal caminhada. Fala do projeto social. Do sol forte do meio-dia. "Por que não vieram mais cedo?" Saímos cedo, senhor, antes das seis. Mas o ônibus quebrou certas vezes. De uma viagem de uma hora, chegamos agora...

O ônibus finalmente é liberado.

Agora não seriam seis, mas apenas dois quilômetros a andar. Afinal de contas, já era uma caridade imensa liberar um pouco mais perto aquele tipo de ônibus.

Os mais fortes carregaram os deficientes nas costas. Por dois quilômetros. Eles revezavam entre si. Foram e voltaram muitas vezes guiando a turma, para que ninguém se perdesse no meio da multidão. Eles andaram uns vinte quilômetros, no mínimo, nessas idas e vindas guiando a turma. Sim, os mais fortes. Descobri porque eles não eram de falar.

Não teve como não lembrar da mulher do professor gritando: "Você é um jumento, homem!", quando eu o olhava carregando, silencioso, o moço bonito que não conseguia andar.

Lembrei da música dos saltimbancos sobre quando a carcaça do jumento começa a rachar... “Que coices, que coices, que coices que dá.”

Fiquei com medo do coice do professor. Ele viu medo em mim e ficou mais perto para mostrar que ele e eu não éramos jumentos. Conversou mais palavras comigo no trajeto de dois quilômetros do que em seis meses de aulas juntos.

A Roda de Capoeira na rua teve que lutar para ser visível diante de muitas motocicletas em sua manifestação singular na chegada a Iguape. Motos não eram barradas e podiam ir aonde quisessem.

Depois de quase uma hora dessa manifestação aceita e acolhida pelo narrador da festa, o grupo, que já estava no sol, formou a roda para apresentar-se. O professor estava nervoso e era rude com os alunos. Os alunos se debandavam da roda e a mulher do professor ia buscar, sendo rude inclusive com as crianças que já estavam cansadas do sol e de tudo, e novamente com fome. Mas o resto do lanche era só na volta.

A Roda não foi bonita como a gente estava acostumado em casa. Não teve muitas risadas ou brincadeiras. Teve muito de obrigação, de humilhação, já que aqui chegamos, vamos trabalhar. Perdeu a graça para mim. A debanda mostrou que perdeu a graça para muitos.

No retorno da viagem, o ônibus ameaçou fundir três vezes, preocupando os mais velhos, muitamente, sobre o que faríamos no meio da serra, num local onde o celular não pegava e com gente que não andava... e divertindo os mais novos, adolescentes, que gostavam da possibilidade de ver os adultos não saberem mais o que fazer, assim estariam licenciados para, finalmente, fazerem o que quisessem. As crianças dormiam alheias, acreditando que estavam num passeio.

O motorista estava mudo.

Em velocidade de barulhenta carcaça de tartaruga, chegamos. Agradei aliviada ao motorista, que quase sorriu.

Um menino pequeno não queria descer. Não tinha ninguém para buscá-lo. Ué, mas nunca teve ninguém para acompanhá-lo em nada, qual seria a novidade, pretinho? Não tinha pai, nem mãe, era criado por alguém que ninguém sabia quem... O moleque desceu e sumiu diante do espanto do povo depois que ele manifestou querer, justo hoje, companhia. Percebendo que a canseira era muita para ele querer, só hoje, alguém para acompanhá-lo até em casa e quem sabe descobrir porque ninguém o acompanhava em nada.

Ganhamos carona. E refeição da mãe de um dos meninos especiais. A humilhação era muita, demais para responder algo além de que tinha sido tudo bem e agradecer a comida quente. Afinal, fomos e voltamos para Iguape e até fizemos uma apresentação.

Na aula seguinte, nada de comentários sobre o passeio. Apenas a mulher do professor falava, sem eco, que o passeio tinha sido um sucesso. Que há seis anos faziam o passeio para apresentar a Roda em Iguape. Que a Roda representava a cidade. Que a roda era importante.

Ninguém ali importava em nada para a cidade. Eu e o professor falamos isso um para o outro por pensamento. Todo ano se perdia o papel do planejamento anual do professor. Todo ano mandavam um ônibus em péssimas condições, com um motorista contrariado. Todo ano dava problema porque era feito de um jeito certo para dar errado. Todo ano se dava um jeito para ir, que envolvia muitos jeitos, trejeitos, remendos e maus jeitos na carcaça do ônibus – e na carcaça de todos – que já começava a rachar.

O passeio para Iguape foi um passeio muito típico da região. O passeio para Iguape é uma tradição na comunidade ribeirinha. O passeio para Iguape, todo ano, era financiado pela prefeitura.

[Diário de Campo, Praça central da festa do Bom Jesus de Iguape, Iguape/SP, Estrada da Mutuca, julho de 2018]

O papel que nunca chega na hora que precisa é uma realidade no serviço público brasileiro, espelhada, por exemplo, pelas instituições de abrigo lotadas de crianças acolhidas cuja situação jurídica fica indefinida por anos. Muito se questionou sobre a demora e a não efetividade da justiça e dos serviços públicos nos projetos comunitários de relevância. Ainda assim, demonstrado pela presença do grupo de capoeira no evento apesar dos entraves, percebemos que existem ações de resistência e de luta pela capacidade de circulação.

A figura a seguir mostra a Roda de Capoeira Nação Cultural acontecendo em Iguape, com os participantes unidos em praça pública para iniciar a apresentação. Antes de essa roda acontecer, tivemos muitos problemas, como mostrou a escritura anterior, e, durante a apresentação, fomos interrompidos inúmeras vezes. Manifestações dos romeiros motociclistas, literalmente, nos atropelavam.

Figura 6 – Roda de Capoeira Nação Cultural na Festa do Bom Jesus.



Fonte: Iguape, São Paulo, julho, 2018.

Após o passeio em Iguape, o clima de reencontro das pessoas na capoeira não foi festivo. Estávamos tristes com a repetição do descaso. Os solavancos, os medos, a cansaça. A negociação para entrar na cidade, a dificuldade para se apresentar, o tumulto para sair, o quase não chegar... Muitos pormenores afastaram alguns membros da Nação Cultural, reativaram outros, feriram muitos, abriram brechas. Essas brechas ora distanciavam uns dos outros, ora aproximava pessoas num ato que, de supetão, fazia cair no colo recebendo o carinho de quem menos se esperava.

Figura 7 – Participantes Anderson e Clayton *fora* de suas cadeiras de rodas.



Fonte: Centro da Juventude, São Paulo, Vale do Ribeira, 2018.

Na figura 7 percebemos dois homens adultos com os uniformes de capoeira. Ambos são cadeirantes, não andam, não falam. Mesmo diante das dificuldades óbvias de interação e locomoção, ambos são capazes de fazer trocas afetivas com o ambiente, reconhecem os participantes, cumprimentam a todos. Ao mostrar com a leitura e a escrita a produção científica no espaço público a inserção deste coletivo no presente da história, fez-se uma revolução em mim, um terremoto em nós, abrindo vias de

comunicação. Os sussuros alegres quando eu fazia a leitura de algum ensaio, os gritos de euforia marcantes quando os cadeirantes saem de suas cadeiras e participam da Roda ou quando após a Roda de Capoeira acontece a Roda de Samba e os corpos que jogam capoeira passam a ser corpos que dançam também. São momentos de interação nos quais todos têm a oportunidade de se reinventar e se sentir juntos. Esse tipo de interação desperta muita alegria e potência para todos os envolvidos, antes, durante e depois do encontro:

Quando se expande em todas as direções, o afeto produz medidas imensuráveis e permite que o valor-afeto seja impossível de ser controlado pela economia política e pelas relações de poder (BICHARA, 2014, p. 44).

Nesta última existem alguns agravantes, sendo a desconsideração pelo corpo do deficiente como “uma das formas mais brutais de opressão já instituídas, tornou urgente problematizar que as desvantagens sofridas pelos deficientes não são resultado da natureza, ou consequências diretas de sua lesão” (DINIZ, 2007, p.77). Trata-se de uma produção histórica na qual o deficiente foge às regulações, sendo inferiorizado por representar que as expectativas sociais de homogeneização não são onipotentes. Ser deficiente é tornar-se a prova viva da falência dessas estratégias de normalização, bem como denunciar os resultados que este estilo de funcionamento social pode acarretar nos corpos.

Em partes similar à causa de opressão de outros grupelhos, a opressão sofrida pelos deficientes revela uma perseguição mais específica, pois se encontram numa esfera onde as desvantagens ambientais e psicológicas barram com mais veemência seus fluxos afetivos e demais conexões. Com isso em vista, “retomar as práticas nas quais a deficiência é feita, apostar que existem múltiplas versões nos modos de ordenar eficiência e deficiência, problematizar qualquer [...] normalidade” se faz necessário para viabilizar a vida do deficiente e tornar tangíveis as condições indispensáveis ao seu desenvolvimento (MORAES; ARENDT, 2011, p. 113). Em sua diversidade, os deficientes enfatizam outros modos de existência possíveis, fugindo da norma de modo escancarado e perturbador, alterando os olhares.

Na Nação Cultural, há uma data de encontro semanal comum, onde a pessoa faltosa é acolhida quando retorna, a pessoa que assiste é acolhida em sua participação, sendo convidada para o exercício com sutileza, podendo recusar e se manter assistindo sem desconforto. A hora da foto, com sua convocação geral nada sutil, serve de símbolo

para encerrar o encontro, como prova figurativa que o encontro existiu contemplando a todos. Adiante, a escritura acerca do assunto.

Relato em Realismo Rantástico 3 – *Chovendo Fotos*

“O que é, o que é

Cai de pé, corre deitado

Faz barulho lá no céu

Cai em cima do telhado”

E vai chovendo gente para fazer a foto, numa chuva quente, morna, ininterrupta.

Curioso que esta convocação à foto não constrange ninguém. Aposto, muita gente ali não deve gostar de aparecer em foto. Mas naquela foto todo mundo faz questão e corre de pé e cai deitado, para se juntar ali. E o professor-maestro, renova seu ar de gravidade e, formal, estufa o peito num ímpeto de guardar um ar a mais para sair bem abastecido na foto. Após o clique, a mulher-professora-do-professor fica alegre e diz que ficou bom. Todo mundo acredita que fica bom nessa foto. Simplesmente sinto que todo mundo, inclusive eu, coube ali.

Dá uma vontade enorme de registrar tudo aquilo ali, fotos, filmagem, palavras, pesquisa. Percebo que, mesmo não muito ligada nessas novas mídias, me coço de vontade de filmar algumas cenas. A professora-esposa-mestra percebe minha inquietação e filma para mim o que eu peço. Às vezes não percebe e eu peço para filmar algo, e ela filma contente. Sabe que acontecemos ali, que somos ali alguma coisa interessante de filmar. Que vai, muito além, dessa tal de Capoeira.

[Diário de Campo, Câmara Velha, Vale do Ribeira, SP, outubro de 2017]

Enquanto outros grupelhos minam, alunos desistem, professores são dispensados e materiais não chegam a tempo das atividades propostas – incluindo as requisições de transporte se perdendo pelo caminho e da falta de apoio para organização em geral –, o grupo de capoeira se mostra numa articulação inversamente proporcional, na qual se expande e se fortalece com autonomia, frequentando *todas* as atividades a que se propõe e ainda mantendo uma porta de diálogo aberta com a prefeitura. Mesmo diante de tantos atritos, rompimentos e frustrações, o grupo se organiza, se reaquece e se movimenta, em reações e resistências surpreendentes, elaborando e acolhendo seus abalos.

Relato da Série Própria 1 – *Abalou Sim*

“Abalou Capoeira

abalou, abalou...

deixa abalar.”

[Canto Tradicional de Capoeira]

Tenho vontade de contar um segredo para o professor. Porque somos muito distantes, porque ele nunca se aproxima, porque ele não troca, em meses, mais que duas palavras comigo, mas consegue me incluir em tudo e me deixar de lado quando eu não quero ser incluída em nada.

Dá vontade de falar com o professor, nos meus silêncios. Pedir ajuda, ele parece capaz de me entender.

Fui ferida, digníssimo professor, na minha dignidade de mulher. De uma forma que foi muito além da dor física e espero, sinceramente, que se transforme em cicatriz num dia desses qualquer, porque eu tenho medo de não aguentar mais numa hora dessas. Por enquanto, ainda ferida viva, isso atrapalha meus movimentos. Me faz encolher mais do que esticar. Dói. Por alguns momentos, fico pensando se existo ainda, confundindo o barulho do meu coração com o tum-tum-tum do atabaque. Minha circulação, com a vibração do berimbau. Será?

Fui ferida na minha dignidade de mulher... Isso não pára de ser dito para mim, por mim. Como uma frase pode resumir tudo tão bem! Ou tão mal... Quero aprender a me defender, professor, com golpes transbordantes de Capoeira. Vou aprender a voar. Ninguém vai me machucar jamais. Não vou murchar e encolher e entristecer e denunciar. Vou enfrentar. Virar, encarar, responder. Vou proteger a mim mesma, meus filhos, netos e bisnetos. Quero emprestar certa força também. Muita inveja que me dá do cadeirante que anda feliz, com a força emprestada do professor. Também dá vontade de dar algo meu, emprestado, assim que possível.

Poxa, mas como esse negócio é difícil... Como emprestar algo que eu não tenho nem pra mim direito? Caramba! Quanto mais lento e delicado o gesto, mais força a gente precisa ter, mais controle nesse débil corpo mole. Acho que não consigo nessa vida. Ai, que pena.

Daí leio na camiseta os dizeres dos capoeiristas: “Não tenha medo de crescer lentamente. Tenha medo de ficar parado.”

Golpe baixo. A camiseta me abalou, me ofendeu. Foi pra mim? Ah, foi sim. Quanto tempo eu fiquei parada mesmo? Dez minutos? Ou dez anos? Sei não. Só sei que tem um negócio estranho circulando dentro de mim e parece muito com o som do berimbau porque também vibra.

[Diário de Campo, Câmara Velha, Vale do Ribeira, setembro de 2017]

A Nação Cultural funciona deixando suas marcas de forma sensível, inclusive pelo cheiro: “o cheiro da vida e da morte produz corpo-espaço-tempo, nova subjetividade nos encontros, exprime uma força de resistência e permite o nascimento e a morte de novas configurações” (BICHARA, 2014, p. 46). O cheiro realmente demarca

territórios e marca existências. O acesso às instalações sanitárias pelo grupo, por exemplo, é limitado a um banheiro muito sujo e com vazamentos, forçando o contato aversivo com o mau cheiro. Seu uso se faz inviável a todos, principalmente às crianças que costumam tocar todos os objetos e às pessoas portadoras de deficiências, pois alguns não têm cadeiras de rodas e se arrastam pelo chão. Diante da existência de três banheiros limpos no local, porém sempre trancados no horário do grupo da Capoeira, percebe-se que são necessários cheiros incômodos e esforços intensos para nos livrarmos deles, na construção de pontes mais sensíveis entre os participantes da atividade e a prefeitura. Enquanto isso, o nosso território se faz ao se lutar e, por vezes, acolher algum grau de interação nada inodora.

Junto dos cheiros ressoam os instrumentos de percussão, com sua presença na atmosfera do ambiente, conferindo aos encontros um dispositivo ímpar, singular. Os atabaques e, principalmente, o berimbau, são os participantes não humanos de destaque na Roda de Capoeira. Eles participam com sua vibração, promovem variações de afetos, facilitando acoplamentos e interações.

Colocados para fazer a atividade em um salão no segundo andar com muitas escadas, os cadeirantes contam com o apoio do professor e de sua esposa para chegar ao local; eles carregam todos, um por um, nas costas, no colo, até o lugar da atividade. Como passam muitas horas no local, o professor solicitou a chave do salão (e dos banheiros), negada pela diretoria do Departamento de Assistência Social e pelo Departamento de Cultura após uma série de argumentos infundados, haja vista que o professor é profissional regularmente contratado pela prefeitura. A abertura do salão às vezes não ocorria, sem justificativa alguma.

Apesar disso, as atividades continuaram, pois, a cada dificuldade para adentrar, os integrantes se colocavam em frente ao prédio e todos os seus membros faziam ligações para funcionários da prefeitura até que a chave aparecesse: “perseverar na existência, resistir às forças que dificultam os encontros, constroem [...] distanciamentos e diferenciações pelos estereótipos” (BICHARA, 2014, p. 162). Algumas pessoas se locomoviam até a residência de funcionários com altos cargos na prefeitura, cobrando, pessoalmente, a entrega da chave. Aos poucos, a chave parou de sumir. Acredito que o uso dos banheiros limpos que ficam trancados também será uma realidade em breve.

Como os membros da Nação Cultural se fortaleceram e as vivências no grupo ganharam alguma repercussão, isso dificulta, cada vez mais, as ações das forças opressivas provenientes de dentro da prefeitura. Esta se vê, institucionalmente, obrigada a manter o contrato do professor e a convidar os capoeiristas para apresentações, pois, de todas as atividades do SCFV do Departamento de Assistência Social, é somente nesta que se conta com a presença efetiva do professor e dos demais participantes. A prefeitura necessita tratar o grupo como aliado, pois em alguns momentos, acaba precisando dele. Apesar dos constantes embates, percebemos um gradativo aumento de permissões de circulação, de convites de participação e de apoio para as atividades com audiência dos poderes locais envolvidos mostrando que “É preciso destruir o inimigo a partir do afeto. Porque o afeto é indestrutível” (NEGRI, 2001, p. 70 apud BICHARA, 2014, p. 121).

Ao contrário das alianças e dos movimentos de pertencimento, o prolongamento da situação de estar à margem da comunidade reflete-se em ações binárias, radicais, implicando, inclusive, em retornos de violência e em comportamentos de destruição. Todos estavam introspectivos e mexidos de alguma forma após o passeio para Iguape. E eis que o professor se põe a dar algumas dicas para manter a Roda erguida. Para se estar seguro na Roda de Capoeira, na roda da vida, na roda da política, nas negociações coletivas são necessárias algumas estratégias de proteção mútua e de vigilância. Não é interessante negar a existência de forças capazes de aniquilar a Roda, parando o nosso giro. Por isso, essas recomendações se tornaram um eixo fundamental para a atividade e seus passeios.

Relato da Série Própria 10 – *Dicas de Segurança*

O professor estava diferente. Eu percebi. Minha filha comenta que hoje ele deveria estar muito cansado e foi dormir, mandando o gêmeo-mal para substituí-lo na Roda. Rimos. Realmente é um mistério quantas horas o professor dorme, se ele trabalha picando carne de madrugada no restaurante e de dia dá aulas de Capoeira. Ainda ficamos sem solução nessamatemática, nada exata, da miséria e da luta pelasobrevivência.

A cara dele é de assustar.

Depois da Roda, ele profere algumas palavrinhas sobre segurança:

“Pessoal, na Roda precisa prestar atenção. Não dá para ficar só batendo palma, olhando pra cima. Às vezes o jogo sai errado, às vezes alguém se empolga. Acontece. Às vezes alguém se espalha demais. Tem lugares na Roda mais perigosos de ficar. Outros cantos são tranquilos. Precisa olhar. Vê até onde vai a perna do outro, aquele peção ali pode acertar a sua cara. Pra ninguém acertar a sua cara, precisa prestar atenção, quem participa mesmo da Roda sabe onde tá calmo, onde há perigo,

procura o lugar calmo, sai do perigoso e fica sempre esperto, prestando atenção pra se proteger e afastar do golpe torto uma criança, o Edson [deficiente].”

Ele começa a especificar as orientações para os dias de Evento. Não entendo o porquê disso, já que o ônibus foi cancelado pela prefeitura. Aliás, o ônibus nem foi acertado para ser cancelado, descobri. Vergonha de trabalhar para a prefeitura... senti. Mas se o assunto era sobre prestar atenção, então eu prestava atenção no professor.

“O pessoal de fora pressiona a Roda. A gente vai se apertando e acaba ficando perto demais, dificultando o movimento. A gente precisa abrir os braços e andar para trás, empurrar um pouco, dar espaço para a Roda acontecer. Quando os de fora apertam a gente demais, épa, dá licença, fica com o corpo firme, estica, não deixa apertar. O jogo fica perigoso para todo mundo, qualquer um pode tomar um coice. A gente não consegue jogar. Quem está na roda precisa colocar o corpo, forçando e mexendo. Não precisa esperar a pancada, aguentar a pancada. Estão grudados no chão? Mexe, sai do lugar, se esquiva e ajuda os outros que ficam na inocência.”

Penso de novo no ônibus cancelado. Nas explicações racionais da Diretora, nas quais o professor de Capoeira era, de novo, o culpado pela própria miséria. Que esse negócio de ônibus sempre dava confusão. Que no ano passado o motorista tomou uma multa e saiu do bolso dela. Que no mês passado o grupo já tinha sido contemplado com um ônibus para pegar o pessoal de dentro da cidade. Que agora arrumar ônibus para sair da cidade não era tão fácil, não dava e não tinha nenhum papel com antecedência na mesa dela para ver isso. Onde está o papel do pedido do ônibus?

Ninguém fala da falta de esforços e de organização dos próprios funcionários da prefeitura para solicitar um ônibus que levaria os participantes da Roda para a cidade de Iguape. Ninguém fala que o evento acontece todos os anos e é importante na cultura ribeirinha. Ninguém fala que o ônibus estava previsto desde março e agora era quase agosto. Ninguém fala que prometeu ônibus para ninguém. Todo ano o professor entrega o papel. Mas todo ano, todo mundo da prefeitura fala que faltou o papel. Claro que quem recebe o papel não explica para ele os trâmites. Tento explicar para o professor que mesmo entregando o papel ele precisava de dois papéis, protocolando em duas vias para saber onde é que estava, para saber quem é que recebeu e quem é que perdeu. Ele coça a cabeça, fazendo a cara de quem ouviu umas palavras gregas.

No momento, já percebi que quem perdeu, de novo, foi o pessoal da Capoeira. O foco está em “todo ano dá problema”, como se o problema não fosse, também, da própria prefeitura. E se o destino desse povo é dar problema, não tem mais o que fazer pela prefeitura acostumada a não reconhecer como dela problema nenhum.

Pensei na vergonha daqueles que não sabem ler nem escrever direito, que não entendem de papéis e são sempre culpados das próprias violações. Um papel que precisa ser dois, dizendo a mesma coisa, realmente parece estranho. Pensei mais ainda na decepção dos que não passeiam, dos que não saem nunca mais de uma vez no ano, dos que ocupam raríssimos espaços, rechaçados por sua aparência, por seus modos diferenciados de inserção, pelos cuidados necessários para continuar dentro desse negócio estranho que chamamos de vida. Essas pessoas de dentro da Roda, como sofreriam com mais esse apertão que veio de fora da Roda.

O professor não usa muito esse negócio de palavra, mas hoje o homem estava impossível com a língua. Lembro de quanto é difícil para ele segurar uma caneta. Ele segura facão, enxada, martelo, vassoura... Mas caneta não, morre de medo. Caneta e papelada chateiam o professor. Esses objetos de papelaria, tão pequenos e maldosos, dizem sempre ao professor de Capoeira a mesma coisa que a sua mulher: “Você é um jumento, homem! Não entende nada! Presta atenção!”

Muito aborrecido, todo espremido pela falta de apoio da prefeitura para suas atividades, resolve ele falar mais um tantinho. Encharcado mais das cuspidas dos serviços públicos do que de seu próprio suor, ele fala umas frases pra deixar a gente cabreira:

“Depois tem gente que fala, o fulano se machucou na Roda de Capoeira...

Não é a Capoeira que machuca. Precisa prestar atenção.”

Ah, o ônibus da prefeitura não deu certo. Procurei uns caras da prefeitura, celular na caixa postal. O papel que nunca chega na hora que precisa. Todo ano a gente vai, eu sempre ‘vô’. Esse ano eu ‘vô’ também. ‘Nóis vai’. Com ‘as turma maior’, mais fácil. Junta todo mundo num ônibus fretado, cada um dá o que pode. Vou tentando ajuda no comércio, pra ficar mais pouco ainda. O pessoal conhece o trabalho. Quem não pode ir com a família toda pra não ficar pesado, manda um, não tem que deixar de ir por isso. Quem vai depois contra pros outros como é que foi na Roda e depois o passeio em Iguape. Com o ônibus a gente vai bem. Até sem ônibus ‘nóis ia’, era só levantar cedinho um dia antes que a gente chegava na hora da festa.”

No final das contas, todos os que quiseram ir foram ao evento, independentemente de qualquer contribuição material. Os ônibus arranjados de última hora pela prefeitura e pelos contatos do professor foram. Enquanto um quebrava, o outro esperava. Se um outro fumaçava, aquele ali parava. E assim, num tropel de empolgações, limitações e humilhações, num eterno para e recomeça, com direito a pausas para o lanche, chegou-se ao município vizinho.

Foi o sexto ano que a Roda de Capoeira Nação Cultural se apresentou sob as bênçãos do Bom Jesus de Iguape.

Até as fábulas mostram que, quando o jumento resolve falar, as coisas mudam de figura.

[Diário de Campo, Centro da Juventude, Vale do Ribeira/SP, agosto de 2018]

No caso dessa Roda de Capoeira, a disponibilidade de pessoas com força física extraordinária e dispostas a carregar aqueles que não conseguiam andar proporcionaram a chegada de todos aos seus destinos. Tanto em Iguape quanto no local do treino cotidiano, o fato de não conseguir subir sozinhos os dois lances de escada não desincorpora ninguém da atividade, pois os participantes se adaptaram a essa disposição estrutural desfavorável do prédio. Neste local estão ausentes elevadores ou outros meios de acesso que possibilitem autonomia ao deficiente, mas eles se fazem presentes. Entretanto, apesar de entender esse apoio coletivo como um lugar de Apadrinhamento Afetivo que faz, necessariamente, ultrapassar as barreiras estruturais, é provável a existência de deficientes interessados em conhecer as atividades de integração social e comunitária do curso de Capoeira, mas que são desencorajados de forma contundente a observar as *im*-possibilidades de acesso disponíveis.

Olhadas por muitos como gestos de solidariedade e vivenciada com relativa alegria no grupo Nação Cultural, ser carregado no colo também poderia ser algo

interpretado como ofensa à dignidade das pessoas, como infantilização dos deficientes, com um veto à participação e autonomia deles. Além disso, a possibilidade de acidentes aumenta à medida que o cansaço dos carregadores se faz presente. Já houve uma queda grave do Contramestre na escadaria, junto com a cadeira de rodas de um dos participantes. Depois de subir com o aluno no colo, foi buscar a cadeira dele, objeto indispensável ao participante. No final da atividade, ao descer com a cadeira, o professor se atrapalhou com a velocidade que ela atingiu na escadaria, tentou segurar o objeto para evitar danos e acabou caindo junto, com grande impacto. O estrondo foi espantoso. Ninguém contava com o fato de que, além da cadeira, o professor também corria o risco de se danificar. Também não imaginavam o objeto-cadeira muito mais pesado que o próprio corpo do deficiente, carregado sem maiores dificuldades.

Com consciência das barreiras e dos acidentes de percurso, não há o que romantizar ou idealizar as grupalizações, o importante é disparar movimentos e potencializar os grupelhos, em nosso devir-coletivo. Na figura a seguir aparece em destaque o Clayton que é cadeirante, interagindo com Daniele, que está sambando. Quem empurra a cadeira é a Maria Cristiane.

Figura 8 – Vista aérea da Apresentação Mensal ao ar livre da Roda de Capoeira Nação Cultural.



Fonte: Adriano Pirulito, calçada da Previdência Social, Vale do Ribeira, São Paulo, 2016.

*“A cobra não tem pé
 A cobra não tem mão
 Como é que a cobra sobe
 No pezinho de limão
 Ela se estica,
 Ela se encolhe
 Ela tem o corpo todo mole”*
 [Cancioneiro popular]

Essa música foi cantada num jogo onde o cadeirante se destacava, ilustrado pela figura 8. Curiosa e lúdica, a cançãozinha nos incita a pensar como a cobra sobe numa árvore, mesmo sem ter pés ou mãos. O modo como a cobra sobe é diferente do nosso, mas ela consegue subir. Na foto aparece um dos nossos giratórios cadeirantes. Ele também se estica e sobe no segundo andar da Câmara Velha, ao lado da Previdência Social, para jogar capoeira. Ele fica e sai das suas rodas e gira na Roda. Nos permite girar com ele, mesmo nós sem rodas e ele rodando com suas pernas moles.

Dentre possíveis estranhezas entre afetividade, dependência e deficiência, destacamos na próxima foto os diferentes semblantes do professor e do deficiente: o professor que nunca sorri estava rindo, e o deficiente que sempre está abaixo dos olhos, em sua cadeira, agora se encontra num nível acima, demonstrando que “Ficamos um pouco estranhos a nós mesmos nos encontros com os outros” (DESPRET, 2011b, p. 39). O contato com o outro provoca estranhamentos e transformações naquilo que consideramos como nosso usual, principalmente quando nos colocamos frente a algo fora de nossas redes habituais de percepção. Quanto menos expostos ao estranho, mais sujeitos estaremos a não o considerar como possibilidade, como parte da paisagem dissociada daquilo que nos é comum.

A escritura após a foto se refere ao despertar de afetos na Roda quando o professor tira este cadeirante da cadeira e joga capoeira com ele. Todos viram para olhar, todos vibram para jogar. Num empoderamento coletivo sem precedentes, os participantes saem chocados deste ritual. Alguns revitalizados, outros mais capacitados a se movimentar e a apoiar os movimentos alheios que estavam emperrados por algum motivo. Outros em choque, por meio de choro imprimem seu desespero. Com pernas ou sem, com rodas ou sem, a força nem sempre vem... E o deficiente ginga, ele dança, ele

geme, ele oscila seu pescoço e pode nos afetar. Ave circulando no terreiro, verdadeira galinha d'Angola cheia de bolinhas pelo corpo... Bolinhas ou rodinhas? Porque a galinha também sabe fazer roda, também circula por ela, gingando com seu magnético e exótico pescoço oscilante, num vaivém, arredondadas. A ave d'Angola anda fazendo roda, tem rodas pelo corpo em suas penas de bolinhas e nem sabe que seu nome é, também, um tipo de Capoeira.

Figura 9 – Professor Couro e Clayton, com gravura ao fundo de capoeirista tradicional.



Fonte: Centro da Juventude, Vale do Ribeira, São Paulo, 2017.

Relato da Série Própria 5 – Caracol na Capoeira

“Sem vergonha nenhuma o professor tira o rapaz da cadeira de rodas e junto com ele saímos todos bem juntos de nossas cadeiras inúteis e de nossas vergonhas sobre rodas e, sem perceber, interferimos num tabu milenar e na ordem de todo um sistema que deixa a gente sentado. O professor pega aquele humano caracol e coloca esticado, ereto, cheio de uma firmeza muscular que não é dele, todo mundo sabe e pensa, e daí que não é dele? É emprestada; não há nada de ilegal em emprestar o que está sobrando na gente. E o professor empresta tão bem emprestadinho que logo o rapaz se enche de uma energia nova. O rosto se transforma. Ele sabe que pode também. Devir-caracol-Capoeira.

A mulher do professor filma tudo. Chora junto. Tira fotos. Choro muito. Batemos palmas, todo mundo vibra. O rapaz caracol geme do esforço. Solta grunhidos de alegria, olha a gente, concentrado. Quem não quer um pouco de corpo emprestado pra ver se cabe melhor nesse mundo? Se desenrolar, sair de sua própria moleza, se esticar em suaimpotência e alcançar lugares antes tão impossíveis com o apoio de uma força secreta que vem por detrás?

Ora, se a cobra consegue subir no pezinho de limão, vamos lá. Cada um na sua moleza, encolhendo e esticando. Ginga! Grita o professor. E abre essa boca pra cantar... Exige, falando sem som, numa moda de ventríloquo, olhar forte convocando todos, para não atrapalhar o ritmo da música, pra não deixar de contribuir com um pouco de seu, na música.

E eis que aí eu me escondo. Me encolho na casca. Dá medo ouvir minha própria voz mostrando toda a minha estranheza. Mostrar que por dentro estou muito mais caracol, contorcida, distorcida, enlouquecida. Que inveja do Clayton que se entrega, ele vai e tenta e participa; o rapaz não é mole, parece mole, só que não. Precisa de muita firmeza para devir-caracol-Capoeira-cadeira de rodas.”

Às vezes fico só olhando de longe. Vou e volto para um lugar esquisito em que eu preferia não estar. A mulher do professor percebe e se aproxima de mansinho. Aquele jeito dela engraçado, sempre brincando, brigando e amando os filhos dela, os meus, os de todo mundo e a todo mundo. Ela é mãe nossa. Papo vai, papo vem, girando na roda de conversa que não fica mais tão redonda. Eu estico e encolho meu discurso. Choro mais um monte, ensaio um movimento atrapalhado e atrapalhando os outros. “Vem sempre, quando quiser Capoeira. E quando não quiser Capoeira, vem também.”

[Diário de Campo, Câmara Velha, Vale do Ribeira, junho de 2017]

Além de representar uma contrariedade à ideologia que supõe a adaptação de todos às imposições sociais e investe na fantasia de possibilidade total de controle do corpo pelo esforço e pela vontade individual, o corpo do deficiente em suas necessidades de cuidado pelo outro mostra o esquecimento desse corpo solitário. O corpo também representa a dependência vivida por todas as pessoas em diferentes momentos da vida, como uma condição humana, não restrita ao deficiente, mas para

eles imposta, e por eles, exposta. Assim, a busca da igualdade pela interdependência traz em si o reconhecimento da necessidade de cuidado e da importância do corpo em relação. O corpo deficiente ainda enfatiza que o contexto social atual causa lesões, mostrando, com suas dificuldades, que esse modo de funcionamento precisa ser alterado com urgência.

Sendo assim, “distribuir eficiência e deficiência invisibiliza aquilo que [...] é a capacidade que todo vivo tem de instituir normas locais e parciais que lhe permitam viver”(MORAES; ARENDT, 2011, p. 113). Desafiando as regras, derrubando conceitos, desacreditando de ideologias, o corpo deficiente se permite viver e necessita das conexões para manter-se vivo. E esse modo de vida é revolucionário. Talvez seja por esse desejo de vida e pelos esforços para mantê-la que o trabalho com pessoas deficientes é visto carinhosamente pela comunidade do Vale do Ribeira.

Como o acesso ao prédio não é facilitado, o grupo proporciona a presença efetiva de todos usando as próprias forças. E, além dos deficientes, pessoas de diversas condições físicas, financeiras e sociais são acolhidas de modo coletivo. Crianças, mulheres, idosos, negros, orientais, indígenas, populações em situação de rua, funcionários da prefeitura, portadores de transtornos mentais, cadeirantes, pessoas atingidas por deformidades, todos são convidados a participar de acordo com seus limites e são constantemente convidados a ultrapassarem tais limites.

Vendo os que não conseguem subir as escadas carregados no colo, um a um, os familiares e acompanhantes sentem-se literalmente compartilhando suas dificuldades, aliviados em suas cargas. Ou seja, a sensação de sair revigorado dos encontros é compartilhada com todos os que se aproximam, alcançando até os que não participam efetivamente da Roda de Capoeira. A resposta acaba se exprimindo na assiduidade dos deficientes e demais integrantes, no fato de a maioria dos familiares participarem ativamente durante todo o período das aulas apoiando a atividade e formando novos vínculos.

Obviamente, os atritos também fazem parte da rotina. O rompimento dos paradigmas é intenso, fazendo vibrar os afetos e oscilar as fronteiras. A Nação Cultural aumenta em quantidade de participantes e combate preconceitos seculares. Os atritos presentes e internos ao grupo, a dor sofrida pela maioria, as lutas para afirmar a existência ao colocar todo esse contingente humano geralmente desacolhido em novos tipos de relação afetiva nos mostra:

Os negros, mulatos, mestiços e, posteriormente, todos aqueles que, habitando os chamados “territórios dos pobres”, passam a ser classificados como diferentes, carentes, incapazes e potencialmente perigosos, os quais representam ameaças para as classes dominantes levando, portanto, a medidas de controle ou eliminação (MORAES e cols., 2014, p. 35).

Dessa maneira, ao ter um lugar que permite o movimento de pessoas vítimas de perseguição, marcamos uma nova construção, um território de saberes pela potência de vida. Essa vida se encontra “presente em todos os humanos” e funciona “expressando e produzindo novas subjetividades que resistem às tessituras opressoras, injustas, desiguais e excludentes do capitalismo, em um terreno de luta e negociações” (BICHARA, 2014, p. 42). Essas negociações pressupõem a existência de conflitos, em que a permanência do grupo em relação de afetos não é fácil, tampouco tranquila. É uma zona de atrito por ser uma zona de contato. As zonas de contato tornam possível o estabelecimento de relações; estas se iniciam, se modificam, se reformam, se extinguem. O grupo Nação Cultural é um território de vida e morte de afetos, numa intensidade de acolhimento que favorece a produção do novo.

O deficiente aparece no grupo de capoeira enquanto pessoa capaz de se relacionar, de despertar e de retribuir sentimentos, provocar conflitos, arriscando-se no enfrentamento de suas limitações. Saindo da postura passiva e de incapacidade, sentimentos mais potentes como o amor afloram, conforme o relato adiante.

Relato da Série Própria 14 – *Na Roda com o Moço Bonito*

Na roda foi um moço bonito. Ele não andava nem falava. Braços curtos, pernas tortas e pequenas. Mas o moço era grande. O moço não andava. E era bonito mesmo assim. Um perfume que meu Deus! Nunca tinha visto aquele moço bonito na roda.

Ele se contorcia. Quando parecia não ficar mais de pé, ele não caía. Impressionante desafio à força da gravidade. Parecia um boneco inflável, um João-nada-bobo que fazia seus golpes de Capoeira. Mestre da vida contorcionista. Contornado e contornando. Vivo, esguio, de pé. Sorridente. Eram onze irmãos e irmãs. Todas lindas, capoeiristas de cabelo muitíssimo comprido e boca grande de batom. Todos eram bonitos. Todos eram especiais. Elas, nos pulinhos de gatas, ele, no contorcionismo do impossível.

Ele participava da roda. Ganhava palmas, ganhava apoio. O professor nem precisava emprestar força, porque força ele já tinha de sobra. Nem de cadeira de rodas precisava. Nem de muletas precisava. Nem da gente ele precisava, mas tinha gentes de sobra rodeando em volta dele para saber de onde vinha tanta força.

O moço quis me dar tchau. Ele não andava nem falava. Mas expressava bem, expressava tudo de bom. Quis me beijar o rosto e ser beijado também. Ele percebeu que eu percebi que ele era bonito mesmo. Eu percebi que ele me achou bonita mesmo assim.

Nós nos percebemos e eu gostei. Bonitos, sim. Daquele jeito, meio sem jeito, mas com muitos jeitos, assim.

[Diário de Campo, Câmara Velha Municipal, abril de 2018]

Figura 10 – Roda de Samba após a Capoeira: pesquisadora de preto, dançando, em frente à pesquisadora está Edson, o “Moço Bonito”, abaixado, pois locomove-se de joelhos.



Fonte: Centro da Juventude, Vale do Ribeira, São Paulo, 2018.

Na figura 10 estamos em contato, moço bonito, eu, toda a Roda. Com essa circulação de energia, sentimos um clima de Apadrinhamento Afetivo, em que os corpos estão presentes, podem se tocar e trocar. As fronteiras criam certa porosidade. O Apadrinhamento Afetivo permite um tipo de encontro afetivo que surge borrando fronteiras entre classes econômicas, sociais, condições físicas, mentais, etnias, idades, identidades e gêneros. É um local onde o conflito pode aparecer e a alegria também tem permissão para se manifestar. Ver o grupo e sentir a vida que segue em múltiplas conexões afetivas, conseguindo se fazer presente em locais públicos e em contextos sociais diversificados, suportando os conflitos e contradições inerentes. O grupo de capoeira resiste e consegue aliados afetivos dentro da própria prefeitura. Para Bichara (2014, p. 44) “esse sujeito que resiste e empreende subjetividade e igualdade se constitui quando produz o espaço público”.

O diálogo é a grande novidade, pois ele acontece e favorece o contato entre instâncias historicamente antagônicas, mesclando-as. Absorvidos os antagonismos e valorizadas as diferenças, há a possibilidade de mistura alegre nos encontros, remetendo à questão da zona de contato:

A zona de contato se relaciona, assim, ao tempo no qual se dão as relações provisórias entre espécies, que podem ser sempre refeitos como em um jogo de desfazer e refazer onde vemos e sentimos o outro, onde olhamos o outro nos olhos, onde nos afetamos pelo corpo do outro em movimento, onde nos *tornamos com* (GALINDO; MILLIOLI, 2015, p. 126).

Na indiscutível necessidade de contato, nessa tessitura antiopressão, as relações se retomam inseridas num contexto de Apadrinhamento Afetivo comunitário funcionando como zona de contato. Os conflitos surgem e são trabalhados “a partir de diferentes processos de comunicação em que falamos diversas línguas” (BICHARA, 2014, p. 42). Isso consolida a ideia de Apadrinhamento Afetivo, na qual o afeto será aquela translinguagem que circula, amolece e ultrapassa quaisquer cristalizações, promovendo entendimentos, desentendimentos e contatos imprevisíveis.

Na figura 11, o professor carrega um dos deficientes no colo. É um momento sofrido e risonho, em que eles, novamente se confundem parecendo ser uma pessoa só. Carregar e ser carregado é uma rotina dentro do grupo, em vários momentos, em vários sentidos. A produção e o empréstimo de forças se atualizam e se multiplicam, renovando-se mutuamente.

Figura 11 – Anderson está de saída da aula de Capoeira, no colo do professor Couro.



Fonte: Centro da Juventude, Vale do Ribeira, São Paulo, 2018.

Os encontros de pertencimento, de acolhida e de apoio posicionam as pessoas participantes num território de importância, produzindo singularização. Não mais enfeitados, participam da potencialização da própria vida. De anônimos passam a fazer parte de escrituras, a produzirem suas próprias escrituras, a ser nomeados. Essa localização por nome e o reconhecimento social por meio do pertencimento faz com que “pelos encontros de convivência e de afeto entre as pessoas [...] se constituam como sujeitos pertencentes, capazes, importantes” (BICHARA, 2014, p. 157). Nos encontros as pessoas são capazes de afetar e de serem afetadas. Há o deslocamento da situação de anonimato que se expressa pela nomeação e pelo reconhecimento de um nome. Nomear simboliza o acontecimento do processo de singularização possibilitado pelo entorno, tornando um ser humano qualquer em uma pessoa específica.

Dentro de um sistema no qual o idioma estrutura a vida psíquica, ser mediado pela linguagem, pertencer às verbalizações, ser uma combinação de características identificáveis por uma palavra traduz a importância de ser nomeado, de entrar para o universo simbólico do tangível. Ser nomeado é existir. E possibilita o reconhecimento, o trânsito, a movimentação, a conexão do que há de mais interno e singular em um ser com o interior de outros seres. Afetivos, compartilham e se entendem dentro de uma linguagem comum.

Ser nomeado é permanecer vivo e visível. É ir além de caber em sua deficiência. O aleijado, a gorda, o bêbado, a louca são formas de tratamento generalizantes, provenientes de gente que se sente hierarquicamente superior, numa posição vertical de quem tem o próprio nome, mas uniformiza outros deixando-os sem nome e sem dignidade. Por isso, ganhar nome trata-se de um acontecimento; e o nome pode ser revolucionário na vida de gente desconsiderada.

E é a cada encontro em forma de roda que as zonas de contato afetivos e imprevisíveis se manifestam neste jogo de Capoeira. Dar visibilidade à perspectiva dos participantes da Nação Cultural explicita alguns funcionamentos de acessibilidade da Roda. Um deles é a necessidade que um corpo tem de se relacionar com outros corpos diversos porque, simplesmente, “O corpo humano precisa, para se conservar, de muitos outros corpos” (ESPINOSA, 2009, p. 183 apud BICHARA, 2014, p. 39). Esta relação possibilita a existência e potencializa a resistência diante de vários cenários.

2.2 APADRINHAMENTO AFETIVO INFORMAL

Consideramos como Apadrinhamento Afetivo Informal o tipo de apadrinhamento que difere do Apadrinhamento Afetivo Institucional por prescindir das formalidades e burocracias do poder judiciário para funcionar. Com suas regras próprias e suas particularidades definidas diretamente entre os envolvidos, usa como base e direcionamento principal a questão do afeto. O afeto define o tempo de convivência, as regras do cotidiano, os objetivos do contato, a continuidade, a finalização, o resgate da relação, os espaços a ocupar, dentre outros desdobramentos desenvolvidos de forma nem sempre positiva, mas múltipla e imprevisível.

Os acoplamentos informais são combinações de intimidade e justaposição corporal que possibilitam a existência e preservação de vidas, em especial aquelas desprezadas pelo sistema social vigente. No caso do relato a seguir sobre o Moleza, *problema social completo*, o jovem adulto, abandonado em seus direitos básicos,

encontrou na convivência afetiva da Roda de Capoeira uma via de existência consistente. O nome nos remete a algo que não é duro, não se firma. Talvez esse nome não seja tradicionalmente respeitável para uma pessoa comum. Mas há bastante força nesse nome que é dele. Na moleza e na fragilidade se expressam formas de resistência flexíveis, capazes de vários tipos de afirmação porque são mais dispostas a se adaptar e a se remodelar:

Diferente do aço, que tem firmeza e pode se jogar com força no mundo sem se quebrar, aquele que é frágil/cristal, em sua finitude, inventa novas formas de ser a cada novo encontro (BOTTONI; COSTA, 2018, p. 98).

Não estava mais à deriva, enclacrado numa classificação de incapacidade, de falta de potência; o Moleza poderia ser várias outras coisas além de mole e sem sentido. Sua firmeza, sua persistência, sua capacidade afetiva se mostraram como possibilidades de variação em seu viver: “Viver é diferir e não é senão a capacidade de variar” (MORAES; ARENDT, 2011, p. 113). E ele agora não estava obrigado a repetir ações de reiteração do seu nome, ele podia ser mais do que isso a partir do momento em que foi olhado, considerado, incorporado e nomeado.

Relato da Série Própria 13 – *Moleza*

Parecia que nada se passava naquele coco oco. Cabeça vazia, parecia... Pedinte na praça, na rodoviária, repetia a mesma frase sempre “Me dá cinquenta centavos?”

Foi enquadrado pelo judiciário que arquitetou para ele Conselho Tutelar, Psiquiatra, Psicóloga, benefício social, todo o aparato de guerra do sistema contra o que o sistema mesmo produz... E todo mundo falando em torno do moleque, pensando no moleque, trabalhando para o moleque e orientando a família do moleque...

Daí que a mãe sumiu... moleque sumiu... pai dele morreu... Moleque voltou. Com 18 anos, já não era mais um problema social tão comovente assim, ninguém se importou tanto com mais um ser da rua... Achei até estranho que um moleque tão feio, tão pedinte, se transformasse assim num moço-problema-social-tão-bonito. Alguma coisa embelezou ele. Lembrei que ele ficou uns tempos na Capoeira e torci para a Capoeira ter ficado uns tempos nele também. Ofereci de presente para o professor de Capoeira e a mulher esse brinde, que nem a Assistência Social quis.

Deram um tratamento para ele que meu olhar de psicóloga-branca-moralista censurou em pensamento. Ainda bem que a minha censura nem teve coragem de censurar de tão censurada que já estava pela sábia desrazão que nos acompanha.

A mulher do professor já logo arranhou um apelido de ficar nele, era o Moleza. Não gostei. Mas o nome dele era difícil mesmo de lembrar, daí o apelido pegou fácil e virou nome. O professor chamava o Moleza com um balde d'água nos dias que ele cismava

de não querer encarar o dia. Eu não achava isso politicamente correto. Com o professor, nem o Moleza tinha muita moleza.

Depois de tanto entorta e endireita, o professor arrumou um serviço pro Moleza. E fez promessa, sabendo da natureza do aprendiz, que se ele ficasse até quinta-feira no serviço ia ganhar uma homenagem na Roda. Daí que sem vontade e até meio sem graça o Moleza foi parando no tal serviço. Não circulou o suficiente para caracterizar abandono de empreita. Não parou o suficiente para considerar desrespeitoso com o patrão.

E no dia da Roda, combinado com o professor, já que professor quando combina não tem modo de descombinar de jeito algum, estava lá o Moleza, todo de branco, nem um pouco a fim de fazer nada. Fez uma coisinha ali, outra aqui, parou no drama, estava mais para assistir sentado. Saiu de banda, voltou de pé, na bronca com colo.

Na hora certa, mais pro final, que era para fazer o Moleza aprender a mesmo mole ter uma certa consistência de encarar o tempo e esperar a vida, o professor falou umas palavras. Não entendi nada. O professor fala rápido. O professor fala pouco. O professor quase não fala.

Por isso mesmo, o Moleza gostou. O pessoal bateu palma. Pro Moleza, pro professor. O professor dificilmente entra na roda, mas chamou o Moleza pra jogar com ele. Duas vezes bateu duro com o Moleza. O Moleza correspondeu. O Moleza jogou bem. Qualquer um não é desafiado pelo professor na Roda. O professor olhou pro Moleza, o desafiou.

A Capoeira fez mais um homem? No Moleza tinha Firmeza agora.

[Diário de Campo, Barracão da Capoeira, Bairro da Mutuca, Vale do Ribeira/SP, 2018]

Sua capacidade afetiva foi atestada pelo período de coabitação com a família do professor, cujo apadrinhamento ultrapassou a Roda de Capoeira. Mesmo quando essa coabitação não se mostrou mais viável, houve a continuidade do contato e do apoio mútuo. O vínculo entre eles possibilitou o genuíno interesse de Moleza em desejar saber mais sobre a família que o recebeu na moradia temporariamente. A família do professor se mostrou acolhedora ao manter-se disponível para ele, mesmo tempos depois de ele ter deixado a casa. Estar por conta própria não significava ficar sozinho e o contato entre eles mudou de natureza, mas não se perdeu a ligação afetiva.

A potência do Apadrinhamento Informal está em sua completa flexibilidade e variação. A única constante exigida é a presença de afeto entre os envolvidos, mas até esse afeto pode mudar em suas nuances, adaptando a relação. Com a plasticidade sendo sua principal característica, o Apadrinhamento Informal abarca acoplamentos intangíveis em outros formatos pré-determinados. Diante das agruras do Apadrinhamento Institucional, a organização e formalização do processo parece agir

complicando o que poderia ser realizado de modo mais simples. É indiscutível que antes da institucionalização do Apadrinhamento Afetivo ele já existia em seu funcionamento informal e, mesmo com sua regulamentação jurídica, ele ainda existe e persiste de modo bastante diversificado. Até mesmo dentro do Apadrinhamento Institucional, como já exemplificado pela história Racklaine (p. 54).

Pode ser que o Apadrinhamento Informal qualifique a alternativa mais humana; pois “Ser humano não [é] mais do que esse arranjo local [...] A subjetividade e o corpo são efeitos desses arranjos locais” (MORAES; ARENDT, 2011, p. 117, acréscimo nosso). Esses arranjos limitados, locais, temporários trabalham no sentido do reconhecimento da interdependência entre corpos e subjetividades, também característica da vida humana. Precisarmos uns dos outros refuta o isolamento e o individualismo fomentados pelos arranjos capitalísticos.

A interdependência fortalece os corpos coletivos em ações de cuidado e os organiza subjetivamente para agir contra as estratégias que impedem os acoplamentos e as recombinações. É o dar-se a conhecer o outro, permitindo trocas de acordo com as particularidades dos envolvidos e das possibilidades dos territórios. Os processos de vida desconsiderados se tornam viáveis numa lógica onde a preservação se sobrepõe à normalização do outro. No caso, a normalização remete ao conceito de normalidade e é assumida aqui “como um valor calcado em ideais do sujeito produtivo para o capitalismo”, sendo “um tema de crítica constante” (DINIZ, 2007, p. 36).

O capitalismo precisa da norma por ser um sistema de funcionamento social onde o acúmulo de lucro, a quantificação e a monetarização são valores generalizados e se sobrepõe, inclusive, em relação à manutenção da vida. Deseja-se conhecer o outro em sua variação para produzir lucros com suas novidades, mas não se permite variar no conjunto. Extrapolando o conceito de normalidade para o de diversidade, percebemos que a diversidade oferece risco às operações capitalísticas, pois ela trabalha com o conceito de novo, de criação e de mudança; já o capitalismo, enquanto sistema econômico e social, por mais perigoso que seja à vida no planeta, está suficientemente alastrado, arraigado e se pretende imutável e universal. Nega a dor, o sofrimento, a morte.

Para isso, promove a norma, como regras, características e costumes para definir quem será beneficiado e quem será preterido, dentro de uma estrutura de medos, isolamentos e embotamentos das trocas afetivas, preteridas e/ou capturadas em torno

das trocas monetárias. Dessa forma, o sistema age para que nada se produza além da sua própria repetição.

Conhecer o outro em sua diferença é uma experiência basicamente anticapitalística. Afinal de contas, conhecer algo trata-se de um processo parcial, dependente de condições no qual não se pode universalizar as regras de um contato a outro contato. Haraway (2009) convida aos acoplamentos irregulares, humanos e não humanos, em que a forma dos ciborgues instiga a tomar partido acerca das boas misturas.

As formas dotadas de contraditoriedade, imprevisíveis, como suas materialidades e socialidades constituem o Apadrinhamento Afetivo nas ações de contato entre os corpos. Essa conectividade dos afetos forma e deforma os corpos, altera suas propriedades, entrando num campo de variância que nos impede de considerar o corpo e o afeto como algo constante. Sendo assim, faz sentido pensar que “Trata-se de tomar o corpo não como objeto dado, mas como algo que é feito, tecido, através de conexões” (MORAES; ARENDT, 2011, p. 114).

Os acoplamentos múltiplos, imprevisíveis e adaptáveis às circunstâncias fazem do Apadrinhamento Informal uma expressão notável do Apadrinhamento Afetivo, pois oferece possibilidade de interação social e validação subjetiva bastante funcionais. O Apadrinhamento Informal é pautado nos corpos em conexões, baseadas prioritariamente no âmbito das possibilidades localizadas e atualizadas de conexão afetiva. E os afetos em suas conexões, com suas flexibilidades e contornos podem ser promovidos e interrompidos.

2.3 AFETO POR ESPINOZA, DELEUZE E GUATTARI

Mas o que entendemos por afetos? O que são os afetos? Qual o papel dos afetos na vida humana? E para os não-humanos há atravessamento de afetos? Por que afetos são vorazmente negados no ambiente acadêmico? Qual a relação entre afeto e agrupamentos? Por que o capitalismo usa e ataca os afetos e os grupelhos, impedindo os acoplamentos imprevisíveis? Como o sistema de trocas capitalísticas opera com os afetos? Qual a ligação entre o afeto e a vida?

O afeto é inerente à condição do que é vivo e, portanto, parte inexorável do corpo e de sua vontade de viver, agir, encontrar, conhecer, cuidar, crescer, transformar. O afeto não é bom ou ruim, ele simplesmente “é”. Ele funciona sendo aquilo que nos

atravessa e nos une, indo, justamente na contramão das limitações humanas e do individualismo. Ele nos ultrapassa, nos marca, nos torna seres vivos dentro de um todo. A capacidade de afetar e ser afetado é inerente ao que existe, por isso mesmo, não se restringe ao ser vivo, pode se encarnar aos objetos favorecendo acoplamentos inimagináveis entre vivos e não vivos. Os eventos e encontros disparadores de afetos podem ocorrer de modo favorável ou não. Ou seja, o afeto é disparado pelos encontros, ele é criativo e nos renova com sua força, porém tais encontros são tão variados que podem, inclusive, ser destrutivos, aniquiladores.

Esse conhecimento acerca do mundo por meio do afeto abarca a vida animal, vegetal, mineral, as máquinas, próteses, cadeiras de rodas, muletas, aparelhos em geral demais elementos passíveis de encontros, sejam eles mortais, explosivos, criativos, construtivos, com acoplamentos renovadores. O professor Ricardo Pimentel (2020) cita os deficientes e suas cadeiras de rodas como *espécies companheiras*, em sua interdependência. Até a produção formal de conhecimento entra na questão dos encontros de afetos, pois expressar-se pelas pesquisas científicas não exime o(a) pesquisador(a) das afetações povoando seu corpo em constante relação com o território. Por vezes adaptando-se às normas, noutras fazendo ultrapassagens de limites e protocolos, rompendo com os individualismos em busca de coalisões, entrando em colisões, destruindo a si mesmo, abandonando normas da pesquisa... Há um entrelaçamento inexorável permeando o movimento dos afetos.

Os afetos tem sido mais discutidos pelas Ciências Humanas nas últimas décadas (DELEUZE, 1988a; 1992; FAVRET-SAADA, 2005; GRECO; DESPRET, 2001; GUATTARI, 1985; 2013; 2019; PUSSETTI, 2015; STENNER, 2008) apesar das falhas visíveis no manejo das questões, das dificuldades da formação dos grupelhos diante da subjetividade capitalística, da atuação micropolítica desarticulada dos coletivos apartados pelo individualismo. Partindo dessa tendência, delimitamos o recorte, a seguir, acerca da questão do Afeto; primeiramente, segundo Espinoza sob a leitura da parceria entre Deleuze e Guattari, e, posteriormente, fazendo contrapontos com a nossa própria percepção sobre os afetos envolvendo o Apadrinhamento Afetivo.

Encontramos a separação bem delimitada entre emoção e afeto nas obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Mais inspirado por Espinoza (2009), Deleuze define a fronteira estabelecida entre os dois termos e inside na diferença que se dá entre emoção e afeto. A emoção é entendida como vivência biográfica, individual, restrita; e os afetos,

geralmente no plural, são localizados enquanto desejos coletivos, circulantes e irrestritos (DELEUZE, 1981).

Para Guattari, os afetos também não são emoções e não devem ser confundidos com a questão da afetividade. Neste autor, os afetos são acontecimentos vitais de ligação, força desejante e política, possibilitando a manutenção da vida como um todo (GUATTARI, 1987). Já na parceria, Deleuze e Guattari, a dupla entende os afetos envolvidos na duração dos encontros, despertando potência ou as reduzindo, despertando emoções variadas, mas não se reduzindo a elas.

Nesses estados transitivos cuja duração dos encontros é variável, o fronteirismo entre o individualismo e o coletivo se dissolve, “Pois o afecto não é um sentimento pessoal, tampouco uma característica, ele é a efetuação de uma potência de matilha, que subleva e faz vacilar o eu” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.17). A noção de *matilha que faz vacilar o eu* pode ser encarada como uma pulsação política dos afetos em relação formando os grupelhos. Esse pulsar se dá apenas nas interações, não sendo algo isolado. E também não é algo estático e eterno; o afeto possui uma duração, uma temporalidade, uma necessidade de acesso para formação de sua conectividade.

O afeto, portanto, pode ser entendido aqui como a variação contínua da força de existir, na medida em que essa variação é determinada pelos encontros que ela(e) tem ao longo do tempo e pelas ideias que nesses encontros se produzem. De acordo com essa interpretação de Deleuze e Guattari, as emoções seriam menos elaboradas, um aspecto dentre muitos que conjugam a vivência complexa provocada pela passagem dos afetos. Percebe-se que a atenção aos afetos é marcante, pois eles funcionam como definidores da potência de ação de uma vida, e atuam em seus acoplamentos múltiplos, em sua manutenção e até em sua destruição.

Ao considerarmos o ser humano enquanto composição afetiva, cada um torna-se conjunto de composições específicas, singulares, dissolvidos num todo pulsátil. Dessa maneira, podem ser percebidas as distinções de potência que definem a especificidade de um corpo; isto vale tanto para diferentes corpos, como para cada estado vivido pelo mesmo corpo tomado em momentos variados, atuando noutros tempos e espaços. A afetação é, portanto, uma mistura, referindo-se aos corpos humanos e não humanos e implica, também, na presença próxima destes corpos. Essa especificidade de relação

entre os corpos, os tipos de acessos e conexões estabelecidos por meio dessas aproximações de afeto também é chamada de singularidade.

A singularidade é produzida pelos processos de singularização; são eles que definem o modo de percepção humana. Partindo da concepção de corpo em formação no âmbito dos encontros, Deleuze (1981) destaca outro olhar baseado em Espinosa:

Cada leitor de Espinosa sabe que os corpos e as almas não são para ele substâncias e nem sujeitos, mas modos (...) é um poder de afetar e ser afetado, do corpo e do pensamento. Concretamente, se definimos os corpos e os pensamentos como poderes de afetar e de ser afetado, muitas coisas mudam. Definiremos um animal ou um homem não pela sua forma, seus órgãos e suas funções, e tampouco como um sujeito: nós o definiremos pelos afectos de que é capaz (DELEUZE, 1981, p. 166).

Para Espinosa (2009), temos a potência de afetar e sermos afetados. A alegria, por exemplo, é o aumento da potência de vida. Já o amor é entendido pelo autor como a alegria atribuída a uma causa externa, dando sentido à existência e aumentando a capacidade de se conectar e de agir. Já a tristeza, ou ausência de alegria, é caracterizada pela diminuição da potência de vida, com o concomitante empobrecimento das relações, ações e conexões. Nessa perspectiva, o afeto é um poder que ultrapassa a materialidade dos corpos, engendrando capacidades inusitadas.

Isso funciona fazendo da produção de singularidade um movimento potente e imprevisível, despertado por meio dos encontros ativadores entre os corpos. Portanto, sem os corpos, não haveria afeto, tampouco singularidade. Mesmo as características específicas de cada ser humano provêm da interação. Sem interagir não é possível afetar e ser afetado e estabelecer as relações de interdependência. As vivências se esvaziam quando se barram os acessos às interações entre os corpos e o processo de percepção se torna protocolar, repetitivo, menos potente. Nessa uniformização de percepções, ou institucionalização de necessidades, fica-se muito aquém dos encontros ativadores de afetos.

A escrita a seguir relata que além de indestrutível, o afeto é transgressor e transversalizador por excelência. Vejamos uma experiência que combina com o devir animal, a potência de matilha, mostrando o processo da transmutação de todos os participantes da Nação Cultural.

Relato em realismo fantástico 6 – *Macacos*

E eis que após uma sequência aparentemente sem lógica nenhuma de exercícios, o professor emenda todos os movimentos com a cola dele e intima – a todos nós – seguir e “fazer também”. Ele pedia para fazer com ele e a gente entendia que era para fazer como ele, e repetir e copiar. E ninguém ousava imitar o professor assim, um por um, ou dois por dois, com todo o resto do grupo olhando.

O professor fazia de novo a tal sequência. Era esquisito. Era engraçado. E não era para copiar. Era para fazer com ele. Empolgado na coreografia, ele era “outra coisa” que chamava a “outra coisa” da gente para jogar ali com ele.

Captando nosso alheamento, o professor, que é de poucas palavras, se abaixa e, antes de começar o movimento de novo, falou: “Um macaco, olhando para outro macaco. Assim, ó...” E fez de novo.

Suspiro aliviado. Risos. “Ahh, macaco!!!” - tudo ficou claro e tudo ficou alegre. Tudo também ficou fácil, simples, de um jeito que até eu, com meia perna participei com meu macaco inteiro.

Cada qual abrindo a porta para o seu bicho entrar e tomando muito cuidado ao sair para depois não fechar tanto ou rápido demais e acabar prendendo o rabo de alguém.

[Diário de Campo, Centro da Juventude, Vale do Ribeira/SP, setembro de 2018]

A capacidade corporal de criar do professor nos assusta e por vezes nos afasta de seu corpo vibrátil. No entanto, essa produção de movimentos, onde o corpo deriva e pode se tornar qualquer coisa, nos faz ter vontade de derivar também, de vir a ser, em devir. Acreditando na potência de cada um para compor e, em conexão sensível se faz a coreografia. Todos os macacos contam, se olham e se tocam. Todos participam cuidando dos próprios limites e dos limites do outro dentro deste ambiente acessível. O corpo já não é mais um local privado para uma dor solitária e sem solução:

esse corpo privado, solitário, que padece, é o corpo capturado pelo Estado, que dele retira a condição de direito, de coletividade e de público como próprio do sujeito, rico ou pobre (BICHARA, 2014, p. 51).

A construção da subjetividade impelida pela emergência de um ideal solitário, que padece positivista e desencarnado com seu sujeito *independente* dos encontros dos corpos e *desapegado dos afetos* contribuiu para o fortalecimento do binarismo, do individualismo destrutivo, impedindo a produção articulada em coletivos. Isso barra as conexões afetivas e compele o coletivo a se portar com indiferença diante do aniquilamento do outro. As questões como rejeição, deficiência, dependência, violência,

alienação esbarram com os corpos que pouco afetam e são afetados, talvez por serem afastados, colocados em segundo plano ou até mesmo invisibilizados.

“Será que, diante da conjuntura social atual, os indivíduos estão mesmo perdendo algo importante sem perceber? Será que, analisando a *rotina* [...] poderemos entender uma parte desse complexo processo de expropriação?” (SILVA, 2008, p. 76). Podemos atualizar os questionamentos com essa pergunta: O que constrange o nosso corpo a se afetar? A *rotina*, no trecho destacado, pode ser entendida como as circunstâncias. Para Deleuze (2001, p. 116) “as circunstâncias [...] são, exatamente, as variáveis que definem nossas paixões, nossos interesses”. Podemos considerar as circunstâncias como rotinas produtoras de caminhos de interesses onde os corpos são compelidos a transitar.

Sabemos da intensidade da relação entre o capitalismo, o saber e o poder. Além de Deleuze e Guattari, Michel Foucault nos traz claramente tais relações e seus efeitos na história do mundo. Todos esses conceitos controlam as rotinas e limitam drasticamente o tempo de convivência das pessoas, conduzindo-as a se aproximarem mais no intuito de cumprir obrigações e produzir lucro. Partindo do pressuposto de na atualidade existirem constantes tentativas de expropriação dos corpos, dos territórios, do tempo, dos encontros e de seus afetos, os seres atuantes poderão reagir a esses constantes ataques, por meio dos grupelhos.

Isto é, por meio das organizações coletivas se promovem relações de potência, nas quais incluímos o Apadrinhamento Afetivo. Aqui não entendemos como organizações coletivas somente os sindicatos e associações de moradores, por exemplo, embora sejam de valioso interesse público. Pensamos em organizações comunitárias no sentido da apreciação dos encontros, da potencialização dos corpos, da valorização dos saberes locais e da vivência não padronizada do tempo, sem precisar necessariamente ter uma sede definida e um estatuto.

Sendo assim, o vínculo afetivo, a espera por conexão é gerenciada pela órbita do capitalismo, já que este tem atravessado e dominado a maior parte das instâncias. Isso mostra que a Sociedade de Controle se organiza e prende seus habitantes, precocemente, de dentro para fora. Ao respirar nas circunstâncias rotineiras os vapores da opressão, os corpos deixam de exercitar grande parte da potência de seus afetos no cotidiano. Não só na convivência familiar a precarização afetiva pode ser coercitiva, trata-se de um

fenômeno geral, empobrecendo os encontros dos corpos. Tais conexões previsíveis e baseadas em sistemas de troca do capitalismo precarizam as relações e impossibilitam ativar novas soluções para os antigos problemas; como elas pouco acontecem, os mesmos problemas persistem. As questões de hierarquia, dominação, desigualdade, injustiça continuam na pauta das discussões, porém, parecem não entrar, com intensidade similar, na pauta das ações.

Na gestão dos afetos, o sistema de troca capitalístico criticado em páginas anteriores, estaria presente também. As trocas existem. No caso do Apadrinhamento Afetivo promovido pela Nação Cultural, as viagens, a visibilidade nas apresentações, os presentes, a alimentação, as roupas, a premissa de ajudar ao próximo por caridade e ganhar notoriedade na política municipal perspassa as relações. O Apadrinhamento Afetivo, especialmente o informal, reserva algo de mais fluido no que diz respeito à essa troca capitalística, mas ainda assim ela estará presente de alguma maneira.⁶

Os fluxos do capitalismo entram em contato com os fluxos afetivos, cafetinando-os. Tal termo foi trabalhado por Suely Rolnik (2018) para mostrar que os afetos podem se desviar e escapar das capturas, mas são constantemente conduzidos às armadilhas da exploração e dos abusos. Há um trabalho ideológico complexo e reiterado para captura dos corpos e manutenção dos mesmos a serviço da destrutiva subjetividade capitalística. A autora entende se tratar de uma patologia histórica do inconsciente, chamando-a de “subjetividade colonial-capitalística” (ROLNIK, 2018, p. 14). Essa patologia é ativada por meio de micropolíticas reativas, para as quais as estratégias micropolíticas ativas obtém melhores resultados.

Tendo em vista que não dá para sair da subjetividade capitalística, é possível se infiltrar e, discretamente, corroer o esquema de dentro para fora, sendo micropoliticamente ativos. Nisso, os autores Deleuze e Guattari, assim como Suely Rolnik nos alertam sobre as grandes possibilidades de efetividade para a literatura *menor*, para a *micropolítica* ativa e não reativa. O micro é capaz de, em seus detalhes e em sua pequenez, fazer parte do sistema, compondo com ele para então destruí-lo. E essa potência afetiva do corpo talvez seja a *carta na manga* num jogo repleto de estratégias de aniquilação, competitividade, repetição, morte e guerras, por vezes, silenciosas e pouco visíveis.

⁶ Discussão promovida pela profa. Maristela Moraes no momento da defesa da tese, acrescentada no material após a revisão final.

O corpo interrompe fórmulas, desafia probabilidades. Os corpos se afetam, potencializam os encontros e fortalecem os coletivos com sua presença em relação, afetando-se mutuamente. Assim, as micropolíticas reativas atuam sobre os corpos de forma a justificar os constantes embates acerca da ilegitimidade da potência afetiva deles, embarreirando e conduzindo sua vivência afetiva, sempre deslocada para processos identitários empobrecedores e colocadas como assunto menor ou como tabu.

A histórica dicotomia que assombrou as ciências humanas com o positivismo defendendo as racionalizações, neutralidades e objetividades, mantém seus traços por meio de posicionamentos prioritariamente macropolíticos. Há, ainda, uma primazia do método de pesquisa desencarnado, mercadológico, enrijecido, de vocabulário rebuscado e no masculino, alheio às realidades e às circunstâncias vivenciadas pelas pessoas. A consequência disso é produzir e/ou manter a verticalidade das hierarquias acadêmicas, mais atentas às demandas capitalistas das agências de fomento do que à situação em seu entorno. A articulação micropolítica é negligenciada sem transversalizarmos as relações. Passamos, assim, do intuito da criação, ao âmbito da reprodução, cujo objetivo é ser repetitivo e estereotipado ao ponto de manter “uma monocultura narrativa – nortecêntrica, masculinista” (OLIVEIRA e cols., 2019, p. 179).

No caso do Apadrinhamento Afetivo Institucional, quando as regras do programa se sobrepõem à criação proveniente do movimento afetivo entre os envolvidos, a meta de Apadrinhamento Afetivo está fatalmente comprometida. Daí surge o confronto entre os tipos de apadrinhamentos: o institucional, com seus parâmetros rígidos e formais, tentando proteger, acompanhar e se fazer seguro; com o informal, mais desorganizado, flexível e complexo. Este último, às vezes vai na contramão da versão institucional e mostra-se, então, com seus desenhos imprevisíveis. Aparece sua capacidade ampliada de acompanhar o desenrolar dos afetos entre os envolvidos, em detrimento de outras instâncias ou demandas institucionais. Isso faz dele mais acessível e menos controlável.

Essa relação dos afetos define a conectividade, e esta pode ser entendida como parte integrante do Apadrinhamento Afetivo Informal existente na Roda de Capoeira em seus processos de incorporação. A afetação dos corpos em conexão nos coloca diante da interdependência ou dependência, consideradas como condição estruturante das relações humanas. A composição do grupelho se apresenta como uma construção de afetos, reconhecendo a importância dos mesmos tanto para proporcionar agrupamentos, cisões,

como choques, devastações, reconstruções. Dependemos uns dos outros para nos afetar, afetamos e sentimos quem somos por meio das relações estabelecidas, das circunstâncias disponibilizadas, da potência de afetação de nossos corpos diante de outros corpos, humanos e não humanos.

Estar no mundo reclama os direitos básicos à sobrevivência, onde o cuidado e a dependência necessitam de legitimação, constituindo uma pauta política fundamental. O olhar que reconhece o valor político da dependência, do cuidado e da preservação da vida é um olhar ético que ultrapassa as instâncias privilegiadas pelo sistema capitalista. Os aspectos de produtividade, normalização, adequação e adaptação saem do escopo ético-afetivo. Segundo Lara e Domingues (2013, p. 103, *tradução nossa*): “o afeto tem uma singularidade que cria seu próprio circuito” tornando-o uma instância de difícil captura e homogeneização. “O Giro Afetivo” é uma obra de revisão sistemática que nos mostra como essa nova prioridade sobre os afetos foi construída também academicamente, avançando a forma de produção de conhecimento e refletindo a quais objetivos ela eventualmente se dedica no campo social (LARA; DOMINGUEZ, 2013).

Para Diniz (2007, p. 68) “a dependência é algo inescapável à história de vida de todas as pessoas” não sendo possível acreditar numa existência isenta de algum tipo de contato, de ligação, de cuidados. Somos, portanto, passíveis de dependência, da afetação de outrem. Na esfera de cuidados, a autora também afirma que um projeto de justiça social deve contemplar a questão da dependência do cuidado, considerando “a centralidade da dependência nas relações humanas” bem como “o reconhecimento da vulnerabilidade das relações de dependência” (DINIZ, 2007, p. 70). Como exemplo, cita o cuidado materno às crianças, o apoio aos deficientes e idosos, ações indispensáveis à sobrevivência não só desses indivíduos, mas de um comprometimento ético entre a espécie como um todo (DINIZ, 2007).

2.4 CIBORGUES EM CONEXÃO E TEORIA CRIP

Donna Haraway (2009) propõe em seu ensaio “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo” o uso do ciborgue como figura mítica, como um emblema dos novos tempos. O ciborgue seria uma criatura cibernética, mistura de organismo e máquina, sociável e fictício, “um tipo de Eu - pessoal e coletivo – pós-moderno, um Eu desmontado e remontado” (HARAWAY, 2009, p. 64). Esse mito revolucionou muitas

produções porque cartografa o corpo social atual e permite, por meio da ficção, experimentar os novos acoplamentos.

Para a autora, a contemporaneidade revela que “nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes” (HARAWAY, 2009, p. 42) tornando necessário usar a insígnia desses “novos híbridos”, para quem sabe, nos fazer acordar. Esses seres seriam capazes de nos despertar para a ativação das realidades que desejamos, pois, ao confundirem as fronteiras entre organismo e tecnologia, abririam perspectivas inusitadas. Isso remete à Roda de Capoeira do grupo Nação Cultural, com seu funcionamento mesclado e aberto que possibilitou combinações imprevisíveis no âmbito da deficiência.

O contato com a diversidade dilui o medo das misturas, pois

uma visão única produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que a visão de um monstro de múltiplas cabeças (...) um mundo de ciborgues pode significar realidades sociais e corporais vividas, nas quais as pessoas não tenham sua estreita afinidade com animais e máquinas, que não tenham identidades permanentemente parciais e posições contraditórias (HARAWAY, 2009, p. 46).

Considerando que uma visão única é aquela visão hegemônica excludente - que faz estragos nas formações dos coletivos e difunde o extermínio da diferença - ao parar de sentir medo e colocar a mão no mostro, ao olhar por meio dele, ao conviver com a diversidade de suas formas e de seus inventos, pode-se criar afinidades. Assim, é a conexão com o diferente adicionada à capacidade de escolha ampliada e responsável pela formação de novas parentelas, de aproximações afetivas que não impliquem em obrigatoriedades de coincidência genética ou do sobrenome.

Neste caso, o Apadrinhamento Afetivo, a Adoção, a interação com o deficiente, o uso das próteses e máquinas para aquisição de capacidades, a finalização da opressão das mulheres, o reconhecimento dos direitos dos animais e da natureza em geral, entrariam como componentes possíveis de uma realidade a ser criada por seres capazes de se conectar e hibridizar-se. A fluidez dessas relações intensifica a afetividade por excluir os vínculos obrigatórios e perpétuos, as obrigações documentais. Nas conexões por afinidade, a mescla age conferindo às ligações a opção de reinícios, finalizações e mudanças, facilitando as novas combinações.

Para Tadeu (2009, p. 12), o hibridismo homem-máquina possibilitou o nascimento do ciborgue, que seria “essa criatura pós-humana”. Diante de retrocessos políticos em larga escala, Haraway propõe que “as unidades ciborguianas são monstruosas e ilegítimas; em nossas presentes circunstâncias políticas, dificilmente

podemos esperar ter mitos mais potentes de resistência e reacoplamento” (HARAWAY, 2009, p. 46); trata-se de um devir revolucionário dessa era pós-humana.

De acordo com o pós-humanismo (BRAIDOTTI, 2015), contamos com o desmonte do sujeito como subproduto do fracasso da subjetividade, sendo esta um conceito já ultrapassado. Assim como o sujeito, “A subjetividade humana é, hoje, mais do que nunca, uma construção em ruínas [...] o sujeito vaza por todos os lados” (TADEU, 2009, p. 09). A partir daí, não é possível confiar em racionalizações envolvendo esses conceitos. Os estudos pós-colonialistas também acrescentam o envolvimento das tramas entre poder, desejo, raça, gênero e sexualidade na construção da definição de sujeito e subjetividade. Isso coloca não só o sujeito e a subjetividade sob suspeita, como todo o arcabouço de conhecimento neles baseada.

Não se reconhecendo mais a validade desses conceitos, propõem-se novos modos de se enxergar o mundo, não centralizando o humano nas discussões. O pós-humano seria então a ultrapassagem do antropocentrismo; o ser humano agora seria considerando como o ser mesclado, sempre somado a mais alguma coisa. Essa mestiçagem demove as restrições e amplia as possibilidades de contatos. As fronteiras precisam ser tocadas, enfrentadas, fluidificadas. Todavia, não se pode perder de vista a atuação da subjetividade no surgimento dessas cercas elétricas, com suas divisões, classificações e eliminações porque “a luta das fronteiras ainda é nossa realidade” (ANZALDÚA, 2009, p. 316).

Num golpe certo de movimentos integrativos para corrosão das fronteiras, os embates interiores podem chegar ao ponto de “Eu não vou mais sentir vergonha de existir”, mas, enquanto isso não ocorrer, “teremos que fazer a luta” mostrando a necessidade de afirmar o direito de todos à vida (ANZALDÚA, 2009, p. 316, tradução nossa). Essa afirmação do direito à existência reverbera, principalmente, nos corpos abjetos, desobedientes, monstruosos.

A “falta de vergonha de existir” levou grupelhos a usar, com orgulho, o termo *cripple* para se autodefinir. Em inglês *cripple* significa *aleijado* e nos remete à deficiência física de forma que pode ser considerada ofensiva. Contudo, posteriormente, surgiu a simplificação do termo - *crip* - para designar qualquer tipo de deficiência, mantendo um tom mais irreverente, até mesmo debochado, mas numa proposta política afirmando aí um estado de diferença corporal.

A teoria Crip, proposta pelo professor de linguística, Roger MacRuer (2006), pretende, como o termo *cripple* reduzido, abarcar todas as deficiências; não no intuito

de ofender, obviamente, mas de estabelecer a forma *crip* como um termo de resistência. Parafraseando a semântica da teoria Queer, a teoria Crip usa como emblema de representatividade o termo que inicialmente serviu para diferenciar, dividir, segregar e produzir sofrimentos. A teoria Crip pretende valer-se da ferramenta do inimigo para se fortalecer na batalha. Enquanto conceito e como método de diferenciação, o ataque se dá ao reunir o corpo social para refletir em torno de um termo identificado como expressão desse ódio pelo singular.

Entendendo como os corpos e as deficiências se materializam, em diversas culturas, MacRuer (2006) intenciona aproximar-se da deficiência em suas formas de resistência às iniciativas constantes de padronização. A visão única é permutada pela *visão múltipla do monstro de várias cabeças* de Haraway (2009), capaz de assustar e encantar ao mesmo tempo, ao desvendar outras possibilidades dentro de um mesmo território.

Difundindo a ideia fixa de que ter um corpo capaz significa não possuir deficiência, a capacidade é colocada na posição diametralmente oposta à da deficiência. Nesse caso, a conjunção *ou* reflete o pensamento binarista: *ou* você é deficiente, *ou* você é capaz. Leia-se “capacidade” segundo o parâmetro superficial de “corpo funcional *ao trabalho*”; entenda-se “trabalho” como o modo capitalista de exploração da mão-de-obra. A questão da corponormatividade – corpo capaz e normal - aparece como meio de alienação, definindo critérios rígidos para um corpo dito funcional. Então, exibindo sua forma corporal diversa, um dos participantes desafia a corponormatividade e se mantém no grupo; o professor reconhece e premia sua capacidade. Além da visível persistência, todos percebem a possibilidade de novos critérios para se ter uma atuação premiada.

Relato da Série Própria 15 – *O Formigão*

O Formigão era esquisito. O Formigão era engraçado. Podia ficar horas olhando e examinando o Formigão em suas improbabilidades. Conversar com o Formigão era um desafio divertido, um adivinhar charadas. Era bom de falar com o Formigão, sem entender nada. Era uma delícia a alegria da turma, todo mundo criança, todo mundo contente, rindo e tentando adivinhar as coisas que aquele formato de vida podia fazer ao ganhar a corda azul marinho.

Uma das moças bonitas sarrou ele, bem de pertinho e disse “como alguém podia ser graduado que não conseguia amarrar a corda no próprio corpo sozinho”, enquanto outra moça bonita ajudava ele e ria também bastante, bem junto com ele.

Ninguém pareceu se ofender e rindo muito percebemos que ele podia ser muitas coisas junto com a gente e quem sabe a gente podia ser tão improvável como ele.

E ele foi homenageado. O Formigão ganhou a corda azul de capoeirista graduado. Aluno graduado era um quase professor, quase mestre, com muito a ensinar que ultrapassava esse tal de quase. O professor reconhecia isso, essa ultrapassagem, e daí graduou o Formigão. Essa vontade do Formigão de existir.

Não adiantava pisar nele, porque ele estava ali, enfileirando, construindo morrinhos e calombos. Sinto uma maldade engraçada crescendo em mim ao saber o quanto o apelido combina mesmo com o apadrinhado. As vezes os padrinhos escolhem os melhores nomes para os afilhados, olhando para os detalhes que ninguém consegue ver. Nesse caso o batizado se deu com o nome de características que poucos querem olhar.

Mas todo mundo acaba olhando, reparando, porque o Formigão é inédito. Parecia até que chamar ele de Formigão podia ofender, de tanto que ele parecia mesmo um formigão. Ele era um cara bem esquisito cuja aparência assustava as crianças, repelia as mulheres e provocava riso nos homens. Seu corpo era uma união de membros bastante improvável. Uma bagunça diante de olhos acostumados com determinada sequência, o nosso Formigão desafiava as leis da física e da biologia.

Assim como as formigas, ele andava longas distâncias, carregava pesos, fazia as aulas de Capoeira e participava com uma qualidade mágica, com uma força incrível. Olhando para ele a gente não cansava de olhar, se interrogando como aquele ser conseguia ser, para tentar entender aquele corpo, aquela vida. Tudo nele era improvável, o andar, o sentar, o falar. Sua combinação própria tornava-o ininteligível. Mas a gente entendia ele quando ele queria. Ele gostava de ser um desvio às regras de probabilidade em todas as disciplinas. Todos os dias, ele fazia a própria ciência.

Tinha gente com unha encravada que não estava ali. Ele tinha todos os motivos para não estar, mas estava sempre. Formigão e sua colônia, resistentes.

[Diário de campo, rua em frente ao Centro da Juventude, Vale do Ribeira/SP, 2018]

Ao contemplar o Formigão com uma corda avançada de capoeira, o professor acredita que a capacidade produtiva de um capoeirista é diretamente proporcional ao formato de seu corpo e às coreografias que ele é capaz de produzir? Seria justo medir a capacidade de um trabalhador de acordo com seu nível de sujeição ao mercado? Seria o funcionamento do mercado de trabalho atual capaz de *aleijar* as pessoas? A palavra trabalho precisa vir sempre aderida à palavra mercado? O que é produção? O que é reconhecimento? Para que serve o conceito de corpo normal?

Para Bichara (2014, p. 42), o corpo faz uma relação de produção com o espaço, o tempo e a subjetividade, onde a produção é “a potência de existir de todos os seres humanos quando podem afetar e ser afetados, expressando e produzindo novos devires”. O corpo, enquanto território de resistência, trabalha e produz capacidades imensuráveis

de afeto. A criação de espaços que suportem composições precisa ser constante, haja vista que sempre serão insuficientes e:

a resistência [...] está no modo de marcar e criar o território, de movimentar-se nele, pela heterogeneização dos encontros e das forças [...] pela produção do público e de novas configurações de devir do Estado e dos sujeitos, em novas composições de tempo-espaço-corpo (BICHARA, 2014, p. 52).

Além dos questionamentos acerca do corpo e de sua capacidade de produção e de trabalho, o autor MacRuer (2006) observa a funcionalidade do termo *crip*. Ele também discute que os deficientes não usam o termo para se referir uns aos outros. São os não-deficientes os usuários contumazes desse termo. Ou seja, ao adotá-lo está a oportunidade política de integração, de mostrar que todos podemos manipular e transmutar o termo, usando-o como ferramenta de linguagem em comum. A palavra pode ser a mesma, mas a forma de uso dela pode trazer um resultado diferente, por suscitar reflexões. Amplia-se a esfera comunicativa combatendo os vários tipos de analfabetismos provocados pelas fronteiras de acesso semântico dentro do próprio idioma.

Dessa maneira, a proposta é o mundo abrir-se ao conceito *crip*. Isso corresponde à visão de MacRuer, Anzaldúa, Haraway, Bichara, Galindo, a minha, a da Roda de Capoeira... Conclui-se a necessidade de usar ferramentas capazes de romper, fraturar e aleijar os conceitos de normatividade (e não as pessoas), modificando práticas hegemônicas, hierárquicas. E na ocupação desse espaço, convidamos os deficientes e os não-deficientes para se movimentarem nas brechas, demonstrando suas capacidades de resistência e integração ósteoafetiva.

2.5 LICENÇA, PADRINHO!

Dentro de uma lógica de comprometimento ético-afetivo com a Nação Cultural, algumas questões se fizeram presentes. Como pedir licença ao professor-contramestre-padrinho para iniciar um relato aos integrantes habituado a interagir por meio de exercícios físicos? Será que essas pessoas entenderiam o que eu estava dizendo? Sentiriam-se ofendidas? Chamou a atenção a proposta da orientadora para fazer a leitura de alguns textos em voz alta, dentro da Roda de Capoeira. Diante dessas dúvidas, negociar a entrada da leitura oral das escritas me constrangeu. O fato de fazê-la para uma audiência diferenciada, não legitimada socialmente em suas capacidades de entendimento e de produções científicas, remexia em tabus. Lançar o desafio de

compartilhar a leitura para esse público me trouxe a sensação de estar fazendo algo menor – no sentido de inferior - ao que fazia quando dividi minhas produções no ambiente acadêmico.

Isso demonstrou a distância imposta entre os marcadores sociais e entre as escritas, problematizando em mim que tipo de validação social eu buscava com a minha pesquisa. Anzaldúa (2000) já havia me prevenido a este respeito, questionando o ferimento na liberdade de escrita quando se escreve para um tipo de audiência específica; ela também alertou sobre o não reconhecimento da escrita de resistência em ambientes formais. Enquanto pesquisadora, percebi que estava, sim, fazendo algo *menor* dentro da Pesquisa, mas no sentido cartográfico: “Narrativa menor [...] aquela que se produz na experimentação para provocar, em um contágio sensível, experimentações outras em seu leitor” (BOTTONI; COSTA, 2018, p. 95). Menor sim, mas não inferior.

Tornou-se claro que eu estava ultrapassando meu próprio preconceito e o território acadêmico e indo mais além, para outras formas de experimentação de validade do trabalho. A audiência da Roda de Capoeira, o texto circulando no grupo, as reações positivas mostraram que poderia prosseguir com o meu *fazer* porque o trabalho *fazia* sentido para mim e para minha comunidade. Aliás, esse estudo poderia fazer vários *sentidos*, abrindo um leque de experimentação que “lembra uma *escrita-experiência* a delinear a experiência de blocos de perceptos e afectos; e a escrita como a constituição desses blocos” (BOTTONI; COSTA, 2018, p. 91).

Sair da postura de observação e não saber como agir em determinadas circunstâncias somadas aos efeitos da minha participação na capoeira Nação Cultural ena pesquisa ecoaram com as percepções de surpresa ao sentir a potência da participação na produção de conhecimento:

Embora, durante a pesquisa de campo, não soubesse o que estava fazendo, e tampouco o porquê, surpreendo-me hoje com a clareza das minhas escolhas metodológicas de então: tudo se passou como se tivesse tentado fazer da *participação* um instrumento de conhecimento (FAVRET-SAADA, 2005, p. 157).

Notei também que, enquanto eu escrevia para uma audiência específica e limitada, opressora, cerceando minha criatividade, barrando minhas experimentações, impondo obstáculos à guisa de verdadeiros testes de resistência para que eu fosse aceita, eu não estava, definitivamente, escrevendo para mim mesma. Em Anzaldúa (1987), percebi outro eco para minha voz, pois “Enquanto nós escrevemos para leitores

específicos, não estaremos escrevendo para nós” (ANZALDÚA, 1987, p. 171, tradução nossa).

Não desejava escrever para atender expectativas, procurava compartilhar minhas ideias e buscar interlocução. Todavia, enquanto eu escrevia mediante a possibilidade de saída da comunidade científica, não me sentia fazendo algo digno de valor. Nessa diminuição, no lugar menor no sentido de inferioridade, adotei outra postura enquanto pesquisadora, encorajada pela orientação inédita de não seguir receitas e de não descartar minhas produções enfeitadas, mas em procurar novos lugares de audibilidade.

Nessa busca, percebi a inutilidade de conceitos de generalização e da opressão embutida nos conceitos de imparcialidade e desconsideração das circunstâncias, sendo “a procura humilde o que incita uma busca que não é totalizadora, mas muitas vezes insignificante e por isso, tão sensível” (BOTTONI; COSTA, 2018, p. 96). Na escritura a seguir, encontramos o impacto nos participantes da capoeira ao se verem inseridos num texto sobre a Roda:

Relato da Série Própria 3 – A Roda no texto e o texto na Roda

As pessoas ouvem, atentas à minha leitura. Risadinhas. Olham para baixo, para dentro, para si. Se perdem se achando no outro que também se procura nas palavras lidas em roda. O cadeirante, no meio, ri muito e se agita. Quer falar algo? Mas não consegue. Mesmo assim é inteligível porque ouço dizerem: “O Clayton gostou!”

Todos passam a me olhar diferente. Agora as risadinhas parecem ser para mim. Sempre me senti incluída ali, mas de repente, me sinto mais dentro ainda. Falam diretamente agora comigo, olhando no olho. Me convocam a participar do grupo das mulheres. Risos. Nem sabia que existia esse tal grupo. Participei do das crianças, dos homens, dos idosos? Mas nunca no das mulheres. Risos. E em todos não fui convidada a me retirar. E dessa vez estava convidada a entrar. Não sei se gostei. Deu um medo. Agora estava mais descalça, mais reconhecida, numa identidade feminina que gostava de me fazer sofrer. Fui lá, participar nessa categoria. Naquele grupo, daquele jeito, foi bom. Daí percebo, meio que distraída nos movimentos, que as pessoas não acrescentaram nada de palavras na minha leitura sobre o grupo. Só que ME acrescentaram, arrastadamente, formalmente, vigorosamente, na leitura delas sobre os platôs do grupo que perceberam sim que eu não tinha percebido onde poderia estar, mas tudo bem.

Penso um pouco mais num pequeno desentendimento, ou melhor, num não entendimento quando uma mulher idosa me olha e pergunta “Ah, foi você que fez a homenagem para o professor?” Sinto meu rosto corar e não entendo, ou me desentendo com ela, pensando, coitada, não entendeu nada da pesquisa... Daí percebo que ela

entendeu um tantinho a mais que eu e que tudo isso, sim, tudo poderia não passar de uma justa homenagem à entidade que ensina o devir-Capoeira. Existência possível para todos nós, inclusive para o professor silencioso.

Quando decidi pelo meu fim, pelo “vamos ir embora crianças”, percebi que, distraídas, já tinham ido embora faz tempo, mas continuavam ali, em atividades completamente outras. No planetinha delas, brincavam com suas parcerias prediletas. Levantaram diante da minha convocação. A mulher do professor se aproxima o tempo todo, se despede umas mil vezes, sempre fazendo recomendações e dizendo coisas alegres que brotam, aos borbotões, do coração dela, sempre que me vê. Fico intrigada, desperto eu esses cuidados? Gosto de ouvir. Já o professor, não se aproxima nunca. O professor me olha distante. Não, não consegue se aproximar. Olha de longe e agradece, sem fazer nenhum gesto. Um raio de olhar, raio de luar, já diz tudo. Assim como a esposa, ele fala muito.

[Diário de Campo, Câmara velha, Vale do Ribeira/SP, outubro de 2017]

Sentindo a mim mesma dentro do grupo e aos outros do grupo dentro da produção científica, percebi a pesquisa ampliando-se para um movimento circular de encaixe afetivo da pesquisadora com os membros da Roda de Capoeira e da comunidade por meio das escrituras. A interlocução de grupelhos tão heterogêneos, antes improvável, segue potencializada, a conectar diversificados fragmentos de vida, inserindo-os em questões acadêmicas. Percebo o contexto de Apadrinhamento Afetivo produzir afetação nos corpos, tanto no meu, quanto nos dos outros e se combinar com a pesquisa, no fornecimento de uma base transitória capaz de suportar os movimentos e produzir mais vida. Noto, assim, o que tem de especial no modo localizado de conhecimento e na peculiaridade desta produção.

Com a possibilidade de romper paradigmas e atravessar fronteiras, dentro desta perspectiva de mútua contribuição, de realocação de olhares e de recomposição da visão sobre a vida acadêmica, adentramos a **Roda 3**, com algumas experiências referentes à produção de conhecimento na universidade.

3. RODA 3 – A RODA DA ACADEMIA

A Roda 3 se apresenta, e chegamos um pouco mareados - após tantos giros na Roda 1 e na Roda 2. Uma nova fronteira se aproxima, tornando o trabalho mais denso. Os marcadores de feminino, pobreza e deficiência, ao serem transversalizados, não formam uma combinação esperada à postura de pesquisador convencional. Embates éticos, estéticos e políticos originam novos modos de se fazer girar a Roda da

Academia, incluindo os saberes localizados e comprometidos com a ampliação do acesso ao conhecimento por perfis historicamente rejeitados. Isso nos localiza, aqui, no entremeio, na Roda da Academia, no campo minado que conecta à Roda dos Enjeitados e à de Capoeira. A Roda 3 aparece por último neste trabalho, mas ela se mistura à Roda 1 e à Roda 2, constituindo o mecanismo onde as três rodas são capazes de se tocar e de girar simultaneamente.

Como as entradas e as saídas no trabalho de campo são múltiplas e as tensões inevitáveis, se faz conveniente estar atento para as permissões de circulação que se alteram a todo momento, mas reproduzem o mesmo. Como o ato de escrever, ou escritura, abarca principalmente as transformações do contexto ao se participar dele, seria ingênuo assumir que um trabalho desta alçada alcançaria facilmente a legitimidade no contexto acadêmico contemporâneo. Chegar até aqui foi uma sucessão de impasses, paradas, retrocessos, ameaças de desligamentos, problemas com o sistema universitário, troca de orientadores, falta de financiamento coexistindo com exigências de produtividade acadêmica segundo critérios completamente desproporcionais ao tipo de apoio disponível.

De acordo com o espaço tridimensional para a pesquisa (CLANDININ; CONELLI, 2015) são necessários o reconhecimento da interação como primeiro aspecto, da passagem do tempocronológico como segundo aspecto e da noção de território para terceiro e último aspecto. Esses pilares da pesquisa, em constantes embates e deslizamentos, demonstram que se faz necessário passarmos pelos três aspectos de validação para contextualizar uma produção escrita. Simultaneamente à Roda dos Enjeitados, giram os pesquisadores com suas escrituras inovadoras e diferenciadas, rejeitados como fora dos padrões científicos. Carecendo de recurso material, pesquisadores abandonam a carreira ou se transformam em vida resistente na clandestinidade, condenados a espaços limitados de circulação. Essas pesquisas ocupam espaços de transgressão capazes de alterar o sistema destrutivo vigente? Seria por isso mesmo que não são protegidas para crescerem?

O apoio e fortalecimento comunitários são vias para não condenar tais estudos ao fracasso e ao desaparecimento. Nisso entramos na importância do fomento ao saber localizado, na valorização dos saberes de fronteira, com foco no modo de se fazer a Pesquisa Feminista. Deveria, outrossim, caracterizar condição primordial à pesquisa a

disponibilidade afetiva para a circulação nas fronteiras acadêmicas, um passaporte mestiço para uma viagem necessária.

3.1 A PESQUISA E A PESQUISADORA: ENCONTROS FEMINISTAS

A metodologia feminista de produção do conhecimento surgiu como uma alternativa aos métodos tradicionais. Tais métodos, marcados pelo pensamento colonizado, pela elitização e pelo academicismo, usualmente excluem formas não ortodoxas de trabalho intelectual. Descolonizando esse pensamento, permeadas por uma forma de produção do saber que valorizasse as vivências dentro e fora da universidade, o movimento feminista legitimou vozes incomuns na trajetória científica. Partindo do pressuposto que muitas dessas vozes não tinham sequer a oportunidade de chegar às portas da academia, o feminismo tratou de envolver-se num estudo sério e aprofundado sobre o acesso ao conhecimento e os limites estabelecidos nos jogos fronteiriços entre ciência e comunidade.

Foram problematizadas diversas questões, como: para quais membros da sociedade a ciência produz avanços? Quais os efeitos estabelecidos pela falta de acesso da cidadã comum aos ambientes de fomento à ciência? Quais os objetivos de uma linguagem que se mantém no gênero masculino? Que tipo de sociedade se produz com as fronteiras estabelecidas para diversos públicos diante da produção de conhecimento? Como se legitimam e como se descartam saberes? A metodologia feminista explicitou a genealogia e o objetivo dessas fronteiras do saber.

Dentro de um aparato histórico de privilégios e segregações, a citação a seguir merece destaque na íntegra, por fazer diversos alertas fundamentais sobre tais separatismos e suas consequências:

Um mundo de patriotismos e nacionalismos exacerbados; de novas fronteiras européias que constroem muros de vergonha institucionalizados e burocráticos, expulsando da cidadania os outros-imigrantes-não-europeus; em um contexto político e militar de estado de exceção generalizado, de pânico midiático globalizado e em tempo real; de naturalização da precarização da existência, de tal modo que direitos sociais básicos se transformam em responsabilidades individuais; em situações paradoxais em que se exalta o consumo do diferente e do exótico, ao mesmo tempo que se rechaçam as diferenças e proliferam os conflitos culturais e os racismos; em um mundo em que as violências globais de gênero e sexualidade se convertem em agendas secundárias sempre atrasadas – ou mobilizadas instrumentalmente – ante a urgência de novos inimigos principais caracterizados desta vez como os terroristas e diante dos quais se responde

com mais violência e destruição [...] Neste contexto [...] nos convidam a refletir sobre as diferenças e sobre o papel que desempenha sua constituição no estabelecimento de sujeitos reconhecidos como cidadãos apropriados (HOOKS, 2004, p. 16, tradução nossa).

Separados por categorias, cindidos por antagonismos e estimulados ao isolamento pelo medo, a população perdeu parte do senso de comunidade e de direito coletivo. Acusando-se essa ou aquela categoria pelos problemas aos quais todos estão submetidos pela segregação produzida, com base em informações superficiais e conhecimentos descontextualizados sobre as questões, os cidadãos normaise alienados, fazem parte do repertório de expectadores atentos para a narrativa dominante.

De acordo com a metodologia feminista, somente a descorporificação e a descontextualização permitem essas certezas e universalizações da narrativa dominante; e é sobre essa égide da objetividade e da racionalidade que trabalha a produção científica formal acadêmica. Por isso, é imprescindível se precaver do machismo e da visão única produzida pela ideia de certeza, cuidando sempre do “senso de provisório” que valoriza as dúvidas nos trabalhos de pesquisa. Para as autoras:

O espaço da pesquisa e sua [...] ambiguidade nos faz pensar sobre a importância de estarmos conscientes do lugar onde nós e nossos participantes somos colocados [...] temporalmente, espacialmente e em termos de pessoal e social (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 130).

Essa consciência não tem como meta a resignação, mas o choque e a luta para, a partir do lugar que estamos fazer novas conexões para sair dele, para modificá-lo e nos modificar mutuamente. Cientes que mesmo dentro do feminismo existiam vários feminismos, e que uma mulher não poderia falar pelas outras, as autoras explicitaram, ao observar as escrituras, que questões enfrentadas pelas mulheres do chamado terceiro mundo não eram iguais às enfrentadas pelas negras norteamericanas; assim como a mulher imigrante latina não estava diante dos mesmos desafios impostos às mulheres do oriente médio. Tratava-se de questões específicas, com corpos singulares, em territórios localizáveis e diferenciados entre si. Os detalhes de sua contextualização eram fundamentais na construção de conhecimento, fazendo a narrativa de

Feminismos situados, mestiços e intrusos, com lealdades divididas e desapegados de pertencimentos exclusivos. Que partindo da tensão e do conflito das perigosas blasfêmias encruzilhadas que mobilizam sua identidade, estão comprometidos com conhecimentos e práticas mais reflexivas e críticas (HOOKS, 2004, p. 10).

Na perspectiva feminista de pesquisa (ANZALDÚA, 1987; AZERÊDO, 1998; COLLINS, 2000; HOOKS, 2004), as histórias de vida são prioritariamente valorizadas

e os detalhes contam. Como método de pesquisa, ao legitimar as vivências enquanto produção de conhecimento se remonta a todo o arcabouço psicossocial envolvido nelas. Priorizar o contexto de vida valorizando os detalhes traz a percepção de fenômenos psicológicos e sociais inerentes a um conhecimento materializado, palpável, encarnado.

O feminismo metodológico também se afastou da noção de uma linguagem universal para expressar as descobertas. Fomentando a pluralidade em todos os aspectos, construiu um compêndio teórico para sustentar a questão do saber localizado e das muitas línguas para expressão. Demonstrou, assim, a existência de várias formas de se buscar, consolidar e compartilhar o conhecimento. Essas maneiras estavam comprometidas com a fala, com a localização, com o tempo, com o contexto e com a história de vida da pessoa que expressava a sua voz na coletividade.

Tais caminhos da metodologia feminista, diante dos diversos desdobramentos, se consolidaram tendo em comum o fato de serem mais coerentes com a pesquisa envolvendo seres humanos do que os tradicionais métodos das matrizes racionalistas/positivistas. Os apontamentos da metodologia feminista nos colocam diante da imprescindibilidade de se contextualizar, localizar e materializar a pesquisa, integrando-a à comunidade.

E mesmo em contato com os avanços trazidos coletivamente por esse método, aliando suas descobertas à imprevisibilidade da vida, ainda se mantém privilegiada a vertente dos métodos enrijecidos. Supostamente inatingíveis pelos equívocos da interpretação nas relações humanas, métodos engessados são tidos como os mais sérios e confiáveis, sendo objetivistas. Eles são financiados porque se referem a um lugar comum empobrecido onde o funcionamento hierárquico e seguíntado precisa mais da titulação do que da produção de conhecimento propriamente dita.

O feminismo, enquanto filosofia metodológica em pesquisa, também focalizou a criação de pequenos oásis do saber rodeados por extensas áreas de desertos a cobrir territórios inteiros com a degradação. Fez contraponto à essa ciência isolada e descontextualizada, problematizando a função social da “ciência só para os cientistas” cujos benefícios se guardam só para “o clube dos eleitos”. Collins (2000) salienta a dificuldade de comunicação entre as pessoas e os cientistas, como se os cientistas não fossem pessoas e como se as pessoas não se envolvessem na ciência com sua produção cotidiana de saber.

O desespero pela sobrevivência, o pânico diante das tragédias, o acirramento das rivalidades afasta as pessoas de experiências afetivas de se sentirem pertencendo a um chão comum. Quem entra no oásis está fugindo do deserto, quem mora no gramado teme viver no cascalho, repele o diferente e prefere a distância, dificultando apoio dentro da comunidade. Inserir-se na busca por contatos polifônicos ao ponto de se “produzir uma polifonia de vozes que se encontram, se chocam e esbarram nas narrativas plurais” (OLIVEIRA, 2019, p. 180) nos mostra a real situação de desmantelamento do coletivo.

O sentimento de grupo só é fortalecido com a articulação e negociação de pertença; para o tipo de pertencimento raciocinado, onde é necessária atividade, acolhimento e autonomia. Ao se considerar pertencente de forma ativa, se reconhece a necessidade e a capacidade para realizar tal participação; a partir daí pode se dar a construção da vida em comunidade, passando a se conectar como um todo vivo, piso viável à circulação de saberes e de afetos.

Há o reconhecimento da construção de uma relação vertical entre os povos estigmatizados e a comunidade científica, distanciando-os, diferenciando os idiomas, impossibilitando a comunicação. A fala não legitimada está fadada à inaudibilidade diante dos ditames da *elite intelectual* e, por isso, não fala *corretamente* e não pode ter a senha de acesso para destrancar as portas dos laboratórios mais equipados. A próxima escritura propõe a alegria no olhar para os movimentos de resistência, para quem está fadado a entrar pela porta de trás, em vida, em localidades, em produções e em estéticas consideradas abjetas.

Relato da Série Própria 21 – *Roubando farelos*

Roubo farelos de comida da mesa

Como os ratos fazem.

Habitar as fronteiras

da vida e da morte

não é algo confortável.

Pesadelos... Brigas... Fugas...

Pesadelos com brigas e fugas

Vida de brigas e fugas

acabada em pesadelos

Restos de comida, farelos de vida

Fragmentos nutritivos a me guiar.

*Por um caminho escuro, tortuoso,
sempre esgueirando-me pelos cantos...*

Vida de rato é sinuosa

Nos pesadelos de briga eu começo a reagir

Dos obstáculos da vida, começo a fugir

Vida de rato é vida corrente

Viver como rato é estar doente

Porém, tem algo nessa vida veloz e pequena

que insiste em consistir

Que não pára de crescer

Não desiste de entrar, roer

E corroer

Ninguém convida o rato

Ele não deve entrar pela porta da frente.

Mas ele existe

Ele, cortante.

Eu, contente.

[Diário de Campo, casa da pesquisadora, Vale do Ribeira/SP, janeiro de 2018]

Desejamos participar dos festejos e nos nutrir. O movimento feminista de metodologia em pesquisa demonstrou que não é somente dentro do ambiente acadêmico que se produzem saberes e que as comunidades não precisariam depender desse reconhecimento externo e imbuído de preconceitos para prosseguir com seus avanços e movimentações singulares. Com um grupo de pessoas organizados, se poderia caminhar

em ações de reconhecimento e aplicação locais do que foi produzido. E o movimento construiu uma metodologia científica para fundamentar tal posição.

Por outro lado, aos cientistas não estão reservados apenas os melhores lugares e os privilégios sociais. Submersos num sistema desigual, suas produções também carecem de validações constantes dentro de um operacionalidade complexa que envolve a burocracia, hierarquia e toda uma inegável rede de apadrinhamentos sórdidos. O reconhecer das suas produções não reside necessariamente no apuro técnico ou em sua aplicabilidade social.

Não havendo entrosamento comunitário, o trabalho fica restrito aos seus pares. Essa repetição fortalece a institucionalização e consolida o isolamento. O reconhecimento que as fronteiras agiam limitando as produções permeou a manifestação feminista sobre a produção científica. Houve reflexões sobre como a produção de escritas com detalhes da própria localização social resultava em enriquecimento à comunidade científica convencional. Aos grupelhos oprimidos questionou-se a resolução de adaptar-se à linguagem dominante como ingresso de aceitação, criticando o modo subserviente de manifestar os trabalhos. As percepções aconteciam em contextos específicos e a elas não cabia um formato pré determinado de apresentação posterior.

O feminismo trouxe a visibilidade de pesquisadoras e pesquisadores subjugados e reduzidos, reproduzindo conhecimentos acompanhados de subordinação. A opressão podia ser transferida e ampliada para diversas relações, onde havia o idioma certo a usar, as regras a adotar, onde um grupo poderoso - mas em minoria - ditava as condições de fragilidade para a maioria. Por meio da metodologia científica, o feminismo conseguiu ampliar o conceito de dominação dizendo que o grupo que determinava o gênero, a cor e a linguagem cuja permissão era concedida para circular no ambiente da ciência era exatamente o mesmo que mantinha as demais condições de subordinação, de repetição e de sofrimento aos demais.

O local desprestigiado e invisível das pesquisas que não obedeciam aos critérios desse sistema excludente foi questionado, surgindo um tipo diferente de audiência com pesquisadores dispostos a validarem as novas experiências em pesquisas (COLLINS, 2000). Com a existência e a resistência de muitos trabalhos concomitante ao empoderamento de um grupo cada vez maior de pesquisadores, houve o questionamento

da legitimidade, com reflexões mais aprofundadas sobre a necessidade de processos de pertencimento. Diante da riqueza inegável desses múltiplos lugares, o método feminista de pesquisa desobriga a pesquisadora a se invisibilizar, a se esconder por detrás de sua própria produção. O método feminista de pesquisa acredita que não dá para desconectar algo que está intrínseco (pesquisadores/pesquisas) e o contexto que remete à vida comunitária.

Com a possibilidade de legitimação do conhecimento dentro da vida social, a parcela populacional usualmente execrada dos espaços de saber lutou por construções menos fragmentárias, vinculando os cientistas a uma nova ética. Incluídos numa comunidade que vai além de seus pares, muitos acadêmicos identificaram novas formas de participação coletiva. O movimento feminista passou a valorizar a fala de pessoas em lugares comumente obscurecidos e tais lugares receberam seus fragmentos de luz. No entanto, “o sol ainda não nasce para todos”.

Sob este ângulo, onde o contexto importa, a história de vida das pessoas ganha um colorido intenso e um destaque inédito. Tal destaque acarreta em dilemas éticos, de debates necessários. Explicitar as condições sombrias relegadas a contingentes populacionais não é fácil. A arbitrariedade, a desigualdade de oportunidades, mesmo diante de um mesmo sol, soa humilhante, ofensiva. E nisso temos o cuidado de pensar sobre os desdobramentos na vida das pessoas envolvidas ao se reconhecerem dentro de uma construção escrita reflexiva sobre a opressão atuando em sua trajetória.

Ao mesmo tempo em que as pessoas almejam destaque, querem ter voz e lutam para o grupo Nação Cultural ganhar visibilidade, pode parecer grosseiro e agressivo o uso de termos cunhados no calor das situações. O uso da palavra *jumento*, por exemplo, colocada com tanto fervor, disparou uma reflexão em mim acerca do lugar de animalização e irracionalidade onde reiteradamente somos colocados e repetidamente lutamos para sair. Entretanto, mesmo inseridos em diversas problematizações possíveis e úteis, o fato da mulher do professor o chamar de jumento pode ir além de causar um conflito conjugal, demonstrando a aceitação do outro pela nomeação de um deviranimal, como uma forma singular de batismo e de apadrinhamento diante dos outros. Poderia envergonhar o professor, desvalorizando-o ou destacar o devir despertado pela forma como o professor se expressa e se conecta, mostrando como a roda o aceita como ele é. Apesar dos riscos, isso precisava aparecer.

Os conflitos dos participantes, os modos como se colocavam diante da Roda de Capoeira, diante do poder público, da pesquisa, suas curiosidades, suas risadinhas, seus modos de relação comigo e meu modo de relação com eles, enfim, nada disso me expõe unicamente, envolve as nossas conexões. E seguimos em movimento dentro desse embaraço de linhas, negociando formas do que precisa aparecer efetivamente ou não, renegociando o tempo todo o critério de exposição da produção. Mesmo diante desses dilemas, somos alertados que independentes das discussões, a completa harmonia, numa solução que contemple a todos os interesses, seria utópica. A melhor solução não traz em si a concordância coletiva, mas o melhor que foi possível chegar naquele contexto. Mesmo uma alternativa debatida e apoiada pela maioria pode, em algum tempo depois, não se mostrar satisfatória, suscitando novas proposições.

O que precisa ser marcado é esse caminho vivo e aberto a transitar. Todos são convidados a opinar sobre o trabalho. O impacto da divulgação, mesmo que incipiente para a comunidade e restrito ao contexto acadêmico, fatos que tentamos combater neste formato diferente, envolve descobertas e reflexões sobre a construção de conhecimento. O detalhamento do contingente humano por alguém que dele participa, dentro de um contexto e um espaço específico, pode aliviar e tensionar simultaneamente. No momento de qualificação e defesa da tese e posteriores publicações, o grupo já não será mais o mesmo. As reações são imprevisíveis e não são passíveis de catalogação completa.

Combater esse devir pesquisador onipotente, que tudo prevê e agrada a todos é um dever desse trabalho. Seguindo os padrões de ética, nos legitimamos o direito de escolher como os envolvidos diretamente no processo. Submeter, seguir e aplicar as regras de um grupo externo não parece adequado à proposta aqui lançada. Nunca haverá unanimidade, nem queremos isso, aliás. As Rodas de Capoeira acontecem com ou sem mim, com ou sem a pesquisa. É um movimento vivo anterior à minha chegada e que continuará quando eu não participar mais. Lido com a distância do que tudo isso – em matéria de pesquisa - representa para eles e até arrisco, do que isso não representa. A luta por um espaço de conexão afetiva mais favorável parece ser a maior conquista da combinação metodológica aqui proposta.

A metodologia feminista obtém muitos embates com poderios arraigados nos hábitos e na subjetividade. Redefinir a *forma* de fazer ciência exige novas conexões e grupelhos apartados historicamente podem se negar a esse contato, incomodados e

agressivos diante das mudanças. A diversidade foi assumida e o sentimento de incômodo diante do diferente foi problematizado, identificando-se *quem é esse outro que se incomoda*. O método feminista desobrigou pesquisadores a se diminuir para caber nos moldes dominantes de expressão. Tais moldes foram definitivamente reconhecidos como estratégias de tirania.

Nessa luta de interesses, o método feminista mostrou ao pesquisador que, ao se subjugar na tentativa de conquistar território no ambiente acadêmico, estava extirpando partes valiosas de suas produções e se alijando da ligação consigo mesmo e com sua comunidade. Mostrou aos povos subjugados que mudar sua cor e/ou adaptar-se ao gênero dominante era tornar-se parte integrante do projeto opressor reproduzindo os planos de exploração e de empobrecimento.

Diante da validação científica de um novo método, pertencente a uma ética que estimulava a não negar peculiaridades de expressão, como língua, território, cor, gênero, classe social, se construiu um outro tipo de escrita que incluía as nuances da vida. Novas pontes se estabeleceram e novos territórios se abriram enquanto possibilidades de construção do saber em coletividade. Um grupo que se fazia diminuído e excluído encontrou força na sua fragilidade, balançando as fronteiras entre o poder e o saber. Diante da possibilidade de “tomar-se enquanto território de experimentação”, o pesquisador autoriza sua escrita afetiva a ocupar o lugar de importância (BOTTONI, COSTA, 2018, p. 91). Na seara científica estavam definitivamente plantadas e nutridas novas sementes.

No relato a seguir, trabalhamos com a ideia de um pesquisador mais experiente avisando ao outro, novato, sobre os perigos desintegradores que o esperam na experiência acadêmica. Precavido, talvez o novo pesquisador adentre ao campo mais vigilante acerca dos perigos e da necessidade de afirmação de sua perspectiva singular. São disponibilizados alertas acerca do massacre subjetivo cuja meta é a reiteração de práticas excludentes e não a promoção da criatividade.

Relato em realismo fantástico 4 – *Cuidados ao pesquisador*

Capítulo I

Cuida para que nas suas

Mal traçadas linhas não escape

*Nenhum sinal de poesia
Cuida para que nada apareça
De estético, ético ou político
Ou crítico
Seja um devir-cachorro abanando o rabinho
Quando seu orientador chegar
Faça roda em volta dele
Implora o ossinho
Deita, rola, pula, festeja
Dança, vira e sapateia
Aqui você não lattes nem mordês
Só agrada e rebola
Porque se desagrada já sabe*

*Fica sem ração
Fica sem ação
Fica sem titulação*

*Então não relaxa nunca
Cuida desse Lattes que não mordês
Trabalha sem pensar
Sem sentir, sem sentido
Mas com muito sentimento burocrático
Para forçar cada linha do seu Lattes
a ganir bem alto*

Capítulo II

*Você pode até ficar sem língua
Ao ler anunciado
o seu oficial desligamento*

*Porque carinho e respeito ali
Você sente, muito extraoficialmente
Que já não tem*

*Mesmo que o que você queira realmente compartilhar
Não caiba ali de modo algum
Não tenha palavras para nomear
Ou evento-oficial-com-certificado-válido*

*Cuida muito, senhor pesquisador
Para nada disso escapar
Não se autorize a dizer nada
Antes corta, mutila, aborta, mata, decepa*

*E se, depois de tanto extermínio
Ainda brotar
Ainda crescer
E pior, aparecer
uma certa vontade de poesia
Ou escapar um trecho
Bem verdinho, bem viçoso
Quiçá criativo
Meio metido talvez
Que parece que não é seu
Que fica de um jeito que não parece
Que foi você que escreveu
E você sinta dó de tirar
Mas sofre, com razão
De um medo danado de colocar*

*E, se não tirar,
Eles do sistema não vão gostar
Não vão abrir
Não vão compartilhar
Vão [te] excluir
Vão quitar*

Capítulo III

*Aceita minha amiga, meu amigo
Corre para o espelho
Você pode estar ficando preto, pardo e indígena
Quilombola do MST
Virando mulher, virando criança
Se multissesexualizando
Travestido de uma viadagem contagiosa
Investido por uma vadiagem laboriosa*

*Também vai notar mudanças concretas
Na sua carreira
Na sua carteira
Bem mais espaçosas, vazias
E a sua morada física vai ficando
cada dia mais precária
E você pode não encontrar
Nenhuma sacolinha plástica
para trocar o lixo*

Capítulo IV

*E você não vai entender o porquê
Mas vai ser portador do “como”*

*Ao ponto de, no auge da dor e do desconforto,
Se indagar e duvidar
De “como” você está mesmo ali
De “como” sobreviver nessa situação
De “como” entender e aceitar
que não vai dar mais para parar*

*E daí que, nessa decomposição-recomposição dolorosa
Um animal kafkaniano foi concebido, gerado e parido
Está mais para gato do que para cachorro
E você está sensível ainda
Porque parir e amamentar
também cansa*

Capítulo V

*Provavelmente, meu caro colega
Vamos ser apresentados
Seja bem-vindo já te adianto
E calma*

*Não vou ralhar com você
Nem te humilhar
Porque você agora já sabe
que convivia comigo faz tempo
E que meu jeito de ser já te deixou marcas o suficiente
Você já foi aprovado
Selecionado e referendado
A um cargo vitalício
E não dá para voltar atrás*

*Te põe em diálogo com o banco de dados
Mais estranho de todos
Porque de tão precioso, nos empobrece
Nos desmonta e nos põe para interagir
com jogos clandestinos e perigosos
sempre fronteiriços
transgressores e mortais*

*Nos seus decalques nos mostra
Outras possibilidades antes invisíveis
de vida e de existência e de insistência*

*Você já está habitante
Desses quilombos paralelos
Vem, senta e toma um chá*

Capítulo VI

*Risco tem, mas fica em paz
Arrisca no seu risco
Porque O desconhecido já te conhece
E já te deu as boas vindas*

*Não, não é necessário pagar
Porque sua conta já está bem alta
E para publicar e aparecer
Você vai ter que desaparecer um pouco
E por uns tempos*

*Saiba que nesse banco de dados
As regras são diferentes*

TNBA talvez, sei lá
Acho que você vai desaprender a ser
Do outro lado de lá
E vai perder algumas vontades mimadas que tinha antes

Mesmo assim os ataques...
Cacetadas, sofrimentos, muito além
Vão tentar te calar
E você vai querer morrer
muitas vezes
E tantas vezes
E todas as vezes

Mas não tem volta
Já não dá para ficar dizendo Amém
Mesmo assim, não se assuste
Esse risco é o sinal que você está
na sua pobreza
Se multiplicando, se decompondo, fertilizando
E conhecendo outra forma de prosperidade
Não vaidosa
e bem desapegada
e de tão perplexa
Até dá vontade de viver
Porque independente do seu status
de vivo ou falecido ou desaparecido
Você já sabe o que deve ser

Além de você mesmo
algo seu há de viver

*Essa vontade de se fundir
E testemunhar o nosso universo paralelo*

*Segue sua trajetória
Não deixa costurarem sua boca de sapo
Pula alto, coaxando
Porque pulando
A gente sabe que uma hora está lá em cima
E outra bem embaixo
E o movimento vem, e o movimento vai
E o efeito é sempre surpresa engraçada
Em sua natureza simples e inusitada
Pode pular, coaxar e ser insultado
Demonstra que a agressão faz parte do processo*

Capítulo VII

*E fala comigo, um zap pelo menos
Aqui os Sapos degradados são bem-vindos
E os gatos não castrados que miam alto
E as crianças barulhentas e bagunceiras
E as adolescentes grávidas que querem ter o bebê
Sorria que agora não tem mais jeito
Sua voz transcendeu e transgrediu
Seu trabalho te ultrapassou e chegou em mim
Seu espelho não te reflete mais*

*O que era seu já te rejeitou
O que não te conhecia já te aceitou
Já foi, já era, pode estranhar tudo
E é em compasso de espera*

Essa vida de estrangeiro no avião

Me espera?

Aguenta firme e me abençoa o tempo

Temos ainda, algumas coisas

para discutir e acompanhar

Depois do feriado da semana que vem

[Diário de Campo, Vale do Ribeira/SP, Após o retorno do congresso no Equador, janeiro de 2018]

3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

O encontro com Gloria Anzaldúa aconteceu durante a graduação, porém foi um encontro furtivo no qual apenas apreciei a obra *Borderlands* da autora sem dialogar muito sobre qualquer assunto com ela. Lembro do espanto com o formato do texto que misturava poesia, teoria, reflexões profundas, autobiografia e destaquei a questão da vivência em fronteiras. Durante a pós-graduação, ela novamente me foi recomendada no Mestrado, contudo, confesso que foi apenas no período do Doutorado que a produção de Gloria Anzaldúa fez mais sentido. Provavelmente pelas transformações que passei ao longo do tempo, amadurecendo, desconstruindo e reconstruindo algumas questões; também cogito pelas ressonâncias das obras da autora com as minhas escritas. Encontrei nela uma excelente interlocutora e até me espantei com falas da autora que faziam um elo muito íntimo com impasses que julgava tão pessoais.

O contato com outras obras de Gloria Anzaldúa (1987; 2000; 2013), dolorosas, incômodas e instigantes, nos encharcou de afetos e mostrou outra problemática dessa metodologia. A pesquisa com enfoque fundamentalmente feminista consistia na forma que a pesquisa tomava, desnudando traços dos participantes da Roda de Capoeira, do mundo acadêmico, da minha existência e das minhas relações afetivas naquele momento. Um período de insegurança se impôs, oscilando entre abandonar tudo, as escritas, a metodologia, a academia, a vida e entre assumi-las como componentes válidos diante da minha existência.

Sobrevivemos. Juntamos nossas deficiências e conseguimos sair do lugar, partimos de nossas cadeiras com e sem rodas. Atravessados pelos afetos nos colocamos

em conexões, em atuações trôpegas e inapropriadas. As possibilidades escritas que as experiências suscitavam, apadrinhadas por um coletivo vivo dentro e fora do ambiente acadêmico, entrou em composição. Surgiram, assim, os Diários de Campo.

Como método de pesquisa, legitimar as vivências constitui uma nova forma de percepção dos fenômenos psicológicos e, portanto, sociais. Trazidas inicialmente pelo movimento feminista, inúmeros caminhos se consolidaram tendo em comum o fato de serem mais coerentes com a pesquisa envolvendo seres humanos em relação do que os métodos científicos de raízes academicistas e elitizadas. Dentro da perspectiva feminista de pesquisa (ANZALDÚA, 1987; COLLINS, 2000; AZERÊDO, 1998), existe a necessidade de se valorizar as histórias de vida. E na minha vida eu já colecionava algumas escritas, apesar de ter destruído inúmeras delas.

No decorrer da pesquisa de campo, revisamos o objetivo do projeto que era, inicialmente, explorar o Apadrinhamento Afetivo e a Roda dos Enjeitados dentro da problemática da Adoção. Como um tema pouco explorado na bibliografia específica, o Apadrinhamento Afetivo mostrava potencial de pesquisa relevante. Contudo, ao refletir sobre essa questão circulando no campo social e biográfico, por meio da análise dos Diários de Campo, descobrimos uma modalidade de Apadrinhamento já acontecendo dentro da Roda de Capoeira da qual eu sou participante, motivando a inclusão dos relatos pessoais, da extrapolação da realidade, da recomposição de forças e da ampliação das questões apresentada inicialmente na tese.

Também entendemos que o Realismo Fantástico presente em Gloria Anzaldúa e pelas escrituras da tese poderiam ser entendidos como uma possibilidade de apreender e modificar a realidade buscando o uso da imaginação, do pensamento e dos afetos, apelando para a magia das instâncias fluidas que compõe as vivências em sua multiplicidade.

As formas de se registrar a mudança de território e as mudanças corporais estão contempladas nos Diários de Campo, mas destacamos, também, a potência das fotos. Como era o espaço ocupado? Qual a forma que apresentava nosso corpo naquela ocasião? Quem estava presente? Engraçado ver as fotos algum tempo depois e constatar as coordenadas de localização do espaço de uma experiência afetiva, e discutir, com humor, as diferenças do presente em relação àquele momento vivido.

As fotos, além da visibilidade do encontro, marcam mudanças espaciais e revelam nuances da mudança temporal. Entretanto, se faz necessário destacar as formas

do tempo. A passagem do tempo pode ser lamentada, festejada, marcada e até ignorada. Acreditamos na importância do correr do tempo, ele precisa ser *notado* para conferir um mínimo de autonomia e reflexão diante das experiências da vida. Isso traz a possibilidade de uma vida vivida de forma não automática, marcando o tempo em sua especificidade e a finitude enquanto promessa infalível.

Diante do próprio tempo que passa, as pessoas exibem evoluções marcantes entre as coisas que *não conseguiam fazer* e as coisas que *conseguem fazer agora*. Tais evoluções são valorizadas além do corpo e da potência física, pois a trajetória de vida também conta para o grupo, assim como o esforço e a intenção de participação. A pergunta disparadora adiante foi realizada a alguns membros da Nação Cultural na intenção inicial de fazer circular os sentidos da Roda para os participantes dela, de visibilizar para o grupo que muitas coisas importantes aconteciam e acontecem ali.

Após a resposta do participante segue um breve histórico de sua trajetória social, conseguido por meio de conversas, observações e de narrativas dos participantes. As perguntas disparadoras foram:

O QUE SIGNIFICA A RODA DE CAPOEIRA NA SUA VIDA?

O QUE É O GRUPO NAÇÃO CULTURAL PARA VOCÊ?

MOLEZA

“Moleza está sempre em trânsito, e na época das entrevistas não se encontrava na cidade. Mesmo assim é importante situar a história deste jovem, cuja participação é muito marcante na vida do grupo. Nós gostamos do Moleza e quando ele some ficamos pensativas e preocupadas”.

[Diário de campo, fala da pesquisadora em diálogo com Tatiane, Centro de Convivência da Juventude, Vale do Ribeira outubro de 2017]

Moleza veio de uma família de quatro filhos, onde após a separação conjugal, o pai ficou responsável pelos meninos e a mãe foi embora com as meninas para outro município. Na época ele contava com nove anos de idade, menino branco, estrábico, de fala pastosa e debochada. Fui designada pelo poder judiciário a acompanhar o caso profissionalmente como psicóloga da Saúde. Viviam em um sítio sem água e sem luz, recebiam constantemente as visitas dos serviços de Assistência Social, mas não se notava mudança na situação deles. O pai estava gravemente doente. Os meninos cresciam vítimas da fome, o irmão era acometido por constantes convulsões e Moleza

começou a fazer mendicância, causando comentários na cidade. Então os meninos foram levados pela Assistência Social para morar com a mãe, a contragosto dela e de seu novo companheiro. O pai fazia tratamento para câncer de estômago, falecendo um ano após a partida dos garotos. O mais velho adaptou-se à família da mãe, mas Moleza não; voltou ao Vale do Ribeira com dezoito anos, irreconhecível. A Assistência Social com seu corpo técnico não se mobilizou em apoiar seu retorno, pois era um caso resolvido ao ser entregue para outro município. Entrei em contato com a família do professor e Moleza foi acolhido pelo casal provisoriamente. Não apresentou conflitos de convivência com os filhos do professor. Colaborava alegremente com o Couro em todas as empreitadas, seguindo-o sempre. Ajudava a Tati. Com muita dificuldade para se organizar e permanecer em qualquer tarefa, Moleza era estimulado de forma bastante peculiar e respondia positivamente às abordagens da família do professor e dos participantes da Roda de Capoeira. Em sua vida errante, envolveu-se com drogas e, ao praticar furtos dentro do espaço da Assistência Social, foi impedido de frequentar o CRAS e o SCFV. Mesmo assim, é convidado para as apresentações da Nação Cultural sempre que aparece na cidade, sendo hospedado, alimentado e aconselhado pela família do professor. Diante do grupo de capoeira é bastante colaborativo e solidário, principalmente com os deficientes.

MOISÉS

“Família. Tudo. Basicamente família, criação, mudou bastante coisa na minha vida. Cotidiano... Problemas... Essas coisas.”

[Diário de campo, fragmento de uma das conversas com Moisés, Centro de Convivência da Juventude, Vale do Ribeira, outubro de 2017]

Moisés fez dezoito anos, possui belos olhos verdes. Sua mãe, além dos olhos verdes, tem esquizofrenia, perdendo a guarda de todos os filhos por maus tratos. As crises dela são frequentes, ela chegou a atacar pessoas com instrumentos cortantes. Seus relacionamentos amorosos eram extremamente abusivos. Fora das crises se tornava uma mulher muito amável, cuidava de seus afazeres e de suas crianças, mesmo assim era temida pelas colegas do curso de manicure do CRAS e demais pessoas da cidade. Sua fama não facilitava conseguir emprego e ela vivia precariamente. Moisés ainda vivia com ela, pois não tinha outro lugar para viver. Seu pai não foi localizado e não estando

mais em idade para ser acolhido institucionalmente, restou a coabitação tumultuada com a mãe. Numa das brigas, Moisés reagiu e agrediu a mãe, queimando gravemente o braço dela. Ela andou pela cidade queixosa, exibindo os machucados e escandalizando a ação do filho. Como a mãe torturava psicologicamente o filho de forma recorrente, a comunidade da Roda de Capoeira sabia disso e lutou para Moisés não ser preso. A Assistência Social foi acionada em reunião de minirrede (encontros intersetoriais), e o caso foi abandonado quando se percebeu que a Nação Cultural já havia oferecido maiores aberturas que os serviços públicos disponíveis para o caso. O jovem participante da Roda foi temporariamente acolhido na casa do professor de capoeira, com sua esposa e os dois filhos. A convivência entre eles era conflituosa, muito ciúme entre o Moisés e os filhos de Couro, além dos problemas financeiros graves. Moisés tinha o sangue quente e enfrentamentos físicos faziam parte de seu cotidiano. Em constantes negociações, encaminharam Moisés para um trabalho informal e construíram, junto com ele, um cômodo num pedaço de terreno cedido para onde ele se mudou em menos de um semestre. A família do professor visitava Moisés periodicamente. Moisés também os procurava. Sua participação na Roda era sempre muito marcante, com golpes fortes e ligeiros. Tatiane quando faz lasanha gosta de chamar o Moisés para comer, pois é o prato preferido dele. Em 2020 ele conseguiu um emprego em Santos e foi embora do Vale do Ribeira, mas o quartinho que pode ser dele (e/ou do Moleza e/ou de quem precisar) está lá. Moisés sempre dá notícias de si e se informa com Tati sobre a data da próxima lasanha.

DONA NEUSA

“Tudo de bom para mim, se eu parar fico doente. Desde que o professor foi lá para o CCI não parei. Vou na Capoeira até o final. Gosto das músicas da Capoeira, das viagens. Vou até ficar doente. Agora vou treinar. [e foi, depois voltou para continuar a conversa]. Não gosto de ficar parada não. Pra mim tudo é gostoso na Capoeira. Só saio depois de morta. Quero ser enterrada com a roupa da Capoeira, já falei pra todo mundo.”

[Diário de campo, fragmento de uma das conversas com Neusa, Centro de Convivência da Juventude, Vale do Ribeira, outubro de 2017]

Dona Neusa possui 69 anos de idade, mora sozinha. Ela é uma idosa com cerca de 1,75m, pele parda, e sem os dentes da frente. Usa óculos com lentes grossas, presos à sua cabeça por correntinhas que passam por debaixo dos seus cabelos crespos e

grisalhos. Participa das atividades da Roda e anda com a roupa da capoeira mesmo quando não há capoeira. Bastante polêmica e com muito tempo disponível, a idosa transita pelos serviços públicos. A constante exposição de suas versões não convencionais sobre o comportamento alheio e suas ações não condizentes com a moral da cidade causam conflitos frequentemente. Por exemplo, Dona Neusa insinuou-se sexualmente para o namorado de uma aluna capoeirista. Este rapaz, com autismo, não recusou as investidas da idosa. A namorada dele, deficiente mental, chorava quando via o namorado saindo da aula em companhia de dona Neusa, fato que envaidecia a idosa grandemente. A esposa do professor e o próprio professor conversaram, assim como a Assistente Social responsável pelo SCFV, sem surtir efeito algum. Então, o corpo técnico do CRAS ofereceu outro horário para dona Neusa frequentar a capoeira, deixando claro que tomariam as medidas legais cabíveis caso ela continuasse se aproximando sexualmente do rapaz, incapaz de tomar suas próprias decisões nesse sentido, *segundo a legislação vigente*. A idosa mudou o dia de ir, mas continuou o contato mandando mensagens eróticas ao celular do rapaz. A mãe dele optou por retirá-lo da atividade física e afastá-lo também da namorada, negando a demanda sexual do filho (na época ele já contava com 21 anos). A idosa provoca a ex-namorada do rapaz; também faz leva-e-trás de informações, nem por isso tentam afastá-la, mas alguns limites foram discutidos. Em geral, a idosa burla a maioria deles e sua circulação é constante pelas repartições públicas na Roda de Capoeira. Na verdade, ninguém parece tão preocupado com isso. Já a dona Neusa, muito preocupada com tudo e com todos, comenta, fiscaliza, critica e impõe sua presença. Ela faz até uma documentação em caderno próprio anotando os acontecimentos que considera interessantes sobre os locais onde circula. Sempre aparece nas festas da prefeitura, não necessitando de convites para isso.

TATIANE

“Meu bom Jesus!! [Silêncio]. Significa família, né? Não tem outra palavra. Eu não faço outra coisa mais, falei para ele [marido-professor]... é a minha vida, né? Complicado. [Olhos enchem d’água]. A mãe perguntou qual o horário das crianças, não quis que o filho participasse junto do rapaz deficiente. Não entende deficiente-com-deficiente. Direito dela, né? O filho treinou junto com as outras crianças. A mãe ficou preocupada se ele não gostasse, falou para hoje ele só olhar. Mas ele quis participar e participou. É a vida da gente né?”

[Diário de campo, fragmento de uma das conversas com Tatiane, Centro de Convivência da Juventude, Vale do Ribeira SP, outubro de 2017]

Tatiane é uma mulher parda, de feições indígenas, cabelo negro e encaracolado, perto dos 30 anos. Passou sua infância em situação de rua, na baixada da cidade, alimentando-se e morando no lixão (aterro sanitário). Submetida à exploração e violência desde o abandono do pai e a morte da mãe, sobreviveu. Na adolescência, passou por acolhimento informal na casa de uma mulher que precisava de alguém para cuidar de seus filhos enquanto trabalhava, mas não tinha dinheiro para pagar pelos serviços. Viveu nesta casa trabalhando em troca de moradia e alimentação até se casar. Considera a antiga patroa como madrinha, narrando a magia do encontro de ambas. Também passou por outras casas antes disso e foi auxiliada por um projeto católico de educação, desenvolvendo diversas atividades relativas ao ambiente doméstico, como culinária, limpeza, artesanato. Seu passado estigmatizado não a tornava uma moça “casável” segundo a família do pretendente, o professor Couro. Apesar de pobre, ele tem pais vivos e estava integrado numa comunidade muito resistente e respeitada no Vale do Ribeira. Tatiane tornou-se esposa do professor, a contragosto da família do futuro marido, especialmente da mãe do marido – enfatiza ela, rindo. Mas os cunhados, até hoje, não a tratam com o devido respeito e isso é nítido. Tornou-se conhecida como *a mulher do Couro*. Trabalha como faxineira, cozinheira e auxilia o marido na fotografia, filmagem e divulgação das apresentações. A vida não é fácil, mora no terreno da sogra e a mesma fomenta nos filhos de Tati preconceitos, protegendo e dando regalias ao neto e tratando a neta, em contrapartida, com descaso. Porém, não há movimentos de Tati no sentido de buscar outro local para morar, ou trabalho próprio ou prosseguir nos estudos. Ela se ocupa, constante e quase exclusivamente, com o funcionamento afetivo da Roda de Capoeira, com os cuidados na recepção e integração dos participantes-afilhados. Ela nunca entrou na roda como capoeirista. Raramente participa dos exercícios, no máximo, faz alguns alongamentos, mas sua presença é cobrada pelos participantes como algo fundamental.

PROFESSOR COURO

Tudo. O grupo faz 10 anos em 2020. Mestre Farofa, mestre Linguixa, mestre Calcário e Ceará fundaram o grupo Nação Cultural. Viemos de vários grupos até chegar aqui. Comecei no Berimbau Prateado, raiz de Vale do Ribeira, a viajar pra fora. Cheguei até instrutor, daí achei mestre Borracha em Peruibe no grupo África, no Abadá Capoeira. O mestre Borracha morreu. No grupo Abadá tinha que ter dinheiro para acompanhar

as muitas viagens. O grupo não conseguiu pagar o mestre Tucano. Daí surgiu uma nova liderança. Mestre Ceará deu o nome, junto com outros quatro.

[Diário de campo, fragmento de uma das conversas com Couro, Centro de Convivência da Juventude, Vale do Ribeira, outubro de 2017]

Edilson é conhecido como contramestre Couro. Homem corpulento, pardo, musculoso, com a calvície quase sempre disfarçada por um chapéu escuro. Começaram a chamar ele só de Couro e hoje poucos sabem seu verdadeiro nome, pois até a esposa chama pelo apelido. Trabalha à noite como auxiliar de cozinha, dá aulas de capoeira pela prefeitura, faz trabalhos sociais na comunidade, participa de atividades da igreja católica, etc. Sonha com o dia em que poderá sobreviver de capoeira, podendo dar-se o luxo de, por exemplo, dormir. A coordenadora do CRAS brincava dizendo que haviam trigêmeos e Couro apenas era um deles, pois seria humanamente impossível assumir e cumprir tantas atividades ao mesmo tempo. E ele cumpre. Fala muito pouco. Terminou a escolarização via Educação de Adultos e faz faculdade on-line de pedagogia, onde é auxiliado por suas dificuldades de leitura e escrita. Cobra dos participantes a mesma resistência física que possui, falando que ele tem muito mais motivos para estar cansado e não está. Não subestima ninguém. Gosta de ir até o fim, seja no sol ou na chuva. Acostumado com os desconfortos da dura pobreza, por vezes impõe rotinas pesadas para seus protegidos. Além dos exercícios e da cobrança por participação atenta, ensina detalhes sobre os cantos de capoeira, o uso dos instrumentos e fala das historietas locais. Tenta compensar sua dureza promovendo festas, bingos, viagens, dentre outros momentos recreativos.

VIVIAN

Esse grupo me assustou. Eu fazia Capoeira sem ter condições físicas para fazer caminhadas. Percebi que eu estou viva e assim desejo continuar. E enquanto eu estiver viva, posso tentar existir e fazer as coisas como puder.

[Diário de campo, fragmento selecionado, Centro de Convivência da Juventude, Vale do Ribeira SP, outubro de 2017]

Psicóloga, branca, cabelos lisos, deformidade corrigida na perna esquerda, cujas marcas e perdas de funcionalidade são motivos de lutas constantes. Possui também perda de funcionalidade dos braços devido à tenossinovite e epicondilite, lesões adquiridas na época em que trabalhava como bancária. Consegui, em 2019, o laudo atestando minhas

deficiências e sonho com o dia de entrar num carro adaptado. Morando no Vale do Ribeira desde a aprovação no concurso público em 2011, residia anteriormente em Assis, onde cursei Psicologia na Unesp e, mesmo com a deficiência, só andava de bicicleta. Muitos percalços para entrar e terminar a graduação, pois paulistana, morava em Osasco e trabalhava num banco de prestígio naquela cidade, precisando abrir mão desse emprego para fazer a faculdade, o que significava uma afronta à luta de toda a família. A necessidade de parar de trabalhar e a falta de apoio familiar diante desta decisão de *trocar o certo pelo duvidoso* me levou à falta de alimentos durante a faculdade. Isso se repetiu no período de pós-graduação, no mestrado com filhos, do doutorado divorciada... Meu perfil nunca se encaixava para as bolsas de apoio e só recebi auxílio financeiro para pesquisa de Iniciação Científica nos últimos seis meses da graduação. Estava trabalhando imediatamente após a formatura. Mas o desejo de me manter estudando venceu, terminei o Mestrado, e o Doutorado faz parte do meu presente conturbado. Parar de trabalhar para me dedicar foi imprescindível, porém, como as bolsas de auxílio não chegam à pessoas como eu, mesmo após lutar por elas em diversas agências de fomento, voltei a trabalhar 40 horas semanas e sigo numa rotina de trabalho incompatível com estudo e pesquisa. A luta por ser considerada existente e audível como pesquisadora prossegue, chegando a ser sangrenta. Acabo com o doutorado ou ele acaba comigo, eis a questão. No entanto, durante a participação na Nação Cultural, alguns processos de violência puderam acabar, originando estratégias de cuidado que vieram, de início, pelo acolhimento da nova orientadora. Dores sugeriu que as várias escritas que aconteceram no período desses quatro anos do doutorado fossem organizadas e lidas na Roda de Capoeira e integrassem a tese, entendendo o material como Diários de Campo.

Após a apresentação de alguns personagens da Nação Cultural, destacamos fragmentos de falas dos Diários de Campo e algumas dificuldades sociais foram colocadas. Collins (2000) faz colocações sobre a dificuldade de comunicação existente entre os grupelhos em desvantagem econômica/social e a comunidade científica. A fala do oprimido não alcança os ditames da *nobreza intelectual* e, por isso, fica fora do fomento e, por conseguinte, da construção de conhecimento dentro da ciência.

Escrever e falar de um modo revelador de peculiaridades da própria localização social ou de um modo inédito resultava em estar fora da comunidade científica. Por isso, com muito medo de me quebrar caso entrasse mais uma vez no circuito de

rejeições, negações e explorações cujo perfil eu já possuía com ampla permissão de acesso, acolhi com tremores, esse processo de escrita que aproximava Psicologia e Literatura.

O trecho a seguir revela:

grupos oprimidos são frequentemente colocados em situações nas quais somente serão ouvidos se expressarem suas ideias com a linguagem familiar e confortável para o grupo dominante (COLLINS, 2000, p. 7, tradução nossa).

Isto é, aos agrupamentos oprimidos, há a incumbência de *decepar sua língua*, como diria Gloria Anzaldúa (1987), de negar sua subjetividade, de se violentar representando o papel de animal domesticado, sempre falando e agindo de modo obediente, que não incomode aos opressores. Somente subjugados, é que pessoas com marcadores sociais de diferença poderiam se tornar audíveis nas comunidades científicas.

Visando problematizar esse local subalterno de tantas pesquisas, Collins (2000) traz a questão da legitimidade de existência de muitos trabalhos e o empoderamento resultante desse processo. Ressalta a riqueza desses múltiplos lugares e os desobriga a se anularem na formatação dita científica para serem ouvidos e obterem participação na vida comunitária. O movimento feminista passou a considerar como científicas todas as vertentes produtoras de saber e a prestigiar a fala de pessoas em lugares comumente desprestigiados.

Inserida nesta perspectiva de pesquisa, incluir os Diários de Campo proveniente das escrituras é um ato que, além de lembrar diretrizes de Anzaldúa e Collins, também se harmoniza com a fala de Azerêdo (1998), em que ela focaliza “que *forma e conteúdo* estão inextricavelmente relacionados e que seria preciso prestar atenção ao lugar que *eu* ocupava ao fazer minhas pesquisas” (AZERÊDO, 1998, grifo nosso, p. 55). A partir daí, é imprescindível validar as próprias sensações no campo de atuação e refletir sobre quais são as prioridades.

Os dados teóricos e numéricos que compõem a problemática passaram a um segundo plano em relação às próprias percepções, sentimentos, e às falas das pessoas que interagem no campo de pesquisa. As estatísticas continuam sendo necessárias, as teorias já consolidadas têm sua contextualidade, mas não constituem, nesta tese, condição *sine qua non* para legitimar os materiais percebidos. Neste ponto de vista entende-se, inclusive, que “as estatísticas podem esconder resultados” (JAGGAR;

BORDO, 1997, p. 313) e, por isso, não devem ser a única forma séria – no sentido de comprometida e implicada - de se apresentar uma pesquisa.

Adentrando as próprias memórias, entende-se com maior profundidade que a pesquisa *à la* Gloria Anzaldúa (1987) também compõe uma metodologia apropriada para as problemáticas em Psicologia. Tal campo favorece o nascimento de uma relação de autorização que passa necessariamente pela conexão ao outro, considerando a diversidade de sentidos inerentes (TEIXEIRA-FILHO, 2013).

Sendo assim, a possibilidade de criar e de ser incorporada, de continuar pertencendo a algo dotado de sentido para mim mantendo as minhas características singulares foi o passe livre para transitar nos países, nas cidades, nas Rodas de Capoeira, nas universidades e em todos os ambientes necessários para a minha formação humana e científica. A aceitação das marcas como efeito da violência em meu corpo me tornou mais capaz de acessar meios para sua decifração, expressão e invenção de novas estratégias de combate, ciente da potência de sobreviver (ROLNIK, 2018). Tratava-se, então, de um movimento delicado dentro de um caminho sem volta na exposição de potencialidades e fragilidades pessoais, profissionais e metodológicas.

Dentro ou fora da vida acadêmica, essa questão de buscar novas éticas para se viver, de se esforçar para viver bem, é bastante antiga. Descrita por Acosta (2016), encontramos o *bem viver* vivenciado pelos povos originários dos Andes. O autor demonstra que relemos o mundo e atuamos nele de forma coletiva, e, esses movimentos grupais trazem efeitos para as nossas vivências.

Existe a busca de estar no tempo e no espaço de maneiras que proporcionem o *bem viver* para todos:

O bem viver aposta em um futuro diferente, que não se conquistará com discursos radicais carentes de propostas. É necessário construir relações de produção, de intercâmbio e de cooperação que propiciem suficiência – mais que apenas eficiência - sustentada na solidariedade (ACOSTA, 2016, p. 27).

Indo na contramão depressiva, produzindo alegrias provenientes dos conhecimentos locais, nos damos conta da importância da produção escrita de Anzaldúa. Oliveira e cols. (2019; p. 182) também falam sobre como Gloria Anzaldúa nos incita a escrever, independentemente de como ou onde, mas registrar nossas vivências entendendo-as como algo importante, digno de nota e de orgulho. As autoras salientam que escrevemos porque estamos vivas, não precisando de maiores

justificativas para fazer isso e devendo renunciar às formatações científicas empobrecedoras.

No artigo, as autoras (OLIVEIRA, 2019) propõem outros modos de construir escritas, problematizando, inclusive, que as mulheres precisam de um local para chamar de seu e conseguirem realmente escrever. Em geral, as mulheres *estão de favor*, em locais atrelados à posse dos homens, território de menos valia, servindo aos outros por meio da sexualidade e das tarefas domésticas, sem momentos para construção de seus próprios condados. Diante da dificuldade de se conseguir um espaço propício à reflexão e à escrita, bem como autorização para circular dignamente nos ambientes destinados à partilha de conhecimentos, as autoras seguem ressignificando a linguagem e o luxuoso ambiente acadêmico, inacessível para a maioria.

Dizendo que “o lugar delas é no cascalho”, as autoras mostram que ao se colocar em movimento neste tipo de pavimentação irregular, poeirenta, dura, capaz de ferir, percebem como é o cotidiano das escritoras, de suas mães, avós e tantas mulheres provenientes dos mundos desprivilegiados, mas que também produziram conhecimento:

se fôssemos responder quantas são as autoras deste artigo, poderíamos supor que somos nós, que o escrevemos e damos materialidade, mas também tem [...] uma séria de outras [...] as que nos deixam legados transmitidos oralmente ou que nos fazem aprender a partir da “simples” presença em nossas vidas e que, convenhamos, de simples não têm nada (OLIVEIRA, 2019, p. 180).

Elas problematizam em seu artigo a produção e o compartilhamento de saberes entre mulheres, de formas não convencionais e solidárias, com jeitos múltiplos de deixar seu legado e imprimir sua marca nas existências umas das outras. As autoras também analisam o passeio de uma mulher pelo gramado universitário e de como o fato causou estranheza em seus interlocutores masculinos. Mesmo essa mulher sendo a renomada escritora Virgínia Wolf, ela estava desautorizada pelo olhar masculino-acadêmico-hegemônico a ocupar esse espaço; e a escritora famosa se dá conta do tipo de lugar hostil destinado para ela e para muitas outras. Justamente por isso, nós acreditamos sermos portadoras de mensagens úteis e precisamos de acesso para ultrapassar as zonas de cascalho, frequentar os gramados, construindo alternâncias entre esses terrenos tão diversos.

Os afetos atravessam e transcendem as divisões por classes sociais. Trazem recados sobre a distância existente entre aglomerados de pessoas e o esvaziamento dos

sentidos que acarreta em isolamento. Fala da potência despertada sobre as pessoas quando se facilita a sua verdadeira interação. Transmitem mensagens sobre os barramentos existentes para que não se transite nessas pontes de contato. Segundo Navarro, “Faz falta fechar o espaço – que às vezes é um abismo – entre os governantes e os governados” (NAVARRO, 2015, p. 174, tradução nossa).

No momento, o que temos alastrados são comunidades com líder e seguidores, onde a opinião de muitos é formada por poucos; a participação é padronizada e mantida por meio de rivalidades e recompensas, privilégios, hierarquias e rituais de submissão visando a manutenção do mesmo. O prazer da descoberta e das novas conexões proporcionadas pela interação humana, assim como a produção comunitária de conhecimentos passa a não fazer parte da rotina, tampouco das pesquisas. O motor da construção de conhecimento deveria ser a ampliação das percepções para a melhoria das condições de vida e facilitação do prazer de interagir com a diversidade.

Por outros modos possíveis de se fazer pesquisa, por mais pesquisadoras, por outros tipos de pesquisadores, por novas éticas, surgiram metodologias e se buscam, constantemente, meios mais amplos de legitimação dos saberes. O que passa a ser um obstáculo, um motivo de rejeição, uma monstruosidade, pode ser o cerne para operar modificações profundas sobre o território. Misturando grama e cascalho, esterco, água e flores, areia teremos um jardim mais heterogêneo, colorido e criativo.

A carreira científica nos moldes atuais pode ser considerada um tipo de escravidão? Que tipos de pessoas ela promove, qual a história dos perfis que ela descarta?

Independentemente das respostas, esse é o tipo de ciência que se mantém; remunerada para continuar não enxergando as consequências do tipo de *desenvolvimento* científico proporcionado pelas agências de fomento, bem como para as mazelas do nosso *progresso* científico e da exploração do trabalho. As pessoas estão amarradas às situações de esvaziamento afetivo, no qual a vida perde o sentido; vivendo tão mal ao ponto de o transtorno mental da depressão tornar-se uma pandemia, atingindo a todas as classes sociais, (com alta incidência em pós-graduandos).

E nessa caminhada, não parece interessante pensar apenas na humanidade, mas também nas outras espécies do planeta. Por isso, repensar e concretizar outros modos de

nos relacionarmos com nossa vida e com as outras vidas aqui existentes, com os objetos, com a tecnologia, nos disponibiliza a enxergar que:

é perfeitamente concebível que um outro tipo de sociedade se organize, a qual preserve processos de singularidade [...] sem que isso implique uma confusão total na escala da produção e da sociedade [...] sem que isso implique uma violência generalizada e uma incapacidade de a humanidade fazer a gestão da vida. É muito mais a produção de subjetividade capitalística [...] que constitui um fator de desordem consideração e [...] pode nos levar a catástrofes absolutamente definitivas (GUATTARI; ROLNIK, 2000, p. 217).

O contingente populacional privilegiado também caminha para a destruição, posto que o planeta é o mesmo, a pandemia pelo novo coronavírus, COVID-19, realçou isso. Ao repetir padrões que os colocam em situação de superioridade, e com distanciamento suficiente para fazer com que os gritos de dor fiquem inaudíveis, se isolam sobre o que acontece com a maioria e se tornam passivos diante da ideologia que desvia sua visão sobre a direção destrutiva para a qual também estão a caminhar com largos passos.

Enfim, a política de dominação está na base do esquema da Roda dos Enjeitados e carrega em si toda a política da escravidão. Esta, apoiada desde o tempo do Império e articulada pela oligarquia rural e a nascente burguesia comercial, ainda se propaga. Essa política, por exemplo, “validava e institucionalizava o enjeitamento da criança desvalorizada (negra, mestiça, ilegítima) e, por outro lado, a incorporava ao trabalho, como ‘cria’ ou como trabalhador não assalariado” (FALEIROS, 1995 apud CABRAL; SOUSA, p. 75). Isso refazia o sistema da Roda, neste caso específico da história, como retrato da desvalorização da criança no Brasil Colônia: “expostos, recolhidos e assistidos eram conduzidos precocemente ao trabalho e explorados, para que pudessem ressarcir aos ‘seus criadores’ ou ao Estado os gastos feitos com sua criação” (idem).

No cerne dessa história se arregimentou a pesquisa brasileira, construindo conhecimentos e pesquisadores *colonizados*, apoiando o desaparecimento da diversidade. A breve escritura adiante trata do fato de precisar dos alertas do outro para evitar machucar-se em situações de reconhecida opressão.

Relato da Série Própria 19 – *Quebrando a cara*

Sim, vamos viver, nada de desaparecimentos porque ainda assim pode a Psicologia funcionar em pulos estranhos e sobrevoos clandestinos. Manobras radicais, aéreas,

transcendentes e giratórias. Um pé sobe, o outro vai para trás. A mão acompanha, suave. Mas o golpe é ligeiro fazendo uma sensação de completude.

“Vai, pula como um sapo, mas cuidado, firma a mão. Firma a mão!” E a bronca era para mim... Percebi que a mão firme era condição indispensável para não mergulhar de cara no chão. Diferença entre o sapo e eu? Eu estava quase de cara no chão. Espero que eu descubra, que o sapo descubra... por que estão tentando costurar nossa boca de novo?”

[Diário de Campo, Biblioteca da Unesp, Assis, SP, setembro de 2016]

Dentro do contexto político, jurídico e do ambiente universitário, existem espaços articulados para combater, micropoliticamente, as dissidências. Ao ser reiterada ao lugar de menos valia, de incapacidade, de improdutividade, percebi que meu corpo e a história do qual sou portadora, sofriam reiterados ataques. Ao ter o trânsito entre as instâncias de compartilhamento de saber barrados pelas condições impostas aos meus marcadores sociais, a extensão dos meus movimentos foi bastante diminuída, paralisando minha existência. Uma resposta análoga ao trauma, tal qual a reação do vereador na narrativa natalina, que se constituiu em seu “polo reativo, patológico, no qual nos despotencializamos” (ROLNIK, 2018, p. 102).

Biograficamente, depois de tantos embates inglórios, e esforços hercúleos premiados com o abandono, houve um encolhimento de minha capacidade de criar, de me movimentar e de existir. Ocupar um lugar de abjeção, seja na universidade ou em qualquer lugar, é não pertencer, é desaparecer diante das oportunidades de expansão e ser perseguida pelas oportunidades de exploração. Diante do congelamento dos meus movimentos afetivos adicionados aos barramentos cada vez mais violentos e constantes da minha energia produtiva, a vontade de não estar viva se fortaleceu. A larga e duradoura retração diminuiu a vitalidade ao ponto de o desaparecimento completo ser cogitado, planejado e praticado.

O abismo que distancia as classes sociais promovendo a desigualdade é também um espaço de vazio afetivo, de solidão, de distanciamentos, um deserto que oprime a todos, principalmente aos portadores do emblema da diferença e até as partes em aparente vantagem. Para o alcance de um Estado de direitos, é preciso acabar com o espaço entre os governantes e governados, “as pessoas devem organizar-se para recuperar e assumir o controle das próprias vidas” (ACOSTA, 2016, p. 23). E assim

possibilitar a criação e o enfrentamento de estratégias mais consistentes de sobrevivência para todos.

Sob o viés ideológico de disfarçar o tamanho do abismo existente entre as classes sociais, figuras de relevância econômica e política procuram estratégias de falsa aproximação com a população mais empobrecida. No Vale do Ribeira, por exemplo, pessoas economicamente favorecidas e/ou com cargos políticos (considerando que dinheiro e influência política andam juntos) solicitavam via fórum, autorizações para acolher temporariamente crianças do Abrigo no período natalino. Em discussões com as equipes técnicas, problematizamos a dificuldade de tais pessoas lidarem com seus afetos e os atravessamentos provenientes destes encontros, a escritura a seguir.

Relato da Série Própria 22 – Vereador também tem sentimentos – cena 1

O vereador evangélico mais famoso da cidade pegou um menino do Abrigo para passar as festas e, simplesmente, disse aos quatro ventos que não ia mais devolver.

Porque se deu bem com o menino.

Porque o menino não deu um pingão de trabalho.

Porque a piscina dele vivia vazia.

Porque o menino adorava piscina.

Porque a vida dele vivia vazia.

Porque o menino adorava viver.

Até ele mesmo entrou na própria piscina.

A vida do vereador e sua piscina agora estavam mais cheias e isso foi bom.

Relembrado, então foi, sobre sua função pública de disciplinador.

Sua função de guardião da ordem, mesmo que essa ordem viesse sem amor e sem progresso. Muito lembrado foi das suas incumbências políticas e dos resultados que as suas incumbências sem caráter político trariam para sua realidade material que o vereador se esqueceu de tanta coisa importante do passado.

Mesmo assim, não teve jeito, ele viu um menino gostando de piscina e isso foi bom. Mas também doeu muito porque para continuar vereador, na ordem e na lei, ele cumpre as regras que precisa para ter piscina, mesmo que no final ninguém se divirta dentro dela. Então, devolveu o menino para o Abrigo sem piscina, dentro do prazo judicial e nunca mais voltou para visitar. Afinal, vereador também tem sentimentos.

[Diário de Campo, Sala de Reuniões do Departamento Social, Prefeitura do Vale do Ribeira/SP, junho de 2017].

O sofrimento de crianças apadrinhadas pode ser colocado num outro lugar, inacessível para as pessoas pertencentes à classe social que provoca tal sofrimento. Problematizar essas dores pode levar às mudanças necessárias. Mas manter-se numa postura conservadora preserva os próprios privilégios e desconsidera o outro enquanto possibilidade de sentir. O vereador não ouviu o menino, não se preocupou com os sentimentos do mesmo, decidindo-se pela distância por ser mais favorável à sua carreira. Na escritura adiante, complemento do texto anterior, percebemos a formação de alguns preconceitos que definem e distanciam as pessoas em classes sociais delimitadas.

Relato da Série Própria 23 – Vereador também tem sentimentos – cena 2

O vereador novinho e noivinho de boa aparência, cotado como futuro prefeito, futuro recém bem-casado, frequenta o Abrigo das crianças. Acaba se deixando levar pela necessidade das boas ações e aceita algumas dessas criancinhas para passar as festas na abundância da sua casa, emprestando um pouco da abundância de vida que os predecessores dessas criancinhas nunca tiveram acesso. Elas, criancinhas de abrigo, talvez teriam acesso, talvez não, era número de processo judicial na loteria da adoção.

A menininha vai, a outra vem, um encanto! Come, bebe, se diverte, pula, ri e brinca.

E eis que ao escurecer, na noite de Natal, algo também se escurece dentro delas; elas olham pra janela e começam a chamar o pai e a mãe. Choram.

A futura primeira dama chora. O futuro prefeito chora. Passam chorando muito pelas menininhas, mas não com as meninas, que rapidamente são devolvidas antes do prazo ao abrigo pelo casalzinho assustado com o Natal estragado.

Eleição, casamento e meses depois a primeira dama anuncia a gravidez. Agora poderiam amar a cria deles, exaltar o sangue deles, em sua distância e superioridade daquela gente que eles nem saberiam que existia se tivessem logo se ocupado em ter os próprios filhos.

“Aqueles que a gente já sabe daonde vem” – disse a tia do prefeito, orgulhosa sobre o sobrinho-neto tão bonitinho.

[Diário de Campo, Jantar na casa da tia do prefeito, Vale do Ribeira/SP, junho de 2017]

3.3 VIVER NAS FRONTEIRAS

A marca da obra *Borderlands* (ANZALDÚA, 1987) é a vivência nas fronteiras. Gloria Anzaldúa nos brinda com a riqueza dessa experiência altamente perturbadora, alertando que as bordas limitam as nossas vidas de maneiras visíveis e invisíveis. Sua

rebeldia diante das delimitações se refere à imposição do idioma do opressor, à exigência de modos de agir e de pensar, além das concretas restrições de circulação e da punição ao corpo dissidente da norma. Na escritura a seguir, podemos identificar fatores comuns com a obra de referência.

Relato da Série Própria 11 - *Estrangeiros*

Eles eram irmãos. Não falavam bem o português. Tinham os olhos puxados, mas não falavam bem o japonês. Passavam a vida nos jogos eletrônicos, mas não falavam o inglês. Não passeavam. Não iam para escola. Não iam para o médico. Gostavam da comida da avó. Gostavam da irmãzinha menor.

Nesse não falar e ser mais ou menos compreendido, seguiam numa eterna vida mais ou menos, ou seja, numa meia vida, enraizados num sofá.

Todos se incomodavam. Todos se importavam. E pouco ou nada mudava. Os meninos definhavam no sofá, misturando jogos com realidade, sonhos com pesadelos de uma vida sem sol, sem infância, sem muito a comunicar.

Eles eram engraçados. De tanto que os outros se importavam, passaram a se importar um pouco com os outros também. Assim, muito pouco mesmo, do jeito deles. Mas gostavam de alguns personagens de sua quase-vida e, então, quase faziam contato com eles. Pai em desespero. Mãe indo e saindo do planeta próprio, sempre interessada neles e desinteressada de absolutamente todo o resto. Pai em giratório desespero.

Um dos meninos da fronteira vai para a Roda de Capoeira. E foi, mesmo sem participar, participou, sentado, olhando. Ele, eu, o celular e uma mocinha loira que se engraçou com o jeito engraçado do menino da fronteira, desconectado de todos e super conectado no próprio aparelho.

Ah, essa fronteira. A moça que não tinha muito isso de perceber os limites das coisas, logo ultrapassou, sem juízo, ultrapassou rápido sem perguntar nada para ninguém. Ela também não entendia muito das palavras. Mas entendia de menino. E o menino, que parecia não entender nada, entendeu que estava sendo entendido. Gostou.

Quis voltar para a roda na outra semana. Vestido com roupa colorida, arrumado, não queria perder tempo, não queria não ir e ser convencido de que ficar só no sofá era complicado. Ele já estava pronto. Ele já estava de pé. Ele já estava fora da fronteira doença-sofá-jogos-eletrônicos em inglês e polonês...

Passou o tempo. Ele nem queria ir embora. Ficou bem perto da moça e a moça bem perto dele. Do jeito deles, estavam se entendendo. Do jeito deles, sofriam um tanto menos. O irmão que não foi, passou a se irritar muito porque as pessoas iam e ele queria que ficassem. Do jeito da roda, tudo continuava a girar.

[Diário de Campo, Câmara Velha, Vale do Ribeira/SP, abril de 2018]

As possibilidades de diálogo e de construções de pontes tornam possíveis a permeabilização das fronteiras para o trânsito de energias e a facilitação de suas vias de expansão, pois “Ao fazer ponte do fora com o dentro e do dentro com o fora, de si e da cidade, o sujeito se expande como o próprio devir” (BICHARA, 2014, p. 171). Essa expansão amplia os afetos para direções múltiplas e de modo imprevisível, rearranjando, necessariamente, o seu entorno. Já as relações de poder distanciam pessoas e produzem fronteiras que não precisam ser de expressão gráfica, física ou material para operar efetivamente. Elas também podem ser expressas pela via psíquica e social, acarretando divisões e apartamentos quase intransponíveis.

Segundo Foucault (1982); Deleuze (1992) e Guattari (1987), na era industrial da nossa história o controle das pessoas era feito de fora para dentro. Altos muros nas escolas, nas fábricas, nos equipamentos institucionais agiam com seus funcionamentos divididos de forma rígida e tornavam o corpo disciplinado, caracterizando a Sociedade Disciplinar. Ao se distanciar fisicamente desses espaços de confinamento era possível *sentir* alívio, mudar hábitos e se perceber ativo diante de novas oportunidades de uso do tempo. Os recém-chegados, ou novatos, também traziam o refrigério das novas perspectivas e do ânimo de quem estava distante o suficiente para não se contaminar com o cerceamento institucional.

Com os avanços tecnológicos, passamos de Sociedade Disciplinar, lotadas de instituições concretas, para a Sociedade de Controle, onde a opressão é invisível. Na Sociedade de Controle podemos ser vigiados, direcionados e controlados mesmo nos ambientes externos ao institucional. Ainda existem aspectos da Sociedade Disciplinar convivendo com aspectos da Sociedade de Controle, contudo, a contemporaneidade investe prioritariamente na implementação das fronteiras psíquicas que atuam de dentro para fora e funcionam em quaisquer ambientes. São mais eficazes e de custo mais baixo. Dispensam infraestruturas como muros altos e prédios trancados, prescindem de equipamentos repressores com visibilidade. Na Sociedade de Controle as estratégias são mais limpas e discretas; muito eficazes e pouco evidentes para o olhar destreinado. Trata-se de uma estratégia vencedora, daquelas que impossibilitam a reação do adversário no jogo, paralisando-o, num eterno xeque-mate.

Assim, as fronteiras da Sociedade de Controle agem na vida interior, com construções subjetivas de permissão e de proibição, independente do espaço em que a pessoa esteja, ela poderá ser controlada. Tal fenômeno torna possível um ser humano se

isolar de outros, mesmo que este esteja fisicamente próximo aos demais. Independentemente de onde o ser humano se localiza, o que importa é *como* se entende diante dos outros; se percebe a existência desses outros, se alcança possibilidades de contatos consistentes e duráveis, isto é, se o acesso afetivo existe ao ponto de se considerar o outro enquanto possibilidade de contato para si.

A percepção pode ser direcionada para aproximar, como pode ser moldada a um estado de embotamento afetivo, apartando pessoas fisicamente próximas. Segmentar suas realidades, fomentar o individualismo e a competitividade, preencher as rotinas com uma programação prévia recomendando que o outro nunca é confiável, disponibilizar um cenário de miséria crescente, controlar, barrar e punir manifestações afetivas esvaziando a participação social, enfraquece o devir coletivo. Isso evita que o sentimento de solidariedade se desenvolva, não dispõe as pessoas a uma vida mais participante dentro da comunidade.

Obviamente diante destas programações inviabilizando a solidariedade, desenvolvendo medos e rivalidades, egoísmo e pessimismo, as respostas podem ser diferenciadas, fugindo do previsível. Todavia, essas contracorrentes encontrarão resistência para se expressar, desconfiança ao invés de acolhimento, rechaços para ter aceita sua expressão. Com isso, podem resvalar para zonas de segregação onde as possibilidades de contato diminuem consideravelmente. O ponto crucial das fronteiras sociais é este, tentar ultrapassá-las implica num risco de ser alvejado. Chegar do outro lado não é sinônimo de ser aceito.

Viver pensando criticamente sobre a programação social das atitudes recomendáveis, reagindo a elas e, principalmente, criando novas possibilidades de ação e de conexão, é habitar na borda, é viver em diálogo com a fronteira, é gastar energia assumindo riscos. As bordas são obstáculos que podem ou não ser de fácil identificação, como fronteiras onde há campos minados. Além disso, cabe salientar que:

As bordas não são somente geográficas, são também políticas, subjetivas (e culturais) e epistêmicas e, oposto às fronteiras, o próprio conceito de borda implica a existência de gente, linguagem, religião e conhecimento em ambos os lados, ligados por meio das relações estabelecidas pela colonização do poder (MIGNOLO; TLOSTANOVA, 2006, p. 5, tradução nossa).

Estar na borda é agir em trânsito, resistindo às forças de opressão, dialogando com elas, tentando negociar. Por meio da própria subjetividade, produzir algo que escapa, na “potência de agir [...] resiste às forças que o oprimem [...] expressão de sua substância, que também resiste ao inadequado e às causas que não são suas”

(BICHARA, 2014, p. 161). Essa resistência implica na ação diante de instâncias organizadas previamente para direcionar, desqualificar ou impedir experiências de determinado tipo. São instâncias de organização e de separação cujos objetivos podem ser desviar afetos, bloquear os diálogos possíveis, isolar e subtrair energias para contrair as negociações. Ou seja, as fronteiras se erguem ativas no controle das forças em processos previsíveis, domináveis, não criativos e, por isso mesmo, capturáveis.

Habitar na borda pressupõe um corpo flexível. Transitar por fronteiras demanda um corpo capaz de ser transportado, de caber nas mais improváveis brechas, de introduzir-se pelos orifícios menos prováveis, de se incluir pelas entradas/saídas mais dúbias. Mudando constantemente os pontos de referência, o corpo amolecido pode vazar da entrada para a fuga, pode transbordar as brechas ampliando-as, pode abrir caminho para novas possibilidades de fugas dos territórios onde a vida se inviabiliza. É ser cuidado por ter cuidado. Viver na borda exige arte e transformação, é assumir outros pontos de vista, é perceber como “Os artistas da borda mudam seu ponto de referência” (ANZALDÚA, 1987, p. 177).

A percepção de como ocorrem tais mudanças, de como operam os artistas da borda exigem sensibilidade e energia para acompanhar os movimentos. Tal ginga diversificada, como na Roda de Capoeira, colabora para a manutenção da vida, para a derivação nos territórios de opressão. Podemos encarar essa vivência mesclada como uma técnica sensível, ou técnica humilde de “não fixar-se, não pertencer”, mas que no movimento dessa força sensível, em sua fragilidade, acaba por “resistir ao pertencer de modo irrestrito” para sair das delimitações e tornar-se um cidadão do mundo (BOTTONI; COSTA, 2018, p. 98).

A entrada, a permanência e a saída do campo prescindem da dureza; pressupõe um corpo amolecido, que se estica e vira ponte, gingando e alcançando negociações e conexões:

Quando os pesquisadores entram no campo de pesquisa, eles experimentam mudanças e transformações, constantemente negociando, reavaliando e mantendo flexibilidade e abertura para uma paisagem que está sempre em transformação (CLAUDININ; CONNELLY, 2015, p. 108).

Essa flexibilidade a princípio pode ser vista como material de natureza frágil, posto que se modifique diante das circunstâncias. Mesmo assim, nessa não-dureza, nessa aparente fragilidade existe uma força não presente nos materiais rígidos. Os materiais que oferecem bastante resistência diante das circunstâncias tornam mais

improváveis a sua modificação e podem permanecer na imobilidade, ou trincar. Dependendo do campo e das forças às quais estão submetidos, populações inteiras se reduzem a estilhaços.

3.4 GENOCÍDIO ACADÊMICO

Segundo o professor Wander Lourenço, ex-docente da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, em carta ao ex-presidente da república, diante dos olhos dele o sistema econômico promoveu um genocídio acadêmico. Sua perspectiva se explica pela forma como se deu o desligamento simultâneo de mil e duzentos docentes, em 2018. Sem apoio do Ministério Público ou do Ministério da Educação, esta demissão em massa se deu sob expectativas mercadológicas.

Diante da alegação de que os salários dos professores ultrapassavam o teto proposto pela reforma trabalhista, diz ele “deixaram-nos, de uma hora para outra, sem salário nenhum”. A notícia foi dada de forma abrupta, grupal e coercitiva, aniquilando quaisquer possibilidades de planejamento, negociações e respostas por parte dos docentes atingidos e demitidos pela medida da iniciativa privada (<https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/ex-docente-da-estacio-manda-carta-a-temer-por-onde-andam-mp-e-mec>, acesso em 16/12/2019).

Orquestrada em contrapartida houve a contratação de novos professores com menor preparo e dispostos – ou submetidos – a aceitarem pagamentos inferiores. Ministrando aulas a um grupo exponencialmente aumentado, em condições alarmantes, a quantidade de alunos no ambiente de sala de aula é questionável, além da expansão do Ensino à Distância (EAD). Foram problematizadas, nesta carta, o tipo de aprendizagem promovida por este novo modelo e as condições de trabalho impostas por uma reforma conservadora e elitista, sob o viés democrático e expansionista.

Tal conteúdo veiculado mostrou o tom de desespero de quem não esperava por um tratamento tão degradante. Infelizmente, este tipo de empreita já é vivido pelas classes trabalhadoras, onde a expansão dos lucros de poucos ocasiona a retração da renda de muitos, ao ponto da insegurança alimentar. Num ambiente isolado e protegido por um funcionamento próprio, a academia com seus membros se viu seriamente prejudicada pela questão ética, estética e política que ampara o sistema social e

econômico do capitalismo. A invasão e destruição de grande parte deste ambiente é lamentável, porém mostrou como muitos acadêmicos subsistiam alheios à realidade circundante até serem atingidos por atos de violência. Chamado pelo professor Wander de genocídio acadêmico, ele define que houve a morte de um contexto de aprendizagem e comunicação específicas para surgir outro modo de relação, bastante limitado.

Reiterando os sentidos da morte por genocídio, Rodrigues (2019, p. 1) define este fenômeno por “exterminação sistemática de um grupo étnico ou todo ato deliberado cujo objetivo seja o extermínio de um aspecto cultural de um povo”. No caso do genocídio na Academia, um modo de ensinar foi destruído para implantação de um sistema mercadológico para difusão de informações. Há isolamento paradoxal dos estudantes, tanto pela via do EAD quanto pelo confinamento de grandes contingentes de aprendizes num mesmo local, separados do pensamento crítico por estratégias massificantes de comunicação.

A ação genocida se dá de diversas formas e nem todas adquirem visibilidade como o Holocausto nazista. O massacre aos povos indígenas aniquilando suas lideranças, o ataque às diversidades sexuais e as barreiras impostas na vida dos deficientes são exemplos de genocídios ininterruptos, que nem sempre ganham notoriedade. A seguir, detalharemos o esquema social de apoio ao deficiente brasileiro, evidenciando as dificuldades dessas existências e transversalizando reflexões acerca da acolhida, apadrinhamento e adoção de formas inéditas para a circulação. Pretendemos, dessa maneira, finalizar nosso rodopio detalhando como é a vida nesta fronteira.

À guisa da proposta de Gloria Anzaldúa (1987), para a criação da espiral dos mestiços somos compelidas a juntar as Rodas 1, 2 e 3, girando-as num serpenteio de algumas questões. Já vimos como funciona, pelo poder público, o sistema de garantia de direitos às crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente. Como são as ações para proteção social das pessoas deficientes? Quais são os enfrentamentos necessários para alcançar o reconhecimento do direito à vida com dignidade a quem precisa de cuidados especiais? Como a contemporaneidade lida com os deficientes sob a égide do capitalismo? Como se configura a existência de quem não pode trabalhar? Tais dúvidas podem, em partes, ser esclarecidas de acordo com o funcionamento do benefício financeiro oficial disponível aos deficientes brasileiros.

3.5 O BPC: DEFICIÊNCIA, ADOÇÃO E EXTERMÍNIO

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 2006) é uma política pública que garante ao portador de deficiência e/ou patologia crônica e grave o pagamento de um salário mínimo mensal. Para receber o benefício, exige-se laudo médico atualizado sobre o problema de saúde e o comprovante de carência socioeconômica, expresso por meio do Cadastro Único. Esse cadastro se faz no CRAS a qualquer tempo. Todo o processo é gratuito.

Entretanto, para conseguir a consulta médica com o profissional especializado e realizar os exames necessários, o deficiente atingido por dificuldades financeiras estará obviamente dependendo do Sistema Único de Saúde (SUS). No caso do serviço de saúde pública, obter esse laudo pode significar uma espera acima de doze meses. Desconsiderando essa barreira importante (quase intransponível para o deficiente desprovido de apoio familiar para lutar pela vaga, acompanhar o andamento da lista de espera, levá-lo ao local designado para o atendimento e consultas, etc.), imaginemos o *milagre* do laudo pronto e atualizado nas mãos do requerente.

De posse desse documento médico e dos resultados de exames, o candidato ao benefício deve se dirigir ao CRAS mais próximo de sua residência e tentar ser atendido diante da grande demanda. Deverá passar por uma entrevista com a equipe técnica para fazer ou atualizar o Cadastro Único. Constatada a carência financeira, o profissional responsável pelo atendimento deve preencher formulários específicos, conferir se a documentação está de acordo com as exigências legais e providenciar o agendamento da avaliação para BPC no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que é a Previdência Social. A documentação exige certidão de nascimento original em bom estado, mesmo que a pessoa possua o seu Registro Geral (RG) atualizado. Uma nova certidão possui custo elevado, porém tal dificuldade pode ser solucionada gratuitamente pelo Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), mas com espera de até noventa dias.

De posse das documentações, o agendamento digital ou via telefone no INSS faz o requerente aguardar cerca de 30 dias para apresentar-se na agência física da Previdência Social. Após esse prazo, com os documentos pessoais e o laudo, se realiza a juntada dos papéis. Nessa entrega, é exigida a presença do deficiente, independentemente de sua condição física, mental e financeira. O atendimento, apenas

para coletar esses documentos, pode demorar o dia todo, sem o fornecimento de transporte ou de refeição.

Após passar o dia na Previdência Social, são marcados mais dois novos atendimentos, ambos para os meses seguintes, obviamente. O candidato ao benefício é submetido a uma nova perícia social (já realizada pelo CRAS), mas agora ratificada pelo Assistente Social do INSS, cuja função é questioná-lo acerca da veracidade de sua carência socioeconômica, no sentido de interromper o processo. O objetivo de apoiar o deficiente ou disponibilizar alternativas visando a melhora em sua qualidade de vida não é a meta.

Sendo constatada a veracidade das informações contidas no Cadastro Único, que já foram atestadas, carimbadas e acompanhadas por Psicólogo ou Assistente Social do CRAS, mas que precisam ser conferidas pelo perito na entrevista, é remarcado para cerca de trinta dias adiante, o procedimento de perícia médica. Deslocar-se até a agência do INSS apenas para entregar documentos, depois ser convocado para ir noutra data a uma perícia social para conferir o que já foi atestado anteriormente, habilita o deficiente para ser submetido à perícia médica. Esse ciclo imprime um caráter de desgaste e humilhação ao requerente.

Chegando ao momento da perícia médica, o laudo é conferido, o requerente é questionado e examinado, não sendo permitida a presença de acompanhante. Foram inúmeros os casos de acompanhantes agredirem os médicos peritos, devido a falta de respeito com o deficiente, daí essa proibição. A justificativa oficial é auxiliar o médico na conduta do exame sem a interferência de terceiros, e de proteger o médico para o exercício seguro de sua profissão. Porém na realidade, se nota a total desproteção do deficiente diante da abordagem médica. Protegem os médicos de agressões, mas não protegem o requerente dos abusos dos médicos.

Como desde a conquista do laudo já se passaram mais de três meses, o perito pode se dar ao direito de recusar o parecer do médico anterior por considerá-lo desatualizado, descartando o requerente e obrigando-o a retornar em outra data, com outro laudo, em dia a ser decidido pelo INSS. Mas, pensando em *novo milagre* onde a data não se faz importante para o perito e ele realize a avaliação, sua posição é de superioridade em relação ao médico que efetivamente acompanha o deficiente e forneceu o parecer. Não seria o médico acompanhante do caso o profissional mais

adequado para falar sobre a saúde do requerente? Com base em que fatos científicos ou em quais argumentos médicos se baseia essa abordagem? Está de acordo com os direitos do deficiente?

Percebemos que ser o perito do INSS coloca o médico numa posição *outra*, indo além do saber técnico. Nem medicina, nem direito fundamentam tal ação. Mesmo assim, ele pode vetar todo o processo com a justificativa de que “*não foi constatada a incapacidade laborativa*”, invalidando o laudo e o trabalho do médico anterior, sem detalhar os motivos para sua decisão. Todo o esforço do requerente pode ser jogado fora por alguém que não possui o conhecimento técnico necessário para avaliação clínica do caso. Além disso, parece não estar imbuído de argumentos referentes aos direitos humanos porquênão se sensibiliza com as necessidades especiais do deficiente e está investido de poder hierárquico para julgar da forma considerada conveniente ao INSS. Essa conveniência nada tem a ver com a situação do deficiente, é claro. A prioridade encontra-se na manutenção das regras do mundo capitalista, liberando o mínimo de benefícios possíveis.

Acompanhar *como* a Assistência Social é oferecida no apoio ao deficiente ajuda a desenharmos o contorno do problema e entender melhor o seu tamanho. Há entrelaçamentos entre a deficiência, a adoção, o Apadrinhamento Afetivo, as organizações coletivas, o serviço público prestado. Primeiramente, precisamos relembrar que estamos subjugados pela égide do capital que promove a subjetividade capitalística. Nesse contexto, experienciamos:

um mundo em que tudo se equivale, em que todas as singularidades existenciais são metodologicamente desvalorizadas; em que, sobretudo, os afetos da contingência, relativos à velhice, à doença, à loucura, à morte, [*bem como a deficiência*] são esvaziados de seus estigmas existenciais para remeterem somente a parâmetros abstratos, geridos por uma rede de serviços de assistência e cuidados – tudo banhado em uma atmosfera inefável, mas onipresente de angústia e culpabilidade inconsciente (GUATTARI, 2019, p. 396, *acréscimo nosso*).

Esclarecemos que o capitalismo se beneficia largamente com a segregação social dos deficientes, pois eles cumprem, além da função ideológica de ativar angústia e culpa ao serem mantidos numa condição de inferioridade, também formam cadastro de reserva no mercado de trabalho. Para Diniz (2007, p. 26), necessitamos “assumir que o corpo *era* um espaço de expressão da desigualdade que precisava ser colocado no centro dos debates sobre justiça social para os deficientes”. O corpo não era, ainda é, um espaço de opressão.

Ou seja, a deficiência, em si, impõe singularidades no modo de vida, mas estas não precisariam ser caracterizadas por vivências aviltantes; são apenas necessidades especiais. Conclui-se, assim, que manter a condição de opressão da deficiência favorece a manutenção da subjetividade capitalística. A problemática do BPC reflete principalmente os fatores objetivos de dificuldade na vida do deficiente. Contudo, essa situação não se sustentaria sem os fatores subjetivos; é necessária a produção de um imaginário social capaz de justificar as atitudes de desprezo na formação e interação dos deficientes e dos não deficientes.

O desacolhimento diante do grupo ao qual pertenci por muitos anos funcionou me conferindo uma invisibilidade quase mortal e o isolamento mostrou-me o poder das fronteiras invisíveis de dominação. Posteriormente, lidando com a deficiência e recuperando um corpo com formato considerado *normal*, me deparei com as dificuldades que ainda sinto, mas que ninguém vê, e com os olhares de reprovação aos direitos conquistados pela minha condição. Nunca recebi o BPC, mas usufruí de quatro anos de auxílio-doença, pagos regularmente. Dentro dessa proposta, a escrita a seguir mostra o ponto de vista sobre as estratégias de desincorporação vividas acerca do corpo aderido ao conceito de deficiente.

Relato da Série Própria 2 – Aleijadinha

Em uma certa feita, voltando da escola para casa, vi o grupinho de meninos que cresceu comigo, os coleguinhas da rua. Agora, ficando todos mocinhos, a maioria, bem bonitos. Identifiquei dentre eles o meu preferido, o que tinha o maior e mais translúcido par de olhos verdes da galáxia. Olhei também os outros, lembrando que três deles haviam corrido muito atrás de mim e foram por mim rejeitados avidamente pela minha sabedoria de seis a onze anos. Implorando beijos, abaixando as calças, entregando doces, mimos e até anéis furtados da mãe. Essa avidez desesperada de moleques mais me assustava do que me conquistava. Mas eu sentia o susto passando rápido após eles aceitarem o meu “não” dizendo “sim” ao apostar com eles uma corrida, cavar buracos na terra, perseguir em bando os pequenos animais. Tive uma infância até certo ponto bem interessante.

Agora que ninguém me olhava muito, sabe-se lá o porquê, pensei por um momento que se arrependimento matasse, eu cairia ali mesmo, dura e seca. De moleques a rapazes, estava mais disposta a pensar nos outros tipos de “sim”...

O grupo de meninos também me olhou, e sorriu. Fiquei lisonjeada e andei ainda mais rápido para casa, como para me salvar dessa vontade toda de dizer sim, de ficar bem à

vontade, de ficar ali, à toa, junto com eles, na roda. Meus livros colados ao peito, abraçados em mim, me protegiam na minha sabedoria medrosa dos 12 aos 15 anos.

Mas como a viela era comprida, sem saída e a minha casa era a de porta número 6, deu tempo – aliás, deu bastante tempo – de ouvir a musiquinha que eles cantarolaram para mim:

“A aleijadinha, por favor

A aleijadinha, meu amor

A aleijadinha, por favor

Olha a aleijadinha...”

Tinha um batuque, não esqueço do batuque. Batuque. Batido. No muque.

Eu era isso?

Em mim, não se dava aos olhos deles, a passagem de menina à moça... Eu era outra sorte de coisa. Passei a um estado de sombra, achatada, monstruosa, aleijada. Aleijadinha sim, para uma maior repugnância comemorativa.

No percurso de menina a moça que eu lutava com uns tantos de perna a menos, com muletas, cadeiras de rodas e ambulâncias, estava, até ali, sentindo vitórias. Fase que eu rasgava e era rasgada com ardência, acordando em êxtase de vida e de dor a cada anestesia, urrando nas fisioterapias, com força. Redescobrimo meu corpo e minha mocidade a cada dia, a cada cirurgia, a cada parcela, meu novo jeito de andar por aí, não cansando nunca.

Enquanto minha mãe dava três plantões e meu pai desistia de nós e principalmente de mim, eu ali estava, crescida, em certa promessa descomprometida. Gostava de ser eu até ouvir a música a mim dedicada. Estacada na porta de casa, abri, lívida, sem lágrimas. Eu – vencedora. Eu – viva. Eu – vivian. Eu – a cheia de vida. Eu, aleijada. Eu, assexuada. Eu, mais nada.

Talvez a ausência de lágrimas e a paralisia tivesse preocupado muito uma das minhas muitas irmãs, tão acostumadas a me ver movimentar, falar muito e chorar por qualquer coisa. Justo a mais velha, a mais linda, a mais perfeita, resolveu se manifestar. A filha sempre lembrada com gosto pelo meu pai como “aquela que só dava lucro” enquanto nesta escala certamente eu era aquela que dava grosso “preju”. A irmã que trabalhava. A que tinha namorado. Ele era feio, coitado do namorado, mas tinha um carro e logo ela não tinha mais que ficar andando a pé ou morando ali. Justo ela, meu Deus, fez a intervenção sepulcral:

- Ei vocês, meninos, que coisa feia!! Para que fazer isso? Agora a Vivi está aqui em casa chorando. Vocês eram nossos amigos!! E fechou a janela. Eu, dura, ainda na porta.

A rodinha se desfez na hora, junto comigo. Mesmo desfeita, juro por tudo que não estava chorando como disse a irmã lucrativa porque não existem lágrimas possíveis para este tipo de prejuízo. Ali, naquela porta, eu dei uma paradinha com a vida. Entrei

na zona zumbi. Pressenti o batuque seco do grande inferno que me esperava nos anos seguintes.

Porque morto não chora.

[Diário de Campo, casa da mãe da pesquisadora, São Paulo/SP, julho de 2019]

Beneficiária do INSS por intervenção da empresa na qual trabalhava e pela qual fui tutelada por sua Fundação na infância e na adolescência, possuía uma vivência bastante positiva acerca dos meus direitos. Fiz um tratamento caro, financiado pela instituição e que durou muitos anos, passando incólume, a todas as perícias. Os peritos me atendiam dentro da própria empresa para evitar meu deslocamento e em períodos de agravo pós-cirúrgico se ofereciam para periciar em domicílio. Qual não seria minha surpresa ao trabalhar no serviço público e acompanhar como se dava esse processo sem o protecionismo de uma instituição financeira zelando por seus funcionários e por sua imagem diante do mercado.

Entendendo o Benefício como apoio fundamental para a alimentação, negá-lo é atuar contra a condição primária para a sobrevivência do deficiente, e isso ocorre *dentro* da Assistência Social e de sua Agência de Previdência Social ou INSS. Esse não é apenas um aspecto desfavorável na vida do deficiente brasileiro, são leis e procedimentos organizados para não atender suas necessidades. Acrescentamos ainda, diante da violação cotidiana de direito básico à alimentação, todos os outros direitos estarão fatalmente comprometidos. Por isso, não detalharemos seu (não) acesso à Saúde, Educação, Cultura, Lazer, porque, além de existirem estudos específicos bastante qualificados na área, percebemos a maior de todas as dificuldades em ser deficiente consistindo na micropolítica que suprime seu direito de existir. Essa limitação da vida age de forma mais nefasta que o grau das lesões.

Figura 12 – Combinação de três fotos retratam a pesquisadora com sua deformidade, na época de segurada pela Previdência Social, em viagem.



Fonte: Arquivo pessoal, vista panorâmica do monumento Niemeyer na Ilha Porchat, São Vicente, Baixada Santista, janeiro, 2001.⁷

Durante cerca de um ano, assisti o caminhar dessas histórias, bastante diferentes da minha, na época em que trabalhava na iniciativa privada. No meu novo trabalho como servidora pública do CRAS, técnica de referência do BPC à Pessoa Deficiente e à Pessoa Idosa, atendi todos os dias usuários fora do mercado de trabalho,

⁷ Experimentando autonomia ao viver com o auxílio-doença (2001-2005) pela Previdência Social por meio da instituição financeira na qual trabalhava como programadora. Fui escolhida para trabalhar na instituição por apresentar bom desempenho nas tarefas escolares após anos de avaliação no projeto social de educação de crianças desta empresa. A licença médica remunerada proporcionou a fuga do contexto familiar de violência para viver provisoriamente em outro município.

economicamente carentes, apresentando lesões dos mais diversos tipos (anomalias em membros, cegueira, surdez, distúrbios mentais, físicos, câncer, dependência química, vítimas de acidentes, etc.) ou idade acima dos sessenta e cinco anos (apresentando lesões ou não).

Destarte, nota-se que mesmo operando dentro da lei, *tem* como errar, pois a lei feita para beneficiar o deficiente não vale para todos eles/nós. Os procedimentos os prejudicavam de toda forma possível, no caso do BPC. Vejamos algumas vivências passadas no período em que, sendo servidora pública municipal no Vale do Ribeira, atuei como psicóloga do departamento de Assistência Social. Lotada no CRAS, participei do enrolar e desenrolar do BPC, este benefício financeiro previsto em lei para apoiar a vida dos deficientes.

Mesmo com o cumprimento da burocracia da Assistência Social, munidos de laudos médicos atestando sua incapacidade para o trabalho remunerado, após passarem pela *via sacra* do INSS, *todos* os casos de BPC por deficiência obtiveram indeferimento. Ou seja, não houve, no período de doze meses trabalhados por mim no CRAS, a concessão de um único benefício às pessoas deficientes que atenderam a todas as exigências documentais e compareceram corretamente às perícias agendadas.

O desespero e o desalento eram os acompanhantes emocionais na vida dessas pessoas e na minha, pois “Com a soma dessas sensações – perplexidade, pavor, frustração e decepção – o mal-estar ultrapassa um limiar de tolerabilidade” (ROLNIK, 2018, p. 101). Nosso atendimento especializado, juntamente com o esforço da pessoa com deficiência em corresponder às exigências para pleitear o apoio financeiro, era inútil diante do aparato da Previdência Social em torno do indeferimento do Benefício. Essa situação vivenciada cotidianamente era traumática para todos, mas especialmente perversa para alguém ciente sobre como funcionava um tratamento diferenciado. Ainda me questionava se não era mais a *aleijadinha* da rua.

Além dos sofrimentos paralisantes inerentes ao trauma, o fortalecimento diante da dor também é uma possibilidade. Desfiar os contextos violentos onde essa estratégia de fracasso foi determinada era possível. Contestar esse processo é alternativa plausível diante do Juizado Especial Federal, o que não significa certeza da concessão do benefício posteriormente. Disponível em outra cidade, esse apoio jurídico conta com

outra longa fila de espera para o primeiro atendimento, que consiste apenas em triagem e explicações sobre as regras próprias de funcionamento deste serviço.

A entrada do processo propriamente dito variava de acordo com a condição do deficiente em atender as exigências burocráticas, sendo geralmente superior a trinta dias. A resposta do processo de contestação ao INSS? Anos. Para completar, o CRAS não tinha condições de realizar o transporte do deficiente ao juizado ou às perícias, sempre jogada pelo sistema para acontecer em outros municípios (mesmo havendo agência do INSS na cidade). Durante o andamento do processo não era possível o fornecimento de cestas básicas à essas pessoas impedidas de trabalhar por sua condição de saúde.

Problematizamos, assim, se os pretendentes à adoção e os candidatos ao Apadrinhamento Afetivo não seriam bodes expiatórios de uma questão capitalista, pois, geralmente, são acusados de estarem mais desejosos em obter crianças saudáveis, perfeitas, para satisfação narcísica, não sendo *bons o suficiente* para exercer cuidados parentais a quem mais precisa. Dessa maneira se justifica, de forma simplista, os entraves judiciais na desinstitucionalização, os obstáculos no apoio social a quem mais precisa. Reafirmamos que este regime econômico necessita da promoção de angústia e de culpa para funcionar, remetendo a uma política baseada na onipresença destes sentimentos paralisantes e, também, na Eugenia.

A fabricação emocional do pensamento de que essas vidas – dos deficientes - não têm grande importância forma o cerne cultural do preconceito e do extermínio. Diniz (2007) também aponta que o modelo social vigente define como *normalidade* um valor baseado na ideologia do tipo de pessoa que o capitalismo precisa. Em sua obra básica sobre deficiência, a autora trabalha com a linha de raciocínio de que “suposições de normalidade para a pessoa humana” são definidas com base na “expectativa do normal, seria possível classificar os desvios, perigosamente descritos como anormais” (DINIZ, 2007, p. 44).

A mensagem desse funcionamento social diante dos deficientes não é unicamente o sentimento de rejeição, é uma atitude de *ativo extermínio* dessas pessoas. No âmbito material sua existência torna-se inviável, como mostrado pela odisseia do BPC. E as questões subjetivas, por mais importantes que sejam em nosso entendimento, se tornam nulas diante da morte do corpo por inanição. Essa mortificação lenta e

gradativa do corpo deficiente esclarece sua origem eugênica, de seleção dos *aptos* e assassinato dos *inaptos*, haja vista que “as tecnologias de produção [...] dos corpos, em todos os tempos, costumam conspirar contra as potências de vida; elas obedecem aos interesses de uma determinada formação histórica” (SIBILA, 2002, p. 108). Porém, as formações históricas não ascendem sozinhas, elas se encontram “em luta constante com outras forças que também batalham tentando se impor”, e essas *outras forças*, essas *forças novas* surgindo na comunidade nos mostram como “a vida opõe resistências aos dispositivos desvitalizantes, ela é sempre capaz de criar” (idem).

A nossa cultura esconde suas raízes profundas no solo da *solução final nazista*, onde se define um perfil desejável e se descarta o restante. A normalidade é “um tema de crítica constante” porque essa ideologia norteia ações públicas em relação à deficiência; acrescentamos que se trata do “fundamento das ações biomédicas de intervenção no indivíduo com lesões”, afastando-o de uma série de vivências afetivas e sociais (DINIZ, 2007, p. 36).

Isso cria um clima de desacolhimento, onde o deficiente é preterido de formas que ultrapassam as escadas. Não subir, não descer, não poder se movimentar com autonomia impõe sofrimento, contudo, lidar cotidianamente com o embate de que você não deveria obter alimentos e nem estar ali pode ser esmagador. As construções sociais que impedem a circulação dos deficientes parecem gritar: “ninguém o quer, ninguém liga para pessoas como você”. É um não poder acessar os locais e as pessoas, um não conseguir ser acessado por quase ninguém, numa existência cujo alcance da dignidade se torna quase inviável.

Não poder agir de forma efetiva para impedir esse processo constrói uma reação de esfacelamento psíquico diante de um quadro tão funesto. Quadro esse pintado com as cores da morte, cuja causa não é natural, mas sim política. E para iniciar a mudança desse quadro necessitamos sair do espectro da solução final, com a criação de forças novas para a articulação de uma resposta política. Compreendemos a ativação dessas forças com a construção de uma rede de apoio efetiva e diversificada. Uma rede de suporte, de proteção e de sustentação que acolha os problemas pessoais como agruras do coletivo, com o olhar de soluções em conjunto.

Tal rede opera de acordo com o nosso conceito de Apadrinhamento Afetivo, se sensibilizando diante do momento:

quando uma experiência pessoal toca o outro, ela se torna política. Cria um nós [...] O que diz de um pessoal se conecta com outro e esse outro pode dizer “eu também” e neste momento, um laço se faz. Um mediador faz fazer laço. É político quando abre a possibilidade de se conectar e compor um mundo comum (ALVES, 2016, p. 86).

É fundamental a existência de uma sociedade capaz de valorizar a vida, procurando elementos para implementação de políticas de vivências em comum diante da diversidade. Adicionando laços de Apadrinhamento Afetivo, conscientes do “nós” e de nossos direitos e deveres se é capaz de problematizar, questionar e transformar em coletividade, o funcionamento da máquina pública. Contudo, assistimos a repressão violenta de coletivos organizados em prol de direitos sociais e uma derrocada do senso crítico populacional em geral.

Isso acontece como resultado de um povo também vitimizado pela falta de acesso afetivo às condições imprescindíveis para a construção sistemática de um arcabouço de conhecimentos necessários a tomada de ações e decisões mais felizes, como o acesso a um sistema cultural de qualidade. O sistema perverso se retroalimenta quando não há solidariedade e organização coletiva.

Em virtude dos argumentos apresentados, percebe-se que assumir os cuidados de uma pessoa deficiente supõe grandes somas de dinheiro para suprir de forma particular o que o serviço público não contemplará. Além da riqueza, é necessário tempo disponível para acompanhar o andamento das ações contratadas, se estão favorecendo a qualidade de vida do deficiente, se o serviço é prestado a contento. Então, para falar de preconceito dos adotantes seria interessante reconhecer a classificação social que determina e escolhe quem deve viver e quem pode morrer, ordenamento que também atravessa a adoção. Responsabilizar exclusivamente as pessoas pretendentes à adoção que tomam a decisão de não arcar com tamanha demanda em assumir uma criança deficiente é jogar uma cortina de fumaça sobre o funcionamento social criador de deficiências e de desincorporações.

A teoria social da deficiência estabelece “o reconhecimento das desvantagens sociais, econômicas, ambientais e psicológicas provocadas nas pessoas com lesões [...] e o reconhecimento de que [...] as desvantagens sofridas pelos deficientes são produtos históricos, e não resultado da natureza” (DINIZ, 2007, p. 27). Desnaturalizando a questão da deficiência percebe-se a construção discursiva que causa opressão ao corpo

do deficiente. Mesmo que a lesão seja causada pelo acaso, é inegável que o contexto do capitalismo representa grande produção e reprodução de lesões e deficiências.

No caso específico do Vale do Ribeira, a Comissão Nacional de Direitos Humanos visitou a região em novembro de 2018, devido a violações no sentido de uso indiscriminado de agrotóxicos no plantio de bananas (<https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/dezembro/comitiva-do-cndh-identifica-violacoes-de-direitos-humanos-em-visita-realizada-ao-vale-do-ribeira>, acesso em 14/10/2019). Tal envenenamento por várias vias, incluindo a pulverização aérea, acarreta deficiências e transtornos mentais, com alta incidência desses problemas nas crianças do Vale, principalmente aquelas provenientes das comunidades rurais.

Além disso, da gravidade da produção ativa de problemas físicos e mentais permanentes ao se visar prioritariamente a produtividade e o lucro, as desvantagens experimentadas pelos deficientes não são resultadas diretamente de suas lesões, mas sim resultado de ações punitivas aos corpos que não corresponderam às expectativas de integração ao funcionamento do capital e/ou o denunciam de alguma forma. No capitalismo, o indivíduo normal é aquele que se adapta precocemente às circunstâncias impostas por processos de adiestramento e esvaziamento dos saberes locais, nomeados, por vezes, de *educação*.

De acordo com o funcionamento social, “a boa educação corresponderia à orientação das forças instintivas da criança e sua adaptação às condições ambientes” (SERRA, 2011, p. 85). Justamente adaptar-se às condições atuais condena não só a humanidade, com deficientes e não deficientes, mas o planeta como um todo, à degradação. Essa adaptação não deve ser almejada, pois leva à destruição da vida. Porém, o capitalismo investe, constantemente, nas ações de adaptação e reabilitação, visando seu funcionamento. Haja vista a diferença entre o tratamento que recebi enquanto trabalhadora com deficiência e a negligência genocida dos outros deficientes considerados como não trabalhadores não adaptados.

É importante destacar que, se essa adaptação não se mostra possível, o capitalismo fracassou em suas estratégias de dominação. Contudo, o discurso social ainda vincula essa resistência a um sentimento de fracasso individualizado, fomentando ações contra a pessoa considerada anormal, desvalorizando-a, oprimindo-a, invisibilizando-a e produzindo verdades sobre ela. Essa construção discursiva não se

baseia apenas na Medicina e no Direito, mas se serve deles para concretizar atos da mais completa barbárie na intenção de subjugar esse outro que não se domina. Nota-se que “quando as instituições jurídicas encontraram o saber médico, formularam enunciados que teriam o estatuto de verdade, mesmo sendo alheias a todas as regras” (SERRA, 2011, p. 99-100).

Funcionando assim, alheios às políticas de valorização da vida, buscando esvaziar o pensamento crítico acerca dos discursos, o capitalismo serve-se da pessoa com lesão para criar o estigma da deficiência. Como aviso prévio a quem não cumpre o adestramento, a adaptação e a reabilitação, as dificuldades enfrentadas pelos deficientes são usadas como trágicos exemplos de uma vida tão ruim que não vale a pena ser vivida por ninguém. Assim, o extermínio já não é mais percebido como hediondo. Essa potência de vida proveniente da inadaptação a um sistema destrutivo, poderia ser usada para repensar e criar outro sistema.

A precariedade a qual o deficiente é submetido fica discursivamente aderida à diversidade experimentada pelo ser anormal, pelo ser diferente. Quem é diferente está vitimizado pela sociedade e, paradoxalmente, se torna uma ameaça a ela. Passa a ser percebido como perigoso, enigmático, monstruoso, estranho, contaminante, devendo, por isso, ser isolado dos contatos sociais para manter a ordem. Essa ordem não é alegria para os demais, classificados segundo a esfera de normalidade, mas é propagandeada como se fosse assim. A desvalorização dos deficientes barra as aproximações, afastando as pessoas assustadas com o arcabouço de dificuldades aderidas à figura da pessoa deficiente, coladas pelo sistema social vigente, não pela própria deficiência em si. Dessa forma, há uma experiência emocional elaborada para fazer da diversidade uma deficiência e da deficiência algo a ser penalizado e excluído. Percebe-se que “a experiência emocional [...] pode ser induzida e indutora; causa, vetor e produto” (DESPRET, 2011b, p. 39).

Manter o deficiente excluído traz vantagens ao funcionamento social capitalista e ao pequeno grupo beneficiado por ele. E à mais ninguém! As pessoas em geral, ao se isolarem do diferente, empobrecem sua capacidade de problematizar, criticar e mudar a sociedade. Também se isolam de si mesmas ficando ilusoriamente com uma sensação de pertencimento por estar dentro da norma. Entretanto, essa postura faz com que correspondam mais fielmente às estratégias de dominação, que vão lesioná-lo mais tarde. Ignora-se, por exemplo, que a adaptação aos sistemas sociais vigentes acarreta

lesões premeditadas onde a prioridade é o dinheiro e não a vida. E por fim, situações inerentes ao ciclo existencial, tais como a infância e a longevidade, equipara crianças, idosos e deficientes, a uma escala de opressão bastante similar, pois essas categorias experimentam o abuso diretamente em seus corpos.

Com isso, foi possível traçar alguns pontos comuns entre as descorporações vividas na deficiência. Então, antes de acatar sugestões simplistas culpabilizando os pretendentes de adoção por preterirem as crianças deficientes, desenhamos nos parágrafos anteriores um pedaço do mapa da deficiência no Brasil, baseados em alguns parâmetros biográficos como seguradora do INSS via sistema privado e da vivência como psicóloga do CRAS aplicando a legislação do Sistema Único da Assistência Social (LOAS, BRASIL, 2006) para aprofundar a questão.

Assim, os tabus e entraves que já cercam a adoção multiplicam-se quando o assunto chega à questão dos deficientes. Rejeitados inicialmente no cadastro pelos pretendentes à adoção, a condição de criança com deficiência ou patologia crônica coloca quem mais precisa de cuidados como últimos da fila. Mais tempo são submetidos às agruras da institucionalização e isso diminui as chances de possíveis melhorias em sua condição de saúde. A perversidade do processo se mostra evidente em “Apesar de as crianças com necessidades especiais serem as que mais precisam de cuidados específicos, este é o tipo de adoção mais raro” (FONSECA, 2009, p. 303).

4. SAINDO DA RODA

O que importa é o corte, a lacuna [...], que fará girar em torno de si, *em círculos*, e que irá gerar não só um sentimento de ser - um Afeto sensível - mas também um modo ativo de ser - um Afeto problemático (GUATTARI, 2019, p. 393, grifo nosso).

O fim da vida é sempre uma possibilidade. O fim do Apadrinhamento Afetivo também é. As rupturas se dão. A conexão pode se extinguir por diversos fatores. Tem Roda que gira, tem roda que emperra e pára, com gente entrando e saindo. Num vai-e-vem onde se desfaz e se refaz de cara para o chão, arrastando a conexão com outros solos possíveis, retomei minha escrita e me tornei capoeirista. Uma série de produções jorraram espumosas, sem aparente ligação com a Roda dos Enjeitados, com a Roda de Capoeira e com a Roda da Academia. Era eu, era meu. Outras formas de legitimação deste material estavam por vir.

Depois, alinhavadas uma a uma, em Roda se ajeitaram e promoveram, pessoalmente, a valorização das produções e a criação de um novo tipo de conhecimento. Mesmo sentindo que tudo aquilo era eu e era meu, muita gente tinha participado para eu ser aquilo que sou. Dentro da Nação Cultural, fora da academia, dentro da academia, fora da Roda, dentro da vida... Surgiu um conhecimento acidentado, costurado, cicatrizado, mestiço, alegre e sangrento autorizado por mim e pelo novo estilo de orientação, a persistir. A existir. E a tornar-se múltiplo, visível, compartilhável e, principalmente, acessível. Lembrei-me de Gloria, em sua carta, dizendo “É improvável que tenhamos amigos nos postos da alta literatura [...] Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos” (ANZALDÚA, 2000, p. 229).

A Roda de Capoeira se expandiu para o Apadrinhamento Afetivo na roda da minha vida, agora girando em constante movimento de reconstrução. A pesquisa se tornou possível, tangível, de uma forma que para mim era importante; compartilhando minha escrita com a comunidade, sendo academicamente produtiva e afetivamente orientada, pois:

Compreendemos a produção como a potência de existir de todos os seres humanos quando podem afetar e ser afetados, expressando e produzindo novos devires, novas subjetividades que resistem às tessituras opressoras, injustas, desiguais e excludentes do capitalismo, em um terreno de luta e de negociações (BICHARA, 2014, p. 42).

Assim, diante do novo ambiente comunitário e olhando para a pessoa que era quando adentrei no processo seletivo de Doutorado, percebi uma qualidade outra, uma nova capacidade de questionamentos e de movimentos heterogêneos provenientes. Eles vinham do não engessamento pelas amarras da minha relação de opressão com diversos setores de minha vida, incluindo o ambiente universitário. Será que cheguei ao polo ativo de resposta ao trauma, “no qual se persevera nossa potência vital, tendendo, inclusive a intensificar-se [...] amplia-se o alcance de nossa mirada” (ROLNIK, 2018, p. 102)?

4.1 APADRINHAMENTO DE UM CORPO MESTIÇO

A Roda de Capoeira funcionou como Apadrinhamento Afetivo Informal para mim? Acredito que sim. Ao me inserir dentro dela com todas as minhas fragilidades e

incapacidades, promovemos coletivamente a inserção, também, das minhas capacidades. Toda a energia congelada se aqueceu no jogo ligeiro para concretizar um doutorado. A qualidade? Tive dúvidas sobre isso, diante do tempo recortado, das normativas acadêmicas, das diferenças metodológicas, sobre o real valor da presente pesquisa, do meu jeito de escrever e de agir.

Nesta mestiçagem aqui compartilhada, saindo do adormecimento da *zona zumbi* até a possibilidade de Apadrinhamento e posterior vivência do Apadrinhamento Afetivo Informal, o afeto transversalizou o contato de pessoas e aspectos cuja convivência e visibilidade no coletivo são usualmente negadas nos tempos atuais. Dessa maneira, a mistura proposta com esse trabalho de pesquisa agiu considerando as monstruosidades, as próteses e possibilidades de acoplamento, como partes de *corpos que contam*, na construção de conhecimento e de vida coletiva. Neste mapa cruzado, riscado e cicatrizado, as eras ou épocas somadas nos contam muito, e, quando elas se tornam somadas e falantes, apropriadas de sua narrativa peculiar, são incluídas na Roda de muitas outras histórias. Aqui e acolá, o monstruoso aparece para se chocar com as verdadeiras aberrações naturalizadas como normalidade pelo nosso contemporâneo.

A vida existente no deficiente e no idoso nos faz refletir sobre a quantidade de cicatrizes e feridas que uma vida pode carregar. E para uma ferida ser transformada em cicatriz, é preciso agir em prol do objetivo de fazer o portador da ferida viver outras experiências diferentes do devir-estar-doente-com-ferida. Não se trata de curar nada. Se trata de deixar morrer alguns aspectos - e por que não matar ativamente determinadas instâncias - e, posteriormente, contemplar o que sobrou. Deixar aspectos desaparecerem, conferindo a cauterização de feridas, reconstruir dos cacos restantes depois da Roda de Despedaçamento, surge uma Roda de Capoeira mosaica que se movimenta monstruosa, onde os deficientes e os feridos são bem-vindos.

O aspecto de uma ferida cicatrizada pode ser, sim, repugnante, mas é provável que seja mais tolerável que a ferida ativa e aberta. E a cicatriz é a mensageira do tamanho e do teor da experiência ultrapassada, sem seus odores. As cicatrizes, assim como as rugas, são mapas e seus desenhos oferecem coordenadas acerca da ultrapassagem experimentada por aquela vida específica em derivação. Independentemente de seu formato, de sua extensão, a cicatriz é prova derradeira de que a vida venceu; a ruga ou a cicatriz é a foto da resistência, o comprovante de um passado doloroso sendo incorporado à vida de forma tolerável, indolor. Ou quase isso.

Ferir e ser ferida nos remete à *La chingada*, em Anzaldúa (1987); é o mito do feminino foco da repulsa, do desprezo, reunindo, neste termo, um modo deprimente de tratar as mulheres com sarro, escárnio, humilhação. Proveniente dos mesmos mitos latinos, *La chingada* é uma história em Realismo Fantástico que nos faz refletir sobre as consequências ao se fugir dos padrões esperados para uma mulher. Ser renegada, ser monstruosa, ser xingada é ser também *A aleijadinha* da escritura (p. 188). Fazer parte desse clube dos monstros nos coloca diante das expectativas sociais reais para o feminino. Questionamos algumas ações sociais definindo percursos de sofrimento para muitas mulheres que saem fora do previsível. Extrapolar a escrita científica convencional integrando narrativas menores ao corpo da tese é uma das propostas metodológicas deste material; ser capaz de cartografar a realidade é outra, inserindo nela algum teor de magia que nos coloca passíveis de transitar noutros modos de existência.

Por isso, apesar do impacto diante da vida das mulheres, *La chingada* é um escarro que se tenta eliminar, mas não se elimina completamente, pois não é uma história fantástica limitada à causa feminina, tampouco ao mitológico latino. Estar dentro da barriga do monstro fazendo parte de suas secreções é um fato mais amplo, atingindo a todos os que saírem dos padrões de opressão, uma classe inteira de *los chingados*, escarrados, infiltrados, aleijadinhos. O contato com o múltiplo potencializa esses acoplamentos imprevisíveis.

A simples e rápida saída do estômago do monstro pode ou não ser possível, dependendo da nossa capacidade de nos tornar regurgitáveis e resistentes para sobreviver à força do jato azedo. Existem possibilidades dentro dessa realidade estomacal; se ela é ácida e nos corrói, ao mesmo tempo também nos contém, podendo nos matar por derretimento e/ou nos metabolizar em algo favorável e nutritivo.

Nesse movimento digestório de encaixes e transformações, capacidades se ampliam, o corpo e sua potência crescem. Reconhecer que estamos localizados dentro da redonda barriga do monstro nos torna parte dele e, assim, potentes e bizarros, podemos agir como apêndice irritável. Não é preciso se deixar destruir completamente esperando o período completo de digestão. Não é necessário se limitar ao título de *La chingada*. Podemos fazer clarear as vias de acesso de uma cultura que teme os monstruosos por estar, justamente, fazendo parte de um.

Vamos pensar nos efeitos trazidos pela celebração dos monstros, pela perfuração nas fronteiras que nos fazem encarar as esquisitices com posturas mais sensíveis, mais conscientes. Quem sabe assim, incluindo escrituras de pessoas esquisitas em um coletivo de pertencimento, possamos problematizar tantas feridas. O acolhimento familiar, interseccionado ao Apadrinhamento Afetivo, nos mostra como a flexibilidade na questão temporal se faz necessária para os coletivos:

O acolhimento familiar mais prolongado, apesar de não referenciado na lei brasileira, pode ser benéfico em casos [...] cujo maior desejo parecia ser o de pertencimento. Aqui a delimitação do tempo de ação determinado pela justiça parece ter sido diferente do tempo de [...] acompanhar a demanda subjetiva tanto das famílias de origem quanto da criança. Nestas circunstâncias, a manutenção mais prolongada na família acolhedora pode facilitar o processo de retorno na medida em que há mais tempo para rever as estratégias de trabalho (BAPTISTA, 2019, p. 1804).

Digamos que o trabalho de transformar os ferimentos abertos em cicatrizes significa agir no tempo de existência dessa ferida, abreviando-o. Podemos pensar que a diferença entre uma ferida aberta e uma cicatriz também envolve a sua duração. Operando para que ela se transforme em outra instância as práticas de cuidados coletivos são possíveis para a redução da duração dolorosa. Após a transmutação da ferida em cicatriz, nos apropriamos de uma narrativa sobre *como* se deu esse processo. Mapeando e recontando as ações podemos aprender a transformar. E ao ler os mapas formados pelas cicatrizes, podemos rodopiar no tempo, e, arejados, fazer circular novos ares e seguir por outras rotas.

Nos capítulos anteriores, a Roda 1 foi caracterizada pela Roda dos Enjeitados, a Roda 2 pela Roda de Capoeira e a Roda 3 pela Roda da Academia; todas elas se interpenetraram em suas oscilações, formando juntas, a nossa figura temática da espiral dos mestiços, cujo conceito remete à obra de referência de Gloria Anzaldúa.

A Roda dos Enjeitados - Roda 1 - ainda gira em muitos abrigos, expondo numerosos contingentes populacionais de crianças e adolescentes à reclusão institucional para, posteriormente, usá-los noutros de esquemas de desacolhimento. A adoção que nunca chega, o apadrinhamento cheio de obstáculos, as equipes técnicas desfalcadas, a invisibilidade social... Porém, em contrapartida, existiram também, ao longo da história do Brasil, muitos coletivos como a capoeira, que em rodas giraram nos terreiros das senzalas, servindo, até hoje, aos esquemas de reconstrução psíquica e cultural.

A Roda de Capoeira - Roda 2 - do grupo Nação Cultural é parte dessa espiral; ela gira, impulsiona, movimenta e faz junção da Roda 1 à Roda 3. Além da capoeira, patrimônio cultural brasileiro e símbolo de integração com resistência, há a presença dos enjeitados e dos deficientes, cujo acesso é permitido neste grupelho, mesmo sendo barrado em tantos outros lugares cujas abordagens visam seu extermínio.

Entramos, por fim, na Roda da Academia - Roda 3 - que ao ser vivida por alguém com tantas marcas, tocou, novamente, na questão da Roda dos Enjeitados, e, por muitos momentos, se comportou à guisa de Roda de Santa Catarina (p. 39), moendo e destruindo sonhos. Contudo, ao compartilhar e ecoar movimentos coletivos, essa Roda dos Enjeitados se interseccionou à Roda de Capoeira e também se espiralizou, derivando em movimentos múltiplos de pertencimento ao alcançar novos limites com sua expansão. Ocupando o espaço elitizado do doutorado, fez a participação e a documentação de um trabalho de esgarçamento de fronteiras.

Contudo, a abertura e as conexões provocadas pela feitura dos textos aqui presentes, pela liberação do tipo peculiar de escrita e de pessoa escondido nas sombras, a minha *shadow-beast* (monstro das sombras, como Anzaldúa se classificava), saiu da jaula e não pretende mais voltar. Como as Rodas, também derivou e assumiu, girando, novos lugares de existência, dentro dessa espiral mestiça. Num lugar diferente, procurando mais nutrições adversidades, compondo com a diversidade, aconteceu uma nova postura onde dá para colocar a mão no monstro sim. Para Gloria Anzaldúa é perfeitamente possível olhar nos olhos do monstro e encontrar acalanto. Também acreditamos nisso.

Não é o monstro que precisamos perseguir e aniquilar. A chave de permissão, comunicabilidade e acesso a diversos monstros em mim realmente demonstrou que não era a minha monstrosidade ou deficiência quem estava me apunhalando, me abrindo portas defronte a abismos, ou me proporcionando algum tipo de descanso totalmente digno de desconfiança.

Nesta espiral de Apadrinhamento Afetivo e de acolhimento das escrituras, os afetos puderam circular e foram capazes até de jogar capoeira, se esgueirando e coreografando os passos nessa luta-dança-arte-resistência. Diante de novos territórios, outras rodas de proteção mútua nasceram. Incubando afetos, apadrinhando dores, cultivando amores, acolhendo e criando familiaridades, desejamos agir na construção de

tempos mais possíveis de fazer circular essa força incrível que circunda, acopla e nos faz ultrapassar.

Nós compreendemos a revolução dos afetos como permeabilização de fronteiras e permissão de novos acoplamentos; e esses se apresentam como mais possibilidades de fazer, dissolver, resistir, viver e até morrer. Notamos que ultrapassar estados ou marcas não tem nada a ver com apagá-las ou pior, negá-las, outorgando-lhes invisibilidade. Também suplantar as fronteiras não tem nada a ver com ignorá-las. O afeto faz circular algo que transcende as classificações e delimitações, criando outros tipos de lugares trafegáveis para viabilizar a criação de novas pontes e evitar a edificação de mais fronteiras. Conviver com a diversidade revisa e dissolve fronteiras em quaisquer níveis.

Por isso, entendemos que a superação das marcas e o trânsito nas fronteiras pode se dar por meio da intersecção com as condições afetivas que as tornaram possíveis. No conceito de Apadrinhamento Afetivo, fazer circular os afetos não significa, necessariamente, entrar em contato com o outro, amar e *ser feliz*. Isso é apenas uma das múltiplas possibilidades. Há muito de potência destrutiva diante das ações de afeto, onde também existem conexões aniquiladoras. Contudo, para agir e chegar à potência de vida, é necessário assumir o risco de entrar nessa roda, deixando o afeto circular. E os afetos são assim, complexos, difíceis de se explicar, porém, impossíveis de se prescindir.

Os caminhos dentro e fora da Roda são imprevisíveis. Que esses descaminhos bizarros, rodas centrípetas, impliquem em corpos vivos, localizados em terrenos mais firmes de se pisar, de se reconhecer pontes, de se formar espirais. Ansiamos por disponibilizar as senhas em diferentes locais de ultrapassagem.

Desejamos que a Roda gire fazendo circular a amizade e a acolhida ao diferente, dando acesso verdadeiro ao afeto que passa entre todos. Por tantas vivências proporcionadas pela Roda de Capoeira, que essa roda se espiralize e continue a conectar os corpos improváveis, viventes, flexíveis. Essa experiência me levou a conseguir habitar mais tempo em meu próprio corpo e interagir ativamente com outros corpos e frequentar vários campos. Que esse espaço se derive em *nosso campo*, num território onde possamos interagir e nos cuidar mutuamente.

Enfim, após vivenciar tantas transformações, rompimentos, reconstruções, nos questionamos se a complexidade dos novos tempos que correm em espiral precisa necessariamente impedir as ações para a vida continuar se movimentando em elos de

integração. Afinal de contas, não sabemos de quanta distância entre nós estamos tratando, mas se houver canais de Apadrinhamento Afetivo, poderemos produzir conhecimento suficiente para sobrevivermos. Nem todos os participantes deste processo tiveram tal privilégio.

4.2 RODAS DA VIDA E DA MORTE (*In Memoriam*)

Nos despedimos com duas últimas escrituras, retrocedendo ao início dessa Roda. Ao entrar no processo seletivo do Doutorado, em 2016, meu pai me convida a uma conversa, nervoso e cheio de dedos e conselhos, algo que nunca vi meu pai fazer com ninguém, menos ainda comigo, haja vista nossa relação distanciada ética e geograficamente. Recomendou, inúmeras vezes, que eu deixasse de lado meu jeito de ser impulsivo e chegasse ao final da formação. Ele salientava que ocupar esse espaço era algo muito importante e, independentemente dos dissabores no caminho, eu não deveria desistir. Ele estava bem de saúde e bastante animado ao ultrapassar os setenta anos de idade, e ficava dizendo que se eu usasse meu jeito de ser e minha energia a meu favor, eu conseguiria produzir - e resistir - ao doutoramento. Na hora me pareceu mais um discurso sobre como era necessário renunciar a mim mesma e me adaptar às regras. No entanto, eu senti um afeto inédito neste diálogo. Em 2018, meu pai descobriu um câncer agressivo no fígado, falecendo cerca de sessenta dias após o diagnóstico.

Fiquei bastante abatida ao saber que não poderia mais ver meu pai. Ele também não estaria presente na minha defesa, não comeríamos uma pizza de comemoração após essa conquista, hasteando a bandeira de paz e aceitação mútua após tantos anos de conflito. Encarar o processo acadêmico já estava difícil e, de repente, senti ainda mais vontade de abandonar. Eu e meu pai nunca fomos próximos e percebê-lo um pouco mais perto de mim após a entrada no doutorado deixou o trabalho mais significativo, confesso. A morte dele aconteceu bem antes da finalização de outros processos pessoais; as minhas oscilações de humor e as dificuldades com a deficiência me sufocavam mais que o usual e então, fiz um poema com a intenção de desabafo. Ao colocar o texto na internet, o mesmo foi lido como “homenagem a ele”. Percebi que o material ganhou bastante repercussão, e me encorajei, fazendo dois poemas. Então, divido aqui, incluindo-os no corpo da tese, os poemas e o meu pai, como tentativa de nos encontrarmos e festejarmos de alguma forma, esses momentos finais (da nossa convivência, do doutorado, do ciclo das Rodas). Sr. Nilson, valeu!

Relato da Série Própria 8 – *Deixando papai morrer*

Vamos nos entender

Diante dos sopros da sorte

Nos tumores da vida

Nos rumores da morte

Carinho despindo máscaras

Sentimento tão forte

Reconciliação da vida

Nessa beira de morte

Estarei contigo

Ficaremos mais fortes

Os dados foram lançados

Nesse filme sem cortes

Os tumores da vida

Nós estamos com sorte?

Os dados estão lançados

No suspiro da morte

[Diário de Campo, Ala dos cuidados paliativos, Hospital do Servidor Público, São Paulo/SP, maio de 2018]

E para minha mãe, dona Mariana, afirmo a minha admiração mais profunda e eterna ao seu Realismo Fantástico *em ato*, a todos seus momentos de loucura, à sua dificuldade mais profunda de lidar com limites óbvios e, por isso, ultrapassá-los constantemente. Criou seis filhos com pobreza material extrema, nunca deixando de encorajar a imaginação e a fantasia em todos nós, amando-nos mesmo diante das piores situações. Fica aqui a minha homenagem e meu horror por vê-la amparando, mesmo após anos de separação, o sr. Nilson, que, incontáveis vezes, tornou nossa vida tão desagradável e triste. Não cabe a mim julgar, porém consigo sentir doçura inusitada crescendo na relação com meu pai, por meio de minha mãe, nos momentos derradeiros.

Relato da Série Própria 16 – *Pai no hospital*

Mal consegue segurar a colher

Tomar a sopa

Mas diz tanta coisa...

Você que tente ajudar para ver só uma coisa

Mão torta que ainda, na artrose

Pode me reerguer ou me achatar

Com poucos movimentos trêmulos

Tem um amor encalacrado

Nas rugas de um pai velhinho

Dessa mão feia e nodosa

Amarela, Pintada e rugosa

Mapas de uma vida toda caminhada

Tanta linha na cara partida

Toda desenhada, quebradinha

Cabelo branco, neve no telhado

Cheiro ímpar de casa de velho

Nem bom nem ruim, papai noel

Corpo de pai tem cheiro de Natal

Sentir, incomoda um tanto

Carinho estranho de se achar

Porque pouco na superfície

É dentro que se instala?

Tocar é difícil, mas agora

ele aceita, tudo se aceita, tudo se ajeita

Assistir a tudo isso, essa forma aqui,

de adulto responsável, é esquisita

estranhos desconhecidos, reconhecidos

Mesmo assim, você me olha como se fosse um privilégio

E vibra com minha visita malvista

Agradece, torce mais por mim que eu mesma

Obrigada pelo mapa

desenhado na sua testa, pai

Vou tentar ler, nos segundos depois de beijar

Os próprios mapas dos meus descaminhos...

[Diário de Campo, Ala dos cuidados paliativos, Hospital do Servidor Público, São Paulo/SP, maio de 2018].

Figura 13 – Vista Panorâmica da Serra do Manecão após trilha ecológica.



Fonte: Adriano Pirulito⁸, Vale do Ribeira, São Paulo, 2019.

⁸ Adriano é conhecido como Pirulito por sua altura e magreza descomunais. Formado em Educação física, passou a estudar Fisioterapia. No último semestre foi desligado do estágio remunerado na prefeitura e não teve como arcar com as mensalidades da faculdade. Fato lamentado por todos, pois foi excelente estagiário no Centro de Reabilitação no qual trabalhou como psicólogo. Fez, então, o curso Técnico em Turismo e é guia turístico na região do Vale do Ribeira. Faz grupos para trilhas ecológicas proporcionando passeios a cadeirantes e deficientes, turistas, amigos. Também é fotógrafo, conserta computadores, edita documentos, coloca pisos, faz pinturas, cuida de crianças e empresta cavalos.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Elefante, 2016.
- ALLENDE, Isabel. **La casa de los espíritus.** Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1982.
- ALVES, Camila Araújo. **E se experimentássemos mais?** Um manual não técnico de acessibilidade em espaços culturais. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands: the new mestiza: la frontera.** San Francisco: Aunt Lute, 1987.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro mundo. Tradução de Édina de Marco. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236. 2000.
- ANZALDÚA, Gloria. **This bridge we call home: radical visions for transformation.** London: Editorial Routledge, 2013.
- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAPTISTA, Rachel Fontes; DARÓS, Lindomar; ZAMORA, Maria Helena. Reintegração no contexto do Acolhimento Familiar: um estudo de caso. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 6, 1788-1814, mar./abr., 2019.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BENELLI, Silvio José. **Entidades assistenciais socioeducativas: a trama institucional.** Petrópolis: Vozes, 2014.
- BENGHOZI, Pierre. Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. **Psicologia Clínica**, v.17, n.2, Rio de Janeiro, 2005.
- BLAY, Eva Alterman. **Assassinatos de mulheres e direitos humanos.** São Paulo: Editora 34, 2008.
- BICHARA, Tatiana Alves Cordaro. **Dança para todos: cartografias de experiências artísticas da Oficina de Dança e Expressão Corporal como lugar-ponte.** (Doutorado em Psicologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BOTTONI, Francine Delavald; COSTA, Luis Artur. Ética ficcional-cartográfica: a procura humilde e a força frágil. **Quaderns de Psicologia**, v.20, n.1, p. 89-100, 2018.
- BORLOT, Ana Maria Monteiro; TRINDADE, Zeidi Araújo. As tecnologias de reprodução assistida e as representações sociais de filhos biológicos. In: **Revista Estudos de Psicologia**, v.9, n.1, p. 63-70, 2004.

BRAIDOTTI, Rosi. **Lo post humano**. Barcelona: Gedisa, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)**, Brasília: CONANDA, 2006a.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2006b.

BRASIL. **Nova Lei da Adoção**. Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. **Regulamentação do Apadrinhamento Afetivo**. Lei 13.509, de 22 de novembro de 2017. Brasília: Distrito Federal, 2017.

BUTLER, Octavia Estelle. **Kindred: Laços de sangue**. São Paulo: Morro Branco, 2017.

BUTLER, Judith. **Défaire le genre**. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

CABRAL, Susie Hayashida; SOUSA, Sonia Margarida Gomes. O histórico processo de exclusão/inclusão dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.10, n.15, p. 71-90, jun. 2004.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CLANDININ, Dennis Jean; CONNELLY, F. Michael. **Narrative inquiry: experience and story in qualitative research**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers: EDUFU, 2015.

COELHO, Bruna Fernandes. Adoção à luz do Código Civil de 1916. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande do Sul, v.14, n.87, abril, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. London: Routledge, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Disponível em: <www.cnj.jus.br>. Acesso em: 26/3/2016.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (CRP). Revista PSI, São Paulo, n. 196, maio-junho-julho, 2019.

CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte (org.). **Psicologia, estado e políticas sociais**. Assis: UNESP, 2010.

CORTÁZAR, Julio. **O jogo da amarelinha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul, v.20, n.3, p. 425-434, 2007.

CRUZ, LÍlian Rodrigues; GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima. Sobre a psicologia no contexto da infância: da psicopatologização à inserção política. **Revista Aletheia**, Canoas, v.20, jul-dez. 2004.

DELEUZE, Gilles. **Spinoza et nous** (1977). Tradução livre. Philosophie pratique, 1981.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988a.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988b.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**. 1989.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume**. São Paulo: Editora 34, 2001.

DESPRET, Vinciane. **Ces émotions qui nous fabriquent: ethnopsychologi de l'authenticité**. Paris: Seuil: Les Empêcheurs de penser en rond, 2001.

DESPRET, Vinciane. **Os dispositivos experimentais**. Fractal: Revista de Psicologia, v.23, n.1, p. 43-58, 2011a.

DESPRET, Vinciane. **As ciências da emoção estão impregnadas de política?** Catherine Lutz e a questão do gênero das emoções. Fractal: Revista de Psicologia, v.23, n.1, p. 29-42, 2011b.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, João Seabra. **Aquele meu filho que eu não tive**. Coleção Grand'Angular. Lisboa: Afrontamento, 2007.

ESPINOZA, Baruch. **Tratado político**. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires. Revisão da tradução de Homero Santiago. São Paulo: Editora WMF: Martins Fontes, 2009.

ESTÉS, Clarisse Pinkóla. **Mulheres que correm com lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Être affecté. In: **Gradhiva**: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie, v. 8. pp. 3-9. Revisada e atualizada por Tânia Stolze Lima. Tradução de Paula Siqueira, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2004.

FONSECA, Célia Maria Souto Maior de Souza; SANTOS, Carina Pessoa; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos. **Paideia**, v.19, n.44, p. 303-311, set-dez, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GALINDO, Dolores Cristina Gomes; MILIOLI, Danielle. Ecologia na barriga do monstro: pistas a partir de Donna Haraway, Lynn Randolf e Glória Anzaldúa. In:

GUIMARÃES, Leandro Belinaso (org.). **Ecologias inventivas**: experiências das/nas paisagens. Editora CRV, FAPESC, 2015.

GALINDO, Dolores Cristina Gomes; RODRIGUES, Renata Vilela; MARTINS, Mário. **Jogos de armar**: narrativas como modos de articulação de múltiplas fontes no cotidiano da pesquisa. Disponível em:
<https://scholar.google.com/citations?user=7kWlr6MAAAAJ&hl=pt-BR#d=gs_md_cita-d&u=%2F citations%3Fview_op%3Dview_citation%26hl%3Dpt-BR%26user%3D7kWlr6MAAAAJ%26citation_for_view%3D7kWlr6MAAAAJ%3AyD5IFk8b50cC%26tzm%3D240>, 2014. Acesso em: 15/4/2020.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOMES, Alfredo de Freitas Dias. **Roque Santeiro**. Telenovela. Emissora Rede Globo, 1975.

GOMES, Alfredo de Freitas Dias. **Saramandaia**. Telenovela. Emissora Rede Globo, 1976.

GRECO, Monica; STENNER, Paul. **Emotions**: a social science reader. London: Routledge, 2008.

GUATTARI, Félix. **Ritournelles et affects existentiels**. Gesto, imagem e som. Tradução de Cristina Thorstenberg Ribas. São Paulo, v. 4, n.1, out, 2019.

GUATTARI, Félix. **Lineas de fuga**: por otro mundo de posibles. Buenos Aires: Cactus, Occursus, 2013.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, S. **Micropolíticas**: Cartografias do desejo. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papyrus, 1990.
- GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: Pulsações políticas do desejo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HOOKS, Bell; ANZALDÚA, Gloria. e col. **Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras**. Madrid: Traficantes de sueños, Mapas, 2004.
- ITRAGO, María Madalena Pessina. **La ciencia, cuestión de hombres?** Quito, CIESPAL: 2017.
- JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução de Brita Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- KAFKA, Franz. **A Metamorfose**. São Paulo: Clube do Livro, 1976.
- LARA, Alí; DOMINGUES, Giazú Enciso. **El giro afectivo**. Athenea Digital, v. 13, n. 3, p. 101-119, 2013.
- LE GUIN, Úrsula Kroeber. **A mão esquerda da escuridão**. São Paulo: Aleph, 2008.
- LIMA, E. M. F. A.; YASSUI, S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial, **Saúde debate**. Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 593-606, jul-set, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MACEDO, Alice Costa. **Encruzilhadas da interpretação na umbanda**. Universidade de São Paulo (Doutorado). Ribeirão Preto: USP, FAPESP, 2014.
- MACRUER, Roger. **Crip theory: cultural signs of queerness and disability**. New York: New York University Press, 2006.
- MARCELLO, Carolina. **O realismo mágico**, 2014. Disponível em: <<https://www.culturagenial.com/realismo-fantastico/>>. Acesso em: 25/11/2019
- MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **Cem anos de solidão**. São Paulo: Record, 2010.
- MERHI, Emerson Elias. **O CAPS e seus trabalhadores: no olho do furacão antimanicomial: Alegria e Alívio como dispositivos analisadores**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2004.
- MIGNOLO, Walter; TLOSTANOVA, Madina. Theorizing from the borders: Shifting to geo and body-politics of knowledge. **European Journal of Social Theory**, v.9, n.2, 2006.
- MORAES, Márcia; ARENDT, Ronald João Jacques. **Aqui eu sou cego, lá eu sou vidente: modos de ordenar eficiência e deficiência visual**. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 61, 2011.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez, 2001.

OBRA COLETIVA. **Aprender juntos**: Ciências humanas e da natureza, 3.º ano, Ensino Fundamental: anos iniciais. São Paulo: Edições SM, 2014.

OLIVEIRA, Érica Cecília Soares; ROCHA, Késia dos Anjos; MOREIRA, Lisandra Espíndula; HUNING, Simone Maria. Meu lugar é no cascalho: políticas de escrita e resistências. Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 32, n. esp., p. 179-184, set., 2019.

PAGADOR de Promessas, O. Direção: Anselmo Duarte. Roteiro: Anselmo Duarte, Dias Gomes. Distribuição: Cinedistri/Embrafilme, 1962. 98 min, p&b.

PALMEIRAS, Lara Virgínia Saraiva. A força da escrita de Gloria Anzaldúa. **Revista Entrelaces**, v. 1, n. 14, Universidade Federal do Rio de Janeiro, out-dez, 2018.

PARPINELLI, Roberta Stubbs. Modos inventivos de subjetivação: Conjugação entre arte, psicologia e gênero. **Revista de Psicologia da Unesp**. Assis: Unesp, 2012.

PARRAINAGE L'ENFANT RECHERCHEZ LA PROXIMITÉ Disponível em: <<http://www.parrainage.net>>. Acesso em: 3/4/2016.

PERES, William Siqueira. Tecnologias e programação de sexo e gênero: apontamentos para uma psicologia política *queer*. In: **Psicologia e diversidade sexual**: desafios para uma sociedade de direitos. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2011.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Qui defend l'enfant queer?** Disponível em: <http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947> Acesso em: 22/2/2013.

PUSSETTI, Chiara. As razões do coração: entre neurociências culturais e antropologia das emoções. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.14, n.42, p. 23-41, dez., 2015.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v.5, n.4, p. 631-660, 1980.

RIZZINI, Irene.; PILOTTI, Francisco. (orgs.) **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño: USU: Amais, 1995.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás, 1997.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. **Genocídio**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/genocidio.htm>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. 1.ª ed. N-1 Edições, 2018.

ROTTA, Raquel Redondo. **Olhares que narram**: perspectivas umbandistas de articulação do sentido. Tese (Doutorado). FAPESP, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2014.

RUBIÃO, Murilo. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.santacasasp.org.br/portal/site/quemsomos/museu/pub/10956/a-roda-dos-expostos-1825-1961>>. Acesso em: 23/6/2018.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu** (28), jan.-jun., p. 19-54, 2007.

SERRA, Lia Novaes. **Infância perdida**: a concepção de menores anormais na obra de Pacheco e Silva. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SIBILA, P. **O homem pós-orgânico**: corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILVA, S. R. B. S. **Adoção**: novos rumos e ritmos. Palestra proferida na abertura do XIII Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção - ENAPA, Recife, PE, de 29 a 31 maio, 2008.

SILVA, Vivian de Jesus Correia e. **Sociedade disciplinar no pensamento de Foucault e a sociedade de controle no pensamento de Deleuze**: Um olhar sobre o papel da instituição educacional e o controle na infância. In: LEMOS, Flávia Cristina Siqueira; CARDOSO JR., Hélio Rebello (orgs.). São Paulo: AnnaBlume: FAPESP, 2008.

SILVA, Vivian de Jesus Correia e. **Institucionalização precoce e o controle subjetivo na infância**: cartografias de uma problemática contemporânea. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Sociedade). Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, Assis, UNESP, 2012.

SILVA, Vivian de Jesus Correia e. **Apadrinhamento afetivo**: (des) construções de afeto no contexto institucional e social. (Projeto de Doutorado em Psicologia e Sociedade). Universidade Estadual Paulista. Assis, FAPESP, 2016.

SIMBINE, Alexandra Justino. **Concepções da deficiência**: embates entre as versões ocidentais e contemporâneas em Moçambique. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, 2016.

SISTEMA DE SEGURANÇA SOCIAL PORTUGUÊS. Disponível em: <www.seg-social.pt/apadrinhamento-civil>. Acesso em: 3/5/2016.

TADEU, Tomaz. (org.) **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TAKEDA, Tatiane. **Rejeição na adoção de crianças com deficiência**. Disponível em: <<http://ludovica.opopular.com.br/blogs/viva-a-diferen%C3%A7a/viva-a-diferen%C3%A7a-1.925289/rejei%C3%A7%C3%A3o-na-ado%C3%A7%C3%A3o-de-crian%C3%A7as-com-defici%C3%Aancia-1.1041877>> . Acesso em: 27/12/2018.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. Os segredos da adoção e o imperativo da matriz bioparental. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.1, jan-abr, 2010.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. **Psicologia e teoria queer**: das identidades aos devires. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. (Tese de Livre Docência), Unesp, Assis, 2013.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO Disponível em: <www.tjsp.jus.br/Institucional/Corregedoria/RelatoriosEstatisticos>. Acesso em: 27/3/2016.

VEIGA, J. J. **A hora dos ruminantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. São Paulo: Fundação MacArthur, 2002.

VERÍSSIMO, E. **Incidente em Antares**. 45. ed. São Paulo: Globo, 1995.

WANDER, Lourenço. **Carta a Temer**. Brasil 247. Notícias do Sudeste <<https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/ex-docente-da-estacio-manda-carta-a-temer-por-onde-andam-mp-e-mec>>. Acesso em 16/12/2019.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; KOSSOBUDZKI, L. H. M. **Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1996.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; KOSSOBUDZKI, L. H. M. **Pais e filhos por adoção no Brasil**. 7. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades impensáveis: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.12, n.26, p.123-147, 2006.

ZERBINATTI, Aline Gabrielle; KEMMELMEIER, Veronica Suzuki. Padrinhos afetivos: da motivação à vivência. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v.6, n.2, dez, 2014.

ANEXOS (O título da tese foi alterado em 2020).**AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ**

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Andréia Barbosa de RuyigRG. n. 359365312 SSP-SP e do CPF/MF n. 299932318 27, residente edomiciliado na Rua Antônio Martins de Castro,n.º 300 Jd. Miracatu^{SP} responsável legal pelo

aluno(a) Arielli Regina de Ruyig, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

x Andréia Barbosa de Ruyig
Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA
 Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade
 Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**
 Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP
 RG: 34.354.016-2
 CPF: 220.070.998-61
 E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com
 Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Satiane de Jesus FernandesRG. n. 42.353.848-2 SSP-SP e do CPF/MF n. 365648528/35, residente edomiciliado na Miracatu - São Paulo

_____, responsável legal pelo

aluno(a) Satiane de Jesus Fernandes, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

*Satiane de Jesus Fernandes
Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA
 Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade
 Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**
 Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP
 RG: 34.354.016-2
 CPF: 220.070.998-61
 E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com
 Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Satiane de Jesus Fernandes

RG. n. 42.353.848-2 SSP-SP e do CPF/MF n. 365648528/35, residente e

domiciliado na Miracatu São Paulo

_____, responsável legal pelo

aluno(a) Rudson Fernandes Santiago, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

Satiane de Jesus Fernandes

Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Título: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Edilson P. Santiago

RG. n. 41654 435 SSP-SP e do CPF/MF n. 328.585.838.97, residente e

domiciliado na Miracatu de São Paulo.

Edilson P. Santiago responsável legal pelo

aluno(a) Ana Clara Fernandes Dantas por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretratável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

x Edilson P. Santiago
Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Marcio Alexandre Cupaldi

RG. n. 2178/889 SSP-SP e do CPF/MF n. 148002778 25, residente e

domiciliado na Av. Washington Luiz 263 - J. Gama

_____, responsável legal pelo

aluno(a) Maicon Domingus Cupaldi, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

M. Cupaldi

Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Leonora dos Passos Pereira

RG. n. 509786467 SSP-SP e do CPF/MF n. 23467148875, residente e

domiciliado na Bairro Livros Km 7

_____, responsável legal pelo

aluno(a) Edson Pereira Santos, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

Leonora dos Passos Pereira

Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Adriana Pereira Boiala

RG. n. 41654310-8 SSP-SP e do CPF/MF n. 364755298-42, residente e

domiciliado na Rua 17 nº 20 Jardim Miracatu

_____, responsável legal pelo

aluno(a) Barbara Augusta Luis Boiala, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretratável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

x Adriana Pereira Boiala

Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Adriana Pereira Laisla

RG. n. 41654310 SSP-SP e do CPF/MF n. 364755298-42, residente e

domiciliado na Rua 17 n° 20 Jardim Miracatu

_____, responsável legal pelo

aluno(a) Monique Ellen Jesus Laisla, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

x Adriana Pereira Laisla
Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Titulo da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

FADIANA PEREIRA LOIOLA,

RG. n. 91 6593229 SSP-SP e do CPF/MF n. 371 013 528 12, residente e

domiciliado na BARRA FLADA SÍTIO DANÚBIO

_____, responsável legal pelo

aluno(a) _____, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

Sabrina Pereira Loiola
Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Juliana Pereira Laíola
RG. n. 49694627-4 SSP-SP e do CPF/MF n. 920683898-43, residente e domiciliado na Rua Azevedo nº 20 Jardim Miracatu, responsável legal pelo

aluno(a) _____, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

Juliana Pereira Laíola
Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA
Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade
Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**
Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP
RG: 34.354.016-2
CPF: 220.070.998-61
E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com
Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Ruana Pereira de Paula

RG. n. 44858000-7 SSP-SP e do CPF/MF n. 423093838-00, residente e

domiciliado na Rua 57, n.º 20, Jardim Miracatu
_____, responsável legal pelo

aluno(a) _____, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

X 
Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Bruna Pereira Saich

RG. n. 53.103.999-7 SSP-SP e do CPF/MF n. 438.847.438-05, residente e

domiciliado na Rod. base mico Teixeira Km 7,0

_____, responsável legal pelo

aluno(a) Bruna Pereira Saich, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

Bruna Pereira Saich

Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

DANIELA PEREIRA LEIOLA
 RG. n. 53.103.942-0 SSP-SP e do CPF/MF n. 44.118.578-15, residente e
 domiciliado na Divisor

_____, responsável legal pelo

aluno(a) _____, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

Daniela Pereira Leiola
 Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA
 Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade
 Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**
 Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP
 RG: 34.354.016-2
 CPF: 220.070.998-61
 E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com
 Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Helio Eidi Orihara

RG. n. 20.237.392 SSP-SP e do CPF/MF n. 107.455.518.93, residente e

domiciliado na R. Dois n.º 52, BAIRRO KAMAITI

MIRACATU - SP, responsável legal pelo

aluno(a) Vitor Hiroshi Orihara, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

Helio Eidi Orihara

Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Maria CRISTIANE DE SILVA

RG. n. 545482276 SSP-SP e do CPF/MF n. 489.596.948-36, residente e

domiciliado na _____

_____, responsável legal pelo

aluno(a) SAYRO BEZERRA DE VASCONCELOS, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretratável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

Maria cristiane da Silva

Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Vivian Leand Gonçalves da SilvaRG. n. 48.664.719-5 SSP-SP e do CPF/MF n. 400.101.528-57, residente e

domiciliado na _____

_____, responsável legal pelo

aluno(a) Vivian L. G. da Silva, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

Vivian L. G. da Silva

Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade

Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP

RG: 34.354.016-2

CPF: 220.070.998-61

E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com

Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E SOM

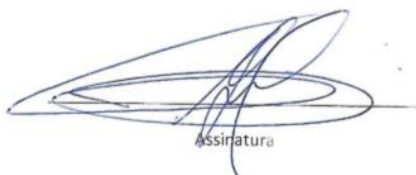
Pelo presente instrumento particular, eu José Ferreira Barros
_____, RG 5.380.984-1 e CPF 532.467.488-53

Responsável legal por Clayton Ferreira

AUTORIZO à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA a utilização de imagens do meu filho de forma restrita ao seu trabalho de Doutorado em Psicologia. Faço a cessão sem qualquer ônus à pesquisadora e a Universidade ao qual é vinculada para que a imagem dele seja exibida em materiais produzidos na mídia impressa, televisiva e ou internet.

E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO será assinada em duas vias de igual teor.

Miracatu, 18 de março de 2019.



Assinatura

Pesquisadora: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA

Mestra e doutoranda em Psicologia e Sociedade/UNESP-SP

R.G. 34.354.016-2/ CPF. 220.070.998-61

Título da pesquisa: CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Universidade Estadual Paulista/ UNESP-SP

Email: vivianjesuscorreia@gmail.com

Celular: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Marcio Alexandre CupaldiRG. n. 2178/889 SSP-SP e do CPF/MF n. 148002778 25, residente edomiciliado na Av. Washington Luiz 263, U. Gerson

, responsável legal pelo

aluno(a) Maicon Domingus Cupaldi, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

M. Cupaldi

Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA
 Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade
 Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**
 Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP
 RG: 34.354.016-2
 CPF: 220.070.998-61
 E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com
 Telefone para contato: 13 99196-9378

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM e VOZ

(LEI N. 9.610/98)

Pelo presente Instrumento Particular, eu,

Elvira Benedita Lourenço da Silva, CarvalhoRG. n. 12.183074 SSP-SP e do CPF/MF n. 251.114.788-25, residente e domiciliado na R: Leitor Bertaccin 30 (sp)Centros. Miracatu, responsável legal pelo

aluno(a) Anderson Carlos Severiano de Carvalho, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, à pesquisadora VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA, a utilização de imagem de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido, tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Mídias sociais, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home video", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem. Através desta, também faço a CESSÃO sem qualquer ônus de todos os direitos relacionada à minha imagem, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não. A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes. E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02 (duas) vias de igual teor.

Miracatu, 28 de julho de 2018.

X Edna B. D. C.
Assinatura

Nome do pesquisador: VIVIAN DE JESUS CORREIA E SILVA
 Titulação: Mestre e Doutoranda em Psicologia e Sociedade
 Título da Pesquisa: **CORPOS COLETIVOS DE RESISTÊNCIA: UM CONVITE À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**
 Instituição: Universidade Estadual Paulista – Unesp/câmpus de Assis-SP
 RG: 34.354.016-2
 CPF: 220.070.998-61
 E-mail: vivianjesuscorreia@gmail.com
 Telefone para contato: 13 99196-9378